

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JOSIELE HEIDE AZEVEDO**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL  
E EDUCAÇÃO:  
ESTUDO DE CASO DO PROJETO PESCAR**

**Mestrado em Educação**

**Florianópolis, março de 2008**

**JOSIELE HEIDE AZEVEDO**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL  
E EDUCAÇÃO:  
ESTUDO DE CASO DO PROJETO PESCAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em educação (Linha de Pesquisa Trabalho e Educação).

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valeska Nahas Guimarães.

Co-orientador: Prof. Dr. Lucídio Bianchetti.

**Florianópolis, março de 2008**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**“RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO  
PROJETO PESCAR”**

**Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de  
Mestrado em Educação do Centro de Ciências da  
Educação em cumprimento parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Educação.**

**APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 04/04/2008.**

**Dra. Valeska Nahas Guimarães (CED/USFC-Orientadora)  
Dr. Lucídio Bianchetti (CED/USFC-Co-orientador)  
Dr. Carlos Eduardo Montaña Barreto (UFRJ/RJ-Examinador)  
Dr. Helton Ricardo Ouriques (CSE/UFSC-Examinador)  
Dr. Ari Paulo Jantsch (CED/UFSC-Suplente)**

**JOSIELE HEIDE AZEVEDO**

**FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/ABRIL/2008**

## AGRADECIMENTOS

A trajetória de pesquisa do mestrado exige do aluno tempo e dedicação integrais, isto é fato. Por dois anos você deve abdicar de grande parte de sua vida, de sua família, dos amigos e do lazer, em função da grande demanda de estudo. Mas este sacrifício no momento de entrada ao mestrado, é uma escolha que você assume, é uma opção feita por uma causa maior, que pode ser pelo título de mestre ou pelo imenso prazer em pesquisar um assunto desafiador. No entanto, a abdicação que para o mestrando é condição *sine qua non*, é igualmente, para as pessoas que o cercam a abdicação do seu convívio. Seria impossível empreender esta jornada, sem o entendimento, a compreensão e a permissão da minha ausência, por dois anos, na convivência de algumas pessoas, as quais agradeço:

À minha família, Mãe, Pai e aos meus dois irmãos que mesmo se perguntando “prá quê escrever tanto?”, e sem terem a dimensão de um mestrado, o vivenciaram comigo;

Ao meu namorado, amigo e companheiro que teve paciência, compreensão e amor para me incentivar e permitir minha presença, apenas, em momentos escassos;

Às minhas amigas que se privaram dos nossos passeios e risadas e que mesmo assim, continuam sendo amigas;

A uma amiga em especial que, com sua insistência, incentivo e companheirismo, foi decisiva para eu ingressar nesse desafio e me manter nele;

Ao SENAC, pelas pessoas que lá trabalham, por acreditar na educação e possibilitar as minhas ausências e presenças-ausentes motivadas pelo envolvimento com o estudo;

À Valeska que além de me apresentar o mundo da administração, orientou-me com entusiasmo, energia, e com a luz que só ela transmite;

Ao Lucídio, por quem tenho admiração desde a graduação, orientou-me com calma e clareza intelectual invejáveis, palavras sábias em momentos certos;

Às pessoas representantes das empresas participantes desta pesquisa, que graças a sua receptividade e participação enriqueceram a pesquisa;

À minha família em geral e às pessoas as quais permitiram minha ausência e torceram para que este trabalho frutificasse, **obrigada!**

## RESUMO

O pensamento e as ações de co-responsabilidade dos empresários, pela educação, pelo meio ambiente, pelo país, têm-se tornado um diferencial na gestão administrativa das empresas, que passam a coordenar programas de cunho supostamente educativos, preocupadas em solucionar diversos problemas sociais. Como resultado desses programas, a empresa agrega importante valor aos seus produtos e à sua marca: o de empresa cidadã, que se volta para o resgate de princípios éticos e morais. Com isso, garante também o seu sucesso mercadológico. Neste trabalho, por meio do estudo de caso do “Projeto Pescar”, delimitado pela pesquisa em quatro empresas catarinenses, busca-se, a partir de um resgate histórico da opção das empresas pelos projetos de Responsabilidade Social, apreender o objetivo das empresas em desenvolver programas educativos de Responsabilidade Social. Por meio do estudo confrontam-se as diferentes abordagens de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) presentes na literatura vigente com a concepção defendida pelas empresas participantes da pesquisa e pode-se verificar a falta de entendimento sobre a temática bem como a realização de ações de RSE paliativas, assistencialistas e caritativas. Pesquisa-se também como se operacionalizam os objetivos da empresa ao adotar o *slogan* de “empresa socialmente responsável”. A partir do “Projeto Pescar” foi possível analisar a concepção de educação, implementado pelas empresas, e como são desenvolvidas as ações educativas, considerando-se também os métodos e a metodologia de ensino e o projeto pedagógico adotados. Conclui-se, que a educação desenvolvida pelo empresariado visa à conformação e à alienação. Os objetivos desta educação passam a ser aqueles da empresa, voltados à competitividade e à elevação do nível de instrução do trabalhador a fim de garantir lucros e melhorias na imagem das empresas. No entanto, o interesse pela educação demonstrado por estas é influenciado pelo desenvolvimento da tecnologia, pelo desenvolvimento do capital, pela competitividade, que demandam uma qualificação não mais no posto de trabalho ou nos bancos escolares, mas uma escolarização realizada durante a trajetória de vida do indivíduo. Ao final, propõe-se que a educação, embora desenvolvida em um contexto neoliberal, contribua para superar esta situação, traduzindo-se em uma educação para e pelo trabalho, visando à concretização de uma educação omnilateral do ser humano.

Palavras-chave: Trabalho e Educação, Responsabilidade Social Empresarial, Educação Corporativa, Qualificação e competências.

## **ABSTRACT**

The thinking and actions of corporate co-responsibility for education, the environment and the country have become a distinction in the management of companies that coordinate programs of a supposedly educational nature, concerned with resolving various social problems. As a result of these programs, the company aggregates an important value to its products and its brand: recognition as a “citizen-company” that focuses on ethical and moral principles. This also helps marketing. This paper is a case study of the “Fishing Project” (a professional training program), undertaken at four Santa Catarina companies. It sought to understand the companies’ goals in undertaking educational Social Responsibility programs. It compared different approaches to Corporate Social Responsibility found in the current literature with the concepts defended by the companies participating in the research. It found a lack of understanding of the issue and that the Corporate Social Responsibility actions were of a palliative, welfare or charity nature. The study also analyzed how the companies’ objectives were realized by adopting the slogan of a “Socially Responsible Company”. Based on the “Fishing Project” it was possible to analyze the concept of education utilized by the companies and how the educational actions were realized, while considering the methods and methodology of teaching and the pedagogical project adopted. The study concludes that the education undertaken by the businesses seeks conformation and leads to alienation. The objectives of this education are those of the companies and aim at increased competitiveness and a higher level of instruction for workers in order to guarantee profits and an improved company image. Meanwhile, the interest they demonstrate in education is influenced by developments in technology, capital and competitiveness, which require qualifications no longer found in previous work or in school, but in the education gained during an individual’s life path. In conclusion the paper proposes that education, although undertaken in a neoliberal context, can contribute to overcome this situation, becoming education for and by work, seeking the concretization of an omni-lateral education of the human being.

Key words: Work and Education, Corporate Social Responsibility, Corporate Education. Qualification and competencies.

**LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS**

FIGURA 1 – Representação da distribuição e localização das unidades do Projeto Pescar no Brasil em 2006..... 129

GRÁFICO 1 – Colocação dos jovens que participaram do Projeto Pescar no Brasil em 30 anos ..... 142

GRÁFICO 2 – Representação da concepção educacional e da matriz curricular do Projeto Pescar..... 158

TABELA 1 - Evolução do conceito de responsabilidade social ..... 194

TABELA 2 – Panorama das empresas franqueadas à Fundação Projeto Pescar em SC... 130

TABELA 3 – Lista de gastos mensais para desenvolvimento do Projeto Pescar..... 135

TABELA 4 – Participantes da pesquisa, instituições de origem e tipo de contato.....146

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AA - *Account Ability*  
ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial  
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ABRH-RS - Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul  
ABRINq – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos  
ADCE - Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil  
ADEC - Alegria, descontração e integração entre funcionários, familiares e comunidade  
ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil  
AEMFLO - Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis  
AIDS – Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida  
APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais  
ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras em apoio aos Cidadãos  
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações  
CCQ - Círculo de Controle de Qualidade  
CDL - Câmara de Dirigentes e Lojistas  
CEB – Coordenadoria de Educação Básica  
CEC - Comitê de Educação da Comissão Empresarial de Competitividade  
CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária  
CEPAA - *Council on Economic Priorities Accreditation Agency*  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNI - Confederação Nacional da Indústria  
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador  
CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil  
COPESUL - Companhia Petroquímica do Sul  
DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura  
DEOH - Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas  
DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social  
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas  
GRI - *Global Reporting Initiative*  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEDI- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial  
IEL- Instituto Euvaldo Lodi  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IRES - Instituto de Responsabilidade Social  
ISO - *International Organization for Standardization*



LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social  
MEC – Ministério da Educação  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NBR – Norma Brasileira (ABNT)  
OI – Organismos Internacionais  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNBE- Pensamento Nacional das Bases Empresariais  
PQTE - Programa de Qualidade Total na Educação  
PROCON - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor  
ProJovem - Programa Unificado de Juventude  
RCE - Redução Certificada de Emissões  
RSC - Responsabilidade Social Corporativa  
RSE - Responsabilidade Social Empresarial  
SA - *Social Accountability*  
SAI - *Social Accountability International*  
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SISSMA - Semana Interna de Saúde, Segurança e Meio Ambiente  
TCH – Teoria do Capital Humano  
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação  
UBE – União Brasileira dos Empresários  
UC – Universidade Corporativa  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura  
UNIAPAC - *International Christian Union of Business Executives*

## SUMÁRIO

RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	6
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS .....	7
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS .....	8
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ECONÔMICA DO CAPITAL E A RETOMADA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....</b>	<b>25</b>
1.1 A reestruturação econômica do capital e a emergência de novas estratégias empresariais .....	25
1.2 A reestruturação produtiva e econômica e a educação: a retomada da TCH .....	36
1.2.1 Sistema produtivo e educação: implicações empresariais à educação .....	36
1.2.2 A retomada da TCH pelos empresários .....	48
1.2.2 A educação realizada pelo empresário .....	58
<b>CAPÍTULO II - A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA ESTRATÉGIA DO CAPITAL NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO .....</b>	<b>71</b>
2.1 Histórico da Responsabilidade Social Empresarial .....	71
2.2 Panorama da RSE no Brasil .....	76
2.3 A caracterização da Responsabilidade Social Empresarial .....	78
<b>CAPÍTULO III - IDEOLOGIA E PENSAMENTO EMPRESARIAIS. A CONCEPÇÃO DE EMPRESA COMO “INSTITUIÇÃO COM FUNÇÃO SOCIAL”: PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES PRESENTES NA LITERATURA.....</b>	<b>85</b>
3.1 O Terceiro Setor como depositário das ações de RSE: investimentos empresariais em projetos e ações educativas.....	85
3.2 Ideologia e pensamento empresariais: a concepção de empresa como “instituição com função social” .....	91
3.3 Programas sociais assumidos pelas empresas: relatos e estudos de caso em RSE.....	98
3.4 Conceitos e interpretações de Responsabilidade Social Empresarial.....	110
3.5 Os resultados alcançados pelas empresas “socialmente responsáveis” .....	114
3.6 A “ética empresarial” da Responsabilidade Social: estratégia de marketing e agregação de valor ao produto .....	119
<b>CAPÍTULO IV - PROJETO PESCAR: O CASO DE EMPRESAS PARTICIPANTES EM SANTA CATARINA.....</b>	<b>128</b>
4.1 A Fundação Projeto Pescar e o Projeto Pescar: pescando peixes ou colhendo frutos?.....	128
4.2 Os “cases” de sucesso com o Projeto Pescar em SC .....	145
4.3 A ação educativa do Projeto Pescar.....	156

**CONCLUSÃO..... 168**  
**REFERÊNCIAS ..... 178**  
**ANEXOS ..... 190**

## INTRODUÇÃO

### *Contextualização do problema de pesquisa*

O processo de trabalho e de produção se apresenta cada vez mais subsumido aos movimentos do capital. A globalização do capitalismo carrega consigo a globalização do mundo do trabalho (IANNI, 1994) provocando a permeabilização das barreiras geográficas para a realização de transações comerciais, o parcelamento de atividades de produção em diferentes países, e a comunicação imediata possibilitada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Pode-se afirmar que a sociedade capitalista passou por um processo histórico de adoção de modelos econômicos, os quais variaram, mas não divergiram historicamente na sua essência e propósito.

Desde a gênese do capitalismo, na passagem da Idade Média à Idade Moderna, assiste-se ao seu surgimento e ressurgimento, a cada fase mais forte e mais auto-justificado, adquirindo novas formas e abrindo novas frentes de ação. Considera-se o capitalismo como um processo “civilizatório” que, constantemente, reforma as condições de vida e de trabalho, os modos de ser de indivíduos e coletividades, de acordo com a sua lógica, apresentando-se, como um processo de produção material e espiritual (IANNI, 1992) atuando hegemonicamente. Nesta perspectiva,

A história nos mostra que uma classe domina a outra na medida em que consegue estender seu domínio sobre todos os setores da sociedade, tornando-se assim hegemônica. Impõe sua forma de ser, pensar, enfim produzir a existência dos homens. A burguesia tornou-se hegemônica a partir do momento que sua teoria e sua prática se fundiram (BIANCHETTI e PALANGANA, 2000, p. 06).

Na medida em que o capitalismo enfrenta crises cíclicas, precisa se reinventar, reformar as relações de produção e as relações de trabalho. Os elementos que constituem a crise são de grande complexidade, pois envolvem as dimensões econômica, social, ideológica, política e têm fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe trabalhadora. A passagem do capitalismo a qual será tratada, refere-se, ao momento de transição do fordismo ao toyotismo, que iniciou na década de 1970 e consagrou seu apogeu na década de 90 do século XX. Os elementos provenientes desta fase foram desenvolvidos por meio de um amplo processo de reestruturação econômica,

que pode-se denominar de “reengenharia do capital<sup>1</sup>”. Esta reestruturação incide sobre a superfície, na forma fenomênica, isto é, “reestruturar sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista” (ANTUNES, 2005b, p. 36). Como exemplos apresentam-se no campo organizacional, a mudança das relações de trabalho; no tecnológico, a inserção das chamadas novas tecnologias de base microeletrônica; e no âmbito social, a incorporação de “valores éticos” e preocupações sociais na gestão administrativa. Para cada segmento há uma série de ações previstas e desencadeadas. No entanto, interessa-se nesta proposta de pesquisa, verificar como se manifesta no campo social.

A reengenharia no segmento social apóia-se em ações voltadas a um cuidado empresarial baseado na aparente qualidade de vida da sociedade, sustentada pela preocupação da “imagem institucional” da empresa face aos consumidores e ao mercado. Estas ações tomaram forma nas empresas em frentes como o voluntariado<sup>2</sup>, o teologismo do mercado<sup>3</sup>, o *merchandising* social<sup>4</sup>, o marketing de responsabilidade social<sup>5</sup> e a responsabilidade social. Destas cinco, focalizaremos predominantemente a última.

A responsabilidade social articulada via políticas sociais caritativas é colocada como substituta do papel de intervenção do Estado e visa à responsabilização da sociedade e das organizações pela resolução dos problemas sociais. Assim, a responsabilidade de gestor público do Estado reduz-se frente ao contexto econômico político. Desta forma, este

---

<sup>1</sup> Estamos fazendo referência a um movimento desencadeado pelas empresas na década de 70 e 80 e que teve seu apogeu na década de 90 do século XX, visando racionalizar a sua organização e o seu funcionamento. Este movimento, referenciado também por Trevisan e Lameira (2002) e Antunes (2005) levou à horizontalização do organograma da empresa, à redução do quadro de funcionários, à flexibilização da produção e do trabalho, à terceirização de força de trabalho, à introdução de inovações tecnológicas e organizacionais etc. No entanto, a reengenharia foi a denominação para cortes e demissões, embora agregue questões importantes que merecem um estudo mais detalhado.

<sup>2</sup> Voluntariado, segundo a Lei nº 9608/98, “é toda atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”.

<sup>3</sup> A teologização do mercado traduz-se na atribuição de super –poderes (divinos) ao mercado, como o ajuste/a regulação do emprego/desemprego e na divinação das teorias de marketing. Assim, o mercado passa a ser concebido como um Deus. A mão invisível (no caso, o mercado), de Adam Smith, é um exemplo dessa teologização, pois a mão invisível tudo guia com sabedoria.

<sup>4</sup> Silva (1997), diretora geral da Rede Globo, classifica o *merchandising* social como uma forma de inserção planejada, sistemática e com propósitos definidos de mensagens sociais e educativas na televisão. No entanto, pela falta de esclarecimento deste conceito, cabe investigar se esta ação faz parte do marketing de responsabilidade social.

<sup>5</sup> Os ‘papas’ do Marketing Armstrong e Kotler (2004) definem o marketing de R.S. como um princípio pelo qual a empresa considera, na sua propaganda, os interesses dos consumidores, da empresa e da sociedade a longo prazo.

passa a um “Estado Mínimo<sup>6</sup>”, convocando a sociedade pelo discurso da solidariedade, do voluntarismo, da responsabilidade social corporativa a “mudar” a situação em que vivem. É pela possibilidade de existência do denominado Terceiro Setor que a Responsabilidade Social se desenvolve. Contudo, a organização capitalista, valendo-se de métodos aplicados no seu processo produtivo, pela sua própria lógica, individualiza ações sociais transformadoras e duradouras; no máximo elas amenizam problemas sociais de forma superficial e limitada no tempo. Este processo é algo intrínseco ao sistema capitalista de produção.

A expressão “responsabilidade social” significa uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável<sup>7</sup> pelo desenvolvimento social. Para uma empresa vir a ser socialmente responsável deverá conciliar os diferentes interesses e interessados envolvidos (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e preservação do meio ambiente) incorporando-os ao planejamento estratégico de suas atividades<sup>8</sup>.

Para adoção das políticas de responsabilidade social a empresa deve assumir compromissos, que serão divulgados publicamente utilizando-se de um relatório, o chamado “balanço social”. Dentre os indicadores<sup>9</sup> principais estão: impostos; folha de pagamento bruta; condições de trabalho; gastos com a alimentação dos empregados; assistência médica, educação; planos especiais de previdência privada; contribuições para a sociedade, investimentos em meio ambiente, número de empregados e de admissões; políticas de inclusão de determinados segmentos sociais, no seu quadro funcional.

---

<sup>6</sup> Entendido aqui pela concepção de José Paulo Netto (1995): o Estado Mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao Estado guarda-noturno que é o seu ideal, são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guará da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social, por outro lado, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo. Em suma, essa delimitação consistena interia despolitização das relações sociais. A proposta do Estado Mínimo viabiliza o que fora bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política, o Estado máximo para o capital.

<sup>7</sup> Co-responsável significa que ela é responsável junto com outros atores como o governo e a sociedade.

<sup>8</sup> Conceito retirado do site [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br). O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma associação de empresas, principal referência na área, sem fins lucrativos, criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.

<sup>9</sup> Alguns indicadores publicados são interessantes e discutíveis: em educação utiliza-se treinamentos, estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, gastos com educação e treinamento de familiares; benefícios aos trabalhadores como a participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes; em contribuições para a sociedade listam-se investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras e campanhas públicas discriminando-se, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário; dentre os investimentos em meio ambiente constam também os de educação e conscientização ambiental.

As empresas cumpridoras dos indicadores são premiadas com um selo, e dessa forma e divulgam amplamente sua premiação na mídia. A primeira norma que surgiu com esse foco foi a SA 8000 (*Social Accountability*), criada em 1997 pelo *Social Accountability International* (SAI<sup>10</sup>). Esta norma tem como base as regras da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e pretende assegurar que determinada empresa não utilize trabalho forçado, discriminado ou infantil (MEIRA, 2005).

No entanto, no Brasil não há regulamentação nacional com um selo específico. Utilizam-se diferentes selos para cada órgão julgador, como por exemplo: o Certificado de Responsabilidade Social, Empresa Cidadã, Selo Balanço Social. Entre as empresas catarinenses premiadas destacam-se Perdigão, Portobello, Macedo, Celesc, Marisol, Sulcatarinense. Em âmbito nacional, aparecem Rede Globo, Natura, Bradesco e C&A.

#### *O locus de pesquisa: o Projeto Pescar*

O Projeto Pescar é uma rede que funciona por meio do sistema de franquia social, promovido pela “Fundação Projeto Pescar<sup>11</sup>”. A rede de empresas parceiras, criada em 1995, soma 87 unidades, que atendem por ano 1.335 jovens nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rondônia, Ceará e Brasília. A Fundação Projeto Pescar é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, mantida por empresas e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais. Dentre as 96 empresas parceiras têm-se Aracruz Celulose, Brita Rodovias, Calçados Bibi, Colégio Anchieta, Grupo DIMED-PANVEL, Grupo Fisher, Koerich, Laboratório Sabin, Lojas Renner, Sulcatarinense, Vonpar (Coca-Cola).

As empresas franqueadas, como parceiras, abrem espaço à formação pessoal e profissional, em todas as áreas, de adolescentes de baixa renda, em suas próprias

---

<sup>10</sup> A *Social Accountability International*, que pode ser traduzido como uma Prestação Internacional de Contas Sociais, substituiu a antiga *Council on Economic Priorities Accreditation Agency* (CEPAA) e é uma organização não-governamental, sediada nos Estados Unidos, responsável pelo desenvolvimento e supervisão da norma internacional SA8000. (Fonte: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=21>)

<sup>11</sup> As informações referenciadas sobre o “Projeto Pescar” constam em <http://www.projetopecar.org.br/>.

dependências, encaminhando-os, depois, ao mercado de trabalho. O objetivo desta ação traduz-se pela frase de Lao Tse (604 a.C - ?): "Se deres um peixe a um homem faminto, vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar, vais alimentá-lo por toda a vida".

A filosofia do Projeto baseia-se na crença de que a formação profissional poderá possibilitar uma colocação no mercado e, conseqüentemente, a ascensão econômica dessa população. Segundo dados da própria fundação, cerca de 70% dos jovens participantes do Projeto entram no mercado de trabalho logo após sua formatura<sup>12</sup>. Por isso, a expressão "ensinar a pescar e não dar o peixe".

Analisando-se o slogan do Projeto, que além da força cultural de senso comum, possui um forte significado ideológico. A palavra pescar possui uma conotação intrínseca ao seu uso e ao poder que usufrui, exercendo assim sob a sociedade uma teologização do mercado capitalista. A expressão Pescar, no sentido de resgate já era milenarmente usada e tem essa origem na bíblia, citada em uma passagem de Jesus. Em Matheus 4,18-20 Jesus chama os homens a segui-lo em busca de redenção e diz aos homens que os transformarão em pescadores de homens. No caso do Projeto, é a Fundação que está convidando aos jovens a se unirem a eles, dando-lhes uma oportunidade de mudança. Como se houvesse igualdade de condições e oportunidades a todos.

No entanto, para Cattani (1997), o utilitarismo privatista regido pela lógica do lucro substitui, assim, os princípios de igualdade de oportunidades, de democracia e de solidariedade, que se articulam em torno da educação. A educação realizada pelo meio empresarial torna-se mais uma peça do processo de acumulação do capital e de reprodução do sistema de classes. Nas palavras de Mészáros (2005), "em lugar de instrumento da emancipação humana, é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema", legitimando os interesses dos dominantes. Além disso, a adesão das empresas a projetos sociais, na área da educação, insere-se no espaço das obrigações sociais com os direitos e deveres do Estado, que tem cada vez mais se ausentado das políticas públicas.

As empresas brasileiras estão, cada vez mais, implementando ações de Responsabilidade Social na elaboração de suas estratégias corporativas. Dados publicados,

---

<sup>12</sup> Fonte: [www.fundacaoprojetopescar.org.br](http://www.fundacaoprojetopescar.org.br)



em 2004, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>13</sup> informam que 59% das empresas do País, declaram desenvolver ações em benefício da comunidade. São cerca de 470 mil empresas, com um ou mais empregados, que participam fazendo doações eventuais a pessoas carentes ou desenvolvendo projetos sociais.

O investimento das empresas em projetos sociais atingiu R\$ 4,7 bilhões apenas em 2000. Estes dados refletem nos consumidores que, em certa medida, são influenciados pelas campanhas publicitárias, e desta forma passam ter uma atitude positiva e de afinidade com as causas da empresa e seus produtos. O Instituto Akatu<sup>14</sup> indica que 31% dos consumidores levam em conta as ações sociais da empresa influenciando sobre suas decisões de compra.

### *Objetivos*

Como objetivo geral esta pesquisa se propôs, a partir de um resgate histórico da opção da empresa pelos projetos de responsabilidade social, pesquisar o objetivo de empresas ao desenvolver programas educativos de Responsabilidade Social como o Projeto Pescar. Com isto, pretendeu-se relacionar as diferentes abordagens de responsabilidade social empresarial presentes na literatura vigente com a concepção defendida pelas empresas pesquisadas. E, a partir disso, pode-se verificar como se operacionalizam os objetivos da empresa ao adotar o *slogan* de “empresa socialmente responsável”. Além disso, pode-se analisar qual o conceito de educação assumido pelo Projeto Pescar e como são implementadas as ações educativas, considerando-se, também, os métodos e a metodologia de ensino junto ao projeto pedagógico adotados.

---

<sup>13</sup> Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA produz pesquisas, projeções e estudos macroeconômicos, setoriais e temáticos com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas.

<sup>14</sup> Fonte: **Pesquisa 2005 - Percepção do Consumidor Brasileiro** publicado por AKATU. O Instituto Akatu é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 15 de março (Dia Mundial do Consumidor) de 2001, no âmbito do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, para educar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente na construção da sustentabilidade da vida no planeta. A palavra “Akatu” vem do tupi e significa, ao mesmo tempo, “semente boa” e “mundo melhor”. Ela traduz a idéia de que o mundo melhor está contido nas ações de cada indivíduo. O Akatu trabalha em várias frentes: desenvolvimento de atividades em comunidades; divulgação de conceitos e de informações na internet, em publicações, na mídia informativa e em campanhas publicitárias; desenvolvimento de pesquisas; e elaboração de instrumentos de avaliação e informação sobre o consumo consciente.

### *Justificativa*

O tema “Responsabilidade Social” apresenta-se relativamente novo, e caracteriza-se pela escassez de estudos críticos. Confirma-se, o fato por meio de pesquisa pelo portal da CAPES, que contempla informações acerca dos estudos produzidos em torno da temática. No Brasil têm-se 64 dissertações (defendidas a partir de 2000 a 2006) e 11 teses (defendidas a partir de 2002 a 2006) as quais tratam sobre o tema ou contemplam-no como palavra chave em seus estudos<sup>15</sup>. Se analisado pelo viés ao qual os estudos foram desenvolvidos, este número apresentar-se-á número. Verifica-se na área de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) números ainda menores, totalizam em 4 o número de estudos, sendo uma tese na área de Sociologia e três dissertações na área de administração.

Pode-se verificar que predominam os estudos na área de Ciências Sociais Aplicadas (Administração) e Engenharia da Produção com uma abordagem gerencialista, fundamentada nas teorias organizacionais mais recentes e nos paradigmas da empresa flexível. Dissertações que assumem uma abordagem crítica, como à de Rampinelli,<sup>16</sup> apontam para a necessidade de estudos críticos na área.

Da mesma forma, a revisão bibliográfica sobre o tema indica que são raras as obras, que assumem uma perspectiva crítica de análise, tais como coletâneas organizadas por Pimenta (2006), Montañó (2002) e Cattani (1996). No entanto, percebe-se o predomínio amplo da literatura gerencialista, de cunho instrumental, com abordagem prescritiva da responsabilidade social e de suas ferramentas. Dentre os autores citam-se Karkotli (2006) Araújo (2006), Srour (2000), Melo Neto e Froes (1999), Silva (1998), Trevisan (2005), Friedman (1985) e Ashley (2003) entre outros.

A promoção de encontros e seminários sobre responsabilidade social, também, reforça a necessidade do aprofundamento sobre a temática. Um dos maiores encontros

---

<sup>15</sup> Pesquisa feita com a expressão responsabilidade social empresarial. No entanto, mudando-se a expressão da pesquisa para responsabilidade social das empresas têm-se em dissertações 71 e em teses 14 no Brasil, já na UFSC não há registros para esta busca. Abrangendo ainda mais a pesquisa com a expressão responsabilidade social têm-se 558 estudos, aqui englobados as expressões “responsabilidade social empresarial” e “responsabilidade social das empresas” mesmo os estudos que não tenham o tema como palavra chave. Já pela USFC têm-se nove dissertações (onde apenas uma tem a palavra no título), e uma tese.

<sup>16</sup> Intitulada de “Responsabilidade Social como ferramenta de marketing institucional: uma realidade brasileira”, esta dissertação de mestrado foi recentemente defendida na *Universidad Nacional Autónoma de México*, orientada pelos professores Raúl Mejía Estañol (Ph.D.UNAM/México) e Valeska Nahas Guimarães (Dr. UFSC/Brasil).

ocorrido em novembro de 2005 no Rio Grande do Sul, o "Congresso Internacional de Educação e Responsabilidade Social<sup>17</sup>", sugere a necessidade da ação educadora na gestão de projetos sociais como tema.

As iniciativas de alguns órgãos, como a do Banco *Santander*, indicam a falta de projetos e pesquisas sobre o assunto. O Prêmio *Santander* Banespa de Ciência & Inovação<sup>18</sup> é uma iniciativa que busca divulgar e apoiar a inserção da produção científica brasileira, nas organizações nas áreas de indústria, comércio, serviços, ou responsabilidade social. Dentre os incentivos dados aos recém-doutores, como bolsas, prêmios em dinheiro, somam-se prêmios no valor de 200 mil reais. Também, nesta linha, o Instituto Ethos distribui premiações a pesquisas sobre RSE. Para isso, o Instituto utiliza três tipos de Prêmios: Prêmio Ethos-Valor<sup>19</sup>, Prêmio Ethos de Jornalismo<sup>20</sup> e Prêmio Balanço Social<sup>21</sup>, que pretende valorizar as ações sociais desenvolvidas pelas empresas e organizações da sociedade civil.

O crescente estímulo e a divulgação do assunto se fazem presentes. A necessidade dos órgãos educativos discutirem o porquê das organizações empresariais se engajarem em “projetos ‘educativos’ em prol da sociedade” abre um importante e novo tema de pesquisa, que precisa ser mapeado e discutido. Das poucas publicações na área, muitas são das próprias empresas por meio das suas fundações e outras se vinculam aos empresários. Não se encontram muitas pesquisas desenvolvidas sobre o tema, especificamente pelo campo educacional, para possibilitar outras análises e posicionamentos sobre as ações de Responsabilidade Social.

---

<sup>17</sup> O encontro aconteceu em novembro e trouxe pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e economistas como palestrantes para discutir sobre o tema. O site que divulga o evento encontra-se em <http://www.officemarketing.com.br/educacao/>

<sup>18</sup> Informações em <http://www.universia.com.br/santandereducacao/cienciaeinovacao/ciencia>

<sup>19</sup> O Premio Ethos-Valor é um concurso para estudantes universitários sobre responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável. Lançado em 2000, visa premiar trabalhos que são considerados “os melhores” de graduação e pós-graduação de todo país.

<sup>20</sup> O Prêmio Ethos de Jornalismo - Empresas e Responsabilidade Social, está em sua 7ª Edição e visa estimular a reflexão sobre sustentabilidade e gestão dos negócios. E é dividido em grandes campos temáticos: Inovação e Reposicionamento, Custo e Redução de Custo, Caminho de Crescimento e Trajetória e Reputação e Legitimidade.

<sup>21</sup> O Prêmio Balanço Social, criado em 2001, é uma iniciativa conjunta da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com o patrocínio do Sesi, do Sebrae e da Petrobrás.

### *Considerações metodológicas*

A estratégia metodológica deste estudo tem como pressuposto a investigação de um objeto de pesquisa específico, o Projeto Pescar. Por meio de empresas selecionadas, apenas no estado de Santa Catarina, buscou-se verificar as ações ‘educativas’ desenvolvidas. Nesse sentido, a pesquisa ocorreu entendendo-se o procedimento metodológico, de acordo com André e Lüdke (1986) como estudo de *um* caso, delimitado, que pode ser similar a outros, mas, ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, é singular. O estudo de caso enfatiza a interpretação no contexto, ou seja, é uma análise mais completa e profunda, pois leva em conta o contexto em que ele se situa.

Inicialmente, o processo de investigação da pesquisa desencadeou-se com a mediação do Gerente Geral da Fundação Projeto Pescar. O contato foi feito todo por e-mail, uma vez que, a Fundação localiza-se no Rio Grande do Sul. O Presidente da Fundação demonstrou interesse em auxiliar na pesquisa, cedeu algumas informações, e por fim respondeu ao questionário proposto (ANEXO 1).

Na seqüência, verificou-se quais empresas desenvolveram o Projeto Pescar no estado de SC. Inicialmente, a partir de pesquisa feita no site da Fundação apontavam-se seis empresas: Portobello, Frameport Madeiras, Riffel, Sulcatarinense Mineração, Koerich e DEINFRA. Mais tarde, com o acesso aos documentos, inseriu-se mais uma empresa, a TDV Dental Ltda. Destas, apenas a Portobello não ofereceu turmas este ano e está repensando o Projeto. Das demais, a empresa Riffel foi a única a não participar da pesquisa.

A comunicação com as empresas deu-se por e-mail, direcionada aos articuladores do Projeto, contato este disponibilizado pelo site da Fundação Projeto Pescar. Foi enviado um questionário (ANEXO 2) e sugerida a entrevista pessoalmente. Duas empresas se dispuseram responder pessoalmente o roteiro de questões e duas por e-mail. A partir destas entrevistas foi possível novo contato e o agendamento de uma nova entrevista com a coordenadora responsável pelo estado de SC, PR e Paraguai. Esta demonstrou todo o interesse em participar. Cedeu entrevista, disponibilizou vários documentos oficiais e se colocou a disposição para colaborar na pesquisa.

A metodologia de pesquisa fundamentou-se em uma variedade de fontes de informações. Neste caso, envolveu a investigação empírica do fenômeno particular no seu contexto real utilizando múltiplas fontes de evidência. Teve como foco uma pesquisa qualitativa, e a principal fonte de dados foram os questionários aplicados, o site da Fundação e os documentos oficiais do Projeto, além de estudo bibliográfico. A intenção foi promover o confronto entre dados, evidências e informações coletadas sobre a prática da responsabilidade social na empresa com propósito ‘educativo’.

De acordo com Luna (2004) o referencial teórico de um pesquisador é um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, surgindo perguntas e indicando possibilidades. Por esta relação entre procedimentos metodológicos e referencial teórico para a articulação dos dados obtidos por intermédio da observação, levantamento de dados e bibliográfico observamos a categoria Ideologia<sup>22</sup> presente no processo de pesquisa.

Neste processo optou-se pela concepção marxista de ideologia. Para isso, compartilhamos a concepção de Chaí (1982, p.102), segundo a qual, a ideologia é um instrumento de dominação de classe e, como tal, sua origem é calcada na divisão da sociedade em classes contraditórias e em luta. Ideologia pode ser entendida como uma ilusão, abstração e inversão da realidade.

De acordo com Marx (2004), a ideologia reproduz as relações de dominação e esta se dá pelas relações de produção. Desta maneira, cria-se uma “falsa consciência” sobre a realidade que visa a perpetuação e o reforço dessa dominação. É um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e de normas ou regras que indicam ou prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, valorizar, sentir e fazer. Portanto, “a função da ideologia é a de apagar as diferenças de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos” (CHAUÍ, 1982, p.113). A classe que explora

---

<sup>22</sup> Na sua origem, a palavra ideologia significa a ciência das idéias. Karl Marx (1818-1891) desenvolveu uma teoria a respeito da ideologia, na qual concebe esta como uma consciência falsa, proveniente da divisão do trabalho manual e intelectual. No entanto, o primeiro a conceituar, a instituir a palavra foi o filósofo Destutt de Tracy que publicou em 1801 um livro chamado *Eléments d'Idéologie*. A ideologia segundo Destutt de Tracy é: “o estudo científico das idéias e as idéias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente”. Vários outros pensadores abordaram a temática da ideologia a partir de diferentes concepções.

economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente, ou seja, se dispuser de instrumentos para essa dominação, que são: o Estado e a ideologia<sup>23</sup>.

Desta forma, a categoria ideologia se apresentará no trabalho como indicador de um posicionamento político, para refletir sobre os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações, uma vez que, a ideologia hegemônica que perpassa o estudo prega o combate à pobreza e às injustiças sociais por meio da responsabilidade social das empresas, na busca por um desenvolvimento humano, social e ambiental mais justos.

De acordo com Cury (1989), a análise da ideologia dominante permite a estranheza do contexto, pois o propósito da ideologia é naturalizar a história pela conversão em permanente do que é passageiro. Assim, o vislumbre da superação da realidade é dado pela análise do desenvolvimento das contradições nas relações sociais. Atenta, ainda, para o perigo de se ignorar a contradição, pois se pode cair no conservadorismo; “é querer tirar do real o movimento, é o recurso próprio das ideologias” (CURY, 1989, p.34). Nesse sentido, a função histórica da ideologia se entrelaça com a educativa. A ideologia dominante tentará exercer a função educativa quanto à implantação das relações capitalistas. Logo, o papel educativo da ideologia pretende tornar coesa a classe que a dissemina.

#### *Estrutura da dissertação*

A partir do pressuposto da vinculação lucro X ação social, viabilizada pelo capital, a relação estabelecida entre a empresa e a adoção de ações educativas com cunho social são questionadas. Quais são os projetos e ações sociais desenvolvidos pela empresa? Qual o objetivo dos projetos sociais desenvolvidos pelas empresas? Que resultados dos

---

<sup>23</sup> Em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Althusser (1980) esboça as condições necessárias para a reprodução do sistema econômico e divide os aparelhos ideológicos em Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelhos de Estado. Assim, o aparelho de estado é formado pelo Exército, Polícia, Tribunais e Prisões, dentre outros aparelhos, e atuam de forma repressiva junto à sociedade com o intuito de manter a ordem social. Já os Aparelhos Ideológicos de Estado são representados pela escola e igreja, e funcionam de forma que prevaleça a ideologia, embora também atuem secundariamente pela repressão, mesmo que esta repressão seja bastante tênue, dissimulada ou simbólica, não existindo, assim, um aparelho puramente ideológico. O Estado é, assim, a expressão, no terreno das superestruturas, de uma determinada forma ideológica de organização social da produção. O Estado atua não apenas com a ajuda do seu aparato político, como também por meio de uma ideologia que descansa em valores admitidos que a maioria dos membros da sociedade tenha como supostos. A referida ideologia engloba a cultura, as idéias, as tradições e até o senso comum.

projetos repercutem para a sociedade? Qual o conceito da empresa de RSE? Quem decide e como funciona a escolha de projetos sociais? Quem os elabora? Em que medida estes projetos têm favorecido a empresa em geral e, especificamente, no caso estudado? É da natureza da empresa assumir funções educativas?

Estas são algumas das questões que pretendemos investigar visando à análise do caráter ‘educativo’, que as empresas assumem na promoção de programas sociais. Com esta finalidade, a primeira parte do trabalho, **A reestruturação produtiva e econômica do capital e a retomada da teoria do capital humano**, tratará de apresentar, inicialmente, o desenvolvimento capitalista de acumulação, a partir do movimento da gerência científica, por meio da caracterização dos modelos de produção econômica adotados nas décadas anteriores à crise da década de 70 do século XX. Essa explanação dará um entendimento do movimento, que o capital realizou para manter-se hegemônico por décadas e as estratégias desenvolvidas em resposta à crise instalada. O capítulo segue com demonstrações das ações e as conseqüências advindas desse processo de reestruturação do capital, que irá culminar em frentes de ações instauradas para reverter a crise. Demonstra também como a reestruturação, por meio da TCH, influenciou a educação a ponto dos empresários inserirem-se em programas educativos, e pretenderem ditar as políticas em educação. Nesse sentido, a RSE aparece como ferramenta do capital na consolidação de seus objetivos através da educação.

No capítulo, **A responsabilidade social empresarial: uma estratégia do capital no contexto de reestruturação** apresentar-se-á um panorama da RSE no Brasil, seu conceito, ações desenvolvidas, premiações, posicionamento ético empresarial. Propõe-se à análise da RSE pela reestruturação produtiva como meio de chegar ao real fenômeno oculto, suas implicações sociais e seu discurso.

No Capítulo seguinte, tendo como pano de fundo o Terceiro Setor, dissertar-se-á sobre a **Ideologia e pensamento empresariais: a concepção de empresa como “instituição com função social”**: projetos, programas e ações presentes na literatura. Nesse sentido, o item sobre pensamento e ideologia administrativos correlacionar-se-á com o contexto histórico e as determinações do objeto em estudo. A partir de relatos e estudos de caso em RSE identificar-se-á os tipos de RSE assumidas pelas empresas, seus conceitos e interpretações utilizados para alcançar resultados como empresas “socialmente

responsáveis”. De que ética os empresários estão tratando? Como os empresários se apropriam do discurso de empresa cidadã para agregar valor ao produto e melhorar a sua imagem? Dentre os autores utilizados para ajudar a elucidar estas questões estão: Rampinelli (2006), Masseli (2000), Toldo (2003), Silva (2005) e Pfeifer (2006).

Por se tratar de uma pesquisa fundamentada metodologicamente pelo estudo de caso, o capítulo seguinte, versará sobre o **Projeto pescar: o caso de empresas participantes em SC**, em que descrever-se-ão as especificidades do Projeto, sua intencionalidade, as reais contribuições sociais para a sociedade, os interesses dos diferentes atores envolvidos e os beneficiários, e principalmente sobre a concepção de Educação e RSE envolvidos.



## **CAPÍTULO I – A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ECONÔMICA DO CAPITAL E A RETOMADA DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO**

### **1.1 A reestruturação econômica do capital e a emergência de novas estratégias empresariais**

Nesta parte do trabalho apresentar-se-à o contexto histórico e as determinações do objeto em estudo, pois é a partir do movimento do capital para manter-se hegemônico e seus mecanismos de resposta à crise que ocorrem as condições para o surgimento da Responsabilidade Social.

A ordem econômica capitalista origina-se da ordem econômica feudal. A dissolução de uma produziu os elementos constitutivos da outra. De acordo com Marx (1977), o traço mais característico da produção feudal é a partilha do solo entre o maior número possível de semi-servos.

O momento histórico em que ocorrerá a separação do trabalho de suas condições exteriores indispensáveis, é a causa da acumulação chamada “primitiva”. Desta forma, a origem do modo de produção capitalista não está relacionada a uma simples racionalização da divisão do trabalho social, mas a um processo de expropriação dos cultivadores. Converteram-se os produtores em assalariados como se esta representasse a sua libertação da escravidão e da hierarquia industrial. Por outro lado, não chegam a ser vendedores de si mesmo depois de terem sido despojados de todos os seus meios de produção e de todas as garantias de existência oferecidas antes (MARX, 1977, p.15). Sendo assim, este período histórico gerou classes antagonistas da sociedade industrial capitalista, a burguesia e o proletariado.

Portanto, o capital instituiu uma divisão hierárquica do trabalho, no qual o trabalho deve se subsumir ao capital. Assim, há uma separação radical entre o produtor e os meios de produção. E esta separação tornou-se cada vez mais acentuada e numa escala progressiva, desde que o sistema capitalista se estabeleceu (MARX, 1977).

A acumulação de riquezas ocorrida na Europa entre os séculos XVI e XVIII possibilitou grandes transformações econômicas que levaram à Revolução Industrial. Com o advento desta, a acumulação primitiva foi substituída pela acumulação capitalista.

O processo de produção capitalista caracterizou-se pela distribuição, troca e consumo de bens materiais e deu origem às relações sociais entre os homens independentemente da sua vontade e consciência (SAVTCHENKO, 1987). Com o advento da indústria, o proletariado passa a ser a “mercadoria especial”; as trocas (e seus valores) se generalizam massivamente: a riqueza do mundo aparecia como uma imensa coleção de mercadorias. A misteriosa “mão invisível” do mercado representaria o automatismo da tendência ao equilíbrio. Assim, a livre concorrência e a competição entre os produtores determinam o preço das mercadorias e eliminam os fracos e os ineficientes.

As características da reprodução capitalista nos contextos nacionais e locais são elementos redirecionadores da própria essência histórica da sociedade capitalista, tendo influência fundamental sobre os processos e possibilidades de superação ou retomada da reprodução global do capital. Neste sentido, de acordo com Neto (2008) é necessária a composição de uma visão unitária que também dê conta da complexidade contextual, incorporando dialeticamente os enfoques que centram sua análise na especificidade histórica dos fenômenos.

Particularmente, sobre a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Francisco de Oliveira (1988) apresenta contribuições relevantes. O autor repensa a economia brasileira, não meramente enquanto um país subdesenvolvido, mas enquanto um modo capitalista de produção no qual a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema. E ainda, recusa a separação dual centro-periferia tanto no âmbito nacional como global, partindo da definição prioritária da lógica concentradora básica do capital.

Francisco de Oliveira (1988) considera forte a exploração do campesinato brasileiro que sustenta, em parte, a acumulação industrial. A própria acumulação industrial viabilizou-se por conta do capital externo, que se associou ao capital nacional e criou sólidos laços de dependência. Assim, os vários ciclos de crescimento da economia brasileira foram viabilizados, em parte, pelos capitais externos, de risco e de empréstimo. Para Oliveira (1988), não se trata, portanto, de negar a dependência, que permanece mesmo depois da consolidação da acumulação industrial, contudo ela vai se modificando de acordo com as diversas fases da economia brasileira.

No entanto, a essência do sistema capitalista é a mesma. Regional ou mundialmente o capitalismo permanece com a mesma estruturação e dinâmica. De acordo com Antunes (2005b), o capital nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente. A sua finalidade essencial é expandir o valor de troca.

Pela Revolução Industrial uma nova era para a exploração da força de trabalho foi inaugurada. Trata-se da consolidação de um novo período histórico, com o surgimento do capitalismo industrial. Assim, a necessidade de aumentar a capacidade de produção incentivou a pesquisa de novas técnicas.

Com o surgimento do Taylorismo, o movimento da gerência científica iniciado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), nas últimas décadas do século XIX, inseriu-se o controle do processo de produção. A gerência científica “significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1987, p. 82). No entanto, não pode ser considerada uma “ciência”, pois não procura descobrir e confrontar a causa das condições vigentes, e aceita como natural um dado inexorável.

Taylor preocupou-se com os fundamentos da organização dos processos de trabalho e do seu controle. As correntes posteriores, como a de Elton Mayo (1880-1949), com a Teoria das Relações Humanas, surgiram, basicamente, como um movimento de reação à Teoria Clássica<sup>24</sup>. Seu objetivo era o de corrigir a forte tendência à desumanização do trabalho surgida com a aplicação de métodos rigorosos, científicos e precisos, aos quais os trabalhadores deveriam submeter-se e conseguir a cooperação do trabalhador, valendo-se da

ênfase nas motivações psicossociais no trabalho (em substituição as de ordem econômica) [...] procurando a cooperação e a harmonia pelo consenso por meio de esquemas motivacionais que visam dissimular o conflito capital/trabalho (GUIMARÃES, 1995, p. 35).

Assim, voltava-se para o ajustamento do trabalhador ao processo de produção em curso, à medida em que o processo era projetado pelo engenheiro. Taylor não criou algo

---

<sup>24</sup> A Teoria Clássica da Administração foi idealizada por Jules Henri Fayol (1841-1925). Caracteriza-se pela ênfase na estrutura organizacional, pela visão do Homem Econômico e pela busca da máxima eficiência.

novo, ele sintetizou e apresentou os *Princípios da Administração Científica*<sup>25</sup>, que predominou na Inglaterra e Estados Unidos no século XIX, e na primeira década do século XX. Taylor implantou a repetição de tarefas como possibilidade de aumentar a produção e melhorar sua qualidade. Uma das principais características do seu método era o controle. O controle sobre o processo objetivava a execução do trabalho de acordo com uma seqüência, e um tempo pré-programados, de modo que não houvesse desperdício operacional. A supervisão funcional aplicada pelo método de Administração Científica estabelece que todas as fases de um trabalho devem ser acompanhadas de modo a verificar, se as operações estão sendo desenvolvidas em conformidades com as instruções programadas e transmitidas a todos os empregados.

Dentre os principais efeitos da aplicação destes princípios têm-se a separação entre gerência, controle e execução do trabalho; redução sobre o número de trabalhadores diretamente na produção; a divisão do processo de trabalho entre lugares distintos e diferentes grupos de trabalhadores; com o aumento da produtividade o número de trabalhadores manuais reduz; há um efeito degradador sobre a habilidade técnica do trabalhador e a destruição de ofícios etc.

Quando Henry Ford (1863-1947) introduz em 1914 o fordismo com inovações tecnológicas e organizacionais, que eram tendências na época, como a utilização de ferrovias e fusões econômicas, mais do que racionalizar velhas tecnologias, sistematizou um modo de produção que conseguiu dramáticos ganhos de produtividade. Ford utilizou à risca os princípios de padronização e simplificação do Taylorismo e desenvolveu outras técnicas avançadas para a época. Suas fábricas eram totalmente verticalizadas. Ford criou o mercado de massa para os automóveis.

Uma das principais características do Fordismo foi o aperfeiçoamento da linha de montagem. Os veículos eram montados em esteiras rolantes, que se movimentavam enquanto o operário ficava praticamente parado, realizando uma pequena etapa da produção. Desta forma, não era necessária quase nenhuma qualificação dos trabalhadores.

---

<sup>25</sup> Sua filosofia sobre o controle do trabalho era baseada em princípios que de modo resumido apresenta-se: Princípio do Planejamento: separação de quem pensa e quem faz. 2. Princípio do Preparo: selecionar os melhores e treiná-los de acordo com o melhor método de execução. 3. Princípio do Controle: aderência ao planejamento de tarefas por meio de rigorosa supervisão. 4. Princípio da Execução: não cabe somente aos operários a boa execução das tarefas, os diretores são co-responsáveis. 5. Princípio da Exceção: os administradores devem concentrar-se apenas nos desvios dos processos (BRAVERMAN, 1987).

O método de produção fordista exigia vultuosos investimentos e grandes instalações, contudo permitiu que Ford produzisse mais de dois milhões de carros por ano, durante a década de 1920.

Segundo Harvey (2005, p. 121) o que distingue o taylorismo do fordismo é a visão de Ford de que produção de massa significava consumo em massa. E mais: “uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. A partir de Marx e Engels (1984), pode-se analisar esta relação ao afirmarem, que os recursos de aceleração de produção (tecnologia e divisão do trabalho), juntamente com a valorização da “liberdade econômica” extremamente competitiva em detrimento das relações pessoais e sociais acabou por destruir todo atrativo para o trabalhador, deixando-o desmotivado e, assim, contribuiu para a sua miserabilidade e coisificação.

Esta relação, para Gramsci (1976), é o americanismo. Esse movimento foi caracterizado pelo “maior esforço coletivo até criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver, pensar e sentir a vida.

A partir da década de 60 do século XX, com o excesso de capacidade de produção iniciaram os problemas do Fordismo, que ocasionaram a perda de lucratividade das indústrias. Nesta década, a recuperação pós-guerra da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e a necessidade de criar mercados de exploração para o seu excedente era vital.

Estas determinações criaram condições para o começo do problema fiscal nos EUA, que só seria sanado às custas de uma acelerada inflação que começou a minar o papel do dólar como moeda estável, conforme pretensões do acordo de Bretton Woods. As consequências advindas dessa desvalorização, como o surgimento do Eurodólar, a contração de crédito, as políticas de substituição de importações em países de Terceiro Mundo anulou o acordo de Bretton Woods<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A Conferência de *Bretton Woods* foi realizada em 1944, em New Hampshire, EUA. Ficou estabelecido que haveria um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional bem como um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação, no decorrer da Segunda Guerra Mundial: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), ou simplesmente *World Bank*, Banco Mundial. Sua principal

A incapacidade do fordismo e do keynesianismo<sup>27</sup> de conter as contradições inerentes ao capitalismo, tornou-se cada vez mais evidente. As tentativas de superar a crise esbarravam na rigidez do sistema de produção vigente, e no poder das forças trabalhadoras por meio de greves e manifestações no período de 1968-1972. Em contrapartida, para amenizar a situação e apaziguar possíveis reações da sociedade, como estratégia, o Estado foi aumentando os programas de assistência.

Mesmo assim, estas ações não deram o resultado esperado aos capitalistas, e a política monetária dos EUA e da Inglaterra continuou deficitária. Como tentativa de superar a situação, em 1973 freiou-se a inflação já elevada. Esta ação levou a uma resposta das economias ocidentais, que demonstraram muita capacidade de excedente, lançando uma crise mundial com severas dificuldades às instituições financeiras.

As décadas de 70 e 80 do século XX foram um conturbado período de adaptações à reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Por meio de Antunes (2005a) pode-se identificar o movimento do capital em duas faces: dentro da empresa, visando à reestruturação produtiva pelo avanço tecnológico e por métodos de controle e gestão da força de trabalho; de outro lado, externamente, atua por vias da precarização<sup>28</sup> e destruição das conquistas trabalhistas pela reestruturação de leis trabalhistas aliadas aos interesses neoliberalistas.

A reestruturação produtiva por meio das políticas neoliberais promoveu mutações intensas nas esferas econômica, social, política e ideológica com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe trabalhadora. O surgimento desta reestruturação tem seu marco na década de 1970, no momento em que o sistema capitalista entra em crise, pela capacidade de produzir excedentes, e como saída estratégica

---

função era a ajuda aos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. No encontro estabeleceu-se que o dólar passaria a ser a principal moeda de reserva mundial, abandonando-se o padrão-ouro.

<sup>27</sup> O Keynesianismo surgiu como movimento teórico econômico a partir das idéias do inglês John Maynard Keynes (1883-1946) como uma organização político-econômica, baseada no Estado com controle total ou majoritário da economia. Atribui ao Estado o direito de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida, como a criação de salário desemprego, redução da jornada de trabalho e assistência médica, em síntese, o *Welfare State*.

<sup>28</sup> De acordo com Alves (2006), a precarização do trabalho é um elemento estrutural do hipercapitalismo e da mundialização do capital em sua etapa de crise estrutural. Este processo social de *desejetivação* da força de trabalho, em suas múltiplas determinações, seja nas instâncias objetivas, seja nas instâncias subjetivas, é intrínseco à dinâmica estrutural do sistema mundial do capital em nossos dias. A precarização do trabalho possui uma particularidade sócio-histórica candente, que o diferencia da precarização (e precariedade) de outras épocas históricas do capitalismo industrial.

readapta suas ações, mas sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista.

As empresas passam a adotar medidas de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, camufladas pelo modelo de acumulação flexível. O novo modelo se apóia na flexibilidade dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizando-se pelo surgimento de mercados e setores totalmente inéditos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Nesta transição, “no lugar da racionalidade característica dos padrões manchesteriano, taylorista, fordista ou stakanovista<sup>29</sup>, adota-se a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção” (IANNI, 1994, p. 4). Esse período é, segundo Harvey (2005), marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo.

O modelo de produção flexível mais disseminado, a partir da reestruturação econômica e produtiva foi o toyotismo. Também conhecido como ohnismo ou flexibilização, o toyotismo utiliza-se de ferramentas de gestão como o *Just-in-time*<sup>30</sup>, *Kanban*<sup>31</sup>, Circulo de controle de qualidade (CCQ)<sup>32</sup> e Andon<sup>33</sup>. É também chamado de qualidade total em baseia-se em princípios de adaptabilidade, desafio permanente, atividades grupais e responsabilização do trabalhador.

A flexibilização da produção é uma das estratégias vigentes para customizar<sup>34</sup> a produção. A flexibilidade se concretiza em meio às concepções e práticas de organização e gestão da produção, bem como da legislação trabalhista, sindical e social, bem como de condicionantes econômicas, tecnológicas, socioculturais e políticas, desde o plano local da

---

<sup>29</sup> O movimento stakanovista seguia os princípios do Taylorismo e implantou nas fábricas e oficinas soviéticas um regime de trabalho baseado na autoridade dos dirigentes, na ridicularização dos trabalhadores de baixa produtividade, no estímulo de competição entre os indivíduos etc.

<sup>30</sup> É a “política” do estoque zero. Corresponde a um processo de produção onde se produz o necessário, nas quantidades requeridas e dentro de um tempo necessário, mantendo-se os estoques em níveis mínimos.

<sup>31</sup> O Kanban elimina os controles burocráticos. É um controle da produção por meio do uso de cartões onde quem determina a fabricação de um novo lote é o consumo das peças realizado pelo setor seguinte. É um sistema de controle camuflado, pode ser comparado com o Panóptico referenciado por Foucault (1987), vigiar sem ser visto, um acompanhamento minucioso, marcado pela impessoalidade, pois o observado não sabe se está sendo ou quem o está observando.

<sup>32</sup> CCQ é formado por grupos de trabalhadores da mesma área responsáveis por analisar e resolver problemas operacionais de seu local de trabalho, visto como uma forma de motivação ao trabalhador.

<sup>33</sup> Administração pelos olhos: poder a qualquer momento, visualmente, controle direto sobre os empregadores.

<sup>34</sup> Do inglês *Customer* = freguês, cliente, consumidor. Assim, customizada significaria algo feito sob medida, sob encomenda, ao gosto do cliente.

‘produção’ até os níveis setoriais e nacionais/regionais. Assim, “não é meramente determinada pela reestruturação produtiva, ou determinada pela lógica capitalista” (BRESCIANI, 1997, p.89).

Pela via da idéia de flexibilidade busca-se passar uma imagem positiva, de maleabilidade para ambos os lados: empregador e “colaborador”. Contudo, a flexibilização traz

a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produção e nichos do mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle de trabalho mais fáceis, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital [...] como estratégias de sobrevivência das empresas (HARVEY, 2005, p.140).

A maleabilidade e o envolvimento dos “colaboradores” estão relacionados à capacidade de transitar entre diferentes estados de um sistema produtivo, e tem utilizado a colaboração como forma de forjar/forçar o envolvimento e a participação do trabalhador para aumentar os lucros da empresa.

A preocupação em estabelecer relações horizontalizadas e estratégias que pregam a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e estabelecem uma carreira ao empregado, na verdade, objetivam garantir não só a qualidade dos produtos, como o aumento da produtividade e a fidelidade do seu empregado.

A acumulação flexível cria um vasto movimento no chamado “setor de serviços<sup>35</sup>”, bem como conjuntos industriais novos em regiões subdesenvolvidas, e envolve também um novo movimento denominado por Harvey (2005) de “compressão do espaço-tempo<sup>36</sup>” no mundo capitalista. Portanto, o mercado de trabalho passa por uma radical reestruturação, insere-se no modo de produção, a flexibilidade e a mobilidade, que fazem com que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho já enfraquecida pelo desemprego e desestimulada pelo refluxo do sindicalismo.

Com a forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, tira-se proveito do enfraquecimento sindical e da força

---

<sup>35</sup> Almeida (2005) diferencia Serviço de Serviços. Associa os serviços à classificação das atividades econômicas (de caráter estritamente econômico) e, simultaneamente, defende a transversalidade do serviço nas formas de trabalho contemporâneo.

<sup>36</sup> Sobre esse conceito, Harvey (2005) dedica toda a parte III “A experiência do espaço e do tempo” do livro *Condição Pós-moderna* para desenvolvê-lo. Marilena Chauí (2003a) faz uma síntese sobre essa expressão ao significá-la como “a fragmentação e a globalização da produção econômica que engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias da informação, a compressão do espaço – tudo se passa aqui, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa agora, sem passado e sem futuro” (2003a, p.10).



de trabalho excedente para impor regimes de trabalho mais flexíveis (de acordo com as necessidades do empregador). Com isto, vem a aparente redução da jornada de trabalho que condensa e intensifica a demanda de trabalho do empregado.

Por facilitar muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações parciais mal remuneradas e subcontratadas, há também o ressurgimento de práticas e trabalhos domésticos de cunho patriarcal. Em geral, a subcontratação organizada favorece<sup>37</sup> a formação de pequenos negócios, permitindo que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanais, familiar (patriarcal) e paternalista predominem, agora como peças centrais. Contudo, a valorização de novas formas de organização industriais e o retorno de antigas, indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas. O resultado é uma transformação do modo de controle do trabalho e de emprego.

Com efeito, uma grande vantagem, para o capitalista, do uso dessas formas de organização da classe trabalhadora é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nela, a consciência de classe não deriva da relação capital e trabalho, mas num terreno muito mais complexo de conflitos familiares, e das lutas de poder em sistema de parentescos.

Assim, o período caracterizado pela acumulação flexível de produção veio acompanhado pela atenção às modas fugazes, pela indução de necessidades, e por uma transformação cultural que “celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 2005, p.148).

Houve profundas mudanças também no acesso ao conhecimento científico<sup>38</sup> e técnico, que no discurso neoliberal adquire ainda mais importância. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais. E, cada vez mais são exigidas novas competências<sup>39</sup> do trabalhador, que deve ser polivalente. Nesta batalha

---

<sup>37</sup> Talvez o termo melhor do que “favorece” seria o de “obriga os trabalhadores a procurar outras formas de trabalho,” uma vez que o trabalho familiar apareça como um meio de sobrevivência principal ocasionado pela falta de emprego.

<sup>38</sup> Silva (1992) condena as teorias críticas da educação, pois não têm nenhuma descrição ou análise das formas pelas quais o conhecimento, que é importante para a produção econômica, é produzido, distribuído e manipulado no processo de valorização e acumulação do capital.

<sup>39</sup> Segundo Brígido (2001), o modelo de educação por competências, relaciona-se com o novo paradigma da produção - o toyotismo - e considera superado o modelo da qualificação, pela razão de a formação agora ter que ser não mais para um posto de trabalho fixo, mas para situações polivalentes. De acordo com o artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 04/99, entende-se por competência “a capacidade de mobilizar, articular e colocar

competitiva, além da valorização do capital humano pela valorização do conhecimento, o controle do fluxo de informações por meio de propagação do gosto e cultura populares também se converte em armas vitais. Baseado nisso, a divulgação de uma boa imagem corporativa ganha caráter essencial não só como marketing institucional, mas principalmente, no aumento de capital, entre outras.

Crescem as exigências no nível individual: o trabalhador é responsável pela sua “competência” e pelo seu fracasso. A ideologia da pedagogia das competências tenta prescrever a formação ideal, capturar o saber tácito dos trabalhadores<sup>40</sup>, moldar as atitudes e valores no indivíduo e ensiná-lo a “aprender a aprender”<sup>41</sup>.

A individualização dos processos de trabalho também implica exigência de perfis profissionais específicos e, constantemente mutáveis, além da perda de coletividade do trabalhador com o retrocesso do poder sindical. Essa queda do poder sindical reduziu a força dos trabalhadores brancos do sexo masculino, e em relação aos negros, às mulheres e às minorias étnicas, às novas condições do mercado de trabalho em geral reacentuaram a vulnerabilidade destes grupos.

O advento das TICs alcançou um fator chave: maior produtividade com redução de custos, de espaço e de tempo de circulação. Bianchetti (2001) ironiza ao argumentar, que foi dado adeus ao trabalho, adeus à história e ao proletariado, mas não adeus aos patrões e ao capital. Isto é, a lógica imanente ao capital permanece a mesma, embora as concessões sejam diferentes.

Para Antunes (2005a, p. 55) em paralelo à redução quantitativa do operariado industrial dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho (que impulsiona uma

---

em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. A palavra competência em espanhol tem o significado competir, lutar, e não é mero acaso que surgiu no contexto econômico e político voltado para flexibilização do trabalho e valorização do capital humano, onde enfatiza-se o indivíduo e o desenvolvimento de suas competências com vistas a competitividade. O modelo de educação por competência é marcado por controvérsias. No entanto tem o objetivo de despolitizar tanto a ação educativa quanto a classe trabalhadora, no momento em que se volta para uma formação prescritiva de tarefas e ocupações e responsabiliza o sujeito pelo sucesso ou fracasso profissional.

<sup>40</sup> Conforme Bianchetti (1999) a apropriação do saber-fazer é um dos desafios dos detentores dos meios de produção. Possuir este saber dava um diferencial aos trabalhadores, mas as novas tecnologias e a objetivação dos conhecimentos dos trabalhadores propiciou o seu controle e dos saberes e tratou de prescrevê-los por meio de competências. Há de se rediscutir os conceitos de qualificação e saber fazer dos trabalhadores.

<sup>41</sup> O “aprender a aprender”, segundo Duarte (2001) é um aprender fazendo, de forma que se constroem competências em situações complexas. Essa pedagogia das competências está diretamente relacionada à ideologia da ‘Sociedade do Conhecimento’.

qualificação). Tem-se, assim, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. A criação de valor torna-se menos dependente do tempo de trabalho, e da quantidade de trabalhadores, passando a depender mais do estado geral de desenvolvimento da ciência e do progresso da tecnologia.

Em síntese, o processo de acumulação flexível apresenta conseqüências marcantes como a diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, em paralelo tem-se a expansão do trabalho assalariado pelo setor de serviços (desemprego estrutural); verifica-se uma significativa heterogeneização do trabalho (expressa também pela entrada de mulheres), vivencia-se a subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado” (ANTUNES, 2005a).

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, a perda de poder do sindicalismo, a propagação de individualismo e subjetivismo exacerbados, e a animosidade a propostas socialistas são as características marcantes desse período (HARVEY, 2005a). O capitalismo passou a ditar o ideário e os programas a serem implementados, como privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital.

O papel do Estado como credor ou operador se tornou muito mais crucial. A gradual retirada de apoio do Estado de Bem-Estar-Social (*Welfare State*) e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, foram transformados pelos neoconservadores, numa virtude governamental, como suposta solução para o restabelecimento da economia. A partir do aumento da competição internacional todos os Estados foram impelidos a tornarem-se mais empreendedores, visto que a força do trabalho organizado e outros movimentos tinham de ser contidos. A austeridade, as reduções fiscais, a quebra do serviço social se tornaram lemas, figurando no cenário mundial, o autoritarismo do tipo Thatcher-Reagan a instabilidade financeira e os problemas de endividamento interno e externo<sup>42</sup>.

É nesse contexto de reformas e reestruturação do Estado, da economia, das empresas, que surgem inovações tecnológicas, organizacionais e discursos empresariais associadas aos modismos relativos aos “novos paradigmas organizacionais”. Em meio à

---

<sup>42</sup> Essa transição nas décadas de 70 a 80 do século XX, de acordo com Harvey (2005b), foi marcada também pela ruptura do acordo de Bretton Woods (1971), o surgimento de Tóquio como um dos mais importantes centros financeiros mundiais (1987), o crescimento de despesas públicas e a capacidade fiscal estagnada (1973-1975).

conjuntura atual, marcada pela presença de novo simbolismo cultural, no qual a palavra central passa a ser a competitividade, a educação escolar, que deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, transforma-se, apenas, em instrumental de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho.

## **1.2 A reestruturação produtiva e econômica e a educação: a retomada da TCH**

### **1.2.1 Sistema produtivo e educação: implicações empresariais à educação**

Frigotto (1993) procura mostrar que as mudanças existentes no campo educacional desenvolvem-se concomitantemente às modificações ocorridas no sistema capitalista. O principal impacto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho sobre a educação é, sem dúvida, o estabelecimento de uma nova mediação entre homem e trabalho, que vem a ser exercida pelo conhecimento. As escolas antecederam o capitalismo e a indústria, no entanto, desenvolveram-se imbricados. Para Fernandez Enguita (1989), desde um determinado momento de desenvolvimento do capitalismo, que seria difícil datar, as necessidades deste, em termos de mão-de-obra, apresentaram-se como fator de maior poder de influência nas mudanças ocorridas no sistema escolar.

Neste capítulo é traçado um panorama de como a educação e a escola com funções específicas e determinadas, antes da Revolução Industrial, foram se moldando e se adequando em conformidade com as demandas do sistema produtivo. E, ainda, entender o seu processo inverso, a forma pela qual a empresa tornou-se, conforme Senge (2000), uma “organização de aprendizagem” ou uma “organização qualificante”, a ponto de emergir “como a quinta instituição formal de educação na sociedade”, segundo afirma B. Bertoni (apud BIANCHETTI e PALANGANA, 2000).

A escola tem sua origem na Grécia e estava voltada à aristocracia. Os ensinamentos baseavam-se na cultura e nos conhecimentos acumulados até então. Mas, apenas, a classe dominante freqüentava os espaços escolares, o estudar era visto como um passatempo, não é para tanto, que a origem da palavra escola origina-se do grego *skholé*,

que significa lazer. Pode-se perguntar então: quem preparava os indivíduos para o exercício do trabalho?

Sempre existiu algum processo preparatório para a integração nas relações sociais de produção. De acordo com Fernandez Enguita (1989), as destrezas e os conhecimentos necessários para o trabalho podiam ser adquiridos no próprio local de trabalho; e, de qualquer forma, a escola, ainda, não os oferecia. Na Idade Média, as crianças inglesas aos sete ou nove anos eram mandadas a outras casas, durante sete anos como aprendizes de trabalhos domésticos. A escola ficava reservada aos que estavam chamados a ser copistas. O artesão tinha como responsabilidade, além de ensinar o seu ofício, prover abrigo, alimentá-lo e vesti-lo, dar formação moral e religiosa; ensinar literatura. Tudo estava previsto no contrato de aprendizagem.

Com o desenvolvimento do sistema escolar formal, a escola preocupou-se com objetivos políticos, religiosos e militares, garantindo o disciplinamento dos indivíduos e a manutenção da ordem vigente. Desde o século XVI, com o Iluminismo, se firmou uma concepção utilitarista da educação. Segundo F. Enguita (1989), com o advento de uma sociedade menos religiosa e mais científica e técnica, menos tradicional e mais produtiva, as formas e os conteúdos escolares herdados foram, pouco a pouco, contestados.

Francis Bacon (1561-1626) no final do século XVI contribuiu para a transformação do conhecimento em poder. Concebe-se, assim, o saber como estoque que se acumula cuja função é aumentar a capacidade humana para o bem-estar. A partir disso, Laval (2003) aponta que as críticas se aterão às formas e aos conteúdos pedagógicos próprios à civilização cristã e à cultura clássica do humanismo e denunciará no saber escolar, o distanciamento da prática, a separação da vida cotidiana, a abstração dos conhecimentos.

Mas, o fato do sistema escolar passar a responder a fatores econômicos, vai demonstrar uma estratégia ideológica do capital de conformação e alienação, “como um direito e condição para todos se tornarem cidadãos, que é o direito à educação” (BIANCHETTI e PALANGANA, 2000). A produção de conhecimento está relacionada a necessidades. O conhecimento que vai sendo produzido na filosofia, na ciência, na arte não é alheio à vida dos homens, não é neutro frente aos problemas concretos que os homens

vivem, num tempo e lugar determinados, numa sociedade específica. Para Frigotto (1993), o conhecimento sempre presta um serviço.

Nesse sentido, a burguesia tem um papel importante no desenvolvimento da escola atual. Pode-se afirmar, que existia apenas a escola única, voltada à formação e à manutenção dos grupos dirigentes. Ao longo dos séculos XVII e XX, estruturam-se sistemas duais de ensino. Uma escola para a formação da elite, de caráter geral, clássico e científico e uma escola mais restrita, profissionalizante, voltada para os trabalhadores da indústria e do sistema produtivo em geral.

A gênese histórica da escola dá-se, ao longo do século XVIII, dentro do processo de emergência da ciência moderna e da ascensão da burguesia como classe social hegemônica. A escola nasceu como uma instituição pública, universal e laica. No entanto, a sua função tem sido a de reproduzir a cultura definida como universal. Tem seu início como a intenção da Revolução Francesa: sociedade igualitária, justa e fraterna. Com a ascensão da burguesia, a proposta da universalização da educação é adotada para depois, introduzir o dualismo no sistema educacional.

Assim, de acordo com Bianchetti e Palangana (2000) apoiados em Comenius, a escola materna e a primária seriam para todas as crianças, a escola de latim para alguns, e a academia somente para poucos. A escola tradicional sempre pretendeu educar separando o homem dirigente dos produtores, separando os que pensam dos que executam. A educação para os trabalhadores é vista como desnecessária e perigosa. Segundo, Bueno e Pelandré (2006), baseando-se em A. Smith, a instrução para os trabalhadores deveria ser em doses homeopáticas. Nem demais para ascender à classe social, nem de menos para poderem se sentir participantes da economia.

Com a Revolução Industrial, Fernandez Enguita (1989) indica que a escola era o instrumento idôneo para doutrinar ideologicamente, disciplinar materialmente, e realizar a organização da experiência escolar de forma que gerassem nos jovens os hábitos, as formas de comportamento, as disposições e os traços de caráter mais adequados para a indústria. A escola servia como meio de erradicar maus hábitos, ensinar pontualidade, regularidade, atenção e silêncio como hábitos necessários.

Pode-se visualizar a subordinação da escola ao capitalismo mais claramente com a introdução de novos e marcantes princípios de administração e produção. Com o

taylorismo tem-se a valorização de certas atitudes e comportamentos, bem como a clara separação entre as tarefas executadas por trabalhadores pensantes e não pensantes. Com o fordismo, necessita-se do domínio de algumas técnicas e máquinas. Exige-se certo grau de instrução para o aprendizado e domínio das unidades de produção. Assim, autores como Frigotto (1993), Laval (2003), Bianchetti e Palangana (2000), apontam que a utilização de mão-de-obra especializada, introduziu o econômico como um item essencial na orientação das mudanças ocorridas no sistema escolar.

No modo taylorista/fordista de organização e gestão do trabalho, o trabalhador era considerado qualificado quando executava tarefas com habilidade, geralmente adquirida pela combinação entre treinamento e experiência, que se dava através da mediação das atividades laborais. Desta forma, ao trabalhador se exigia alguns anos de escolaridade, o suficiente para permitir o domínio de alguns conhecimentos básicos de leitura, escrita, cálculo, natureza e sociedade. Já, para os que exerceriam as funções intelectuais relativas à direção política e técnica, bem como à pesquisa e desenvolvimento, que subentendiam outras relações com o trabalho, não mais mediadas pelo "fazer", e, sim, pelo domínio do conhecimento científico, das habilidades cognitivas superiores e das formas de comunicação eram adquiridos através de formação escolar prolongada (KUENZER, 1999).

Em decorrência da natureza dos processos técnicos, transparentes, rígidos e estáveis, bastavam habilidades psicofísicas, memorização e repetição de procedimentos para executar determinadas tarefas, cujas variações pouco significativas, ao longo do tempo, permitiam uma adaptação quase "natural" às mudanças. A esta forma de organização do trabalho correspondiam a padrões de vida social, igualmente bem definidos, e relativamente estáveis.

A concepção corrente era de que, “qualquer trabalho, independentemente da sua complexidade, submetido às regras da gerência científica, podia ser reduzido a um conjunto de tarefas simples, demandando idênticas habilidades dos executantes” (BIANCHETTI e PALANGANA, 2000, p. 9). O perfil do trabalhador, diferentemente do atual, com atitudes espontâneas, não era bem vista no taylorismo, pois fugiam do controle dos gerentes e poderiam colocar em risco a produção.

Ao priorizar as simplificações das tarefas, o cognitivo e o conhecimento são relegados a segundo plano e a prioridade volta-se para atitudes, formas de comportamento e conduta, de aceitação das relações sociais imperantes.

Para garantir a disseminação das técnicas de produção, e depois mais tarde, confrontados com as exigências da produtividade competitiva, a escola entra nesse processo como importante ferramenta ideológica. E, assim, conforme M. F. Enguita (apud BIANCHETTI E PALANGANA, 2000) inaugura-se uma nova etapa na relação entre mundo da produção e escola: "a paixão por imitar e servir às empresas".

Nesse sentido, a escola é alvo de diversas modificações, uma das principais, indicada por F. Bobbit, "considerado o pai da teoria do currículo", introduz princípios do taylorismo ao processo educacional, por meio de recomendações relativas à proposta curricular<sup>43</sup>. Outras contribuições acerca do currículo, de Bobbitt e R. Tyler, visualizam-no como um instrumento de controle e burocratização do processo de ensino-aprendizagem (BIANCHETTI e PALANGANA, 2000). Assim, o currículo passa a representar o pragmatismo utilitarista que perpassa a escola.

Também o modelo de produção fordista influenciou a pedagogia tecnicista em momentos, ora há uma racionalidade formal, ora há uma racionalidade técnica. Esta pedagogia originou uma proposta pedagógica, sem relação entre aluno e conhecimento. A seleção e a organização do conhecimento, de forma positivista, refletiam os desígnios do mercado, por meio de uma concepção de conhecimento linear e fragmentada e, além disso, apresentava uma proposta curricular rígida. Segundo Kuenzer (2002), o trabalho pedagógico fragmentado respondia às demandas de disciplinamento do mundo do trabalho capitalista organizado, e gerido segundo os princípios do taylorismo/fordismo nas dimensões: técnica, política e comportamental.

---

<sup>43</sup> 1. Fixar as especificações e padrões do produto final que se deseja (o aluno egresso); 2. fixar as especificações e padrões para cada fase de elaboração do produto (matérias, anos acadêmicos, trimestres, dias ou unidades letivas); 3. empregar os métodos tayloristas para encontrar os métodos mais eficazes a respeito e assegurar que fossem seguidos pelos professores; 4. determinar, em função disso, as qualificações padronizadas exigidas dos professores; 5. capacitá-los em consonância com isso, ou colocar requisitos de acesso tais que forçassem as instituições encarregadas disso a fazê-lo; 6. erigir uma formação permanente que mantivesse o professor à altura de suas tarefas durante sua permanência no trabalho; 7. dar-lhe instruções detalhadas sobre como realizar seu trabalho; 8. selecionar os meios materiais mais adequados; 9. traduzir todas as tarefas a realizar em responsabilidades individualizadas e exigíveis; 10. estimular sua produtividade mediante um sistema de incentivos; e 11. controlar permanentemente o fluxo do "produto parcialmente desenvolvido", isto é, o aluno. (BIANCHETTI e PALANGANA, 2000, p.8).



Segundo, Bianchetti e Palangana (2000), a partir de F. Bobbitt, Ellwood P. Cubberley e B. Bloom aplicam-se os parâmetros administrativos de produção à realidade escolar. O planejamento é feito considerando divisões e subdivisões do processo, com objetivos e comportamentos desejáveis. Introduz-se a idéia de eficiência no processo educacional e burocratiza-se ainda mais a escola. A maior influência pode ser percebida na organização do currículo, com o estabelecimento de objetivos definidos e detalhados “nos diferentes domínios das manifestações humanas, seja físico, cognitivo, social ou profissional, dos alunos”. Algumas características da tecnologia educacional passam a ser o ensino por objetivos, enfoque sistêmico, tecnicismo educacional, eficácia, eficiência, modelo cibernético etc. como expressões e práticas que invadiram o universo pedagógico.

Em decorrência desse movimento, e cada vez mais, a adequação tornou-se a ordem do dia. No sentido geral, a adequação, deveria ser simétrica entre a atuação da escola e os interesses e necessidades do mundo do trabalho, e, em particular, entre as características, habilidades e interesses de uma pessoa e sua possível ocupação. O grande objetivo voltou-se à concretização do *the right man on the right place* (o homem certo no lugar certo), conceito tão caro à teoria e prática da orientação vocacional-profissional (BIANCHETTI e PALANGANA, 2000).

Com a reestruturação produtiva esta máxima se concretiza: adequação em todos os sentidos. Acrescentam-se novas demandas do capitalismo à escola. O “novo” paradigma de produção, ou modo de acumulação flexível, promoveu novas exigências aos bancos escolares e aos indivíduos. Com o desenvolvimento da automação intensiva de base microeletrônica e nas formas de organização do trabalho, é preciso capacitar o trabalhador novo, para que atenda às demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado. Assim, quanto mais se simplificam as tarefas, mais se exige conhecimento do trabalhador.

A imprevisibilidade e a rapidez das mudanças tecnológicas demandariam uma formação básica sólida e capacidade de antever problemas. No entanto, em decorrência da crescente incorporação de ciência e tecnologia ao processo produtivo para atender aos objetivos da acumulação, as habilidades cognitivas, até então restritas a um número reduzido de funções, passam a ser requeridas, segundo Kuenzer (1999), para o conjunto dos postos de trabalho transformados pela reestruturação produtiva e há uma progressiva perda de conteúdo do trabalho, que vai se tornando cada vez mais abstrato. Isto envolve,

capacidade de reciclagem e aperfeiçoamento, participação e relacionamento em equipes, iniciativa, liderança, criatividade, autocontrole, funções multivariadas, prontidão para resolver problemas, multifuncionalidade, empregabilidade e adaptação.

No momento, há tendência sobre a necessidade de uma educação geral, que capacite o trabalhador a se defrontar com um mundo do trabalho dinâmico, em constante transformação. Isto é, passa-se a desejar uma formação quantitativa e qualitativamente diferente e superior à anterior. Para Kuenzer (1992), o trabalhador se educa na produção e nas relações num processo contraditório entre qualificação e desqualificação. A formação profissional volta-se para o ensino de competências polivalentes, com caráter de transferibilidade,<sup>44</sup> que podem ser adaptadas conforme a necessidade.

De acordo com a concepção de Kuenzer (2002), não é possível superar a retomada do trabalho enquanto totalidade e princípio educativo numa educação para o trabalhador polivalente. Há uma grande diferença entre polivalência e politecnia.

O primeiro, busca a ampliação da capacidade do trabalhador para aplicar novas tecnologias, sem que haja mudança qualitativa, ou seja, executa diferentes tarefas usando distintos conhecimentos. A este comportamento corresponderia à interdisciplinaridade.

E, a politecnia significa o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, recompondo as tarefas de forma criativa; supõe a superação do conhecido possibilitando a construção de uma percepção nova e superior. No entanto, os objetivos profissional de qualificação e educação visam à formação do aluno polivalente.

Propõe-se pelo discurso empresarial, que vai sendo incorporado pela política educacional, o conceito de empregabilidade, entendido, de acordo com Kuenzer (2002), como ajuste dos perfis profissionais dos excluídos, dos menos qualificados, dos que têm menos poder de competição por empregos às possibilidades de geração autônoma de renda. Esta concepção tem efeitos perversos sobre o trabalhador, culpabilizando-o pelo seu “fracasso” ou “sucesso”, realiza o rompimento das políticas públicas e poupa os empresários da sua responsabilidade em destruir ou criar empregos. Reduz a educação geral, e a formação profissional à dimensão estrutural e imediatista.

---

<sup>44</sup> A transferibilidade pode ser entendida, de acordo com Offe (1990), como uma meta-capacitação, como uma capacidade de ajuste às mudanças tecnológicas, com suas conseqüências no mundo do trabalho e da vida, demandando a capacidade de adquirir novos conhecimentos.

Assim, do homem comum passou-se a exigir um aporte mais ampliado de conhecimentos e habilidades cognitivas superiores, para que pudesse participar da vida social e produtiva. Embora os postos de trabalho diminuam de forma acentuada como consequência da acumulação flexível, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho passam a exigir uma nova relação com o conhecimento para que se possa viver em sociedade, o que, para a grande maioria da população, só pode ocorrer através da escola (KUENZER, 1999).

Estas exigências trazem implicações à escola. Uma delas é a concepção de qualificação, que se amplia para além das habilidades técnicas, passando a compreender a existência de uma concepção de mundo adequada à racionalidade do processo produtivo, expressa através de uma ética do trabalho do processo, que determina comportamentos morais e sociais adequados às necessidades de disciplinamento, de permanente educação, de iniciativa, pró-atividade etc. (KUENZER, 1992). Assim, a escola precisaria ensinar uma lista de variados e diversificados conhecimentos, habilidades e valores.

Passa-se a exigir do trabalhador o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à instituição criadora, estudar continuamente e assim por diante. (KUENZER, 2002, p.86).

Os princípios da acumulação flexível, além de exigirem a educação de um trabalhador de novo tipo, visam à organização da escola de acordo com os métodos flexíveis de organização e gestão do trabalho. Inserem-se aqui, alguns métodos administrativos ao ensino, como por exemplo: o combate ao desperdício e adoção de padrões de planejamento educacional por meio da qualidade total e a administração escolar pela perspectiva de gestor de negócios.

Segundo Souza (2005), a administração escolar sob influência da qualidade total reflete um novo tecnicismo educacional, na medida em que reduz questões de ordem política à esfera da técnica e aprofunda a falsa crença de que a crise da educação brasileira se deve a outra crise, a da gestão do trabalho em educação, resolvível pelo canal das inovações organizacionais, em particular pelos Programas de Qualidade Total na Educação (PQTE).

O objetivo da escola direciona-se à formação de trabalhadores com comportamento flexível, para adequarem-se às constantes mudanças do mercado. Assim, na pedagogia toyotista, as capacidades mudam e são chamadas de competências. Segundo Kuenzer (2002), ao invés de habilidades psicofísicas, fala-se em desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre com o objetivo de atender às exigências do processo de valorização do capital. A competência é apresentada como uma alternativa para o modelo de qualificação. E está associada à intenção empresarial em deixar de ser uma organização qualificada para uma qualificante.

A lógica da polarização das competências<sup>45</sup> se coloca de forma muito mais ideológica do que a ocorrida sob o taylorismo/fordismo. A nova forma de organização e gestão do trabalho, aparentemente, amplia o conteúdo do trabalho ao substituir a linha pela célula de produção, na verdade, cada vez mais esvazia sua atividade, reduz os requisitos de qualificação e intensifica o uso da força de trabalho, explorando-o, ainda, mais. A pedagogia por competências segue a mesma proposta, ao desqualificar a qualificação. Nesse sentido, Kuenzer (2002) aponta: o trabalho está cada vez mais desqualificado, intensificado e precarizado.

Ao mesmo tempo, a tecnologia demanda um aporte de conhecimento, ampliam-se as necessidades de participação e organização em todos os setores da vida social e produtiva, que exigem conhecimentos sobre economia, política, direitos, gestão, bem como o domínio das competências de trabalho coletivo e de comunicação.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de apropriação, pelos que vivem do trabalho, de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, com particular destaque, às formas de comunicação e de organização, gestão dos processos sociais e produtivos, para além das demandas da acumulação capitalista.

Ou seja, por contradição, Kuenzer (1999) nos mostra que a necessidade do estabelecimento de outra relação com o conhecimento, na perspectiva do já produzido e

---

<sup>45</sup> A educação por competências busca preparar o sujeito para a capacidade de apreensão constante de novos conteúdos relativos ao trabalho. Exige-se do aluno capacidades cognitivas como comunicação, transferibilidade e capacidade de lidar com o fenômeno do tempo real. Dimensões estas que exprimem o componente claramente disciplinador que assume, já que o sentido de “saber-ser”, nela contido, se articula “diretamente a padrões de comportamento, atitudes e a valores”, cuja referência é a realidade das empresas.

dos caminhos metodológicos para a sua produção, tendo em vista o enfrentamento da exclusão, se generaliza para os que historicamente têm vivido do trabalho.

Embora este processo não atinja da mesma forma o conjunto das atividades produtivas, não podendo a nova demanda ser generalizada, aos novos paradigmas corresponde uma nova cultura, marcada pela presença de novas tecnologias, que permanentemente se transformam, e ao fazê-lo, também alteram todas as dimensões da vida social e produtiva, embora com impactos diferenciados, particularmente em um país como o Brasil, onde as desigualdades são muito acentuadas.

Assim, é importante situar este processo no Brasil. De um modo geral, o período de reestruturação, no Brasil na década de 1990, foi marcado pela forte regulação dos capitais estrangeiros e pela intervenção privada no governo. Desta forma, ocorreram duas alterações importantes neste cenário: iniciou-se um processo de repasse de recursos públicos às escolas, sem burocracia, e investimentos para uma educação de qualidade. Houve uma restrição do papel do Estado de responsável direto para organismo promotor e regulador da educação pública. O Estado agindo em consonância com os interesses dominantes transferiu suas responsabilidades a terceiros, sobretudo no que se refere ao financiamento, mas concentra em suas mãos a avaliação institucional.

De acordo com Silva (2005), a influência do pensamento empresarial pode ser percebida por meio das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional: a estrutura educacional e o modelo de oferta são estruturados de forma bastante flexível, considerando as rápidas mudanças tecnológicas. A Educação Profissional deve ter estreita relação com as transformações produtivas visando à formação do trabalhador “pensante” em permanente adequação à economia. Para isso, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio são: criatividade, autonomia e capacidade de solucionar problemas. O princípio básico do aprender a aprender deve conduzir todo o processo educacional.

Verificou-se fortemente a adoção de escolas e parcerias escola-empresa. O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)<sup>46</sup> representou a entidade que mais

---

<sup>46</sup> O Pensamento Nacional das Bases Empresariais é uma entidade não-governamental brasileira, de âmbito nacional, formada por empresários de todos os ramos da atividade econômica, de todas as regiões do país e de todos os portes de empresa, que lutam pelo aprofundamento da democracia nas diversas instâncias da nação - governos da União, Estados, Municípios, bem como entidades da sociedade civil - e pelo amplo exercício dos direitos da cidadania no Brasil.

se envolveu. Aparentemente, o empresariado seguiu à risca a postura de deixar a cargo do governo a educação pública. As tentativas eram às de influenciar os rumos da educação brasileira. Segundo Kuenzer (2002), as empresas gastaram muito em treinamento e contratação de escolas para oferta de cursos de atualização profissional. Nesse sentido, o governo de FHC (1994-2002) propôs uma série de reformas e projetos de Lei. Seguindo recomendações de organismos multilaterais e do empresariado, redefine-se o papel do Estado em relação às suas responsabilidades, quanto à garantia de direitos específicos, colocando-o na posição de mero gestor que define diretrizes e cobra resultados.

No entanto, regressando um pouco, no período do Brasil República, a preocupação era que a escola desse assistência aos desvalidos, disseminasse o valor disciplinador do trabalho e atendesse as necessidades da indústria nascente. A intenção primeira, segundo Kuenzer (2002), utilizando-se de trabalhos manuais e atividades práticas era educar pelo e para o trabalho. Educar uma grande classe produtiva, empregar todos os esforços no sentido de formar, senão a consciência industrial por meio da moral cristã (que considera o trabalho uma atividade restauradora e dignificadora do homem prevenindo-o do vício), a ideologia liberal do trabalho como um valor que gera o progresso nacional.

Em diferentes momentos históricos, pode-se observar que o interesse do capital é conformar sujeitos pela inculcação de uma ideologia. Na atualidade, o objetivo é que o sujeito aprenda a valorizar o mérito individual, a mudança, a flexibilidade, a insatisfação “saudável” com o nível de aperfeiçoamento conseguido, a participação, a busca constante do novo, a competição, ou seja, favorecedores do aumento da produtividade e da intensificação do trabalho e de sua exploração. O foco está nas conquistas individuais, atributos que garantirão a tal empregabilidade.

Para Ferretti (2002), aos ganhos da empresa, pela utilização de tais atributos, soma-se a transferência para o trabalhador da responsabilidade por sua contínua formação, sendo que será visto como não identificado com os objetivos institucionais e, portanto, responsável pela sua própria demissão. Tais valores vêm associados, de acordo com o modelo de competências, à aparente negociação e cooperação. Ferretti (2002) alerta para o fato de que dependendo da forma como se estrutura o trabalho educativo, os alunos acumularão perdas em relação aos conteúdos ao invés de benefícios.

Em termos gerais, a incorporação da indústria moderna de alta ciência, ao mesmo tempo, que simplifica o trabalho operacional, levou a escola, ao atender o capital, a reproduzir suas condições sociais e econômicas.

[...] A ciência, o desenvolvimento social [...], ao pertencerem ao capital, aumentando sua força produtiva se colocam em oposição objetiva ao trabalhador. Assim, o conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, aprofundando a alienação dos trabalhadores. [...] Tanto as relações sociais e produtivas como a escola educam o trabalhador para a divisão econômica. A escola se constitui como uma das formas de materialização desta divisão. Ela é o espaço de acesso ao saber teórico desvinculado da práxis, representação abstrata do pensamento. Assim, a escola expressa e reproduz esta fragmentação através de conteúdos, métodos e formas de organização e gestão (KUENZER, 2002, p.79/80).

O que se busca é um perfil profissional de trabalhador com preparação técnica, unilateral, parcial do trabalhador, a qual se opõe à visão do trabalho como princípio educativo, isto é, de produtores “omnilateralmente desenvolvidos”, capazes de transformar a natureza, dominar o conhecimento do processo de trabalho e decidir sobre o seu uso social. O que significa não apenas executar, mas, segundo Ciavatta (2002), decidir sobre os fins e a organização da produção.

Portanto, com uma visão produtivista da educação tem-se um ensino tecnicista em que a tecnologia, ao invés de possibilitar a reunião do trabalho fragmentado, contribui, no entanto, para a ampliação da alienação do trabalhador.

Assim, também na educação, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle, inserindo-se, no processo mais geral de gerenciamento das crises, no interesse da manutenção da ordem vigente. Para Saviani (2002), a educação passou a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção e, não apenas de consumo.

Essa relação trabalho/educação permanece escamoteada num discurso abstrato de sociedade democrática, em que o trabalho aparece como meio que cria e assegura riquezas, indistintamente, para todos os homens, (BIANCHETTI e PALANGANA, 2000) e a escola seria o meio de ascensão social dos indivíduos. A escola expressa os consensos e práticas possíveis em um espaço escolar ou não escolar atravessado por relações de poder, concepções teóricas, ideológicas e políticas, também, contraditórias. Assim, o trabalho como a escola têm dimensões contraditórias: é ao mesmo tempo educativo e deseducador, qualificador e desqualificador (KUENZER, 1992). Enquanto não for historicamente superada a divisão entre capital e trabalho, não haverá possibilidade de existência de

práticas pedagógicas autônomas, apenas contraditórias cuja direção dependerá das opções da escola.

Portanto, a contradição pertencente a esse processo torna necessário que o planejamento educacional e a organização curricular sejam repensados.

Ocorre que, para contar com um trabalhador com as características exigidas pelo novo momento, é imperioso abandonar aquela concepção de currículo cuja característica está assentada numa ampla diversidade de conteúdos, porém pouco aprofundados, e assumir a necessidade de voltar às disciplinas básicas, que se supõe possibilitam a aquisição e/ou desenvolvimento daquelas competências requeridas pelo trabalho flexível, automatizado e integrado. Já no que se refere à relação entre ciências/disciplinas, falar hoje do quanto a interdisciplinaridade é imprescindível deixou de ser um deleite intelectual ou um modismo. O aporte ou a colaboração de todas as disciplinas para formar o novo trabalhador é uma imposição do novo momento histórico e não algo que depende apenas da vontade das pessoas (BIANCHETTI E PALANGANA, 2000, p.13).

O movimento exposto de adoção pela escola das demandas do sistema produtivo e a intenção da empresa em abocanhar o sistema educacional de vez, implica verificar as intenções dos empresários, e o enredo que está por trás desse processo.

#### 1.2.2 A retomada da TCH pelos empresários

As mudanças existentes no campo educacional desenvolvem-se concomitantemente às modificações ocorridas no sistema capitalista. De acordo com Paiva (1990), sempre existiu uma fricção entre a qualificação disponível e as exigências do mercado. Vimos que a educação pública e laica passou, por influências do capitalismo, a ser relacionada a fins econômicos. Como instituição social de abrangente influência e única instituição de obrigatoriedade tem sido utilizada como meio de reproduzir a cultura definida como universal, assim reproduz a ideologia capitalista. A escola é uma instituição social atravessada por interesses em disputa entre diferentes classes e grupos sociais. Assim, a ênfase no papel econômico da escola será um fenômeno do século XX.

Para Frigotto (1993), as transformações no modelo de regulação social no qual se busca, a todo custo, a diminuição de intervenção do Estado nas áreas sociais, são expressões de uma crise da regulação capitalista, iniciada nos anos 30 – com forte intervenção estatal – que se mostrou incapaz de ter continuidade em decorrência das próprias modificações neste modo de produção.



Isto se deve à reestruturação produtiva, que em virtude da crise do capitalismo, alterou não só as relações de produção, a educação passou por diversas críticas. A principal delas é a de que não estaria atendendo aos requisitos do mercado e, assim, como se fosse algo simétrico, não estaria disponibilizando mão-de-obra qualificada às empresas, impedindo-a de produzir melhor e ser competitiva frente ao mercado de flexibilidade que se instaura.

Assim, os anos de 1990 se iniciam pautados por um descrédito quanto à capacidade do Estado em administrar a crise econômica de forma eficaz. O que há de novo neste processo é a preocupação e o discurso de reformulação vindo de bases organizadas pela classe empresarial. Há uma acentuação empresarial quanto às políticas educacionais. Verificam-se mudanças significativas na estrutura de representação dos interesses do empresariado industrial. Este processo tem múltiplas alternâncias nacionais e internacionais, cujas relações não se vêem à primeira vista. As organizações internacionais contribuem para isso, transformando um discurso em global.

No cenário brasileiro, observou-se uma diversificação das organizações corporativas oficiais e associações independentes. E ainda, pode-se verificar uma modernização das organizações tradicionais, das federações, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Isto implicou maior representação e capacitação das entidades e enfrentamento do movimento sindical. Com a Nova República, em 1985, os empresários passaram ter presença mais ativa na arena política, disputando cargos eletivos com uma bancada de cerca de 32% no Congresso Constituinte. Na mesma época, também, foi criada a União Brasileira dos Empresários (UBE) com a finalidade de influir na elaboração da nova Constituição.

Além disso, nesse período, observou-se o surgimento de novos tipos de organizações. Pode-se destacar o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e os Institutos Liberais<sup>47</sup>. O objetivo a que se propõem é a formulação e difusão de visões alternativas que contemplam, desde a redefinição do papel do empresariado até à elaboração de um projeto nacional. De

---

<sup>47</sup> Instituto liberal foi criado em 1983 por um grupo de empresários. Propõem-se a trabalhar na difusão dos princípios do liberalismo que consideram os mais eficazes para a promoção do bem-estar moral e material dos indivíduos para a superação das desigualdades e para a eliminação dos privilégios da sociedade brasileira.

acordo com Laval (2003), o movimento de reabilitação da imagem da empresa, baseou-se nesta, como um lugar onde todas as dimensões do homem eram levadas em conta. A empresa não era mais um local profano, mas antes de tudo, um espaço cultural. Uma impressionante literatura abordou esse tema.

Dentre a literatura empresarial, a CNI dispôs do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) encarregado de analisar as tendências e as necessidades do setor industrial, no plano da educação técnico profissional. O IEL foi criado em 1969 com o objetivo de sensibilizar e envolver as universidades públicas e privadas na defesa das necessidades da indústria nacional. Em 1992, o IEL elaborou o projeto Pedagogia da Qualidade, com o apoio do CNI, SENAI e SESI, coordenou o Encontro Nacional Indústria-Universidade sobre Pedagogia da Qualidade e realizou mais 16 encontros estaduais (GENTILI e SILVA, 1994).

O IEDI refletiu mais claramente o ideário dos empresários que se articularam por pesquisas e colaboraram no documento “Mudar para competir – A nova relação entre competitividade e educação, estratégias empresariais”. Neste documento, segundo Gentili e Silva (1994), após uma análise do esgotamento do modelo de organização fordista e de caracterizar a especificidade da nova base técnica vinculada, sobretudo à microeletrônica e à informática, apontam a questão educacional particularmente uma sólida educação básica geral, como um elemento crucial à nova estratégia industrial.

O movimento empresarial incentivava a ruptura de uma imagem empresarial como um segmento fraco, dependente do Estado e destituído de visão pública para uma visão moderna. As novas organizações visavam à renovação do pensamento empresarial. A partir desses movimentos que se têm as publicações de documentos, palestras e encontros, bem como as mudanças na legislação educacional que vislumbram o empresariamento da educação.

De acordo com Bueno e Pelandré (2005), o capital privado tem pressa; as mudanças acontecem de forma muito acelerada, a economia tem que crescer, ser competitiva para garantir a sobrevivência do capital. Contudo, a escola, o sistema educacional, não tem acompanhado esses interesses. Nesse sentido, quando a empresa assume a escola, esta perde o seu espaço e, de certa forma, o controle sobre o processo de escolarização.

As empresas acreditam ter tanta clareza no que deve ser feito pela educação, que o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária publicaram em 1999 o documento intitulado “O que as empresas podem fazer pela educação”. O documento propõe aos empresários parcerias tanto com escolas quanto aos órgãos regulamentadores em educação. Apresenta o que intitula serem os principais problemas em educação e um passo a passo com as formas de atuação. Mostram-se casos de sucesso para serem utilizados como exemplo e motivação. O documento afirma que a responsabilidade pela educação é do governo, mas a participação dos empresários é crucial e que a iniciativa privada é capaz de fazer melhor pelas políticas públicas do que o Estado. O objetivo do documento é de construir um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

Na “Sociedade do Conhecimento”, a escola deve servir aos desígnios do mercado, e de acordo com Laval (2003), o conhecimento passa a ser um recurso que, se acredita, engendra rendas mais importantes e proporciona posições mais vantajosas. Deduz-se que a relação educativa deve ser regida por uma relação do tipo mercantil, ou deve imitar o modelo do mercado. Para Bueno e Pelandré (2006), o processo de modernização a partir da utilização de inovadoras tecnologias de informação, e a grande competitividade do mercado, desencadeado com mais intensidade no Brasil, na década de 1990, despertou na empresa o interesse em primeiro incentivar, e depois, promover as condições que possibilitassem a escolarização de seus trabalhadores.

Assim, o entendimento da educação como investimento produtivo em vista de um rendimento individual, possui um imenso alcance e uma ampla difusão. Por via das organizações econômicas e financeiras internacionais, essa concepção constitui, hoje, o fundamento ideológico da nova ordem educativa mundial. Esse pensamento tem adesão dos OI e governos ocidentais, porque ela propõe uma estratégia de “crescimento duradouro” e dá uma justificativa econômica para as despesas educativas.

Em sua dissertação, *Quando a empresa assume a escola*, Oliveira (2006) destaca três razões para a participação dos empresários nas questões da educação: a familiaridade dos empresários com as políticas educacionais; a complementaridade das ações do governo; e o ganho da empresa em relação ao nível educacional da comunidade onde está inserida. Frigotto (1993) acrescenta a isso, a razão pela qual a escola é extremamente

necessária ao sistema capitalista monopolista, para a realização de mais-valia, e garantir a competitividade. Não é por acaso que as despesas públicas em educação representam, segundo Laval (2003), cerca de 5% do PIB dos países desenvolvidos e 4% nos países em desenvolvimento. Somente a UNESCO gasta 2.000 bilhões em educação, e os EUA representam um terço desse mercado global na área.

A teoria de que o progresso do país dependia do investimento na educação das pessoas, e que o Estado demonstra-se incapaz de segui-la à risca, serviu de argumento aos empresários para passar a acreditar na educação como solução para os problemas sociais enfrentados. A Teoria do Capital Humano ressurge mostrando quanto este reaparecimento está relacionado à crise pela qual passa o capital na sua versão globalizada. O objetivo é ocultar o exacerbamento da exploração capitalista neste final de século.

A TCH proporcionou conseqüências tanto às políticas educacionais, que passaram ser ditadas pelo mercado, quanto ao deslocamento da noção de qualificação, que se reduziu do nível social para o individual. Nesse sentido, a Teoria do Capital Humano<sup>48</sup> serviu de principal argumento para superar os problemas econômicos e as conseqüências advindas da crise. A Teoria do Capital Humano promoveu um deslocamento na ênfase da função da escola como âmbito de formação para voltar-se ao foco do emprego.

Segundo Cattani (1997) e Oliveira (2001),<sup>49</sup> a TCH apresenta-se sob duas perspectivas articuladas. Na primeira, a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. A "qualidade" da mão-de-obra obtida graças à formação escolar e profissional potencializaria a capacidade de trabalho e de produção. Os acréscimos marginais de formação proporcionariam acréscimos marginais superiores de capacidade produtiva, o que permitiria maiores ganhos para empresas e, também, para os trabalhadores. No que concerne à educação, essa versão do utilitarismo racional supôs que a formação aumentaria a produtividade. Quanto mais o indivíduo investisse na autoformação, na constituição do seu "capital pessoal", tanto mais valor terá de mercado. Apresenta-se, então, a relação qualificação profissional igual à produtividade.

---

<sup>48</sup> A Teoria do Capital Humano é uma derivação da teoria econômica neoclássica e, ao mesmo tempo, uma atualização, do axioma liberal do indivíduo livre, soberano e racional. A TCH foi desenvolvida na década de 1960 por Theodore Schultz (1902-1998) e Gary Becker (1930- ) que mais tarde (1979) receberam o prêmio Nobel de Economia.

<sup>49</sup> Texto acessado em meio eletrônico em 2004, conforme referência.

Na segunda perspectiva, a Teoria do Capital Humano destaca as estratégias individuais com relação a meios e fins. Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo-benefício no que diz respeito à constituição do seu "capital pessoal", avaliando se o investimento e o esforço empregados na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado no futuro. Porém, os indivíduos são desigualmente dotados. Para alguns, a formação exigiria muito mais esforço que para outros, chegando ao ponto do gasto de tempo e de esforço serem superiores aos rendimentos no futuro. Continuar ou não os estudos seria, portanto, uma decisão pessoal. Segundo Cattani (1997), cada indivíduo investiria aonde fosse rentável, assim, a escola seria neutra, e o cálculo dos agentes adaptar-se-ia de forma a maximizar seus ganhos, em face das dificuldades impostas pela realidade social. Vê-se assim, a relação qualificação profissional igual a melhores salários.

Alusões à idéia de que o aperfeiçoamento da força de trabalho eleva a eficiência do trabalho e do capital encontram-se nas obras de Adam Smith, H. Von Thunen, Irving Fischer e Alfred Marshall, que avançaram na tese de que o homem era fonte de capital econômico. Porém, essa idéia foi contestada. Os aumentos de produtividade eram explicados: pela capacidade gerencial, intensificação do trabalho, eficiência da política econômica, ou, mais freqüentemente, pela incorporação do progresso técnico. (CATTANI, 1997). O incremento da produção está diretamente ligado ao uso da tecnologia, ao contrário da tese da correlação entre investimento em formação e produtividade.

A educação escolar, em meio ao contexto atual, marcado pela presença de novo simbolismo cultural, no qual a palavra central passa ser a competitividade, deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, no entanto, transformou-se em um instrumental de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2001).

O discurso empresarial propagado considera que um investimento maior na Educação Básica poderá representar a única possibilidade real de reversão das desigualdades sociais. Contudo, contraditoriamente, a defesa de uma maior atenção à educação não se traduz em uma reflexão crítica, sobre as conseqüências nefastas advindas da internacionalização econômica, na qual a maioria das nações do Terceiro Mundo participa subordinadamente. Desta forma, Oliveira (2001) coloca que a apologia à

competitividade expressa uma saída ideológica para uma situação de difícil resolução nas nações em desenvolvimento.

O entendimento da educação comparada a um investimento produtivo tomou corpo na área econômica, a ponto de estimular um campo específico de pesquisa e de reflexão, a Economia da Educação. Segundo Cattani (1997), o economista Kenneth Arrow, prêmio Nobel em 1972, contestou a existência de ligações positivas entre: educação e produtividade, educação e salários. Na sua Teoria do Filtro, procurou demonstrar que a educação, operária principalmente, é um processo de seleção dos indivíduos, ou seja, reforça a estratificação social. Outros autores também discutem essa posição, sob outros pontos de vista, como por exemplo, Bourdieu e Passeron (1975).

No Brasil, segundo Cattani (1997), as idéias de Schultz inspiraram inúmeros autores vinculados aos governos militares pós-64 (Simonsen, 1969; Langoni, 1974). Predominou, nesse período, a idéia de que, através de políticas educacionais impostas de forma tecnocrática, seria possível promover o desenvolvimento econômico. Wagner Rossi (1980), entre outros, demonstrou que havia uma grande diferença entre o discurso genérico e as práticas limitadas, resultando na manutenção dos privilégios dos setores dominantes.

A Teoria do Capital Humano provocou recentes redefinições do padrão de gestão do trabalho. Ela subsidiou a introdução de práticas e aos debates, os quais dizem respeito à segmentação do mercado de trabalho, à politecnia, à polivalência, à flexibilização e à qualidade total. Situando-se, também, no campo de discussão sobre o neoliberalismo em educação e sobre o papel da formação dos trabalhadores como elemento emancipador ou condicionador da ação.

A crise capitalista marcará o início da desarticulação dessa proposta com a revalorização do papel econômico da escola. Assim, a escola se constituiria num espaço de integração econômica formando o contingente da força de trabalho para o mercado tornar-se competitivo. O planejamento educacional transformou-se em uma atividade central nas políticas públicas. No entanto, o papel do Estado se resumiria a planejar, captar recursos e distribuir verbas. Essa desintegração produziu a progressiva privatização da escola.

Para Gentili (2002), passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo para uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve

adquirir. Morta a promessa do pleno emprego, cabe ao indivíduo definir suas opções. A desintegração da promessa integradora deu lugar a promessa da empregabilidade (GENTILI, 2002). Assim, não é o empresário que garante emprego vitalício ao trabalhador; agora é o trabalhador que tem que ser empregável. A empregabilidade no discurso empresarial, segundo Casali et al (1997), exigiria a busca de novas fontes de geração de empregos e no incremento dos investimentos em educação. No entanto, a empregabilidade não deve ser uma carga atribuída, exclusivamente, ao trabalhador ou ao desempregado. É propriamente, um encargo social, que todos esses interlocutores devem assumir e realizar, coletivamente. É uma tarefa política.

A escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva. Em tese, se a escola não consegue realizar o seu papel como integradora econômica as possibilidades de integração cultural, política e social estariam comprometidas, impedindo o desenvolvimento dos indivíduos e das nações.

Um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, e isto não significa que por aumentar suas condições de empregabilidade todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado. Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos. O indivíduo seria um consumidor de conhecimento e na condição de competir deve escolher as opções que melhor o capacite.

Assim, os empresários teriam a obrigação de prover treinamento, de estimular e facilitar a formação e, como cidadãos influentes, de apoiar e exigir do Estado qualidade na educação. Casali et al (1997) afirma que por esse processo são responsáveis o indivíduo, o Estado e a empresa. Esquecendo-se da escola. A escola só é lembrada para justificar a não empregabilidade do indivíduo. Portanto, o argumento ideológico para reforçar a TCH é o de que se existem pessoas desempregados, é por que a educação não deu conta, “se formaram, educaram ou qualificaram mal”, a culpa é da escola (FRIGOTTO, 1997) ocultando o contexto econômico em que este indivíduo está inserido.

Já, a educação teria valor econômico, porque dela depende o desenvolvimento econômico. Educação e desenvolvimento se relacionam, mas nem sempre de forma positiva. A existência do “desenvolvimento” implica miséria e desigualdade. Vive-se um particular “modelo de desenvolvimento” que contraria a simplória afirmação de que a educação é a chave do cofre da felicidade (GENTILI, 2002, p.57). Se a tese de TCH fosse

confirmada, o aumento da escolarização na América latina promoveria o aumento na renda dos mais pobres. Portanto, precisa-se ter claro que a TCH está esgotada, o nível de escolaridade não é mais, em si, condição de emprego nem de desenvolvimento. A escola não é a instituição responsável por isto, nem capaz de resolver esta situação. O desenvolvimento econômico, não necessariamente, representa acréscimo ou melhoria.

A desigualdade social existente na sociedade brasileira não se explica, exclusivamente, por uma distribuição desigual do conhecimento, mas, sim, pelas próprias características deste modelo econômico que tende a concentrar, de forma contínua, a riqueza historicamente produzida.

A incoerência da TCH é vista no sentido de que o próprio acesso à produção cultural é reflexo das desigualdades geradas por este modelo de produção. Conseqüentemente, não poderia a educação corrigir aquilo que se edifica na própria estrutura econômica existente. Assim, a TCH apresenta um viés empiricista e pauta-se num referencial epistemológico nitidamente positivista, em que o modelo de análise não consegue visualizar a totalidade dos fatores, que determinam as relações sociais. Este tipo de abordagem considera o indivíduo com uma racionalidade tal, que é capaz de escolher, livre das pressões externas, quais devem ser os melhores caminhos traçados para alcançar o seu sucesso econômico. Trata-se de uma teoria incapaz de fazer algum tipo de explicação real do sistema capitalista, e termina por ser apologética desta.

Oliveira (2001) aponta que, como contraponto a essa teoria, há de ser visto, que a produtividade não decorre só, e nem primordialmente do aumento da qualificação, mas principalmente da automatização do processo produtivo. Frigotto (1993) observa que o sistema capitalista busca, cada vez mais, retirar do trabalhador o controle do seu processo de trabalho. Assim, Frigotto (1993) se questiona: como haveria por parte do sistema capitalista a busca de uma maior qualificação do trabalhador se é, exatamente, o contrário o seu objetivo?

Segundo a Teoria do Capital Humano a maior escolarização leva à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função do aumento de renda que vem da sua qualificação. Ou seja, o aumento da produtividade, decorrente do aumento da capacitação, conduziria o indivíduo a se beneficiar com um aumento do seu salário. Esta relação de imediatismo retira da história a contradição, categoria essencial para se entender e superar



o capitalismo. Os fatos sociais não ocorrem no âmbito de particularidades individuais e não são, apenas, expressões de uma racionalidade humana.

Como demonstra Frigotto (1993), não basta apenas o investimento na formação e qualificação da força de trabalho, para haver um maior acesso à riqueza produzida por parte da população. A possibilidade de distribuição desta riqueza depende, exclusivamente, de uma mudança das relações de poder, e de uma modificação radical do sistema de produção.

Legitimam-se, assim, as propostas neoliberais de dismantelar o setor público, e transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado. Os processos educativos passam a pertencer a iniciativa empresarial, atendendo a interesses particulares, e localizados (GENTILI E SILVA, 1994). O utilitarismo privatista regido pela lógica do lucro substitui, assim, os princípios de igualdade de oportunidades, de democracia e de solidariedade que se articulam em torno da escola pública, unitária e politécnica sob a ótica da emancipação humana.

Em momentos anteriores, o que marcou o caráter das políticas educacionais no Brasil foi a vinculação das mesmas aos projetos desenvolvimentistas implementados em diversos governos. No momento atual, o teor destas políticas definem-se pelo caráter de reestruturação do Estado, bem como da adaptação do sistema educacional aos ditames do processo de globalização. Contudo, ainda que com características distintas, nesta nova fase das políticas educacionais, constata-se o incremento da influência de organismos internacionais, fortalecendo o seu poder de definir, direta e indiretamente, os rumos que devem ser seguidos pelo governo brasileiro nessa área. A TCH tem sido a grande norteadora teórica das reformas educacionais implementadas, nesta última década.

O capital, para manter sua capacidade de acumulação, está avançando também sobre a esfera educacional, promovendo uma mercantilização da educação. Turmina (2005) nos oferece uma indicação do porquê de os empresários estarem tão empenhados em assumir e desenvolver estratégias para promover a satisfação das necessidades de seus trabalhadores.

Será que a afirmação de Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* poderia ser invocada para desmascarar o que não está explícito? [...] toda a necessidade constitui uma oportunidade para se aproximar do vizinho, com amizade fingida, e lhe dizer: 'Caro amigo, te darei o que precisas, mas conheces a *conditio sine qua non*; sabes com que tinta terá de escrever para mim a tua assinatura; irei burlar-te enquanto te causo prazer (TURMINA, 2005, p. 165).

Seguramente, essa inserção dos empresários à educação tem um preço, e este é alto. Busca-se mercantilizar a educação como produto e considerá-la despropósito dos espaços escolares. Conforme Drucker (1993) o ensino não pode ser monopólio das escolas. Acredita-se que a educação precisa permear toda a sociedade e todas as organizações devem se transformar em instituições de aprendizado e ensino. Os empresários pregam que as escolas devem, cada vez mais, trabalhar em parceria com os empregadores e suas organizações. É nesse sentido, que as empresas passam a organizar a educação dentro e fora da sua estrutura física.

Como coloca Turmina (2005) parece que todos e todas as instituições têm mais a ensinar do que a tradicional instituição escolar. Para Paiva (1990), o que há de novo é uma convergência de setores conservadores e setores progressistas, tornando-se cada vez mais difícil uma clara identificação político-ideológica dos seus defensores. Paira uma aparente confluência de ideais entre educadores e empresários. Mas, qual será a concepção de educação que o empresário está empreendendo?

#### 1.2.2 A educação realizada pelo empresário

A TCH provoca no cenário empresarial a aderência ou a adesão à educação. Com a globalização, o empresariado contribui para o fortalecimento de um falso Estado mínimo ao assumir políticas sociais e ao adotar a educação para si. Essa preocupação, esse voltar-se à educação pelos empresários nos faz questionar o porquê desse olhar, para quê e qual a concepção de educação é proposta.

Ferretti (2002) e (1995) destaca quatro movimentos sobre a inserção do empresariado na educação que podem ser percebidos em documentos publicados pela categoria. O primeiro é o reconhecimento dos empresários das transformações econômicas de caráter global, dos ganhos de produtividade e adoção de novas formas de gestão e das exigências decorrentes da qualificação de recursos humanos, e em consequência das demandas, que passaram a ser feitas ao sistema escolar.

O segundo movimento trata do diagnóstico sobre a educação brasileira e ressalta as condições precárias da estrutura física da rede escolar pública, as mazelas de captação e alocação de recursos realizados pelo Estado e, como caudatária das deficiências

identificadas, da baixa qualidade do ensino público. Tal diagnóstico é sempre comparado aos de outros países.

A proposição de transformação profunda no sistema de ensino brasileiro e a universalização da educação básica representam o terceiro movimento. Esta proposição no sistema de ensino objetiva assegurar o Ensino Médio sob o pressuposto de que qualquer política de crescimento econômico, produtividade e participação competitiva no mercado internacional, assenta-se sobre a universalização do ensino de qualidade pelo menos, na Educação Básica.

O quarto movimento seria a formulação de propostas a fim de que os empresários participassem, de forma decisiva, da elevação do nível de escolaridade da população, tendo em vista a demanda da produção. As sugestões vão desde auxílio às escolas, à criação de escolas, ou sistemas próprios. Em publicações, o empresariado exigiu a sua participação efetiva, juntamente com os outros segmentos da sociedade, na gestão das instituições educacionais.

Para além das expectativas sobre a necessidade de reforma do sistema educacional, naquilo que depende da organização do Estado, outras agências, ligadas a empresas, buscam interferir no processo de educação, lançando referenciais para inovações estratégicas, fundamentadas nos novos paradigmas. As ONGs, os OI e as empresas privadas ao encarar as novas políticas sociais não deveriam manter-se isentas de um exame de suas estruturas internas, de suas lógicas perversas e dos desníveis entre seus discursos autolegitimadores e seus comportamentos efetivos. Ao assumir esta postura, Roggero (2000), questiona se esse complexo de instituições não teria, em algum momento, de passar por uma reforma profunda, equivalente à que está se aplicando aos governos nacionais? Que efeitos não desejados terão aquelas políticas desenhadas por organismos que não são controlados politicamente pelos destinatários das mesmas? Que formas e relações de poder reproduzirão em escala ampliada este marco institucional?

De acordo com Ianni (2002), tudo o que diz respeito à educação passa a ser considerado uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital; o que influencia decisivamente os fins e meios envolvidos, de tal modo que as instituições de ensino tornam-se organizadas segunda a lógica da empresa, corporação ou conglomerado. Esta não é a proposição dos demais atores envolvidos. Essa aparente convergência de idéias e

proposições tem incomodado os educadores e intelectuais das mais diversas origens. Embora haja algumas diferenças quanto a ênfases, focos e prioridades, percebe-se naquilo que os documentos trazem de essencial, a produção dessa artificial ressonância intersetorial (ROGGERO, 2000).

Outro precioso instrumento pedagógico dos empresários é o discurso da auto-ajuda. Em sua dissertação Turmina (2005) nos mostra que a auto-ajuda é um “recurso pedagógico” das empresas que têm por objetivo (manter) equilibrar adequadamente a relação quadro funcional/salários, procurando habilmente extrair o máximo de ‘qualidade’ e produtividade dos trabalhadores. O discurso do investimento em “si mesmo”, pode ser questionado como meio de garantir inserção profissional, uma vez que, desconsidera o contexto político, social, econômico de que as pessoas fazem parte. Da forma “como o discurso é articulado, a força de vontade parece ser o único fator responsável pelo sucesso; e a falta dela, pelo fracasso na busca profissional” (2005, p. 64)

As empresas destacadamente sucedidas trouxeram a escola para dentro de suas empresas. Cruz (2000) em seu estudo desenvolvido na Sadia indica, que a escola dentro da empresa legitima a filosofia da empresa, e contribui para a conformação dos trabalhadores às necessidades demandadas pelas mudanças estruturais. Além disso, as empresas que dispõem de escolas, possuem um diferencial competitivo, no que diz respeito ao nível de capacitação de seus funcionários, fornecedores, clientes e até mesmo das comunidades onde atuam.

Nesse sentido, o discurso empresarial apregoa que a escola, sozinha, não desenvolve nos trabalhadores os conhecimentos e habilidades necessárias ao mundo do trabalho. Fernandez Enguita (1989) alerta para o discurso de que a escola deve ser transformada em parceiro formal das instituições empregadoras. Dessa parceria deve resultar uma “atuação da escola voltada ao atendimento das necessidades mais prementes do aluno-presente-futuro-trabalhador e que se caracterize por transmitir um conhecimento num novo sentido, como coisa útil, como meio para obtenção de resultados sociais e econômicos” (BIANCHETTI, 2001, p.151).

Algumas questões contribuíram para isso. Roggero (2000) aponta o desenvolvimento da telemática (meios para a organização da educação) e as reformas educacionais de 1990 como abertura para o funcionamento de uma série de cursos e

modalidades. Assim, os focos de atuação da empresa em educação puderam ser variados. Dentre as modalidades realizadas estão: Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (Educação profissional) e Ensino Superior Tecnológico.

A empresa, ao investir em Educação Básica, volta-se ao seu público interno, para os seus funcionários que, ainda, não têm formação completa. Para a empresa, possibilitar essa formação é vantajoso financeiramente, no sentido em que aproveita seu funcionário, pelo conhecimento técnico adquirido na função, ao invés de contratar e treinar outro. Dessa forma, as empresas contratam instituições de ensino para oferecer formação escolar básica. A EJA também é oferecida aos funcionários como cumprimento de exigências legais, mas em algumas ocasiões pode ser ofertada à comunidade como forma de valorização desta na comunidade em que está inserida. Nestes casos, há uma preocupação com o saber escolar estritamente necessário à função, isto mostra o descaso com a formação ampla e cidadã (FERRETTI, 2002).

Além da promoção de cursos no interior das empresas, o empresariado aposta na intervenção junto às escolas. O empresário geralmente atua localmente, participando da gestão da escola, e, através das confederações, que têm acesso ao poder; assim, propõe e cobra por políticas educacionais. Para isso, os empresários acreditam que se deva iniciar pelo Ensino Fundamental. A partir desta crença, publicou-se o documento “Ensino Fundamental e Competitividade Empresarial – uma proposta para ação do governo”. No documento, os empresários conclamam o governo a participar. Nesse sentido, argumentam: “por mais que os empresários se envolvam diretamente com as escolas, o efeito dessas intervenções será sempre limitado” (SILVA FILHO, 2002).

A solução para obtenção de seus resultados, então, passaria pela escola pública, assim atuariam na educação, mas não assumiriam essa responsabilidade em nenhum âmbito. E, esta é a proposta do documento, que na sua primeira parte demonstra a realidade do Ensino Fundamental quanto à sua eficiência, qualidade e financiamento. Desta forma, aponta-se dados preocupantes sobre o acesso e a evasão, com isso, pretende-se mostrar a ineficiência do ensino. Como solução para os problemas educacionais, o documento indica estudos que denotam a necessidade aproximada de 300 dólares por aluno/ano para melhorar a remuneração dos professores. No entanto, o valor investido representa 200

dólares sendo que deste valor apenas 100 dólares realmente chegariam à sala de aula. Portanto, tenta-se provar que o problema não está na falta de recursos, e, sim, na sua má administração. Na segunda parte do trabalho apresenta-se propostas de mudança para o sistema escolar. Propõe-se um padrão mínimo de recursos e um sistema nacional de avaliação das escolas. Acredita-se que avaliações institucionais podem ajudar a traçar caminhos e, que sua comparação entre escolas permitiria a melhoria destas pela cobrança da sociedade.

O governo influenciado por essas idéias criou o Comitê de Educação da Comissão Empresarial de Competitividade (CEC). A partir dos anos 90, começou-se a difundir a centralidade da educação não apenas para o desenvolvimento socioeconômico em geral, mas para a determinação da posição relativa dos países num momento de reinserção e realinhamento no cenário internacional (ROGGERO, 2000). O CEC acredita que no passado, os anseios da oferta (educadores) e as necessidades da demanda (empresários) eram conflitantes. No entanto, hoje, querem mostrar que os anseios dos educadores se unem às necessidades dos empresários. E, que os problemas da educação são resolvíveis pela participação direta dos empresários.

Desta forma, Silva Filho (2002), propõe o aprofundamento de propostas para o financiamento do Ensino Fundamental, a revisão de responsabilidades do governo para cuidar do Ensino Fundamental, aumento da remuneração do professor e a avaliação como ferramenta transformadora. Assim, o objetivo dos empresários é estar “a serviço da educação, pressionando, participando, tentando buscar o engajamento da sociedade” (p.87).

No entanto, as recomendações para melhora de educação são apenas mecanismos de controle de qualidade pela sociedade e pelos órgãos públicos, um sistema de arrecadação e repasse de recursos. Ou seja, implementação de critérios de melhoria dos sistemas de avaliação e gestão eficiente dos recursos. De acordo com Silva (2005), os alunos são comparados a produtos, que ao estarem acabados, devem passar por processos de controle de qualidade, a fim de averiguar se estão em condições de inserção no mercado. A avaliação seria, então, um controle de qualidade dos produtos, ou seja, dos alunos. Com os egressos analisar-se-ia o desempenho do ensino e dos professores num sistema meritocrático. Assim, entram em cena os princípios administrativos de

flexibilização aplicados à educação, o controle de qualidade, gestão participativa, trabalho em equipe, responsabilização pelos resultados, pagamento por produtividade e premiação dos melhores desempenhos.

A Educação Profissional, dentro das empresas, é a modalidade muito mais comumente ofertada, tanto para os funcionários quanto à comunidade, como forma de agregar valor à marca, pelo reconhecimento da comunidade e possibilidade de ascensão profissional de pessoas carentes. Desta forma, isto não deixa de ser mais uma estratégia para formar exército de reserva à empresa. Os cursos e programas nascem das necessidades das empresas e obedecem aos reclamos do mercado e objetivam agregar valor a seus produtos e serviços<sup>50</sup>. A estrutura é modular e fazem uso intensivo das novas tecnologias de comunicação. Segundo Otani (2005), a linguagem didática deve estar em consonância com a era da informação.

A Educação Superior é uma modalidade muito vislumbrada pelas empresas. Neste nível de ensino, as empresas participam amplamente por meio de incentivos financeiros à pesquisas, em que têm-se a privatização do conhecimento e dos seus resultados. Nestes casos, os doadores impõem a utilização de suas logomarcas em tudo<sup>51</sup>. Já as empresas que possuem um setor de Recursos Humanos mais desenvolvido resolvem criar suas próprias universidades, intituladas de Universidades Corporativas.

Segundo Eboli (2004), a Universidade Corporativa procura enfatizar a difusão da idéia de capital intelectual, vocação para o aprendizado e autodesenvolvimento, além de retenção de talentos. Busca-se, além de atualizar seus funcionários, especializá-los em suas funções e fidelizá-los à empresa. No entanto, a formação recebida é tão específica às características e demandas da empresa e função desenvolvida, que o conhecimento adquirido só será válido, enquanto a atividade for exercida, fora da empresa, seu diploma não terá outra utilidade.

Como justificativa para sua criação, as empresas argumentam que as universidades “tradicionais” operam com perspectivas de médio e longo prazo, enquanto

---

<sup>50</sup> A avaliação do treinamento é instrumental e econômica e obedece aos seguintes critérios: 1) reação do participante, 2) o participante se sente qualificado? 3) o aluno aplicou no trabalho o que aprendeu? 4) a qualificação está gerando ou economizando dinheiro para a empresa? 5) aprendizagem x gasto (valeu a pena?).

<sup>51</sup> Sobre o patrocínio de pesquisas e escolas e as intenções do marketing, o livro *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*, de Naomi Klein (2006), trata como as empresas convertem o mundo em uma oportunidade de marketing.

que as empresas estão focadas na questão do lucro e em prazos mais curtos. Assim, segundo Piccoli (2005), as universidades ao resistirem a mudanças, alterações e inovações curriculares não conseguiram acompanhar a evolução profissional. Os empresários insistem em desvalorizar a formação da universidade formal por considerá-la incapaz de proporcionar a formação exigida pelo mercado. No entanto, na Universidade Corporativa, “a educação, os programas de capacitação, o desenvolvimento de competências e as pesquisas sempre estarão relacionados à área do negócio da organização” (ROGGERO, 2000, p.115).

A opção por UC se dá, por um lado, pela necessidade de obter respostas à sua atividade fim, uma busca por treinamento e desenvolvimento de acordo com os seus interesses operacional e estratégico; e por outro, pelo contexto de educação permanente gerar uma clientela, que cresce cotidianamente, ou seja, um grande mercado. Além disso, o financiamento da UC se dá, também, pela utilização dos serviços prestados pela empresa (PICCOLI, 2005), ou seja, é um excelente negócio.

Como afirma Meister (1999), a Universidade Corporativa se organizaria melhor as respostas das demandas por basear-se em alguns princípios como: programas com competências críticas; a sala de aula é relegada às múltiplas aprendizagens; há um delineamento do compromisso da empresa com a cidadania empresarial; estímulo para líderes se desenvolverem e criação de sistemas eficazes de avaliação. Desta forma, as Universidades Corporativas constituir-se-iam em um referencial de estudos para determinar as melhores práticas em educação.

Segundo Piccoli (2005), o currículo das UC incorpora a cidadania corporativa, a estrutura contextual e as competências básicas aos participantes. A estrutura programática tem a pretensão de aproximar a realidade organizacional das empresas, incrementar as possibilidades de pesquisa, servir como um incremento na arrecadação de recursos e potencial na captação de alunos. Como estratégia de validar as disciplinas, possibilitar o diploma e o contrato de docentes com conhecimento especializado e com experiência realizam-se parcerias. Essa é uma característica marcante, pois o Ensino Superior, Educação Básica e em alguns casos a Educação Profissional são realizados em parceria com alguma instituição escolar, pois, precisa-se certificar os alunos, isto, apenas, porque a LDBEN ainda não permite emissão de certificados por empresas.



Por conseguinte, ao atuar no âmbito educacional, as parcerias com escolas são muito importantes para o sucesso do treinamento de alguma forma. Os empresários advogam em causa própria: “nós não queremos mais ser considerados como caixa, mas como verdadeiros parceiros. Isso significa participar da definição de projetos, determinar objetivos, método e meios, depurar competências e responsabilidades de cada um quanto aos programas escolares” (LAVAL, 2003, 250). Há um crescente incentivo, atualmente, feito com ênfase pela mídia, às empresas para que "adotem" escolas e façam ingerências sobre as práticas existentes, no que se refere ao processo ensino-aprendizagem. Também, ao contrário é incentivado que parcerias escola-empresa, ainda, poderão dar muito certo.

Segundo Roggero (2000), ações desse tipo não representam novidade no campo educacional e, certamente, há inúmeros fatores criticáveis na sua inserção, mas a receptividade dos educadores que atuam nas escolas não se mostra, via de regra, marcada pela resistência.

A princípio, tem-se boa receptividade por este tipo de iniciativa de agentes, pois contraditoriamente, não estão ligados diretamente ao sistema educacional. Assim, estas propostas são vistas como uma contribuição, a partir de outras leituras, que não às da escola, referentes às transformações do mundo contemporâneo, numa visão interdisciplinar. Outro fato que causa adesão às idéias empresariais é o aparente compartilhamento de responsabilidade no que se refere ao processo de qualificação. Além disso, Roggero (2000) estabelece uma convergência das propostas em relação aos novos requisitos de qualificação, "legitimando" a prática dessas parcerias.

No caso das propostas articuladas pelo empresariado nacional, Roggero (2000) ressalta o fato de que essa articulação não representa a totalidade da categoria, mas uma pequena parcela da ponta do setor moderno. Seja nos documentos que apontam a visão do empresariado nacional, seja nos relativos às políticas públicas, e mesmo naqueles que apontam as propostas das centrais sindicais, está presente uma reivindicação de parcerias, indicando que a resolução dos problemas a serem enfrentados interessa a todos os atores sociais. Essas parcerias dizem respeito, principalmente, às fontes de financiamento da formação profissional, que se limita aos requisitos de qualificação exigidos pelas empresas de ponta do setor moderno.

A educação profissional oferecida pelas empresas não pode ser considerada uma qualificação profissional em si, mas um treinamento, ou seja, adestramento, um tornar-se capaz, apto. No entanto, autores como Nilo Otani (2005) apontam que houve na empresa uma mudança qualitativa e de paradigma do treinamento para a aprendizagem corporativa. E continua: as mudanças significativas estão no desenvolvimento da essência para a empresa ao invés de apenas atualizar qualificações. Os treinadores incluem-se, além dos professores, dirigentes das empresas. A meta é solucionar problemas e melhorar o desempenho no trabalho em uma aprendizagem contínua.

A criação de um ambiente de aprendizagem é fundamental para dar resposta a um ambiente exigente, complexo e dinâmico. Para Otani (2005), a existência dessa cultura depende do vínculo e das relações entre pessoas e organizações. Para Senge (2000), o cerne do trabalho das organizações que aprendem, baseia-se em cinco disciplinas: 1) Maestria pessoal, aprender a expandir nossa capacidade pessoal para criar resultados desejados; 2) Modelos mentais, visualizar nossos quadros internos do mundo e como eles moldam nossas ações e decisões; 3) Visão compartilhada, consenso e imagem compartilhada; 4) Aprendizado em equipe, aproveitar a potencialidade de cada um para o grupo; 5) Pensamento sistêmico, como mudar sistemas de modo eficaz e agir em melhor sintonia com os processos maiores do mundo natural e econômico.

Senge (2000) apresenta inúmeros motivos para uma organização tornar-se aprendente. O primeiro motivo citado é a possibilidade de alcance de uma vantagem competitiva, já que tendo acesso a informações, o funcionário poderá dar sugestões e melhorar a empresa, além de ter uma força de trabalho energizada e empenhada.

Outro motivo; seria a facilidade em administrar mudanças, pois as pessoas reagiriam com mais rapidez, uma vez que se supõe saberem antecipar mudanças futuras e como criar os tipos de mudança que elas querem. Assim, mudança e aprendizado estariam intimamente ligados.

Um motivo no mínimo intrigante que o autor apresenta, tenta nos convencer que, ao se tornar uma organização que aprende, cativa nos funcionários a verdade, e estes tornar-se-iam mais honestos e abertos. Outro; seria simplesmente porque “os tempos exigem”, por reconhecemos nossa interdependência quanto às soluções, às ameaças e à sobrevivência.

Contudo, o mais convincente seria o porquê supostamente se quer, “a razão mais forte para se construir uma organização aprendente é o fato de que queremos trabalhar numa delas, porque não existe nada que preferíamos estar fazendo com nossas vidas agora mesmo do que construir uma organização que aprende” (SENGE, 2000, p.11).

Para Senge (2005), o aprendizado é julgado por resultados. Desta forma, uma organização que aprende terá resultados melhores. Aprender em organizações significa testar continuamente nossa experiência, e transformar essa experiência em conhecimento – acessível a toda organização, e pertinente ao seu propósito central. Cada organização é produto da maneira como seus membros pensam e interagem. Esse espaço de aprendizagem contínua asseguraria vantagens competitivas permanentes.

De acordo com Bianchetti e Quartieiro (2006), as rápidas e constantes mudanças nas bases técnica e organizacional da produção; a preocupação em atender os requisitos para as certificações ISO; o interesse de se beneficiar dos incentivos estatais pela responsabilidade social; a competitividade no mercado; a garantia de maiores taxas de lucro, entre outros, fizeram a empresa implementar a “educação sob medida”. Os empresários “assumem” a instrução dos funcionários por vislumbrar, que esta adoção possibilite grande agilidade e alto nível de adequação ou aderência dos programas educativos às demandas do setor produtivo.

O desenvolvimento das pessoas na organização é fundamental para a manutenção e/ou ampliação de seu diferencial competitivo. Para Otani (2005), em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, não há dúvida de que as organizações devam se conscientizar da necessidade de investir em educação e na qualificação de seus colaboradores e parceiros como um elemento chave na criação de diferencial competitivo. A educação corporativa proporciona a capacidade de estar em processo contínuo de mudança, adaptando-se ou se antecipando nas condições ambientais internas e externas como fatores de competitividade.

Segundo Bianchetti e Quartieiro (2006), educação corporativa são todas as iniciativas e estratégias utilizadas pelas empresas ou corporações para oferecerem a instrução considerada mais adequada para “formar” seus funcionários e consumidores. Busca-se a fidelização de todos, a fim de se garantir, que os indicadores de produção e lucro da empresa mantenham-se indefinidamente em ascensão.

Para Otani (2005), a educação corporativa serve para identificar, difundir e aperfeiçoar as competências essenciais a fim de obter o sucesso de uma organização, procurando-se as condições favoráveis de inovação para um melhor ambiente interno e externo, com melhores resultados para o negócio. É um processo e uma mentalidade que permeia toda a organização, estimulando as pessoas a compartilhar os conhecimentos considerados críticos para o negócio da empresa criando e fortalecendo, uma rede interna e externa de relacionamentos. O aprender a aprender, a comunicação e a colaboração, o raciocínio criativo, o conhecimento tecnológico e de negócios globais, o desenvolvimento de liderança, o autogerenciamento de carreira são características de uma organização aprendente.

Nesse movimento há uma inversão histórica do que se entende por educação.

De um espaço público, laico, universal, gratuito para uma apropriação de um espaço público pelo setor privado[...] O modelo de capacitação profissional pela empresa não consegue se distanciar do formato utilizado, pois a intenção permanece a mesma: atender as necessidades específicas do mundo dos negócios. Ao mesmo tempo aponta a presidência de uma epistemologia, bem como de uma teleologia, jogando todo o peso da formação na utilização imediata e pontual de determinadas informações sobre o campo de atuação da empresa (BIANCHETTI e QUARTIEIRO, 2006, p.116).

O modelo de educação utilizado pelas empresas nem de longe se aproximam de uma concepção de educação. A formação é um processo bem diverso, de treinamentos de ordens instrumental e/ou comportamental praticados no interior das organizações. Há muitas críticas dos estudiosos em educação quanto à noção de formação permanente empregada pelo setor empresarial. Para Bianchetti e Quartieiro (2006), a educação é confundida com reciclagem, sendo uma aquisição de técnicas por meio de processos e adestramento e treinamento para saber empregá-las de acordo com as finalidades da empresa. A educação é inseparável da formação, e é por isso, que ela só pode ser permanente. Ainda de acordo com Bianchetti e Quartieiro (2006), a educação deveria estar relacionada a todos os sujeitos e em todas as suas dimensões.

No entanto, a Educação Corporativa é utilizada como um meio de obtenção de vantagem competitiva e também como possibilidade de entrada em novos mercados. Este diferencial é possível pela cultura de aprendizado criado. Para Piccoli (2005), o conhecimento agrega valor à organização pelo tratamento, que lhe é dado: a transferibilidade, capacidade de agregação (no ser humano e na produção), apropriabilidade, especialização. Assim, a educação corporativa mostrou ser, além de uma

aliada na busca pelos resultados da empresa, é mais uma forma de multiplicar a sua cultura e seus valores. Estudos de Piccoli (2005) mostram que os benefícios com a formação na empresa vão desde o aumento da produtividade a motivação dos funcionários com baixa em 50% de seu *turnover*.

Para Tofler (1980), o conhecimento é a fonte de poder da mais alta qualidade, é a chave para a futura mudança de poder. O conhecimento é difundível e se auto-reproduz, pode ser substituível, como também, transportável, e compartilhável. As novas idéias são fundamentais, mas não bastam: a organização deve ser capaz de criar, adquirir e transferir conhecimento. A aprendizagem deve ser constante, e o conhecimento atualizado, podendo continuar no interior das organizações.

Assim, na economia do conhecimento, a educação e a escola passam ser verdadeiras riquezas das nações. O capital social assume a educação do ponto de vista econômico. O ensino faz parte, simplesmente, das condições gerais da produção capitalista, no entanto, não é assumido como processo de trabalho pelos capitais particulares, mas sob a forma de capital de serviços. Segundo Fernandez Enguita (1993), nas fases menos desenvolvidas do capital, Marx coloca que, os empreendimentos necessitavam de um trabalho prolongado e, portanto grande desembolso eram efetuados pela comunidade ou pelo Estado e os produtos que exigiam um período mais prolongado eram fabricados pelo patrimônio capitalista.

Isto se pode aplicar ao interesse empresarial pela educação. Fernandez Enguita (1993), explica que, um capitalista individual pode ter interesse e estar disposto a assumir diretamente uma parte da qualificação da força de trabalho, que emprega ou vai empregar. Seguramente, a parte mais específica correspondente às características especiais da função que essa força de trabalho haverá de desempenhar, mas dificilmente terá interesse em assumir seu processo completo de formação. Por outro lado, uma porção do capital social pode-se dedicar a explorar esse processo concreto que é a qualificação da força de trabalho. A mercadoria força de trabalho exige um período de produção prolongado e, assim, um forte investimento de capital. Além disso, não se consome em um único ato, mas ao longo de toda vida útil do trabalhador, isto leva a que somente se venda sua utilização por tempo determinado (FERNANDEZ ENGUITA, 1993). Por isto a demanda do capital a educação se faz sempre em formações específicas e temporais.

Do ponto de vista do capital, tal processo não pode ser rentável em sua exploração, a menos que se realize invertendo em grande parte um patrimônio alheio. Significa assumir certos custos que só muito depois poderão ser progressivamente recuperados, claro em seu favor. De acordo com Fernandez Enguita (1993) o que os capitais individuais não assumem, o seu representante, o capital coletivo, ou melhor, o Estado, toma para si. Desta forma, o Estado atribui-se do processo de qualificação da força de trabalho da mesma maneira que à construção e manutenção das estradas. Esta pode ser uma das razões pelas quais o empresariado não se auto-responsabiliza pela educação. No entanto, esta não é a única razão pela qual o Estado avoca o ensino, mesmo porque, a qualificação da força de trabalho, também, não é a única função do ensino.

O motivo pelo qual o capital se introduz no ensino é simples: a saturação do capital que se produz nos setores já dominados por ele diminui a taxa de mais-valia, e a taxa de lucro e empurra os capitais excedentes para novos setores que, ainda, não tinham sido submetidos ao modo de produção capitalista ou à criação de setores inteiramente novos para se explorar (FERNANDEZ ENGUITA, 1993).

## CAPÍTULO II - A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA ESTRATÉGIA DO CAPITAL NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO

### 2.1 Histórico da Responsabilidade Social Empresarial

O tema de Responsabilidade Social está em voga e pode ser considerado uma questão relativamente, quando entendemos a evolução do conceito. As preocupações de caráter social surgiram muito antes do século XXI. De acordo com Guimarães e Rampinelli (2006), foi nos Estados Unidos no séc. XVII, que se constataram as primeiras preocupações. As empresas precisavam de uma autorização do Poder público para funcionar, na qual se verificava o atendimento aos interesses públicos. Em caso negativo as empresas eram fechadas. Essa realidade mudou a partir da Guerra Civil Americana (1861-1865) em que leis aprovadas davam prioridade aos interesses privados sobrepostos aos interesses coletivos.

Outros fatos, também, marcaram uma crescente preocupação da sociedade com as questões sociais. Dentre os marcos podem-se citar as manifestações contra a exploração dos operários em plena Revolução Industrial por condições de trabalho; a Guerra do Vietnã que despertou uma maior consciência ecológica;<sup>52</sup> o movimento de contracultura, que teve os *hippies* como representantes de um modo de vida alternativo e crítico ao capitalismo. Esses eventos de uma maneira geral, mostram um movimento de cobrança inicial ao Estado, e, a partir dos anos 60 do século XX, às instituições empresariais, sendo gradativamente transferido para o indivíduo, como co-responsável por resolver problemas sociais<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> A Guerra do Vietnã provocou a morte de 58.000 americanos e de mais de 1 milhão de vietnamitas. Esta guerra foi considerada uma guerra química por terem sido utilizados, pelos norte-americanos, recursos como o agente laranja, desfolhante que, lançado para debastar as florestas onde se escondiam os inimigos, até hoje produz efeitos no meio ambiente do país asiático. Além disso, milhares de pessoas foram mutiladas pelo efeito das bombas de napalm e as terras se tornaram completamente improdutivas devido aos ataques químicos. Economicamente, o Vietnã se tornou um país totalmente devastado, as terras de arroz, principal meio de subsistência da região, foram todas intoxicadas pelos efeitos químicos do agente laranja e todo o desenvolvimento comercial se estagnou durante anos, foram registrados milhares de casos de câncer, abortos e deformações genéticas. O secretário de Defesa do governo americano da época, McNamara, relata sobre as repercussões ambientais quase 30 anos depois em um documentário intitulado *Sob a Névoa da Guerra*.

<sup>53</sup> É comumente visível esta cobrança em campanhas solidárias, onde se evoca a participação do indivíduo com o tom de que “só depende de você mudar esta realidade”, “se todos nós ajudarmos...” etc.

Esse processo iniciou a partir do século XVIII durante a Revolução Industrial. A força de trabalho de uma fábrica era essencialmente composta por mulheres e crianças, mas, havia uma preferência pelo trabalho infantil. Para as crianças entrarem para fábrica era como ir para um quartel ou para uma prisão. Os industriais negociavam o trabalho infantil com as paróquias (órgão responsável pelas crianças)<sup>54</sup>.

Os empregados da fábrica enfrentavam até 18 horas de trabalho. Abandonados, fechados em edifícios e esgotados, por vezes, sofriam acidentes no manuseio com a máquina. As condições de trabalho, na fábrica, eram tão extremas que só após a Lei de 1844 (MARX, 2004) permitiu-se um intervalo para as refeições, utilizado antes ou depois da jornada de trabalho. Em seu livro, editado em 1835, Adrew Ure (apud MARX, 2004) considerado o porta-voz da burguesia, defendia os empregadores afirmando, que estes criavam oportunidades de trabalho e facilitavam as tarefas dos trabalhadores com a utilização das máquinas. Na visão de Ure, criar Leis que diminuíssem a jornada de trabalho iria contra o direito de o trabalhador melhorar o seu poder aquisitivo e melhorar seu padrão de vida. Para ele, isto significava uma medida autoritária e de falsa filantropia. Defendia, ainda, que tirar as crianças do trabalho era como jogá-las na mendicância e no vício.

Nem a ideologia econômica que pregava a exaltação do trabalho e a produção de riquezas divulgada pelo governo vigente da Inglaterra, conseguiu conter as manifestações subsequentes da população trabalhadora como a quebra de máquinas<sup>55</sup> e as greves, que pressionaram e garantiram melhorias nas condições de trabalho. Uma das grandes conquistas foi a aprovação da Lei em 1º de maio de 1890 diminuindo a jornada de trabalho para oito horas por dia (MATTAR<sup>56</sup>, 2001). No mesmo ano, nos EUA criou-se a Lei Sherman Antitruste, que tentou instaurar uma relação de confiança nas empresas para garantir o processo de democracia (LISBOA, 2003).

---

<sup>54</sup> Adrew Ure considerado um estudioso pela sociedade daquela época, achava que o trabalho infantil era maravilhoso, pois as crianças ganhavam a vida como adultas (apud MARX, 2005).

<sup>55</sup> Representou um movimento de resistência contra as mudanças oriundas da Revolução Industrial, intitulado de Movimento Luddita acreditava-se que as máquinas, por serem mais eficientes que os homens, tiravam seus trabalhos, requerendo, contudo, duras horas de jornada de trabalho, como contraposição invadiam fábricas e destruíam máquinas como tentativa de preservar o seu espaço de trabalho e recuar o avanço tecnológico.

<sup>56</sup> Helio Mattar é presidente do Instituto Akatu, diretor-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. É também um dos fundadores do Instituto Ethos, do qual é membro da Diretoria e do Conselho.



Segundo Howard Bowen<sup>57</sup> (apud GUIMARÃES e RAMPINELLI, 2006) há registros escritos das primeiras manifestações de RSE, no início do século XX, por Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916). No entanto, tais idéias foram consideradas como incitadoras do socialismo e não tiveram aceitação. Nos anos de 1940, na Europa, ocorreu o primeiro apoio explícito e significativo. A ação partiu de empresários ingleses em favor do bem-estar de funcionários e da sociedade.

Na década de 1960, em retorno ao imperialismo econômico, outro marco importante ocorreu nos Estados Unidos e na Europa. Após a Guerra do Vietnã com cerca de 58.000 mortos, os combates finalizaram após manifestações populares, que pediam o fim da guerra. A população mundial acabara de se recuperar da Segunda Guerra Mundial e estava preocupada com enfrentamentos mais drásticos, como a bomba atômica. A população demonstrou tamanho repúdio à guerra do Vietnã, que deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito. Registra-se, neste período, a cobrança por uma nova postura ética, e diversas empresas começaram a se preocupar em prestar contas de suas ações e objetivos sociais<sup>58</sup>.

Nos anos seguintes, inicia-se um estilo de mobilização e contestação social e com ele novos meios de comunicação em massa. O movimento de contracultura representou o questionamento do modo de vida ocidental, na esfera social, com a gênese do Movimento pelos Direitos Civis; no âmbito musical, com o surgimento de gêneros musicais e organização de festivais; e na área política, com os protestos. Pode-se citar, ainda, o movimento estudantil de Maio de 1968, ocorrido na França, além da Primavera de Praga<sup>59</sup>, sucedida na Tchecoslováquia no mesmo ano.

O discurso crítico que o movimento estudantil internacional elaborou ao longo dos anos 60 visava, não apenas, às contradições da sociedade capitalista, mas também aquelas de uma sociedade industrial capitalista, tecnocrática, nas suas manifestações mais

---

<sup>57</sup> BOWEN, Howard (1957). **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

<sup>58</sup> Informação publicada por Ciro Torres (sociólogo e coordenador do Projeto Balanço Social do Ibase) no endereço <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>.

<sup>59</sup> A Primavera de Praga (1968, Tchecoslováquia) foi um movimento do Partido Comunista Tcheco na intenção de "desestalinizar" o país por meio de uma revisão da Constituição, que garantiria a liberdade do cidadão e os direitos civis. A abertura política abrangia o fim do monopólio do partido comunista e a livre organização partidária democrática. A liberdade de imprensa, o Poder Judiciário independente e a tolerância religiosa eram outras garantias requeridas. As propostas foram apoiadas pela população. No entanto, houve confrontos com as forças da União Soviética que cancelaram as reformas e o regime de partido único continuou a vigorar na Tchecoslováquia.

simples e corriqueiras. Neste período a contracultura teve seu lugar de importância, não apenas pelo seu poder de mobilização, mas, principalmente, pela natureza de idéias que colocou em circulação, pelo modo como as veiculou e pelo espaço de intervenção crítica que abriu.

O movimento de contestação cultural invadiu os anos de 1970. Na Europa, tem-se como resultado disso, inicialmente, a preocupação de ordem ambiental, e o surgimento de leis de proteção ao consumidor, que mais tarde foram ampliadas<sup>60</sup> para uma responsabilidade social.

Em Paris, no ano de 1968 realizou-se a Conferência sobre a Biosfera, que serviu de base para o lançamento do programa “O homem e a Biosfera”, em 1971, pela UNESCO. Outro evento deste porte foi a reunião do Clube de Roma, em 1970, que chamava a atenção para a necessidade de conter a degradação ambiental pelo crescimento mundial. Em 1972, a Conferência sobre o Meio Ambiente, sediada em Estocolmo, objetivava a conscientização dos governos e das instituições internacionais quanto à necessidade de implementação de medidas para preservar e diminuir a degradação ambiental. Desse processo, originou-se na França em 1972, a publicação do primeiro grande relatório social, pela *SINGER Company*, fábrica que produz máquinas de costura domésticas. As experiências posteriores passaram a demandar regulamentações. Na França, em 12 de julho de 1977 aprova-se a Lei 77.769, que tornava obrigatória a realização de “balanços sociais” periódicos para todas as empresas com mais de 700 funcionários, número que caiu mais tarde para 300 funcionários (MARTINS,1999).

Em âmbito nacional, temos alguns fatos que merecem ser referenciados. O marco que pode ser considerado inicial, segundo Martins (1999), é a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” publicada em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil<sup>61</sup>). Também, ocorreu em 1992, a ECO 92, no Rio de Janeiro, onde se promoveu uma série de debates sobre problemas ambientais e a preparação do mundo para as preocupações daquele século.

---

<sup>60</sup> As preocupações de ordem ambiental foram iniciadas em Paris no ano de 1968 (BAIENSE, 2004), e as de proteção ao consumidor no ano de 1985, com a publicação das Diretrizes para a Proteção do Consumidor pela ONU (Informações disponíveis pelo PROCON em <http://www.procon.sp.gov.br/>).

<sup>61</sup> A ADCE é considerada uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter educativo, sem fins lucrativos e com fins não econômicos. Tem como parceiros: UNIAPAC, CONIC, CANÇÃO NOVA, FIDES, JACQUES MARITAIN etc.

É interessante observar que, nessa mesma época, a primeira iniciativa empresarial brasileira surgiu na época do “Golpe de 64”<sup>62</sup>. Nesta fase, os militares pleiteavam uma regeneração capitalista, que se fundamentava na ideologia do desenvolvimento do país por meio da segurança nacional, e de um projeto estatizante a longo prazo. No entanto, “o movimento de 64” representou a sólida articulação entre empresários, intelectuais, técnicos e militares em autênticos grupos de pressão e em conspirações para promover a entrada do capital estrangeiro e das multinacionais no país.

O “Golpe de 64” foi o assalto dos empresários ao poder, lembra Dreifuss<sup>63</sup> (1981), “protegidos e apoiados pelas Forças Armadas” provocaram diversas conseqüências. Dentre elas estão: restrição da organização das classes trabalhadoras; a consolidação do crescimento econômico num modelo de capitalismo tardio, dependente, com alto grau de concentração industrial integrado ao sistema bancário; a promoção do desenvolvimento de interesses multinacionais associados na formação de um regime tecnoempresarial, iniciado pela publicação da Carta dos princípios, como uma preocupação social, com vistas ao seu fortalecimento.

Além disso, a iniciativa de realizar o Fórum Social Mundial partiu de um empresário<sup>64</sup> (LISBOA, 2003). Estamos diante de uma nova lógica empresarial, como estratégia de se adaptar às novas demandas do capital. A aparente estranheza por brotar uma preocupação social empresarial em plena ditadura militar, e pelos empresários justifica-se pelo posicionamento de autores como Ianni (1992) e Cattani (1996) quando nos lembram que o capital é contraditório, é um processo “civilizatório” que assume formas mutantes para perpetuar seu poder de criação e recriação de desigualdades, baseando-se em

---

<sup>62</sup> Os militares deflagram um movimento para derrubar o presidente João Goulart (1961-1964), acusado de implementar ações a favor do comunismo. Esta intervenção armada se ampara em fundamentos que parecem justos à maioria dos segmentos sociais – o restabelecimento da democracia e a luta contra o comunismo. As medidas adotadas em nome da segurança da nação brasileira são praticadas à força e custam a cassação de direitos políticos, a suspensão da imunidade parlamentar e do multipartidarismo, ampliando os poderes do presidente Castelo Branco (1964-1967) eleito indiretamente.

<sup>63</sup> As novas relações estabelecidas entre a empresa e o governo são explicitadas por Dreifuss em seu livro “1964 A conquista do Estado” (1981) onde mostra como os empresários conquistam o Estado e como o empresariado busca formas de conseguir concessões com o governo, em forma de reduções tributárias, por exemplo. Dá continuidade a estas questões em seu livro “A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional” (1986) onde revela as estratégias das multinacionais para manterem-se. Estes livros servem como fonte de um estudo aprofundado para uma análise política instigante.

<sup>64</sup> A idéia inicial partiu de Administrado de empresas, Oded Grajew que levou a idéia ao diretor do *Le Monde Diplomatique*, que é também o Presidente, na França, da Associação pela Tributação das Transações Financeiras em apoio aos Cidadãos (ATTAC), Bernard Cassen, para realizar o Fórum no Brasil (WHITAKER, 2004).

mecanismos excludentes, seletivos e condicionantes. E, é no momento da implantação do neoliberalismo no Brasil, final dos anos 1980 até o fim dos anos 1990, que a consolidação do discurso por responsabilidade social ocorre pela criação de fundações, organizações da sociedade civil e institutos. Os relatórios e balanços sociais passam a ser divulgados e as empresas a se preocupar cada vez mais, pelo menos em seu discurso, em adotar um comportamento ético e responsável. Até o momento, as regulamentações do governo restringem-se aos municípios ou estados<sup>65</sup>. Quanto à divulgação e adoção de parâmetros para o assunto foi proposto o projeto de Lei n. 305/2003 pelo ex-deputado Bispo Rodrigues, que dispõe sobre a Responsabilidade Social das empresas e outras providências, mas, o projeto de Lei continua no papel.<sup>66</sup>

Em síntese, podem-se identificar as principais manifestações que levaram ao desenvolvimento da RSE que temos atualmente. Para fins didáticos, o Anexo 3 apresenta outros marcos, como conquistas sociais, obrigações legais, etc que não são ações de RSE, mas que, no entanto, influenciaram para o desenvolvimento de preocupações sociais no mundo e no Brasil as quais contribuíram para o estabelecimento da RSE.

## **2.2 Panorama da RSE no Brasil**

A Responsabilidade social é bastante divulgada pelos Institutos, Fundações de empresas e ONGs. Dentre os principais institutos criados têm-se o ETHOS, Akatu, GIFE, Ibase etc. As fundações já datam do início do século XX, com a Fundação Prêmio Nobel (Suécia), Carnegie, Rockefeller, Gulbenkian (EUA), Volksvagem, Agnelli, Juan Marc (Europa) e Bradesco, Vale do Rio Doce, ABRINQ, etc (Brasil).

Com o objetivo de traçar um retrato das empresas e dos consumidores sobre o tema apresentam-se alguns dados considerados relevantes. De acordo com pesquisa divulgada pelo Instituto AKATU, em parceria com o Instituto Ethos, vemos que 59% das empresas, que realizam ações de responsabilidade social são aquelas de grande porte. Às de médio porte representam 21% e às de pequeno porte 20%. As áreas de maior

---

<sup>65</sup> Os municípios que possuem regulamentações são Uberlândia (SP) sob o Decreto nº 118/99; Amazonas (MA) na forma da Lei nº 2.843, de 31 de outubro de 2003; o estado do Rio Grande do Sul sob Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000, entre outros.

<sup>66</sup> Este projeto de Lei é referenciado pelo Instituto Ethos no endereço eletrônico: [http://www.uniethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/projeto\\_lei.ppt#256,2](http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/projeto_lei.ppt#256,2).

investimento, segundo o GIFE, são à de Educação (85%) e de Cultura (56%). Estas organizações chegam a investir R\$ 700 milhões por ano em projetos sociais. O público beneficiado por estes programas são jovens e adolescentes (71%) e crianças (67%). A região que mais realiza projetos é a Sudeste com 33,3%. A região Sul representa 13,3%.

A empresa cidadã, para o consumidor, segundo a mesma pesquisa do Instituto Akatu (2005) é aquela que gera empregos, paga impostos e segue padrões éticos além das obrigações. No entanto, dentre as ações menos valorizadas aparecem as ações de transparência política<sup>67</sup>.

A visão de Responsabilidade Social dos consumidores pode ser avaliada pela pesquisa de “Responsabilidade Social das Empresas: o que o consumidor consciente espera das empresas”<sup>68</sup>, também realizada em parceria com os Institutos Akatu e Ethos. Ações como “Tratar o empregado de forma justa” (25%), “Fazer doações” (19%) e “Criar empregos” (18%) foram as três principais atitudes de Responsabilidade Social da Empresa apontadas pelos consumidores. Essas mesmas ações representaram para outros países a seguinte proporção: Tratar o empregado de forma justa (26%), Fazer doações (7%) e Criar empregos (17%). Em segundo lugar, para os demais países entra a questão de proteção do meio ambiente (19%). As práticas identificadas pelos consumidores delineiam uma concepção de RSE assistencialista, filantrópica, de caráter emergencial e com foco em públicos carentes.

Entre os consumidores brasileiros 78%<sup>69</sup> afirmaram que estão muito interessados em saber como as empresas tentam ser socialmente responsáveis e 71% dos consumidores pagariam mais se soubessem que o produto comprado provém de uma empresa socialmente responsável. 68% dos brasileiros atribuem às empresas a responsabilidade em ajudar a resolver problemas sociais, como: criminalidade, pobreza e baixa educação, bem como concordam que as empresas estão realizando um bom trabalho social. O consumidor brasileiro apresenta o perfil de Hiper receptivos (43%), ou seja, com interesse pela RSE e

---

<sup>67</sup> Fonte: **Pesquisa 2005: Responsabilidade Social das Empresas: Percepção do Consumidor Brasileiro**. Publicada por AKATU e ETHOS.

<sup>68</sup> **Pesquisa n.º 6 Responsabilidade social empresarial: o que o consumidor consciente espera das empresas**. Publicada por AKATU e ETHOS.

<sup>69</sup> Interessante observar que esta mesma porcentagem é equivalente aquele dos EUA. Os países que demonstraram um número maior de consumidores interessados nas ações sociais das empresas foram: México (90%), Filipinas (89%) e África do Sul (84%). Os países que apresentaram maior número de consumidores desinteressados foram a Rússia (56%) e depois a China (57%).

confiança na comunicação corporativa e 30% dos consumidores, já puniram a empresa de alguma forma<sup>70</sup>. A caracterização deste público é de Classe alta e com grau de escolaridade superior. No item, “meu respeito por uma empresa aumentaria se ela fosse parceira de” obteve-se como proposições mais indicadas: instituições de caridade ou ONG (62%), Governo (58%) e ONU (51%).

Segundo pesquisa do IBGE<sup>71</sup>, entre 1996 e 2002, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceram 157%, e o número de pessoas ocupadas no setor registrou um aumento de 50%. Os trabalhadores assalariados representam 1.541.290 no setor, em contraponto, o contingente de voluntários trabalhando chega próximo a 13 vezes esse número. Estes dados demonstram a expansão do setor social e do trabalho voluntário.

### **2.3 A caracterização da Responsabilidade Social Empresarial**

O panorama em RSE apresenta o crescimento e a abrangência da RSE, e têm-se a partir disso, uma infinidade de ações realizadas como programas de RSE. Desta forma, identificam-se como ações socialmente responsáveis o apoio ao desenvolvimento à comunidade onde a empresa atua; a preservação do meio ambiente; a comunicação transparente; o retorno aos acionistas; a sinergia com parceiros; a satisfação dos clientes; a preservação do bem-estar de funcionários e dependentes. A Responsabilidade Social tanto pode ser dirigida às funções internas da empresa quanto às funções externas. Consideram-se sinônimos de Responsabilidade Social Corporativa: Responsabilidade Social da Empresa, Responsabilidade Social Empresarial e Responsabilidade Social nos negócios.

Segundo Srouf (2000), a Responsabilidade Social Corporativa contempla um lado interno e outro externo. A parte interna da empresa traduz-se pela responsabilidade quanto ao desenvolvimento integral de seus funcionários, principalmente no que se refere à qualidade de vida. Como exemplos disso citam-se: serviços, instalações, atividades e

---

<sup>70</sup> Austrália (51%), Suíça (43%), Alemanha (42%) e EUA (42%) são os países em que os consumidores mais puniram as empresas, em contraponto com Indonésia (3%), Índia (6%) e Rússia (7%) que foram as que menos puniram.

<sup>71</sup> Denominada de: *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil* (2002) foi realizada em parceria com IPEA.

oportunidades<sup>72</sup>. A RSC externa amplia o seu leque de comprometimento social, participando de programas, projetos e planos sociais os quais podem ser - ou não - conduzidos diretamente por ela. A empresa ao envolver-se com projetos sociais e ambientais necessita de uma nova postura frente às transformações e às degradações.

Uma questão relevante apontada por Rampinelli (2006, p. 36), trata do *princípio da coerência* na prática social da empresa:

Não é aceitável, pelo menos moral e eticamente, que uma determinada empresa apresente desequilíbrios na sua função de agente social, ou seja, ter um bom desempenho com a comunidade e o meio ambiente e não ter este mesmo bom desempenho em relação ao seu capital humano e vice-versa. [...] O que está em jogo é o equacionamento dos problemas sociais e ambientais que afligem demasiadamente a sociedade. Se agentes econômicos querem participar ativamente desse processo, no entanto, devem participar como agentes de mudança social, não como “oportunistas de plantão”.

Geralmente, as empresas fornecem ajuda ao invés de intervir na gestão de projeto social, alegando não possuírem conhecimento e estrutura para isso. Outras empresas, talvez mais estruturadas para ações fora do seu âmbito econômico, criam fundações ou institutos direcionados a projetos nas áreas social ou ambiental, obedecendo às decisões muitas vezes estabelecidas por seus acionistas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto ADVB<sup>73</sup> de Responsabilidade Social (IRES) revela que houve um aumento de 61% do investimento das empresas brasileiras em projetos sociais. Em 2003, os novos investimentos somaram R\$ 388,9 mil. Nesta pesquisa, participaram do levantamento cerca de 2.500 companhias públicas e privadas de todas as regiões do Brasil. Pelo estudo, 41% são organizações de grande porte, 50% de médio porte e 9% de pequeno porte. Das empresas que responderam ao questionário, 89% desenvolvem ações sociais voltadas à comunidade e 64% incentivam à participação de funcionários-voluntários nestas atividades.

A Responsabilidade Social é uma importante ferramenta estratégica na tomada de decisões das empresas, pois, segundo o mesmo estudo, 97% delas utilizam-na em sua

---

<sup>72</sup> São exemplos: aconselhamento pessoal e de carreira; desenvolvimento de carreira e da ocupacionalidade (preparação para o mercado de trabalho); atividades culturais e recreativas; educação não relacionada com o trabalho; creche; ambulatório; licença especial para tratar de responsabilidades familiares e/ou serviços à comunidade; planos especiais de aposentadoria; segurança fora do trabalho; horários flexíveis; realocação e recolocação; benefícios de aposentadoria, incluindo plano de saúde; programas de conscientização anti-tabagismo e da prevenção à AIDS; programa de recuperação de viciados em drogas e álcool; transporte, refeições e prevenção de doenças profissionais.

<sup>73</sup> Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) é uma entidade sem fins lucrativos focada no aprimoramento, no fomento, na difusão e na valorização de técnicas de marketing e vendas.

gestão. Na maioria das organizações, a área que conduz os projetos sociais é a de Recursos Humanos<sup>74</sup>, e 97% das 8.190 empresas entrevistadas possuem executivos da alta administração envolvidos nas ações.

Segundo a norma internacional AS 8000, a responsabilidade social é o compromisso, que as empresas têm em relação à sociedade onde estão inseridas, no que diz respeito às leis locais com questões ligadas ao meio ambiente, mão-de-obra infantil, discriminação por sexo, raça, religião, nacionalidade e igualdade salarial para os que desempenham as mesmas funções, educação e qualidade de vida para os seus funcionários.

Teoricamente, a Responsabilidade Social Empresarial é a conscientização da empresa de seus direitos, deveres e obrigações, equivalendo à cidadania para os indivíduos. Drucker (1993) e Friedman (1985) afirmam que: a RSE é uma característica da sociedade “pós-capitalista<sup>75</sup>” e, que, o desempenho econômico é a primeira responsabilidade da empresa. Explica-se: a empresa que não trabalha para obter lucro é irresponsável, pois está desperdiçando recursos da sociedade. Na sua visão, esta relação seria justa e natural, pois os mesmos grupos que são responsáveis pelo êxito em prover as quantidades (produtos) para a vida, que assumam a responsabilidade de garantir também a “qualidade de vida” (DRUCKER, 2001).

O meio empresarial argumenta e justifica a sua preocupação social, em face da concentração de renda e degradação do meio ambiente, delegando a empresa uma missão salvadora, capaz de resolver as questões sociais. As ações sociais da empresa são tão lucrativas que analistas financeiros incorporam a variável ambiental e a responsabilidade social em suas análises<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> De acordo com Tragtenberg (2005), a área de “recursos humanos” introduz a participação nas discussões da empresa com vistas a aumentar a produtividade. As relações humanas são implantadas como resposta ao sindicalismo operário norte-americano, no terreno da ideologia e da técnica, para resolver problemas ligados à informação e à comunicação e assegurar o controle. Por meio das relações humanas vivemos a psicomanipulação. Não só a mais-valia é extraída do trabalho; há a perda do ser, em detrimento do bom desenvolvimento profissional, tendo como finalidade a rentabilidade.

<sup>75</sup> Para Drucker (1993), a cada dois ou três séculos ocorre na História uma grande transformação, que obriga a sociedade a se reorganizar e, segundo ele, vivemos numa dessas fases. Para ele, nova sociedade será organizada por um novo capitalismo, o pós-capitalismo, que terá como principal recurso o conhecimento e os grupos sociais. No entanto, a expressão “pós”-capitalismo é, em verdade, o mesmo velho capitalismo, revestido por um novo nome, mantendo todas as práticas antigas e forjando uma nova dicotomia entre “trabalhadores do conhecimento” e “trabalhadores em serviço”.

<sup>76</sup> O simples anúncio de uma doação de caridade do Bill Gates fez as ações da Microsoft valorizar espantosamente.



O quadro de degradação da Terra a que chegamos é o mais forte apelo empresarial para algumas medidas ambientais com relação à falta de água, ao aquecimento global<sup>77</sup> e à tese da insustentabilidade dos modelos agrícola e de pesca. Nas palavras de Mattar (2001), “pela primeira vez na história, o homem corre o risco de se destruir em um prazo de 50 a 100 anos”. Nesses termos, a mudança de atitude da empresa seria crucial à sobrevivência da humanidade. Estas conseqüências não surgiram agora, são o resultado da exploração do planeta, produto de milênios e que chegou a um ponto insustentável. Além disso, para reverter o caos não é necessária, apenas a mudança de postura das empresas para melhorias no âmbito ambiental, mas estas dependem prioritariamente de uma mudança de posicionamento dos grandes países capitalistas.

Dados divulgados, na Revista *Fortune* (apud MATTAR, 2001), sobre a concentração de riqueza das maiores empresas americanas em 2000, mostram que estas tiveram um faturamento de US\$ 900 bilhões (1,8 trilhões de reais), valor 50% superior ao PIB oficial brasileiro. Segundo Mattar (2001, p. 04) “deve haver uma possibilidade nas mãos das empresas”, se elas efetivamente atuarem nesse sentido, de retroceder ou de contribuir para reversão de um quadro alarmante econômico e socialmente.

Segundo Trevisan (2002), o Estado não tem condições de oferecer respostas tão ágeis e rápidas aos problemas da população como as empresas, que em tempos de alta competitividade, estão acostumadas a atuarem com mais eficiência no seu dia-a-dia. Assim, o setor privado necessita dessa tomada de consciência, de que sua participação deve ser maciça no ambiente social e comunitário, porque é parte integrante dele, e, portanto, depende de seu correto funcionamento. Os resultados obtidos, divulgados pelas empresas no âmbito social, indicam que o empresariado é também parte “modificadora” desse ambiente. No entanto, uma pesquisa, divulgada em 2004, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com as maiores empresas do Sudeste do Brasil, mostrou que 65% das multinacionais admitem, sem rodeios, realizar ações sociais para melhorar a imagem da empresa, enquanto apenas 37% das empresas nacionais, também, o admitem.

---

<sup>77</sup> A venda de créditos de carbono é uma prática discutível, mas usual entre as empresas que assinaram o Protocolo de Kyoto. Os Créditos de carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) são certificados emitidos quando ocorre a redução de emissão de gases do efeito estufa. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) equivalente corresponde a um crédito de carbono.

Para se ter uma dimensão dos investimentos na área, segundo o último Censo GIFE (2005),<sup>78</sup> apenas os seus associados, investiram cerca de R\$ 1 bilhão para projetos sociais, culturais e ambientais feitos de forma planejada, monitorada e sistematizada. Isso equivale a 20% dos investimentos, que o setor privado nacional destina à área social - cerca de R\$ 4,7 bilhões, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A área priorizada, a educação, recebeu o investimento privado de cerca de R\$ 124 milhões em 2005.

Além das empresas, há também o interesse da elite política em maquiar as diferenças sociais. Essa preocupação guarda relação direta com seus próprios interesses imediatos. Esse súbito despertar de uma consciência social surge em razão da dimensão alcançada de pobreza, de tal modo alarmante, que passou a inviabilizar seu próprio *welfare state*. Assim, da mesma forma que as empresas, essa preocupação das elites tem segundas intenções.

Para a empresa, a adoção e divulgação de ações de projetos sociais, no contexto atual<sup>79</sup>, vêm a calhar, pois atrai os consumidores e os aproxima das empresas, em prol dos problemas sociais. As vantagens para o setor empresarial justificam as preocupações sociais empresariais, porque em ações de cunho social, a empresa ganha em termos de imagem, a entidade-fim é beneficiada, os consumidores sentem-se bem em consumir de uma empresa ética, e os funcionários passam a ter mais orgulho de pertencer ao seu quadro de colaboradores. Em síntese, há uma aparente imagem de que todos têm a ganhar. A receita de sucesso conquistada pela empresa “socialmente responsável” beneficia-se com a promoção de sua imagem e reputação, na medida em que seus clientes se sensibilizam com as ações sociais divulgadas pela empresa.

O modo de produção capitalista não se contenta mais só com os meios de opressão, utiliza outras técnicas de coerção e incitação, agora, nas áreas do ensino, da psiquiatria, das prisões, do urbanismo, no domínio dos direitos cívicos. A responsabilidade

---

<sup>78</sup> Fonte: <http://www.gife.org.br/associados.php>

<sup>79</sup> Sobre o contexto atual, Frei Betto (2000) destaca algumas características: crise dos pilares da sociedade (família, Estado, igreja, escola e trabalho), geração de uma era imagética (primeira geração televisiva), vivemos a desistorização do tempo (sem uma concepção do tempo como história), erotização precoce, privatização metafísica (incorporação de modelos do consumismo), falta de alteridade (acredita-se que eu sei e ensino para ele. Ele não sabe. Eu sei melhor e sei mais do que ele, não há troca com o outro), era da informação, falta de educação política (acredita na educação da política das massas para a construção da crítica social).

social é uma ferramenta de manipulação e inculcação sociais nas mãos das empresas, as quais têm atuado como um aparelho ideológico. As condições precárias de trabalho e exploração por meio da acumulação flexível são maquiadas pela “função social” da empresa, por estratégias como técnicas de relações humanas, de “participação”, possibilitando a mais-valia relativa e absoluta ao mesmo tempo necessárias à reprodução do capital e à sua “superacumulação”.

E não só. As comunidades em que estão instaladas as empresas facilitam suas operações e muitos fornecedores desenvolvem maior confiança para negociar com elas. As vendas então crescem e a lealdade dos consumidores se consolida. Outra importante vantagem consiste em que a responsabilidade social diminui a vulnerabilidade das empresas ao reduzir os desvios de conduta e as possibilidades de multas. Isso economiza tempo de trabalho e recursos financeiros, preserva a rentabilidade e a marca, além de fortalecer a lealdade dos consumidores e dos empregados (RAMPINELLI, 2006, p.43).

Esta autora afirma que a RSE também pode apresentar benefícios reais à sociedade desde que a empresa repense o seu papel e defenda, que para a empresa o interesse maior será sempre o dos acionistas e proprietários. No entanto, espera-se que este interesse seja defendido de forma mais humanitária, ou seja, por meio da valorização pessoal e profissional.

Qual a empresa que não gostaria de ter funcionários trabalhando com prazer, sabendo de sua real importância para a organização? Qual a empresa que não gostaria de ter funcionários mais participativos, mais envolvidos com o futuro da organização? Qual a empresa que não gostaria de ter funcionários mais produtivos e mais dinâmicos naquilo que fazem? (RAMPINELLI, 2006, p.38).

Para uma responsabilidade social efetiva, são necessárias mudanças no modo de produção. Para isso, seria necessário que a empresa atuasse de forma cooperativa e igualitária, distribuindo por igual os ônus e bônus do seu negócio. Assim, outros valores poderiam fazer parte das decisões organizacionais. Dessa maneira, “a empresa poderia dizer que realmente possui um ambiente de desenvolvimento sustentável, marcado pela conjugação das dimensões econômica, social e ambiental” (RAMPINELLI, 2006, p.38). Porém, sabemos que estas condições e o capitalismo não podem coexistir. A responsabilidade social somente se efetivaria se não vivêssemos no modo de produção capitalista.

Na nova configuração social todos os papéis estão sendo revistos e tanto as empresas quanto à sociedade civil assumem cada vez maiores responsabilidades perante a comunidade. O mais interessante é que esse movimento tem permitido um intercâmbio, jamais visto antes entre atores, que atuavam independentemente. No entanto, esse

intercâmbio que insere novas relações entre Estado-Sociedade, Estado-empresa, empresa-consumidor e empresa-sociedade, permitido principalmente pelo Terceiro Setor, deve ser repensado em virtude das conseqüências advindas dessa relação. A análise do Terceiro Setor propicia esta avaliação.

**CAPÍTULO III - IDEOLOGIA E PENSAMENTO EMPRESARIAIS. A  
CONCEPÇÃO DE EMPRESA COMO “INSTITUIÇÃO COM FUNÇÃO SOCIAL”:  
PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES PRESENTES NA LITERATURA**

**3.1 O Terceiro Setor como depositário das ações de RSE: investimentos empresariais em projetos e ações educativas**

A ação responsável do empresário legitima-se pelo Terceiro Setor que reivindica um modelo de regulamentação social mais eficaz do que o realizado pelo Estado, portanto a ser realizado em outro lugar: a sociedade civil.

O Estado posto, como mínimo e intervencionista, é uma decorrência do processo de reprodução global do capital. O discurso cínico de redução da intervenção do Estado mostra-se pela retomada de um padrão de organização societal, que foi experienciado sem êxito. Entretanto, em função da forte monopolização dos meios de comunicação de massa, pode o capital dispor de todo o arsenal ideológico para impor e construir novas mentalidades subordinadas e reprodutoras da ideologia neoliberal.

De acordo com Frigotto (1993), o Estado intervencionista, vai se caracterizar como o patamar em que passam os interesses intercapitalistas, e cumpre a um tempo e de modo inter-relacionado três funções. A função econômica, enquanto se torna produtor de mais-valia ou por garantir, por diferentes mecanismos (subsídios, absorção de perdas) ao grande capital privado esta produção. A função política, enquanto intervém politicamente para gerar as condições favoráveis ao lucro. E, a função ideológica enquanto se apresenta como um mediador do bem comum, uma força acima de qualquer suspeita e acima do antagonismo de classes.

Após a Segunda Guerra Mundial um número significativo de Nações desenvolveu políticas de Bem-estar-sociais. No Brasil, não tivemos uma política de bem-estar-social desenvolvida pelo governo, como em outros países. Em termos educacionais, nos anos 1960 desmantelou-se o incipiente sistema público de educação. A educação transformou-se em biombo de negócio. Neste período ocorreu um desmantelamento do sistema de ensino,

vários sistemas de ensino paralelos mantidos por campanhas, por bancos (Bradesco), redes de televisão, sindicatos, sistema privado empresarial.

Com os projetos sociais desenvolvidos pelas empresas têm-se o uso indevido de recursos públicos. A empresa deixa de recolher tributos cuja destinação deveria ser pública para se beneficiar das vantagens publicitárias com sua escola ou universidade, além de melhorar sua imagem no balanço social. As atividades internas financiadas com dinheiro público não passam pelo crivo dos tribunais de contas, ministério público ou conselhos estaduais como acontece com as universidades públicas.

Segundo Laval (2003), o conceito de dever público do Estado, a ser financiado com recursos públicos e executado por servidores públicos de forma continuada com fonte de recursos assegurada, típico do Estado de Bem-Estar Social, passa ser substituído pelo de público não-estatal. Nesse sentido, o financiamento das ações destinadas a assegurar os direitos de cidadania ocorre através de parcerias entre diversos atores sociais, sem determinação de vinculação orçamentária que assegure o montante e a regularidade das dotações, que passam a depender de disponibilidades orçamentárias em face de previsões de arrecadação, necessidades de ajuste fiscal, prioridades e outras variáveis que submetem o financiamento dos programas à vontade do político de plantão.

Para os empresários, como defende Friedman (1985), o Estado não tem mais obrigação de financiar a educação em comparação com a compra do carro da família ou de qualquer outro bem de consumo. A respeito disso, ironiza Laval (2003): a educação é um bem de capitalização e tudo o que é da escola deve ser parafraseado em linguagem comercial.

Isto significa afirmar que o Estado não mais assegura a totalidade do financiamento, assim deverá ser complementado pelos parceiros ou por meio de prestação de serviços. As formas de realização desta proposta são os contratos de gestão, nos quais o Governo contrata suas próprias unidades para executarem sua função por ele, ou os contratos de fornecimento, em que se repassa para as empresas privadas ou as organizações não-governamentais, mediante remuneração, a responsabilidade de executar determinadas atividades de natureza pública. Em ambos os casos, os recursos deixam de ser públicos e passam ser geridos pelo ordenamento jurídico que rege as relações privadas, fugindo ao controle público da União. De acordo com Kuenzer (1999), não se assegura continuidade e

publicidade das ações, as quais passam a reger-se pela lógica do mercado. Este é o modelo de financiamento recomendado pelo Banco Mundial aos países pobres, e que está sendo proposto para o financiamento da educação.

Na interpretação de Frigotto (1993), a medida em que o Estado se torna o próprio capitalista, gerindo empresas lucrativas ou se associando às grandes firmas multinacionais, ou servindo de sustentação de realização do valor produzido nestas, ou seja, na medida em que o próprio Estado entra na lógica da centralização, passa a utilizar o “tesouro público”, a tributação, para financiar esta centralização. Os investimentos públicos irão ter uma destinação cada vez mais particular. Francisco de Oliveira (1999) chama este processo de “privatização do público e publicização do privado”. Ou seja, utiliza-se a verba pública em ações sociais definidas por instituições privadas e verbas públicas são utilizadas pelo Estado em prol dos interesses privados. Assim, a propriedade pública é classificada como público não-estatal, e isto implica a necessidade de ser controlada de forma mista, pelo mercado e pelo Estado (PEREIRA, 1996).

Conforme Paoli (2002) o Estado esquizofreniza-se em um duplo padrão de ação e presença, democrático para as zonas civilizadas, predador para as zonas selvagens de sociabilidade. Nesse movimento, grupos privados usurpam as funções reguladoras do Estado e os sujeitos em situação de “risco social” tornam-se “sujeitos descartáveis pelo setor público, restando-lhes a esperança de serem capturados pelas políticas compensatórias e localizadas pela filantropia social dos grupos da sociedade civil” (PAOLI, 2002, p. 389).

A utilização dessas verbas entre público e privado tem um trânsito garantido sob a égide do Terceiro Setor. Nesse sentido, os dados apresentados por Paoli (2006) relativos à expansão do Terceiro Setor impressionam. As organizações do setor representam 5% das empresas existentes no Brasil. Consideram-se como constituintes deste segmento as fundações privadas e associação sem fins lucrativos de acordo com determinados critérios<sup>80</sup>. Cerca de 60% das entidades foram criadas a partir de 1990 e 70% delas não possuem empregados, subentendendo que os serviços prestados por elas advêm de ações e “solidariedade” de voluntários. Esses dados reforçam a tendência de “intenção

---

<sup>80</sup> Os critérios são baseados em metodologia criada pelas Nações Unidas. São eles: ser privada, não integrante do Estado, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, auto-administradas e voluntárias (PIMENTA, 2006).

progressiva” apontada por Montañó (2006), que busca uma menor atuação do Estado e, conseqüentemente maior participação da “sociedade civil”.

A década de 80 foi, para os países centrais, um avanço da hegemonia neoliberal e a década seguinte instituída pela terceira via<sup>81</sup> mais *light*. No Brasil, com o desenvolvimento tardio do capitalismo, o processo ocorreu ao contrário. Enquanto a década de 80 foi marcada por um “pacto social”, advindo do populismo e pressionados por amplos movimentos sociais e classistas, os anos de 1990 retrataram o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal (MONTAÑO, 2002). No entanto, com o “desenvolvimento das relações internacionais e da mundialização do capital, das crises capitalistas, das exigências de austeridade social e ajustamento estrutural feitas pelo capital internacional e seus organismos (expressas no Consenso de Washington), a burguesia nacional toma consciência das controvérsias do pacto populista e da Constituição de 88” (MONTAÑO, 2002, p.36).

Inicia-se lenta e gradualmente, o processo de reestruturação capitalista no Brasil. Para Paoli (2002), cidadania e solidariedade são demandadas no momento em que os governos dos anos de 1990 são impelidos, pelo modelo econômico, a livrar-se do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia eficazes dos direitos sociais. Assim, as medidas tomadas visavam a reforma do Estado, eliminando conquistas trabalhistas e enfraquecendo às de cunho social. A política neoliberal objetivava solapar as políticas sociais estatais, estrangulando a alocação de recursos e manipulação das receitas (MONTAÑO, 2002).

Em suma, o projeto neoliberal não busca a exclusão das políticas sociais, mas a articulação das políticas social e pública implantadas por um Estado democrático. Nesse âmbito, insere-se o Terceiro Setor promovido pelos governos neoliberais, orientados pelo Consenso de Washington com o seguinte discurso, se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem outro poderia dar respostas às demandas sociais. Este quadro se agrava, a medida que Paoli (2002) nos mostra a inserção do empresariado

---

<sup>81</sup> A expressão “Terceira Via” pode ser conhecida inicialmente pelo autor Anthony Giddens (1998) e no Brasil por Bresser Pereira (1996). Ambos discutem o Terceiro Setor a partir da noção público-não-estatal e visam diferenciar as propostas governamentais de desregular paulatinamente os direitos das posturas políticas da esquerda e da direita. No entanto, também deve-se considerar que as idéias dos dois autores são diferentes e estão em contextos separados.



como parte da nova e heterogênea sociedade civil, se conectando à tentativa governamental de construir um discurso de legitimação para a sua autodesresponsabilização social por meio do Terceiro Setor.

Nesse sentido, o Terceiro Setor seria a articulação ou ponto comum entre ambos os setores: privado e público. Constituir-se-ia em “um conjunto de entidades que não pertencem ao setor privado com fins lucrativos nem ao setor público” (BAPTISTA, 2006, p. 44). No entanto, há uma bipolarização da realidade e em uma segmentação tripartite da realidade social. Há uma imposição de se estabelecer o Terceiro Setor como um território neutro e uma falta de distinção entre a origem, atividades e finalidades deste setor. O termo publicização é utilizado, na verdade, para designar privatização, ou seja, a retirada do âmbito estatal pela transferência das políticas assistenciais a sociedade civil e ao mercado dos serviços.

A conceituação de Terceiro Setor pela literatura dominante, não diferencia Estado de governo e separa a Sociedade Civil do seu pertencimento ao Estado (primeiro setor) e ao mercado (segundo setor). Esse recorte é neopositivista, funcionalista, isola e autonomiza o Terceiro Setor, além de desistorizar a realidade. Nas palavras de Montañó (2002): “como se o político pertencesse a esfera estatal, o econômico ao mercado e o social remetesse à sociedade civil”. Assim, o conceito hegemônico é muito diferente do fenômeno real. O Terceiro Setor surge para preencher uma lacuna cada vez maior entre o que os cidadãos demandam e o Estado oferece.

Montañó (2002) aponta quatro debilidades conceituais em torno do Terceiro Setor. A identificação deste como terceiro, frente ao Estado e ao mercado. Se o Terceiro Setor é classificado como a sociedade civil, e, se historicamente é a sociedade que produz o Estado e o mercado, o “Terceiro Setor”, na verdade, seria o primeiro. Essa falta de rigor, segundo Montañó (2002), mostra que não é tomada como parâmetro a história na construção da teoria.

A segunda debilidade diz respeito a quais entidades compõem o Setor. Para o autor não há acordo entre os estudiosos da área sobre quais entidades integrariam este setor. Ora, excluem-se as organizações formais ou as fundações empresariais, ora às atividades informais ou individuais.

A terceira debilidade refere-se à denominação, que mais confunde do que esclarece. Já, o caráter “não governamental”, “auto-governado” e “não-lucrativo” constituem a quarta debilidade. As ações das ONGs são financiadas pelo governo e condicionadas pela política governamental, ou seja, não têm autonomia financeira, prática, ideológica. Assim, a expressão Terceiro Setor não possui um mínimo de consenso entre sua origem, composição ou características.

Desta forma, Montaña (2002) chama a atenção para o fato de que o Terceiro Setor não seria nem terceiro e nem setor. Pois esta denominação constitui uma segmentação do social entre Estado, mercado e sociedade civil autônomos. A expressão “Terceiro Setor” representaria uma denominação equivocada para designar um fenômeno real. Conduz a uma desarticulação do real, promovendo a aceitação do fenômeno: o deslocamento de responsabilidades estatais e do mercado à sociedade. Essa transferência de responsabilidades representa uma verdadeira transformação de uma questão político-econômico-ideológica, em uma questão meramente técnico operativa. Além de uma setorialização do real, despolitiza-se o fenômeno e o debate, fortalecendo os ideais capitalistas (MONTAÑO, 2002).

As políticas sociais privadas são em verdade,

a passagem de uma sociedade organizada por referência aos direitos fundamentados na solidariedade coletiva para uma sociedade organizada pela ação solidária privada, transformada em responsável pela “execução de serviços sociais”, ao lado da implantação de critérios seletivos das políticas previdenciárias. Para tanto, o direito à educação, saúde, cuidado à infância e à velhice – para não falar no próprio direito ao emprego são transformados em investimento em “capital humano” e colocados em terreno puramente dependente de uma boa e confiável gestão, a do setor denominado “público-não-estatal” (PAOLI, 2002, p. 384).

As práticas sociais substituem a idéia de deliberação participativa cuja distribuição é aleatória e privada transformando os problemas da sociedade em questões particulares e individualizadas, portanto resolvíveis pela “força de vontade” do indivíduo, da sua capacidade de empregabilidade, também, anunciadas por uma vasta literatura de auto-ajuda do capital. São práticas que desmancham a referência pública e a política para reduzir as injustiças sociais. Nesse sentido, as ações filantrópicas rompem com a medida pública ampliada entre necessidades e direitos e, portanto, não criam seu outro pólo, o cidadão participativo, que comparece no mundo para além da figura passiva do beneficiário, sombra de quem o beneficia (PAOLI, 2002).

As ações para redução da demanda do Estado são implantadas como alternativa à rigidez do sistema de atendimento às necessidades sociais. De acordo com Montañó (2002), a existência do setor procura produzir maior sociabilidade e densidade da sociedade civil, assim, desenvolve-se espaços de troca e de solidariedade voluntária no seu seio, implicando transferência de responsabilidades à sociedade civil. Esse movimento,

[...] não é outra coisa senão a camuflagem da desresponsabilização do Estado e (sua contraparte) a auto-responsabilização dos sujeitos pelas respostas a suas próprias necessidades; movimento este claramente focalizador e diferenciador dos serviços sociais; um golpe duro ao princípio de universalidade e à sua condição de direito de cidadania, conquistas históricas dos trabalhadores (MONTAÑO, P. 113-114, 2002).

As ONGs passam de organizações com a finalidade de organizar e potencializar os movimentos sociais para um meio de obtenção de renda para os movimentos sociais; ou seja, despolitiza-se o conflito, perde-se autonomia e a identidade da luta de classe.

O discurso ideológico dominante prega a existência de escassez de recursos do Estado e sua crise fiscal. Com vistas a não penalizar o mercado (particularmente as empresas) e a sociedade civil com elevados impostos, justifica-se a precarização das políticas sociais estatais, sua desconcentração e sua focalização, bem como sua passagem à iniciativa privada e ao Terceiro Setor (MONTAÑO, 2002).

Conforme Paoli (2002), a responsabilização privada do social é despolitizadora da questão social, pois, parte do princípio da desqualificação do poder público, portanto, desconhece a possibilidade aberta pelo conflito interno no terreno das próprias políticas públicas para criar compromisso e qualidade diante dos cidadãos.

Nesse sentido, repassa-se às organizações constituintes deste setor a responsabilidade que é fundante do Estado. As ações de responsabilidade social são as principais estratégias nesse sentido. E, assim, como o discurso ideológico do Terceiro Setor, que não é nem setor nem terceiro, o discurso da Responsabilidade Social também pretende complexificar e pluralizar o entendimento deste conceito.

### **3.2 Ideologia e pensamento empresariais: a concepção de empresa como “instituição com função social”**

O surgimento do Terceiro Setor configura-se em um novo segmento de mercado, como vimos, extremamente promissor aos proclames capitalistas. Com a gradual retirada

do Estado de cena há um aparente entendimento de que os serviços públicos devem ser desenvolvidos como se gere uma empresa. Afinal, procura-se divulgar que “o Estado é o setor menos produtivo da sociedade”, “ele destruiu a cidadania”, por isso é necessário “terceirizar as tarefas sociais para se elevar a sua produtividade” (DRUCKER, 1993, p. 129). Há uma tendência conceitual que aponta cada vez mais uma delimitação sem critérios entre Estado e empresa, público e privado. O surgimento do Terceiro Setor contribuiu para isso, trazendo com ele uma reclassificação das empresas, organizações e instituições. Ele destruiu a cidadania. Por isso é necessário terceirizar as tarefas sociais para se elevar a sua produtividade.

Os fundamentos teóricos (e o uso) das novas tecnologias gerenciais não só legitimam as técnicas e métodos como forças produtivas e não só trabalham o projeto ideológico global no interior das organizações, como vão além (GURGEL, 2003). De modo historicamente singular, transformam-se nas principais referências para o “espírito” do capitalismo contemporâneo.

No contexto do atual debate ideológico, os fundamentos teóricos das práticas gerenciais ocupam o papel principal na difusão dos valores capitalistas. Aqui, pode-se referir à qualidade total ou à remuneração flexível, para perceber a revalorização da competição ou citar a teoria da inversão da pirâmide, como reforço da idéia de igualdade e autonomia dos trabalhadores ou ainda ao *empowerment*<sup>82</sup> e ao empreendedorismo, como possibilidades da liberdade e da livre iniciativa (GURGEL, 2003). Há um jogo de palavras e termos que aparentemente representam, apenas escolha por sinônimos, no entanto, analisadas revelam o fundamento ideológico que carregam.

De acordo com Drucker (1993) ninguém até final da Segunda Guerra Mundial falava em organizações. Atualmente, com a Sociedade do Conhecimento, este é um conceito extremamente utilizado para dar nova aparência e funcionalidades à empresa, ampliando o seu campo de atuação. Para Drucker (1993) o conceito de organização encerra-se em um grupo humano, composto por especialistas, que trabalham em conjunto em uma tarefa comum. A função das organizações é a de tornar produtivos os conhecimentos. Assim, as organizações tornar-se-iam fundamentais para a sociedade em todos os países desenvolvidos, devido à passagem de valorização do conhecimento para

---

<sup>82</sup> O *empowerment*, ou “empoderamento”, é uma abordagem de projeto de trabalho que objetiva a delegação de poder de decisão, autonomia e participação dos funcionários na administração das empresas.

conhecimentos. Quanto mais especializadas as organizações mais eficazes torna-se-ão no contexto de competitividade.

Portanto, as organizações teriam fins especiais. Para tanto, Drucker (1993) acredita que, a sociedade de organizações, a sociedade do conhecimento, exige uma organização baseada na responsabilidade, em saber dosar o seu poder. Afinal, “quem mais existe para cuidar da sociedade, dos seus problemas e seus males?” (1993, p. 70). Assim, a sociedade teria uma nova composição. Em conjunto, as organizações seriam a sociedade, cada pessoa se tornaria um contribuinte e deteriam o poder social.

A empresa, também chamada de corporação, organização ou instituição apresenta-se como hegemônica na sociedade. Desta forma, a sociedade em geral tem acompanhado as formulações teóricas e as técnicas e métodos organizacionais, supondo-os adequados, inevitáveis ou isentos de valores que não os tecnicamente corretos. Vive-se em uma sociedade de grandes corporações, cujo controle está nas mãos de uma oligarquia fechada, que por intermédio de uma ideologia administrativa se autopromove e se auto-reproduz.

Tragtenberg (2005) aponta que as grandes empresas tentam manter o capitalismo com uma autonomia relativa frente ao Estado e a sociedade. O papel do *manager*<sup>83</sup> é o de conciliar os interesses dos técnicos da empresa com os dos acionistas e funcionários. Os gerentes são armados, não apenas da razão instrumental, que os faz gestores da produção econômica, mas, também gestores da reprodução das condições de produção, dentre elas as condições ideológicas e a convivência social convenientes.

Segundo os fundamentos ideológicos administrativos, o conceito de empresa corporativa é definido por uma articulação de várias camadas de trabalhadores e consumidores pela ditadura da indústria. Desta forma, a liberdade é substituída pela unidade de comando e o lucro constitui a principal finalidade da corporação. Segundo pensamento de Drucker (1962), a corporação possui um papel educativo, como por exemplo, preparar os jovens para a empresa “estatal”. Drucker (1962) acredita que na corporação não são idéias que se trocam: são negócios que se realizam. Rathenau<sup>84</sup> (apud TRAGTENBERG, 2005) observa que a corporação tem poder idêntico ao dos partidos políticos e da igreja. Diante deste poder acredita que, se quem comanda a corporação são

---

<sup>83</sup> *Manager* é sinônimo de gerente, e tem sua origem na significação de domador de cavalos (BRAVERMAN, 1987).

<sup>84</sup> RATHENAU, W. *Die Kommenden Dingen*. Berlim, 1918.

os controladores de ações, a corporação tende a servir a sociedade e não aos seus donos.

A empresa apresenta “ética” própria. A corporação é considerada reflexo de valores e atitudes inusitados, e pode tornar-se de barão assaltante à empresa responsável socialmente. Para alguns ideólogos conservadores, o futuro da empresa é manter-se como tal. Assim, o problema das empresas seria a sujeição aos ditames da economia.

A grande corporação impõe-se independentemente do regime socioeconômico. A corporação é uma instituição produtiva permanente e a função de gerente, então, é colocada como uma profissão de fé militante.

Kaysen<sup>85</sup> (apud TRAGTENBERG, 2005) reforça ainda mais o discurso propondo que, além de instituição, a corporação é uma empresa com alma<sup>86</sup>. Berle (apud TRAGTENBERG, 2005) preocupa-se com a função social afirmando: todos que mantêm vínculos empregatícios e comerciais com ela são considerados cidadãos. E aponta a opinião pública como juiz da empresa com alma, mas ideólogos admitem que não são preceitos éticos, e sim, o mercado que limitará o poder da grande empresa. Na visão dos juristas, a sociedade de ações não é de pessoas, mas de capitais. Desta forma descaracteriza-se a personalidade moral que é atribuída à sociedade. Sem vínculos contratuais, pode-se aumentar ou diminuir o capital, porém faz-se necessária a existência do contratualismo jurídico, em que surge a ideologia da corporação como uma instituição.

De acordo com Tragtenberg (2005), a concepção de empresa-instituição<sup>87</sup> iniciada na Alemanha, sob Weimar, com Rathenau e Neumann, depois adotada pelo nazismo, reconhecia a sua importância político-social. Segundo esta idéia, acredita-se que quem dirige a corporação o faz pensando, além do lucro, nos interesses do povo e do Estado. No entanto, sabe-se que isto em nada altera o seu caráter privatista. Contraditoriamente, ou melhor, maquiavelicamente, é sob o nazismo que se “inventa” a idéia de uma corporação/empresa como instituição. Esta concepção caracteriza a empresa como

---

<sup>85</sup> KAYSEN, G. The Corporation: how much power? What scope? In: MASON, E. *The Corporatin in Modern Society*. Mass. 1960.

<sup>86</sup> BERLE, A. *Modern Corporation in the Modern Society*. New York, 1973.

<sup>87</sup> De acordo com Dalsasso (2006) as organizações são instrumentais; têm claro senso de hierarquia e racionalização e preocupam-se com a produtividade e o controle. Já a instituição define padrões de comportamento, práticas ou processos que se mantêm estáveis, válidos e relativamente constantes em um determinado grupo social. A instituição é, portanto, um sistema organizacional de padrões sociais relevantes observados pela sociedade, que tem como principal papel influenciar o ambiente de maneira a provocar mudanças no comportamento. Então, parece que a comunidade ou a nação que tenha instituições fortes, deverá ser mais eficiente, mais desenvolvida e socialmente mais justa.

realizadora do bem e preocupada com a função social e possuidora de uma alma. Independentemente da forma que assume ou aparente (corporação, instituição, cooperativismo) esta promove o desaparecimento da figura do proprietário e, ao mesmo tempo, se constitui na negação do “contrato livre” e da “livre disposição do capital”. O objetivo da empresa sempre será o retorno rápido e investimento lucrativo.

A ideologia capitalista assume, assim, diversas frentes, para manter a hegemonia. Parece contraditório que a estrutura da sociedade por ações redefiniu o capitalismo como modo de produção, à custa da exclusão da figura do capitalista como propriedade e direção capitalistas, porém é mais uma forma de ampliar a exploração. Outra forma de organização existente, o cooperativismo, que também mostra que a direção capitalista é desnecessária, uma vez que, para a “realização” da mais valia basta que a empresa seja uma comunidade. Já, na sociedade por ações a separação entre gerência e propriedade capitalista faz-se para manter o capitalismo e tornar o processo produtivo um simples processo de trabalho (TRAGTENBERG, 2005).

Os rumos da sociedade industrial não dependem somente do automatismo econômico, mas também, da relação de forças entre as classes sociais e da hegemonia de uma delas. Em busca de uma homogeneização das classes a corporação promove o desaparecimento da figura do proprietário, e ao mesmo tempo, constitui-se na negação do contrato livre e da livre disposição do capital. Além disso, Drucker (1993) define uma “sociedade pós-capitalista” sem o capitalista individual, e nesse sentido, atribui à empresa a função de pôr fim à separação entre consumidor e empresa.

No entanto, Tragtenberg (2005) já em 1980, destacava o fato de que as grandes corporações representavam uma das maiores concentrações de poder econômico: 500 corporações tinham o controle de 2/3 da economia mundial e destas apenas um grupo menor decidia. É criticável o nível de concentração de capital do qual a corporação é agente. Dreifuss (2004) analisa o poder da corporação pela mundialização da economia, dada pela velocidade das transformações multifacetadas, pela dimensão e utilização da pesquisa, de ciência e tecnologia direcionando o processo de produção de conhecimento, de desenvolvimento de saberes e destreza pelas corporações. As corporações são fortes por deter a capacidade, em princípio ilimitada, de criar produtos a partir dos seus estoques de saberes científicos e de competência tecnológicas.

No entanto, a imagem do homem de negócios americano passou a ser positiva a partir da Guerra da Coréia. Warner<sup>88</sup> (1962) define o homem de negócios vinculando sua objetividade à bondade e à moralização de assuntos públicos. Tragtenberg, (2005, p.15). ironiza, ao afirmar, que “maior bondade, maior eticidade e religiosidade se devem ao crescimento e à expansão das grandes corporações”

De acordo com Gurgel (2003), a teoria da administração e a formação do gestor estabelecem uma relação distante entre as teorias organizacionais e a epistemologia, cujos contextos aparecem inexistentes ou indiferentes. Observa-se quanto o fortalecimento do discurso hegemônico se efetiva sobre o discurso instrumental nos espaços de educação e do trabalho. A teoria administrativa apresenta-se por um naturalismo científico, com caráter formador que divulga uma visão monolítica do mundo e da vida social, uma ordem por meio da tecnicidade, da fatalidade econômica.

Desta forma, Micklethwait e Wooldridge (1998) argumentam que a Teoria administrativa não pode ser vista como teoria, mas como uma mera abordagem. A ideologia está exposta diariamente em eventos e livros administrativos. Divulgá-la virou negócio, segundo Micklethwait e Wooldridge (1998), um segmento lucrativo que se dividiu em: Faculdades de Administração (não possuem reitores e sim gerentes); empresas de consultoria; e os “gurus da administração”<sup>89</sup> (grande filão, responsável pelas palestras de auto-ajuda, divulgando a ideologia capitalista). Gurgel (2003) ainda resgata o significado de ideologia (ciência que materializa as idéias, se pretende científica) caracterizada pela ilusão e alusão (inversão da realidade com base real), e indica que ela é construída sobre a consciência social<sup>90</sup> que é dialética, capaz de orientar para as contradições mas, que também pode orientar para a conformação.

No entanto, não é a consciência que cria a realidade, mas os seres humanos, que constroem a consciência a partir da apreensão da realidade histórica, sendo esta um terreno em que se materializa a luta de classes. Ou nas célebres palavras de Marx (1983): “não é a

---

<sup>88</sup> WARNER, L. *The Corporation in the American Emergent Society*. New York, 1962.

<sup>89</sup> De acordo com Turmina (2006) a expressão “gurus da administração” se refere àqueles profissionais que apóiam seu discurso em “mandamentos” de teorias administrativas para disseminar conselhos e regras da gestão empresarial. Em geral, os gurus apropriam-se de exemplos de empresas ou de empresários de renome e sucesso para exaltar que o que é exceção pode tornar-se regra. E tornam-se uma espécie de guias, quase que líderes espirituais. Outra situação é aquela na qual o próprio guru é o empresário considerado um exemplo de sucesso e que pelas palestras expõe as estratégias de gerência utilizadas.

<sup>90</sup> Toda consciência é social é uma forma como os homens entendem a realidade e sua condição na sociedade de classes, é produto social e influi sobre a conduta moral.



consciência dos homens que determina o seu ser, mas o seu ser social que inversamente determina a sua consciência”. A consciência é mediada pelas contradições da vida material, e das formas ideológicas. A difusão da ideologia e da consciência social dominantes efetiva-se por diferentes espaços, instituições e aparelhos de hegemonia. De acordo com Marx (1983), a tomada de consciência dá-se mediada pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, ou seja, pelas formas ideológicas. Um dos papéis dos intelectuais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e com a superação das relações sociais capitalistas é o desvendar a ideologia dominante.

Provocar uma crise aguda é um meio de acentuar e generalizar a dependência ao poder do Estado. A centralização e a mundialização de seu poder constituem, em si mesmos, um processo de fascistização supranacional.

O capitalismo não se contenta mais só com os meios de opressão, como os meios de comunicação ou a política, utiliza outras técnicas de coerção e incitação nas áreas do ensino, da psiquiatria, das prisões do urbanismo, no domínio dos direitos cívicos, onde o sexismo e o racismo são inerentes ao controle de poder (TRAGTENBERG, 2005, p.133).

Para superação desta realidade é necessário um movimento dirigido por uma autoridade maior do que a dos operários, uma revolução que lutaria contra a opressão patronal. Utilizando-se das palavras de Tragtenberg:

O sistema capitalista perpetua-se porque ele produz escravos a quem é inculcada, desde a infância, uma necessidade de segurança, que se traduz socialmente por uma fé absoluta nas instituições e [...] do poder, de uma tal religiosidade que o sacrifício de si, a ideologia renuncia a subjetividade e seus prazeres proibidos, a adoração mística do poder e o culto do chefe terminam por eliminar toda possibilidade autônoma de pensamento e ação (2005, p.139).

Segundo Tratenberg (2005), o poder autoritário e ideológico destrói o desejo de criar e de lutar. Os ideais ideológicos são difundidos pela família, pelos partidos políticos, pelas artes, pelas igrejas, pelas escolas em que se propagam as regras morais, o civismo, o reconhecimento do estabelecido e até mesmo os cânones do conhecimento. Observa-se quanto de fortalecimento do projeto hegemônico se efetiva pela via do discurso instrumental e nos espaços de educação e do trabalho, com os elementos do trabalho.

Desta forma, parte-se da construção da idéia de uma sociedade de organizações, em que não há limites para a ação social e educacional, da empresa como instituição, com um papel social a desempenhar, “além do lucro”, para possibilitar o surgimento da ideologia do que se convencionou chamar de “Responsabilidade Social Empresarial”. A partir desse reconfigurar da empresa, lhe atribuem um papel além do econômico, com

funções e responsabilidades novas, as quais são incorporadas como se já fizessem parte de sua constituição. Nesse sentido, as empresas promovem ações de filantropia, auxiliam a comunidade com suas necessidades, investem em educação e criam Universidades em suas empresas, funções estas que não faziam, há poucas décadas, parte do planejamento tático operacional dos empresários.

### **3.3 Programas sociais assumidos pelas empresas: relatos e estudos de caso em RSE**

O campo de discussão sobre a RSE na área de administração não é novo. No entanto, a sua discussão por outras áreas de conhecimento é pouco realizada, ainda menos, se considerarmos os estudos que se direcionam pelo viés crítico. Na área de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) predominam os estudos em Ciências Sociais Aplicadas (Administração), Engenharia da Produção e Serviço Social. No entanto, estas áreas normalmente assumem uma abordagem gerencialista, fundamentada em teorias organizacionais emergentes e nos paradigmas da produção flexível, sem questioná-los. Porém, há ainda dissertações que assumem uma abordagem crítica, como a de Rampinelli, que aponta para a necessidade de estudos críticos na área.

A partir de levantamento bibliográfico, algumas pesquisas de mestrado na UFSC serviram de base para análise das questões destacadas sobre o tema e assim, contribuíram para a reflexão em torno das fontes primárias desenvolvida no próximo capítulo.

Sobre o tema em questão, é importante citar o trabalho de Silva (2005) defendido na área de educação. Apesar do tema do seu trabalho ser a educação profissional, a autora trouxe algumas contribuições à temática de RSE.

Em sua dissertação Silva (2005), ao analisar as propostas de reformulação da educação profissional traz um capítulo dedicado ao interesse empresarial pela educação. No item onde discute a RSE traz alguns casos de empresas que atuam no desenvolvimento de projetos educativos. Para exemplificar tratar-se-á de casos com renomadas empresas, como ABRINq, Rede Globo, Natura Cosméticos e da Federação FIEMG.

A Fundação ABRINq pelos Direitos das Crianças apresenta um programa social de destaque pela mídia. SILVA (2005) relata que o PNBE deu origem à criação da Fundação Abrinq pelos direitos da criança, que tem como objetivo mobilizar a sociedade, captar recursos e administrar projetos voltados à infância. A ABRINq procura influenciar

as políticas públicas no Brasil em prol da infância, avaliando o impacto e a eficácia das medidas econômicas para as crianças. A Fundação é financiada com recursos advindos de doação de empresas e pessoas físicas e desenvolve programas que acreditam, por meio da educação, colaborar com o discurso falacioso da formação de um cidadão com um maior poder aquisitivo em vista de representar uma mão-de-obra mais qualificada.

Paoli (2002) cita a Fundação ABRINQ como a primeira entidade empresarial organizada para a ação social, nos moldes de uma filantropia “cidadã”. Com o crescimento bem sucedido do projeto, a Fundação abriu caminho para outras organizações e temas para a pauta da filantropia, além de representar a principal instituição com influência sobre as políticas públicas no Brasil. Para a autora a originalidade do projeto reside no fato de reconhecer que, por mais que a grande maioria das empresas adote regras éticas, visando ao lucro mercantil, no processo de sua adoção, os valores sociais acabam por ser reconhecidos pelos empresários, como que funcionando pedagogicamente.

Outra empresa com atuação social-educativa que apregoa seus valores “pedagogicamente” é a Rede Globo de Televisão. São várias as iniciativas voltadas à educação pela emissora: dentre os quais, o Globo Ciência, o Globo Ecologia, o Canal Futura, além de atividades promovidas pela emissora, como a campanha do Criança Esperança, o Projeto Amigos da Escola etc. Este último tem o objetivo de sensibilizar e despertar na sociedade a necessidade de atuar em prol dos problemas educacionais do país. Nesse pensamento, famosos utilizam a sua imagem para arrecadar dinheiro, valorizando as participações voluntárias e ressaltando a insuficiência da atuação do Estado. O projeto beneficiou cerca de 25 mil escolas. Mas ao todo, aproximadamente 60 mil escolas já receberam o material, contendo orientações, idéias e sugestões para a organização do trabalho voluntário. Por ter visibilidade, a Rede Globo, consegue além de obter sucesso nos seus projetos, mobilizar a sociedade em prol dos seus objetivos.

Empresa com forte atuação no país, a Natura Cosméticos, além da antiga colaboração com uma escola estadual, em São Paulo, criou, em parceria com a Fundação Abrinq, o Programa Crer para Ver. Esta ação apóia e financia projetos advindos da comunidade, com ações dirigidas a escolas públicas.

Desde seu lançamento, o Programa atua em 94 escolas. Além disso, cartões de natal, camisetas, lápis e canetas (produzidos por colaboradores voluntários) são

comercializados pela rede de 240 mil consultoras responsáveis pela venda dos produtos Natura. Um dos participantes do projeto relata: “Você não precisa ser um profissional da educação para contribuir com a educação do país. Estou fazendo a minha parte, colocando minha experiência em benefício do Programa. E tenho certeza de que todo mundo tem o que oferecer<sup>91</sup>”.

O projeto da Natura objetiva apoiar e financiar projetos de melhoria da qualidade do ensino público por meio de contribuições empresariais. Em 2003 eram 355 mil consultoras voluntárias e 146 escolas beneficiadas. Além de divulgarem e venderem produtos da campanha feitos de graça, as consultoras doam a sua comissão para ajudar nas ações. As consultoras doam o seu trabalho e parte de suas remuneração, desta forma, a Natura é considerada uma empresa “socialmente responsável”.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) também afirma ter como foco principal a escola pública. A FIEMG acredita que é nesse âmbito que se dá o atendimento à maioria de crianças e jovens do país, buscando melhores resultados. Para identificar os melhores exemplos de parcerias, entre empresas e escolas, criou-se o “Prêmio Nansen Araújo” que, apenas em 1997, destacou e divulgou 26 casos de ação conjunta de sucesso. Além disso, possui um Conselho para tratar apenas dos assuntos de educação cujo objetivo é promover a parceria entre escolas e empresas visando o desenvolvimento econômico e a cidadania, priorizando o ensino de nível fundamental. Para isso, busca-se sensibilizar os empresários a investir em educação. Esta Federação tem grande prestígio no Estado em que atua e exerce um papel influente na definição das políticas em educação no Estado.

Complementando o estudo de Silva (2005), além dessas empresas, o documento “O que as empresas podem fazer pela educação” (1999) apresenta uma lista de instituições que desenvolvem projetos considerados educativos, encontram-se, além das já mencionadas: 3M, Aché Laboratórios, Natura, FIEMG, Rede Globo, C&A Modas, Kodak, Globoaves Agropecuária, Acesita, Interclínicas, Instituto Ayrton Senna, Microsoft, Gateway, Intel, Itaú, Unicef, Cenpec, Motorola e Compaq. Dentre estas destacaremos as que conquistaram maior visibilidade.

Em parceria, o Instituto Ayrton Senna, a Microsoft e a Gateway elaboraram o

---

<sup>91</sup> Fonte: ETHOS; CENPEC. **O que as empresas podem fazer pela educação**. São Paulo: Instituto ETHOS, 1999.

Projeto “Sua Escola a 2.000 por Hora”, com um orçamento de R\$ 5 milhões, pretendem criar, em cinco anos, laboratórios de informática em nove mil escolas públicas de todo o país por meio de uma parceria entre a Microsoft, a Gateway (fabricante de computadores) e o Instituto Ayrton Senna. Além disso, participam as escolas que apresentaram os melhores projetos de informática. É relevante ter-se cuidado na introdução de projetos de informática com o propósito de melhorar o rendimento escolar. Com este objetivo algumas questões devem ser repensadas. Os professores estão capacitados para lidar com esta tecnologia? A escola tem um projeto político pedagógico, que contemple a interdisciplinaridade para que a informática não seja usada só por uma disciplina? Há pessoas capacitadas para fazer a manutenção desses computadores? Há verbas para compra de peças que exigem o uso dos computadores com o tempo? A tecnologia garante o melhor rendimento escolar? Sem respostas a estas perguntas um projeto deste âmbito não atingirá a melhoria do rendimento escolar.

Já a Motorola do Brasil (fabricante de telefones celulares) e a Compaq (fabricante de computadores), com sedes industriais no município de Jaguariúna (SP), aliaram-se para oferecer um curso de qualificação profissional à única escola pública de nível médio da cidade, que atende 1.500 alunos. A Motorola, que iniciou a parceria em 1996, contratou um professor da Unicamp para elaborar e gerir o projeto e um orientador educacional; forneceu linhas de acesso à Internet; comprou e manteve materiais para os laboratórios de Ciências, Física, Química e Biologia; garantiu emprego para alguns alunos nas indústrias da região; e premiou os melhores estudantes e professores. Integrando-se à parceira em 1997, a Compaq criou salas de informática, capacitou e treinou professores e completou o financiamento das novas instalações. E, finalmente, a escola aprimorou o currículo dos ensinos fundamental e médio, incluindo aulas de Informática, Eletrônica e de Qualificação Profissional. Também aumentou o número de aulas em laboratório para as disciplinas de Ciências, Física, Química e Biologia. Além de beneficiar os 40 alunos do curso de Qualificação Profissional, a parceria ainda atinge os outros 1.500 estudantes da escola por meio dos laboratórios e computadores. Neste caso, os participantes deixaram a parceria de lado e literalmente assumiram a escola em seu favor, educam e moldam de acordo com seus interesses.

A seguir apresentam-se quatro estudos de administração, área em que

predominam as análises em RSE. Os primeiros são acríticos, de Masseli (2000) e Toldo (2003), a seguir, Rampinelli (2006) e Pfeifer (2006) com um enfoque mais crítico.

O estudo de dissertação de Masseli (2000) analisa a relação existente entre as ações e os programas de responsabilidade social e o nível de comprometimento da organização Portobello. A empresa é especializada em pisos e cerâmicos, destacou-se dentre as que são consideradas campeãs em cidadania e em estrutura e produção<sup>92</sup>.

Utilizando-se de estudo de caso, a autora aplicou entrevistas diretas com os empregados e realizou observação em campo. As ações sociais das empresas são divididas em ações internas, externas e compartilhadas e têm como foco a preocupação com o bem-estar e a saúde dos seus funcionários, da comunidade e do meio ambiente. A Portobello possui inúmeras ações sociais,<sup>93</sup> mas Masseli (2000) delimitou algumas. Um visado projeto é o Alamandas, em que a empresa doa um terreno a famílias e a Caixa Econômica financia o material para construção. Dentre os projetos ambientais estão a conversão de utilização de carvão mineral para gás natural, como combustível, o controle de efluentes líquidos, Patrocínios esportivos, Supletivos. A autora não chega a citar, mas um dos projetos desenvolvidos em educação, também, é o Projeto Pescar, que no ano de 2006 foi interrompido por motivos não revelados.

A adoção e implementação de projetos representam sempre um retorno à empresa. A queima dos revestimentos pelo gás natural melhora a qualidade do produto final, a empresa polui menos, agrada a população e gasta menos combustível que por acaso é mais econômico. O Projeto Alamandas foi realizado em parceria com a Prefeitura, que constrói as casas dos participantes. Ou seja, uma iniciativa de política de habitação é assumida por

---

<sup>92</sup> A empresa Portobello apresenta dados de maior parque fabril da América Latina. Exporta 40% da sua produção para 60 países em cinco continentes. Promove 1.750 empregos diretos; 6.000 empregos indiretos; possui capacidade de produção anual de 24 milhões de metros quadrados de revestimentos (Fonte: <http://www.portobello.com.br>). Além disso, sua produção atinge 1,8 milhões de metros quadrados por mês. Em pesquisa divulgada, em setembro (2005) pela *Revista Isto é Dinheiro*, ocupou a 307ª posição entre as 500 melhores empresas do Brasil. E no segmento “material de construção e decoração” ficou em segundo lugar nos itens “Gestão Social e Ambiental” e “Gestão em Inovação”.

<sup>93</sup> Ao listar-se as ações internas temos a Semana Interna de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SISSMA) que visa a integração com a comunidade, conscientizando-a sobre a importância da segurança em seu dia-a-dia e sobre cuidados com a saúde e o bem-estar, além da preocupação com o meio ambiente; O Plano de Participação nos Resultados (PPR) baseia-se no cumprimento de índices de desempenho, produtividade e redução de custos; O Boas Idéias Portobello (BIP), um programa de melhorias contínuas, visa a valorização do funcionário. Em ações externas está a criação da “Alegria, descontração e integração entre funcionários, familiares e comunidade” (ADEC) uma associação dos colaboradores. No item ações compartilhadas apresenta-se o Código de Ética da empresa e a promoção de campanhas como: a do Câncer de Mama, Vacinação contra a Rubéola, Combate à Dengue, Câncer de Pele, Programa Soro e Suco e Ginástica Laboral.

uma empresa privada, em que a prefeitura exerce uma função privada à Portobello, para beneficiar funcionários da empresa, ao invés da população em geral. Como resultado do estudo, a autora percebeu que a RSE é utilizada para agregar valor à imagem e ao produto e o comprometimento do funcionário é um fator facilitador para aceitação das empresas cidadãos no mercado.

Masseli (2000) conclui que as ações de responsabilidade social por parte das empresas são estratégicas. Numa visão oposta ao de Almeida (2003, p.114) que coloca: “não se está diante do cínico discurso uma solidariedade pura e desinteressada, mas da visão da ética como um bom negócio”. Para Masseli (2000) a RSE possibilitariam uma oportunidade de transformação, uma vez que, as empresas são vistas como agentes de mudança ao promoverem o desenvolvimento econômico e o avanço tecnológico. Além disso, o contexto nacional estaria carente de reformas que o Estado não teria estrutura para realizar.

A segunda pesquisa em administração selecionada é a de Toldo (2003). A autora dissertou sobre selo social e responsabilidade social corporativa, focando um estudo de caso em Criciúma (SC). O objetivo do trabalho foi o de identificar se o selo social concedido por uma entidade filantrópica às empresas que o solicitaram, seria um indicador de responsabilidade social dessas empresas. A autora realizou uma revisão bibliográfica sobre a concepção do mercado, a reflexão ética nas empresas e a racionalidade predominante na sociedade de mercado. Analisa ainda, o Terceiro Setor, a responsabilidade social corporativa e os instrumentos sociais utilizados na estratégia empresarial. Assim são analisados: a gestão empresarial das empresas envolvidas, como e por que utilizam o selo social, sugestões e críticas dessa experiência, conforme percebido pelos dirigentes.

A partir da entidade filantrópica concessora dos selos sociais, a autora pesquisou as 20 empresas agraciadas com o selo. As empresas vão desde o ramo de saúde, o de comércio de serviços, ao industrial. Neste estudo, demonstrou-se que a motivação por ações sociais é derivada pelo aspecto mercadológico. “O empresário sabe que a associação de confiança e dever de ajudar será assimilada pelo consumidor, se não de imediato, com o tempo” (2003, p.127). O empresariado indica que qualidade e preço são aspectos fundamentais para a sobrevivência da empresa, e agora o aspecto social é o mais novo

aliado para a valorização da empresa no mercado. Das empresas entrevistadas, apenas, quatro indicaram não utilizar o selo social.

Dentre as visões de RSE surgidas entre os empresários entrevistados têm-se a filantropia, a idéia de obrigação social e obrigação legal. Um aspecto interessante, identificado pela autora, diz respeito à utilização de práticas sociais e ética na gestão empresarial, o que a mesma apontou como inexistente entre os pesquisados. Os dirigentes vêem o selo como um prêmio pelo “bom comportamento”.

O trabalho da autora propõe algumas mudanças para a melhor utilização do selo social, como forma de parceria entre a entidade filantrópica e as empresas privadas. Toldo (2003) conclui que “muito do discurso ou mesmo comportamento socialmente responsável é determinado mais pela pressão social do que pela internalização de valores, o que caracteriza uma tendência de atuar na dimensão externa da empresa” (p. 131). E, conceitua a RSE, diferenciando-a da caridade, como ações integradas à gestão, uma forma de conduzir os negócios que se traduz em produtividade e bem-estar para a sociedade como um todo.

O terceiro estudo na área de administração é inserido objetivando contrapor-se aos apresentados, por possuir um viés crítico. Rampinelli defendeu sua dissertação em 2006 na *Universidad Nacional Autónoma de México*, Curso de Ciências de Administração. O objetivo da sua pesquisa pautou-se em, a partir de um marco teórico da ética empresarial, identificar a natureza e o grau de envolvimento de empresas líderes em seus segmentos de mercado, através da análise das atividades que vêm sendo desenvolvidas, do montante de investimentos em Responsabilidade Social e dos resultados alcançados.

Como procedimento metodológico, a autora se vale do estudo de caso para pesquisar duas empresas pertencentes a grupos empresariais, de capital multinacional e, que operam em Santa Catarina. As empresas selecionadas foram a Brasil Telecom e a Vonpar Refrescos S.A (fabricante franqueada da Coca-Cola), que figuram entre as que receberam o Prêmio Empresa Cidadã da ADVB/SC em diversas edições. A abordagem deu-se por meio de questionário com a direção das empresas.

Para a Direção da empresa, a meta da Brasil Telecom é firmar-se cada vez mais como empresa-cidadã, sendo sempre eficiente na prestação de serviços de telecomunicações e atuante na busca do desenvolvimento sustentável. A empresa apóia



projetos sociais, culturais e esportivos, os quais beneficiam a comunidade onde atua e seus funcionários. No campo de ação social, a empresa investe em programas de educação, saúde, inclusão digital e suplementação de renda.

Para contribuir com o desenvolvimento sustentável da comunidade, a Empresa criou o Programa Brasil Telecom de Apoio a Projetos Sociais cujo objetivo é incentivar o equilíbrio social e a cidadania, proporcionando financiamento de projetos sociais. Os projetos sociais atualmente operacionalizados são: Alfabetização Solidária<sup>94</sup>, Bolsa-Escola Cidadã<sup>95</sup>, Centro do Menor<sup>96</sup>, Esporte Clube Cidadão<sup>97</sup>, Programa Brasil Telecom de Estímulo à Cultura<sup>98</sup>, Programa de Qualidade de Vida – Viva Mais<sup>99</sup>, Equipe Brasil Telecom de Atletismo, Equipe Brasil Telecom de Vôlei Feminino, além de patrocinar atletas.

A empresa apóia a cultura por meio de patrocínios em montagens de peças teatrais (preferencialmente de apresentação em todo o território nacional e com nomes consagrados da dramaturgia nacional). Conforme Rampinelli (2006), patrocinar a cultura é ter retorno de mídia certo e, conseqüentemente, maior valor agregado à marca da empresa, além do benefício fiscal garantido pela Lei Rouanet<sup>100</sup>. A Brasil Telecom, figurou em 7º lugar, por

---

<sup>94</sup> É um programa de alfabetização de jovens e adultos, organizado pela sociedade civil sem fins lucrativos e de utilidade pública. Desde janeiro de 1997 busca a redução do analfabetismo e o fortalecimento da oferta pública de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Até final de 2004, 4,9 milhões de alunos foram atendidos em 2.066 municípios brasileiros.

<sup>95</sup> O Programa Bolsa-Escola apóia famílias que vivem em condições de pobreza extrema com a finalidade de ampliar, por meio da educação, as oportunidades de bem-estar social. Em troca de matricular e manter crianças de seis a 16 anos na escola, as mães de família recebem bolsas de ajuda de custo.

<sup>96</sup> A instituição responsável pelo projeto Centro do Menor é o Centro Social Salesiano Dom João Batista Costa, em Porto Velho e em Candeias do Jamari. Nele, são atendidos anualmente 650 jovens em situação de risco. Eles participam de oficinas profissionalizantes, têm o acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos, além de alimentação e transporte.

<sup>97</sup> O Projeto Esporte Clube Cidadão promove o resgate da cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por meio do esporte. É desenvolvido na Vila Restinga Olímpica pela ACM – Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, e pelo Instituto Dunga, o projeto oferece esporte, cultura, reforço alimentar e escolar, lazer e iniciação profissional.

<sup>98</sup> O projeto tem como objetivo a descoberta de novos talentos, a descentralização da cultura e a democratização do acesso à arte.

<sup>99</sup> Está estruturado em quatro pilares: esporte, saúde, lazer e cidadania. As ações que fazem parte do programa têm como objetivo estimular os funcionários da Brasil Telecom a desenvolverem um estilo de vida mais saudável, com atividades físicas, cuidados com a saúde e bem-estar etc.

<sup>100</sup> A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), ou Lei Rouanet, como também é conhecida, pode ser usufruída por empresas e pessoas físicas que desejam financiar projetos culturais. O Mecenato viabiliza benefícios fiscais para investidores que apóiam projetos culturais sob forma de doação ou patrocínio. Empresas e pessoas físicas podem utilizar a isenção em até 100% do valor no Imposto de Renda e investir em projetos culturais. Além da isenção fiscal, elas investem também em sua imagem institucional e em sua marca. As principais áreas e segmentos que podem se beneficiar são: teatro, dança, circo, produção

três anos consecutivos, no ranking dos 10 maiores incentivadores nas Leis Rouanet (Lei nº83313/91) e Audiovisual (Lei nº8.685/93) do Ministério da Cultura – Governo Federal.

A Brasil Telecom não publica o Balanço Social, optando por apresentar, apenas, um Relatório de Responsabilidade Social como, apêndice do seu Relatório Anual de Atividades. O setor responsável pela definição, aplicação, controle e divulgação dos programas de cidadania empresarial é a Vice-Presidência de Relações Externas, por meio da Gerência de Relações com a Comunidade. No decorrer de 2005, por exemplo, foram investidos R\$ 15,4 milhões em 22 projetos sociais, 60 projetos culturais e cerca de 100 atletas.

Por intermédio de seus projetos sociais esportivos, a empresa acredita que ajudou a mudar a realidade de vida de mais de 500 crianças e, implantou em 2003, um projeto voltado à melhor idade, que conta com mais de 100 participantes. Analisando os dados fornecidos percebe-se que o maior montante de seus investimentos, no que tange a patrocínios em ações socialmente responsáveis, é precisamente na área cultural.

Dentre os resultados das ações de Responsabilidade Social, a empresa vem inscrevendo suas ações em diversas edições do Prêmio Empresa Cidadã da ADVB/SC, no entanto, em 2003 recebeu um prêmio estadual de excelência mercadológica, denominado Top de Marketing<sup>101</sup>. Este prêmio é, anualmente, promovido pela mesma entidade, que concede o Prêmio de Empresa Cidadã, e, que será analisado posteriormente.

O estudo pode verificar, que as ações consideradas e divulgadas como socialmente responsáveis, pela Brasil Telecom, possuem em sua origem um grande componente mercadológico, e as mesmas ações são apresentadas como sendo cidadania empresarial, ou estratégia de marketing de acordo com o objetivo conjuntural da empresa.

A segunda empresa estudada por Rampinelli (2006), a Vonpar Refrescos S.A. é franqueada da Coca-Cola no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Atende a aproximadamente 13 milhões de pessoas em sua área de cobertura, que compreende 73,5% do estado do Rio Grande do Sul e 100% do estado de Santa Catarina.

---

cinematográfica, fotográfica, literatura, música; artes plásticas e gráficas, cartazes, filatelia; folclore e artesanato; patrimônio cultural, educativas e culturais etc.

<sup>101</sup> Top de Marketing da ADVB/SC é uma premiação anual que destaca as estratégias mercadológicas, desenvolvidas por empresas catarinenses que utilizem, com maior propriedade e criatividade, das ferramentas de vendas e marketing. É reconhecido como a maior premiação do Marketing catarinense, com ampla repercussão nos mercados empresarial e publicitário e mídia especializada.

A Responsabilidade Social, segundo a empresa, permeia toda sua história da mesma. Isso se refletia na comunidade no sentido em que quanto mais a empresa se envolve com as comunidades as quais está inserida mais tem consciência da importância de sua atuação junto à sociedade. Para isso, a empresa possui, desde 2005, uma Fundação para promoção das ações sociais.

A empresa também acredita que o orgulho em pertencer a uma empresa “socialmente responsável” fortalece o espírito de equipe e cidadania, sensibiliza e incentiva os funcionários na participação dos projetos, e até mesmo, na realização de ações voluntárias próprias. Da mesma forma, acredita-se que estabelecer relações com empresas socialmente responsáveis, no caso de acionistas, fornecedores e consumidores, cria-se vínculos de confiança, respeito mútuo e responsabilidade muito mais duradouros.

A Vonpar operacionaliza programas dos mais diversos tipos sobre questões como: curso de direção preventiva; seminários sobre saúde etc. Há assistência médica permanente e o ambiente físico é avaliado. Dentre os projetos desenvolvidos<sup>102</sup> estão: o Prato Popular - Restaurante Comunitário<sup>103</sup>, Fórum da Liberdade<sup>104</sup>, Parceiros Voluntários<sup>105</sup>. Algumas ações sociais isoladas e apoio cultural são: Construção do Multipalco Theatro São Pedro, Construção do Museu Iberê Camargo, OSPA – Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e Bienal do Mercosul.

Os projetos e iniciativas de Responsabilidade Social são coordenados, ou seja, ficam sob a responsabilidade de um determinado gestor de acordo com o perfil da ação e são acompanhados pela alta direção da empresa e pela Fundação Vonpar.

A empresa utiliza o Balanço Social que descreve suas ações sociais, ele é distribuído aos funcionários e publicado nas principais mídias. Além da publicação de seus Balanços Sociais, a Vonpar participa de premiações de cidadania empresarial, em alguns

---

<sup>102</sup> Além dos projetos citados pela autora, a Vonpar realiza o Projeto Pescar em sua sede do Rio Grande do Sul, que está contemplada pelo Programa Escola de Fábrica e já formou 58 jovens.

<sup>103</sup> É um dos mais importantes projetos sociais implantados pela empresa. O projeto Prato Popular conta com o apoio dos governos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, integrando também o programa Fome Zero do Governo Federal. Tem o objetivo de proporcionar refeições de qualidade à população menos favorecida. O projeto tem a parceria da empresa Puras, que é responsável pela elaboração dos pratos preparados na cozinha industrial da Vonpar e transportados para o restaurante em contêineres térmicos.

<sup>104</sup> É um evento promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais que tem por objetivo o debate político, econômico e social por meio das discussões entre conferencistas de renome nacional e internacional sobre temas relacionados à educação, economia, desenvolvimento, aspectos sociais e políticos.

<sup>105</sup> É desenvolvido em parceria. O projeto é oriundo de uma Organização Não Governamental, que tem por visão o desenvolvimento do trabalho voluntário organizado e implementado junto a *Junior Achievement*.

casos inscrevendo-se para participar, e em outros, sendo indicada por lideranças sociais ou governamentais para o recebimento de prêmios por iniciativas ou projetos implementados.

No entanto, a empresa defende que o grande mérito e o real impacto é a transformação da realidade das comunidades beneficiadas pelos projetos mantidos pela Vonpar. Para seus dirigentes, a divulgação externa dos resultados dos programas de Responsabilidade Social acontece no sentido de estimular e incentivar outras empresas. A divulgação interna dos projetos ocorre em todos os canais de comunicação internos, constantemente incentivando o envolvimento dos funcionários e o apoio de seus gestores.

Por dois anos consecutivos a Vonpar Refrescos recebeu prêmios na categoria de desenvolvimento cultural, o Prêmio Empresa Cidadã da ADVB/SC em 2000 e prêmio Top de Marketing 2001, com um projeto similar, uma peça de teatro. A grande estratégia mercadológica da Vonpar foi apresentar seu novo produto, o guaraná Kuat, ao seu principal público (infantil), inserindo a percepção de que este novo produto, além de ser muito saboroso, preserva o meio ambiente e é “amigo” das crianças.

Os projetos na comunidade visam à consciência ambiental, a preservação, o “resgate de jovens em risco social etc. Desta forma, é possível concluir que, as ações defendidas como de cunho social e cidadania empresarial efetivamente, são estratégias de Marketing Institucional, por meio do qual, objetiva consolidar marcas, fortalecer as relações com a comunidade, conquistar a confiança do público-alvo, preparar o mercado para novos lançamentos e estabelecer relações sólidas com o ambiente.

A última contribuição vem do trabalho realizado no Serviço Social. A dissertação intitulada “RSE: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal?” de Pfeifer (2006) apresenta uma indicação de viés crítico. Seguindo a perspectiva gramsciniana, o trabalho teve como objeto de estudo as mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil e sua manifestação específica nas propostas articuladas em torno da responsabilidade social das empresas.

Pfeifer (2006) partiu da hipótese de que as práticas de RSE estariam contribuindo para a formação de consensos que fortalecem a hegemonia do capital na atualidade. O presente estudo toma por referência as transformações societárias que atravessaram a virada do século XXI, em que o modelo de desenvolvimento que determinou a ampliação da esfera dos direitos sociais como expressão da cidadania, passou a dar sinais de

esgotamento. Para a superação da crise, ganharam corpo medidas de corte neoliberal, que canalizaram a redução do papel do Estado e o fortalecimento da esfera privada como setor de regulação social. De acordo com este cenário, houve mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil, que se inclui a Responsabilidade Social das empresas como uma nova proposta de sociabilidade, e de resposta às expressões da questão social.

Neste estudo, recupera-se as diversas posições teóricas a respeito da Responsabilidade Social, buscando situá-la como um novo esquema de atendimento em que as empresas capitalistas constroem em seu interior um espaço organizado de prestação de serviços sociais. A pesquisa baseou-se na metodologia de Análise de Discurso, a partir da leitura dos Balanços Sociais (14) elaborados por sete companhias de grande porte e ampla participação nos mercados nacional, latino-americano e mundial. As empresas pesquisadas são: Amanco Brasil S.A., Empresa Brasileira de Compressores S.A. (EMBRACO), Grupo Santander Banespa, Perdigão S.A., Petrobrás<sup>106</sup>, Rede Brasil Sul (RBS), Souza Cruz Indústria e Comércio (Souza Cruz).

Analisando-se o conceito de RSE, observou-se que todas as empresas indicam realizá-la desde a sua fundação, antes mesmo da elaboração do seu conceito. Nesse estudo, aparecem interpretações novas em relação às anteriores apresentadas. Para determinada empresa as ações de RSE não devem se restringir, apenas, ao que obriga a legislação, outras; acreditam que RSE é a atuação junto à comunidade, outras; acreditam que seja um conceito além da comunidade, uma relação com a sociedade, e em todas as mediações da empresa. De um modo geral, todos acreditam não realizar ações de filantropia, pois desenvolvem projetos sistematicamente de forma qualificada. No entanto, os projetos sociais empreendidos pelas empresas pesquisadas visam a “gestão da pobreza”. No sentido em que não visam resolver os problemas sociais, mas contê-los.

Uma questão fica clara, a RSE é uma estratégia de negócio pela capacidade de apresentar melhorias na “imagem, performance e sustentabilidade da empresa” (PFEIFER, 2006, p. 81). Em comum, aparece a questão do ideário, que sedimenta a viabilidade de equilíbrio entre o social e o econômico, por meio das organizações empresariais e o êxito

---

<sup>106</sup> Um fato interessante sobre a Petrobrás: de acordo com Paoli (2002), a empresa só aceitou inserir no contrato de prestação de fornecedores a cláusula sobre a proibição de utilização de trabalho infantil pois corria o risco de retaliação internacional. Além dos projetos indicados, a Petrobras é uma das maiores parceiras do Projeto Pescar. A empresa aderiu em 2006, já conta com 13 unidades e já formou 140 jovens em um ano (Fonte: Relatório de atividades 2006).

da sociedade depender do sucesso das corporações.

Para Pfeifer (2006) a RSE possui um caráter epidêmico, se espalha dentro da empresa, na comunidade, entre empresas e pela sociedade. A RSE emerge com o propósito de

formar novos valores e padrões sociais que sejam compatíveis com as necessidades do capital em seu estágio globalizado: despolitiza e constrói formas de passividade nas massas e mutila as conquistas das classes subalternas. Em suma, desvenda-se aqui a particular contraditoriedade da RSE: sua aparente defesa do interesse público revela-se, na sua essência como o fortalecimento da lógica privada (PFEIFER, 2006, p.149).

A partir dos seus propósitos buscou-se identificar o ideário, que fundamenta a concepção de Responsabilidade Social e suas expressões nos planos interventivo, político, cultural e ideológico. A análise permitiu identificar que é nesse campo, que se lança no imaginário social a idéia de uma suposta preocupação dos empresários com o bem comum, na medida em que passam a assumir parcela da responsabilidade, pela redução das desigualdades sociais. A Responsabilidade Social é evidenciada como um discursos neutro, natural, desinteressado e gratuito por parte das empresas.

As pesquisas permitiram evidenciar elementos que são incorporados pela sociedade, mediante recursos discursivos e mecanismos participativos, que os levam a enquadrar-se às necessidades do processo produtivo atual. Por fim, identifica-se que as ações sociais oferecidas através da Responsabilidade Social, fortalecem o campo do voluntariado, da solidariedade e das instituições do Terceiro Setor, conferindo rebatimentos na esfera da cidadania, visto que permitem às empresas incorporar as demandas de reprodução social.

### **3.4 Conceitos e interpretações de Responsabilidade Social Empresarial**

Observa-se que existem diversos conceitos e interpretações em torno da definição de Responsabilidade Social. O termo RSE apresenta-se como polissêmico, dotado de grande elasticidade semântica, como outras palavras contemporâneas a flexibilização, como competência, participação e a própria flexibilidade. Para fim de sinônimos, consideram-se equivalentes as expressões: Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Social da Empresa, Responsabilidade Social Empresarial e Responsabilidade Social nos Negócios. O conceito destas é tomado ora como obrigação

social, responsabilidade legal, ação filantrópica, caridade, medidas assistencialistas etc. Apresentar-se-á algumas dessas concepções a partir dos principais autores da área.

Segundo Cattani e Salmon (2006), a RSE remete a uma instrumentalização da ética na gestão interna e nas relações externas com o conjunto da sociedade, restrita as suas ações de interesse. Embora possa se afirmar que há um forte movimento de RSE, “não existe um entendimento consensual, e menos ainda um padrão homogêneo na materialização das ações” (p. 246). O que existe neste cenário são as interpretações e conceitos de RSE diferentes, de acordo com diferentes marcos teóricos e ações empresariais de cada organização, e a grande atribuição dada à divulgação das ações de RSE.

Para Bowen (apud Rampinelli, 2006), um dos precursores do estudo sobre o tema, a definição do conceito de RSE é dada como as obrigações dos empresários, em optar por decisões, orientações e ações, que sejam coerentes com os fins e valores da sociedade atual. No entanto, não explicita quais seriam os fins e valores de nossa sociedade, acabando por definir um conceito subjetivo.

Para o Instituto Ethos, uma das referências no tema, a responsabilidade social da empresa envolve a capacidade de ouvir os interesses dos diferentes atores envolvidos<sup>107</sup> (acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo), e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários. Assim, a idéia iria além da obrigação legal.

Considerando-se a visão de Karkotli (2006) temos a RSE como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, possibilitando que as organizações demonstrem toda sua preocupação por meio de significativos projetos sociais. Estas concepções apontam para uma responsabilidade social “customizada”, ou seja, só será considerada responsável aquela empresa que atender aos pedidos de inúmeras demandas sociais, no entanto, sabe-se que isto é impossível e que não pode ser considerada uma atitude responsável pois a empresa deve seguir padrões éticos mínimos.

Friedman (1985), representante do neoliberalismo, possui uma visão “mais

---

<sup>107</sup> Abordagem do Planejamento Estratégico que enfatiza as relações com os *stakeholders*, expressão inglesa que é utilizada para designar todas as pessoas ou empresas que, de alguma maneira, são influenciadas pelas ações de uma organização.

objetiva” sobre esse conceito. Para ele, a empresa socialmente responsável é aquela que é lucrativa. Na sua visão, a obrigação social da empresa é gerar empregos, pagar salários justos e impostos em dia e colaborar para a melhoria da vida de seus funcionários (MONTANA e CHARNOV, 1998). Estas seriam as contribuições para o bem-estar público. Se, a empresa não tem esta obrigação como alicerce, e sim, como contribuição, deve-se questionar qual seria a função básica de uma empresa na opinião de Friedman.

Ashley (2003, p. 6), muito citada por diversos autores que tratam do assunto, conceitua a RSE como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente de modo amplo e alguma comunidade de modo específico, atingindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela.

Novamente, aqui, tem-se uma definição imprecisa e subjetiva, pois afinal o quê pode ser considerado como uma atitude positiva? Qual o papel específico da empresa? Desta forma, Azambuja (2005) contribui apontando que a fragilidade, e a confusão do conceito de RSE, que, segundo ele, não têm nada de científico:

A paradoxalidade entre os diversos raciocínios conceituais desenvolvidos sobre a "responsabilidade social" indica, além da fragilidade do conceito em si, uma esquizofrenia própria de campos do conhecimento que não se acanham em utilizar um "vale-tudo teórico" para demonstrar a "excelência" das suas formulações.

Diante da inconsistência de conceitos em favor de uma generalização e apropriação subjetiva do termo, alguns autores propõem definições, que sejam mais elaboradas e coerentes. Para Oliveira (1984) é preciso ter claro a diferença entre responsabilidade social e obrigação social. A obrigação social corresponde àquilo que a empresa faz pelo social e está previsto em lei, desde o pagamento de impostos até a adoção de medidas de preservação ambiental. Já, a responsabilidade social da empresa seria a sua capacidade em cooperar com a sociedade, levando em consideração seus valores, normas e expectativas na gestão administrativa. A conceituação aparece mais completa, mas, ainda, não pode ser considerada objetiva por indicar valores intrínsecos.

Autores como Melo Neto e Froes (1999) complementam a conceituação ao diferenciar filantropia de RSE, na medida em que a filantropia é individualizada. De acordo com o Dicionário Aurélio (1988), filantropia significa amor à humanidade; caridade. Ou seja, dependeria da boa vontade do empresário. No entanto, entende-se que a responsabilidade social seja uma ação coletiva resultante de vontades consensualizadas.



A responsabilidade social empresarial realizada, de acordo com os casos apontados no item anterior deste capítulo, pode ser entendida como uma caridade ou filantropia, na medida em que privilegia os seus interesses em detrimento dos interesses da sociedade, na promoção de ações sociais, e como uma responsabilidade legal, quando cumpre a legislação trabalhista ou ambiental, por exemplo. Estas medidas proporcionam à empresa diferencial competitivo, aumento da produtividade incentivado pela motivação dos funcionários, longevidade da marca influenciada pela melhora da sua imagem, maior lealdade dos funcionários e consumidores, diminuição de conflitos, menor gasto com causas trabalhistas e com problemas de saúde do trabalhador etc.

O que se vê na literatura são práticas que se resumem em adoção de padrões éticos, cumprimento de deveres e obrigações sociais, ou de assistencialismo disfarçadas de RSE, que possuem um foco claro, são utilizados para aumentar o lucro, potencializar o seu marketing social e o estabelecimento de parcerias a longo prazo. Segundo Guimarães e Rampinelli (2006), essa concepção limitada e equivocada demonstra, que a área de Administração é uma área de conhecimento, em que predomina a ideologia e não a ciência. A RSE trata-se mais de um

meio para a reprodução do capital, pela ampliação e renovação da manipulação, e pelo reforço e justificativa dos demais métodos empresariais distante de toda a sociedade. E esta parece ser a justificativa que mais prevalece para o movimento crescente da Responsabilidade Social Empresarial (p. 214).

Assim, o conceito de RSE predominante hoje é o da empresa, que utiliza os preceitos administrativos do capitalismo para vender seus produtos, serviços e a si mesma, obtendo lucro e aumentando a sua produtividade. Não há uma ação benemérita com o fim em si mesma, nem qualquer intenção de transformação social apenas utiliza a RSE como instrumento de dominação e manutenção do sistema capitalista em busca de melhores resultados. Além disso, destrói o conceito de cidadania<sup>108</sup> e torna os indivíduos dependentes de políticas sociais pontuais e aleatórias, cidadãos voluntários de uma falsa cidadania.

A RSE impele a cidadania e conforma os sujeitos. Como coloca Paoli (2002), a cidadania só pode ser construída pela participação. É no sentido e escopo dos direitos, que

---

<sup>108</sup> Para Marx (1984), a cidadania é parte integrante da emancipação política. Ser cidadão é ser participante desta dimensão pública, no entanto, por mais direitos que o cidadão tenha e os renove, a desigualdade jamais será eliminada. Conforme Rampinelli (2006), a cidadania é uma categoria abstrata, desligada da práxis real e dos conflitos inerentes à sociedade capitalista.

podem ser configuradas novas formas de resistência e de sociabilidade que, em si mesmas, são opostas às vazias idéias de futuro, sem crítica e sem projetos. Na mesma medida, transformam-se cidadãos designados como sujeitos de direitos em receptores de favores e generosidades. A pessoa recebe um favor e não desfruta de um direito.

Na opinião de Paoli (2002) as instituições que pregam a responsabilidade social falham, pois evitam incorporar-se ao debate sobre as decisões governamentais, e sua presença diante do Estado aparece, apenas, pelo lado tradicional de pressão por seus interesses econômicos e financeiros, não escondidos em sua demanda de ser intermediária de recursos públicos.

Analisando-se as práticas de RSE, elas poderiam ser uma experiência social e humanitária relevante à população brasileira. Nada poderia-se dizer se funcionassem dentro de uma sociedade, apoiada em garantias reais de direitos universalizados. Mas, para ser relevante “como experiência de formação de cidadão responsável, seria necessário que o movimento reconhecesse na sua constituição a projeção da disputa pelo poder de enunciar o espaço público, e a cidadania sob o cenário da desregulamentação estatal” (PAOLI, 2002, p. 414). No entanto, essas práticas acabam por aprofundar as desigualdades sociais, à medida que as mantêm e as encobrem, sem permitir a possibilidade de reversão do quadro social.

Nesse sentido, de desenvolvimento da cidadania, a RSE é uma utopia, pois preserva ao mesmo tempo as hierarquias desiguais que produzem a descapacitação dos cidadãos, ao recriá-los como dependentes da caridade. Em acordo com Paoli (2002), dependem das intenções, dos interesses e das flutuações dos acertos e enganos próprios ao mundo mercantil e inerentes à liberdade da iniciativa privada.

Independente do tipo de RSE desenvolvida em todas as empresas podem receber prêmios pela atitude benemerita em relação à sociedade. Os prêmios têm sido os principais resultados divulgados pelas empresas quanto a realização de ações sociais.

### **3.5 Os resultados alcançados pelas empresas “socialmente responsáveis”**

Tanta bondade e prestatividade por parte das empresas não é de fato por simples espontaneidade. A benevolência não passa em branco. As ações honrosas obtiveram o

mérito. Alguns estudos apontaram as premiações, que tais empresas angariaram, mas, certamente, todas obtiveram algum tipo de benefício e reconhecimento. Nesse sentido, premiações para tal fim, não faltam.

Como prêmio às atitudes socialmente responsáveis das empresas existem alguns órgãos que dão incentivos nesse sentido. O Ibase<sup>109</sup> concede o selo balanço social, a câmara de vereadores de São Paulo premia com um selo Empresa Cidadã, a *Social Accountability International* – SAI aplica a norma AS 8000, o Prêmio Ethos Valor é distribuído pelo Instituto Ethos, o Prêmio Líder Empresarial Nacional de Responsabilidade Social é promovido pela ADVB, o Prêmio de responsabilidade social no varejo é entregue pela Fundação Getulio Vargas, dentre outros.

As empresas consideradas “cidadãs” possuem algumas vantagens como: subvenções, isenções de taxas, possibilidades de contratos vantajosos, tudo isso visando ao aumento na oferta de empregos.

De acordo com dados<sup>110</sup> da Secretaria da Receita Federal (SRF), apenas no ano de 2007, as empresas brasileiras que investem em responsabilidade social tiveram incentivos e isenções fiscais superiores a R\$ 1,1 bilhão. Segundo dados do GIFE, entidade que aglutina os 106 maiores investidores sociais privados do país, com cerca de 70% de suas ações voltadas para a educação havia uma previsão de que das 871 mil empresas brasileiras, apenas, 178 mil estavam no regime de lucro real, ou seja, tinham imposto de renda a pagar<sup>111</sup>.

Como exemplos de empresas beneficiadas por isenções fiscais pode-se citar algumas. Segundo o IPEA<sup>112</sup> divulgados na Pesquisa: "A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil" (2006), a Petrobras

---

<sup>109</sup> O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), de utilidade pública federal, foi criado em 1981. É uma instituição sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã. Entre as temáticas e campos de atuação que o Ibase julga prioritários estão Fórum Social Mundial, alternativas democráticas à globalização, participação da sociedade civil no espaço público, monitoramento de políticas públicas, democratização das cidades, segurança alimentar, economia solidária e responsabilidade social e ética nas organizações.

<sup>110</sup> Fonte: VIEIRA, Maria C.. **Iniciativa privada e espírito público** (2007). Revista Valor Econômico – SP. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=2267](http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2267). Acesso em: 12 de abr. de 2008.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> IPEA. **Pesquisa: A iniciativa privada e o espírito público**: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil (2006). Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em: 12 de abr. de 2008.

investiu R\$ 591 milhões em projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos em 2006 (aumento de 14,5% na relação ao ano anterior), e desse total, R\$ 253 milhões (44,6%) são oriundos de incentivos fiscais. Já, a Natura investiu R\$ 38,1 milhões em responsabilidade corporativa, dos quais R\$ 28,8 milhões de recursos próprios e R\$ 9,36 milhões de incentivos fiscais e recursos arrecadados pelas suas consultoras em todo o país.

Segundo a mesma Pesquisa realizada pelo IPEA, em 2006, os investimentos em projetos sociais e culturais do Itaú Holding somaram R\$ 110 milhões. Desse total, R\$ 28,6 milhões foram aplicados no Itaú Cultural dos quais R\$ 21,7 milhões da Lei Rouanet. Na Fundação Itaú Social, que tem patrimônio de R\$ 370 milhões os investimentos chegaram a R\$ 33 milhões. Em 2007, de acordo com Ana Beatriz Patrício, superintendente da fundação, a previsão é de investimentos de R\$ 40 milhões, com foco em educação<sup>113</sup>.

Segundo o IPEA,<sup>114</sup> os investimentos do Grupo Gerdau em responsabilidade social totalizaram R\$ 49 milhões no Brasil em 2006, dos quais R\$ 15 milhões da Lei Rouanet e isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em atividades culturais nos Estados do Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Já no Banco Real, os investimentos em projetos sociais, culturais e na área de educação chegaram a R\$ 44 milhões em 2006, com 23% desse total baseados em incentivos fiscais.

Os dados sobre as isenções fiscais e benefícios advindos das ações sociais não são amplamente divulgados. No entanto, como vimos, são ressaltados os valores investidos, como é de interesse das empresas a divulgação dos mesmos e o atrelamento deste a sua bondade, como fato de responsabilidade pela sociedade. As empresas assim o justificam o alto investimento em marketing social, como forma de mudar o comportamento social para a causa abraçada.

Além disso, a empresa, considerada socialmente responsável, tem sua imagem institucional vinculada à ética e à moral, uma instituição que se interessa pelo bem como fim em si mesmo, quase que se esquecendo do propósito de gerar lucro. O agravante é que estas empresas são premiadas por cumprirem a legislação! Rampinelli (2006, p.51) ironiza essa situação ao dizer, que “por um passe de mágica, todas as organizações estão jurando seu compromisso inadiável com a comunidade, o consumidor deixou de ser desrespeitado, e todas as empresas, agora, são ‘as melhores para se trabalhar’”. E finaliza:

---

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Ibidem.

A verdadeira empresa cidadã é íntegra todas as horas do dia. Pode-se até aceitar que a cidadania, no fundo, seja um tipo ideal, como definia Max Weber (1993). Algo que se aspira, mas não se atinge jamais. Mas, convenhamos, as empresas que têm em seu DNA (no seu próprio processo de produção, nos produtos que fabrica e comercializa) um gene que leva à destruição do meio-ambiente e dos cidadãos (da sua saúde, por exemplo), ou empresas prestadoras de serviço que atuam em flagrante desrespeito ao direito de seus consumidores, jamais poderiam ser reconhecidas como Empresas Cidadãs, por financiarem alguns projetos culturais, atividades esportivas ou construírem creches (p.51).

Para a empresa não adianta, apenas, adotar uma postura ética mediante um código de ética. Na visão empresarial é necessário declarar as ações decorrentes desse posicionamento político frente à sociedade. Para isso, as empresas utilizam relatórios, chamados de balanço social como uma atitude transparente e ética de divulgar suas ações.

Desta forma, não há uma norma ou padrão estabelecida para a apresentação do balanço social. Alguns estados do Brasil, como Rio Grande do Sul, Amazonas e São Paulo instituíram modelos por meio de regulamentações municipais. Alguns Institutos e Fundações estabeleceram o seu próprio modelo, bem como algumas empresas. Assim, a identificação das ações sociais torna-se muito subjetiva. Quase toda ação realizada é considerada socialmente responsável pela empresa, como por exemplo, a existência de um código de ética da empresa, programas de voluntariado, programas de gestão com participação nos resultados e bonificação.

A publicação do balanço social também é considerada uma das características de uma empresa socialmente responsável. O balanço social como referência no assunto, foi criado em 1998, paralelamente à criação do Selo Empresa Cidadã: o Selo Balanço Social. Para ter direito ao Selo a empresa deve publicar seu balanço social anualmente, dentro do modelo, da metodologia e critérios do Ibase. Para o Instituto idealizado em parceria com sociólogo Betinho, a premiação o Selo Balanço Social demonstra o comprometimento de uma empresa em ser cidadã,<sup>115</sup> e possui diretrizes em sua origem, que possibilitam ações sociais que vislumbram uma mudança no cenário brasileiro.

No entanto, Rampinelli (2006) faz observações importantes sobre o balanço social, apontando que, etimologicamente, a palavra balanço (sinônimo: fazer oscilar) indica os dois lados, sendo assim, este deveria mostrar além dos aspectos positivos, os negativos também, o que não ocorre nas publicações. O Balanço Social é apenas o final desse processo, ele expõe “resultados de todos os indicadores que compõem o universo da

---

<sup>115</sup> Fonte: [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br).

prática social e ambiental da organização” (p. 52). Porém, a publicação do Balanço social é critério de seleção para o selo Empresa Cidadã. Há inconsistência no julgamento, pois entre o resultado final e, o processo há muitas questões importantes a serem avaliadas e que podem ser decisivas para se considerar uma empresa cidadã.

A norma SA8000 é um conjunto de diretrizes que visam aprimorar o bem-estar e as boas condições de trabalho, bem como aplicar um sistema de verificação, que garanta a contínua conformidade com os padrões estabelecidos pela norma. A SA8000 apresenta-se como um sistema de auditoria similar ao ISO 9000, que atualmente é utilizado por mais de 300.000 empresas em todo o mundo. Seus requisitos são baseados nas normas internacionais de direitos humanos e nas convenções da OIT. O principal objetivo desta norma é dar segurança aos clientes de que determinada empresa não utiliza trabalho forçado, discriminado ou infantil. Desenvolvida por um conselho internacional, que reúne empresários, ONGs e organizações sindicais, a SA8000 tem como objetivo garantir condições dignas de trabalho.

Analisando-se os critérios definidos para premiação, tanto do selo social da empresa cidadã, quanto do ISO 9000, percebe-se que estes são delimitados pelos próprios órgãos regulamentadores, quando os maiores interessados, a sociedade, não participam da discriminação destes critérios.

Outro ponto observado foi a constatação de que as empresas premiadas nas três últimas edições eram instituições financeiras: Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco ABN Amro Real e Bank Boston, todas representantes do grande capital no Brasil, sendo que todas elas possuem fundações ou institutos vinculados. De acordo com a Revista *Primeiro Plano* os 11 maiores bancos do país lucraram R\$ 23 bilhões em 2005. Assim,

os empresários capitalistas são apresentados e premiados como muito preocupados com a cidadania e exclusão social e não entramos no mérito dos lucros estrondosos auferidos por conta da exploração de sua mão-de-obra descartável e juros altamente abusivos cobrados da população, que por muitas vezes inviabilizam a produção e levam à total falência os micro-empresários, contribuindo diretamente com a alta taxa de desemprego vigente no Brasil (RAMPINELLI, p.57, 2006).

Ao apontar o investimento que as empresas fazem para concorrer a esses prêmios, o estudo de Rampinelli (2006), deixa clara a intenção das empresas ao concorrerem às premiações. As empresas pagam em torno de mil reais pela inscrição, mais um valor de vinte mil reais para a divulgação, um valor irrisório por propaganda positiva e espontânea. Ao relatar os exemplos das premiadas, têm-se o rol de absurdos, como por exemplo:

No ano de 2001, a BIG PAN 24 Horas Panificadora e Confeitaria, ganhou o título de Empresa Cidadã, na categoria de desenvolvimento cultural, com o trabalho denominado “Doce Poema”, cuja principal ação foi a de imprimir nas embalagens de pão alguns poemas de autores catarinenses. Em nenhum momento a ADVB/SC se preocupou em questionar o posicionamento ético da empresa no mercado, ou mesmo o relacionamento com os fornecedores, clientes e funcionários. No entanto a BIG PAN é uma Empresa Cidadã 2001 (p.60).

O movimento de incorporação de responsabilidade social nas estratégias corporativas tem aumentado. A Responsabilidade Social tem sido um dos fatores agregados ao fetiche do produto, que tem dado certo no aumento da atração dos consumidores, e do conseqüente lucro para os acionistas.

A postura responsável da empresa também é entendida como um sinal de reputação corporativa e da marca (RAMPINELLI, 2006), e é amplamente divulgada como estratégia de agregar importante valor à marca: de empresa cidadã.

### **3.6 A “ética empresarial” da Responsabilidade Social: estratégia de marketing e agregação de valor ao produto**

Segundo Cattani (2003), a empresa revestida pela responsabilidade social, não é um puro agente econômico, não vende apenas produtos, mas administra sua relação com o público: sua logo é o seu maior valor. A “conciliação” da empresa com a ética tornou-se uma estratégia de sobrevivência, e sua legitimidade deve ser construída vinculando a marca a uma boa imagem por meio do marketing social.

Os benefícios advindos da implementação dos programas de RSE, como incentivo fiscal, diferencial competitivo etc, levam a empresa a adotar uma postura ética, comprometida com a sociedade, como uma oportunidade de negócio para empresa. Nesse sentido, cabe discutir que “ética” é esta, em que valores a empresa se baseia? Pelo viés empresarial, a ética e a empresa deixam de ser elementos aparentemente contrapostos. De acordo com Cattani (2003), a empresa assume o princípio da solidariedade e da visão ética compromissada com o lucro, ou seja, a margem de lucro está, cada vez mais, dependente das medidas sociais imediatas adotadas pela empresa.

Segundo Melo Neto e Fróes (1999) a empresa socialmente responsável possui um padrão de comportamento social, econômico, cultural e político. Rampinelli (2006) questiona: quais seriam os valores da nossa sociedade? Quais seriam as ações resultantes

desses valores? Uma vez que essas definições não são apontadas nem discutidas pelas empresas. Desta forma, não se pode afirmar que a atitude ou a decisão de um empresário vai ao encontro de determinados “fins e valores” da sociedade sendo assim, não se pode concluir se a empresa é ou não socialmente responsável. Além disso, está implícito que os empresários os sabem, mas isto é realmente válido? Deve-se questionar se a empresa que cumpre obrigações legais e legisladas não estaria apenas cumprindo seu dever?

Há uma subjetividade presente nas definições nos limites na realização da ética pela RSE. Desse modo, justifica-se a importância de se discutir a ética empresarial. Pode-se entender o que é ética pela sua etimologia. A palavra ética é originária de duas palavras gregas: *éthos*, que significa “o caráter de alguém”, e *êthos*, que significa “o conjunto de costumes instituídos por uma sociedade para formar, regular e controlar a conduta de seus membros” (CHAUÍ, 2003b, p.10). A ética definida por Vasquez (2002) é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano.

Discutir sobre ética é discutir sobre valores e virtudes. Valor e virtude, por sua vez, se referem a comportamentos humanos. O campo ético é constituído, de um lado, por comportamento e, de outro, por juízos de valor. Os juízos de valor determinam o exame de certos comportamentos humanos. Nesse sentido, o sujeito individual, sua consciência moral<sup>116</sup> atribui valores aos atos humanos, pronunciando-se sobre a correção ou incorreção da atitude tomada em determinada situação. A questão ética perpassa pela contradição, entre o que se deve fazer e o que se quer fazer.

As grandes teorias éticas trazem a marca do tipo de organização social daquela sociedade. Não são apenas os costumes que variam, mas, também, os valores que os acompanham, as próprias normas concretas, os próprios ideais, a própria sabedoria, de acordo com a ética adotada nos diferentes espaços.

No campo da empresa, a ética empresarial parte dos resultados de um conjunto de fenômenos históricos ocorridos durante a segunda metade do século XX, bem como, seus determinantes a partir do pressuposto de que

---

<sup>116</sup> Consciência moral é a capacidade interna que o indivíduo tem de reagir ao certo e ao errado, a capacidade de distinguir entre o bem e o mal. As normas morais são muito anteriores ao Direito. Elas desempenham uma função social vital e são cumpridas por convicção íntima, por adesão. Já as normas jurídicas são diferentes, são uma imposição do Estado e, por isso, são cumpridas mesmo quando não estamos convencidos de que sejam justas.



a consciência social dos empresários começou a despertar quando eles próprios perceberam que os problemas sociais atrapalhavam o desenvolvimento dos seus negócios (baixo poder aquisitivo da população, sistema educacional deficiente, violência, etc...) (RAMPINELLI, 2006, p.28).

Se a ética é regida pela formação moral e esta varia conforme a distinção de bem e mal de cada indivíduo ou sociedade, o mesmo valerá para a empresa, que adotará em seu código de ética os valores em que ela está inserida. A partir da definição de um código de ética, a empresa poderá ser avaliada pelas suas atitudes. E, é no âmbito da valoração ética, que se têm questionamentos importantes. Uma empresa capitalista, ou seja, que explora a força de trabalho extraindo a mais-valia pode ser considerada ética? Estruturada em que valores? Que valores fundamentam uma empresa que tem como finalidade e fim, o lucro e a competitividade no mercado? E, se pensar nas atitudes questionáveis de empresas que ganharam um “selo social”, quais seriam os valores?<sup>117</sup>

De acordo com Rampinelli (2006) a boa conduta ética dos negócios também (grifo meu) faz parte da responsabilidade social das empresas.

Ser ético é respeitar os direitos de todos os públicos que se relacionam com a organização e, logicamente, daqueles que não possuem nenhum vínculo com ela. Ser ético é respeitar os padrões morais existentes na sociedade à qual pertence a organização. Ser ético é exercer a função econômica sem o uso de artifícios ilícitos para conseguir qualquer tipo de vantagem. Ser ético é respeitar o meio ambiente e preservar a vida (Rampinelli, 2006, p. 44,).

Conforme Almeida (2003), a reconciliação dos negócios com a ética é transformada em um meio de gestão e suporte de sobrevivência para a empresa. Enquanto for possível fazer “política pela ética”, as empresas terão que agir de forma socialmente responsável, mesmo quando for contra as suas convicções mais íntimas, (SROUR, 2000) sempre garantindo o atendimento dos seus objetivos. Não há coerência entre os princípios éticos estabelecidos por seus códigos de ética e a sua prática. O discurso ético e sua divulgação são benéficos para a empresa em vários sentidos. Os funcionários tornam-se mais comprometidos, passam a não só “vestir a camisa da empresa” como o traje completo; os consumidores acreditam tornarem-se parceiros da causa pelo ato de compra; fornecedores parceiros são estratégicos, e a comunidade cria uma atitude positiva em relação à empresa.

Nesta corrida competitiva, à “personalidade” corporativa cabem os predicados que

---

<sup>117</sup> Um exemplo de atitude questionável foi o de uma empresa que tem trabalhadores terceirizados no corte de cana e após a morte de um deles no local de trabalho, alegou que o motivo da morte não teria ligação como trabalho, embora o motivo tenha sido a parada dos órgãos por cansaço físico.

se achar mais vendáveis. Conforme Klein (2006) para uma empresa conciliar diferenças culturais, sem perder sua coerência, deve estabelecer uma ética própria. A empresa reveste-se do discurso ético e religioso, mas o seu objetivo é manter-se como empresa. Ética e compromissos sociais são propagandas da empresa, são dados como virtudes, mas nada têm a ver com ela. São justificativas para se manter e acumular capital. Enquanto a atitude em ser ética favorecer e não atrapalhar seus objetivos será um excelente negócio para ela investir. E ainda, por ser lucrativo, as autoriza a ser responsável.

A ética e os valores morais tornam-se, assim, um diferencial no mercado competitivo, que contribuem para a busca do lucro, mas com uma consciência cidadã empresarial. Esta nova postura além de autorizar a empresa a buscar o lucro permite a esta agregar importante valor ao seu produto. A solidariedade interessada não tem nenhum valor moral (KANT, 2001), mas tem valor comercial. A atribuição de valor aos produtos só é possível pelo marketing. Além do valor social, há outros agregadores de valores aos produtos. A retomada dos modelos de produção que perpassaram a sociedade, desde o surgimento do capitalismo, oferece um panorama da relação entre os modelos de produção e o valor agregado aos produtos.

A preocupação que vigorava numa fábrica era a sua capacidade de produzir. A sociedade apenas necessitava que a sua demanda por produtos fosse atendida. Cumprindo este papel, os modelos Taylorista e Fordista produziam em escala de produção e em massa. Com a crise destes modelos, ocasionada pela capacidade de produção excedente, tornou-se vital, que se produzisse mais por menos, ou seja, produzindo a maior quantidade possível em menor tempo, com preços competitivos, utilizando apenas o material e pessoal necessários. Agregaram-se novas exigências ao produto, e para manterem-se competitivas as empresas adotam um sistema flexível de produção.

Com flexibilidade na produção e a crescente competitividade, os valores agregados ao produto aumentaram e foram encarecidos com a distribuição, a qualidade, a marca, os serviços prestados ao consumidor, a sua inovação e a responsabilidade social da empresa.

Analisando-se o que representa o produto para o consumidor e a sua crescente

fetichização<sup>118</sup>, Marx nos dá valiosas contribuições:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia (MARX, 2004, p. 41).

Segundo Dreifuss (2004), a nova configuração da economia mundial torna o consumidor um reformulador de práticas do cotidiano, deslocando o cidadão no exercício de sua cidadania, perdido na transfronteirização das decisões e no distanciamento, físico e de dimensão midiática, dos centros de poder. Um lugar despolitizado tanto perante o produto quanto o produtor. Um cidadão consumido no seu *ethos* político se torna objeto de orientação para as decisões mercadológicas da empresa. Tanto o estatal quanto o coletivo são submetidos a uma racionalidade empresarial afastada do debate aberto.

As novas exigências do capital mostraram-se como a recriação que o capitalismo toma como condição para sua existência e perpetuação. A partir da produção de bens nas fábricas, o mercado passou a ser inundado por mercadorias uniformes e produzidos em massa, quase indistinguíveis uns dos outros. Assim, foi fundamental, para o capitalismo, o surgimento de um diferencial entre os produtos: as marcas. Os primeiros produtos relacionados a marcas apareceram quase na mesma época da publicidade utilizada juntamente ao surgimento das fábricas. A criação da marca tornou-se necessidade da era da máquina assim, a diferença baseada na imagem tinha de ser fabricada junto ao produto.

Conforme Klein (2006) os publicitários acreditam que a publicidade além de espiritual, pode ajudar a empresa encontrar a sua alma, e enfatizam que as empresas podem fabricar produtos, mas o que os consumidores são influenciados é a comprar marcas. As marcas são produtos, conceitos, atitudes, valores, experiências e cultura produzidas, embaladas e vendidas; a alienação do ser humano.

Para as empresas, esta não é apenas uma questão de agregar valor ao produto, mas de infiltrar idéias e iconografias culturais, que suas marcas possam refletir idéias e imagens

---

<sup>118</sup> Marx (2004) explica que a mercadoria, a primeira vista, parece algo simples e compreensível, se analisada como valor-de-uso. Mas que adquire um caráter misterioso ao se considerar a análise das suas propriedades a partir do trabalho humano, pois este adquire sua forma social. Ou seja, a mercadoria torna-se misteriosa, pois encobre as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes ao produto do trabalho por ocultar a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total. A forma mercadoria e a relação de valor nada têm a ver com a natureza física desses produtos, nem com as relações materiais dela decorrentes. Nesse sentido, o fetichismo está sempre “grudado” aos produtos do trabalho, quando gerados como mercadorias. Assim, ele é inseparável da produção de mercadorias e decorre do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias.

na cultura como “extensões” de suas marcas (KLEIN, 2006). A cultura social do cliente é que agrega valor ao produto. O valor social agregado ao produto tem representado uma crescente preocupação para o consumidor na decisão de compra. Em 2000, uma pesquisa do *Jornal Valor*, em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (apud MEIRA, 2005) apontou que 24% dos brasileiros já consomem levando em conta o posicionamento social da empresa, em comparação com o percentual de 46% dos consumidores norte-americanos.

Em face às preocupações sociais alardeadas pela mídia, o consumidor apresenta um movimento de mudança de postura e começa a recompensar ou “punir” as empresas pela sua responsabilidade social. São alguns exemplos de “punições”:

A Nike, com o trabalho infantil, a GAP e a Reebok, com o trabalho na Ásia, a Macy’s, com o trabalho em Burma, a Danone, com a demissão em massa, provocaram reações dos consumidores, que não querem o trabalho infantil, a exploração exagerada dos trabalhadores, a construção de fábricas em países de regime totalitário e sanguinário e as demissões em massa (MATTAR, 2001, p.14).

As empresas também tomam atitudes para demonstrar uma preocupação com a sociedade ao admitir e concertar seus erros. Srour (2000) apresenta alguns exemplos:

- A produção total de alimento em pó para bebês, da Nutrícia holandesa, foi recolhida nos Estados Unidos sob suspeita de contaminação por salmonela;
- A Heineken recolheu em oito países e destruiu 3,12 milhões de garrafas de cervejas por suspeita de conterem cacos de vidro;
- A General Motors Corporation retirou dos mercados norteamericano, canadense e de Taiwan, 380 mil carros Saturn, pois o motor corria risco de incendiar-se, o que representou o custo de US\$ 8 bilhões.

Ações como estas, associadas a um bom marketing institucional, traduzem-se em credibilidade, honestidade e idoneidade para a empresa. O seu objetivo é transformar a imagem e a idéia vendida em um produto tangível, mais fácil de controlar, bem como de medir os resultados.

A difusão do princípio básico da Responsabilidade Social permite o avanço do marketing social e do marketing de causa. É importante esclarecer que Responsabilidade social não é marketing. Muitas vezes confundem-se ações, meramente sociais isoladas, com responsabilidade social, mas na verdade, são estratégias de marketing social.

O marketing social é o emprego de princípios e técnicas de marketing para a

promoção de uma causa, idéia e/ou comportamento. Para Kotler (2003) o marketing social é uma das principais ferramentas para a promoção de mudanças de comportamentos, atitudes e práticas. Já, o marketing de causa é descrito como “uma atividade comercial, baseada em uma relação de colaboração entre a empresa, a organização não lucrativa e/ou a causa, com a finalidade de promover uma imagem, um produto ou um serviço, em benefício mútuo” (RAMPINELLI, 2006, p. 68).

Independentemente do tipo de marketing desenvolvido, o que se almeja é um diferencial da marca associada à consciência das pessoas; um compartilhar de princípios e ideais, para fidelizar sua clientela obtendo melhores resultados.

Rampinelli discute duas importantes críticas feitas a este movimento:

A primeira é que as empresas, olhando apenas para causas com maior apelo público e mais afinadas com a sua “vocação” de investimento social, deixariam de investir seus recursos em causas “difíceis”, como os jovens infratores ou crianças com AIDS. Soa um tanto ing  nua a idéia de que as empresas deveriam investir em todas as causas sociais. A segunda diz respeito a uma sensa  o de que as empresas investiriam mais recursos na propaganda da associa  o com a causa do que na própria causa, diminuindo, por deslize de motiva  o, a legitimidade do investimento (2006, p.69).

Uma matéria publicada pela Revista *Valor Econômico*, em 11/12/2000, levanta esta pol  mica citando o caso de uma companhia, que gastou R\$ 100 mil em um projeto social e, preocupada em reforçar sua imagem, investiu R\$ 900 mil para divulgar o programa na m  dia (ARAÚJO, 2001). As a  o  es sociais das empresas são tão lucrativas, que a bolsa de valores incluiu as variáveis ambientais e sociais nas análises financeiras. Dados como estes mostram que os profissionais de marketing, acreditam na força da constru  o de uma marca baseada não somente no racional e no emocional, mas, também, e principalmente, na dimensão   tica ou espiritual. Por isso a importância de, não são divulgar o produto, mas vender uma idéia, necessidade ou imagem. Esta    a verdadeira causa abraçada.

Respaldados nestes princípios    que o retorno mercadológico e institucional se concretiza pela via da aplica  o da cidadania empresarial, que pode ser percebida por diversos ganhos, conforme explicita Rampinelli (2006):

- imagem e venda: pelo fortalecimento e fidelidade    marca e ao produto;
- aos acionistas e investidores: pela valoriza  o da empresa na sociedade e no mercado;
- retorno publicitário: principalmente o advindo da gera  o de m  dia espontânea;

- tributação: com as possibilidades de isenções fiscais em âmbitos municipal, estadual e federal para empresas patrocinadoras ou diretamente para os projetos;
- produtividade e pessoas: pelo maior empenho e motivação dos funcionários
- ganhos sociais: pelas mudanças comportamentais da sociedade.

As premiações sociais correntes no meio empresarial são o principal retorno em fortalecimento da imagem empreendido pelo marketing social. A idéia que a relação lucro e ação social, por meio da Responsabilidade empresarial, aparenta é a de que as tensões entre produção e consumo estão, agora, superadas face a uma mudança de postura motivada e alimentada por uma conversão espiritual, por uma reorientação de princípios. Azambuja (2005) descreve a situação da seguinte forma:

O empregado, funcionário, servidor, assalariado, produtor de mais-valia é transformado, num passe de mágica, em "colaborador", ou seja, alguém que adora o que faz, não contesta nunca, vê sempre justeza nas suas relações com o patronato, nas quais há completo equilíbrio, plena compreensão, ajuda mútua e inquebrantável sinceridade. E isso tudo tem de ser, ao mesmo tempo, puro, autêntico, risonho... Esse indivíduo é agora "do bem", está limpo, absolutamente esvaziado de reivindicações: afinal, apenas colabora! E o faz dentro de um sistema "socialmente responsável"; preenhe de relações nas quais só se constrói o bem, pois é "gerenciado" por pessoas superiores, que produzem apenas bons produtos, bons serviços e boas idéias. E mais: num sistema dinâmico, competente, harmônico e "pro-ativo" estando, por isso, autorizado a instar seus atores - independentemente das suas posições sociais - a se irmanarem numa tarefa comum e desinteressada de evolução do gênero humano. Aí então... bingo! Acabou-se o conflito capital versus trabalho; reina a paz eterna entre produção e consumo. Até o mais sectário dos analistas pró-modismos administrativos, avesso, por exemplo, à filosofia de Foucault, veria uma ponta de hipocrisia no discurso da "responsabilidade social", não pela necessidade de se ser responsável, mas pela impropriedade de acreditar-se social.

A empresa cidadã retira as contradições sociais de cena e estabelece uma sinergia entre o âmbito social e o lucro através da RSE. Assim, como coloca Almeida (2003, p. 144) “a esquerda descobre que mercado não é pecado, a burguesia inversamente, desvenda que o social não é ônus, mas uma área lucrativa [...] ética e empresa deixam de ser elementos aparentemente contrapostos”. A realidade poderia ser considerada absurda, senão tratássemos da dinâmica do sistema capitalista, em que o "lucro fácil e rápido" é motivado "pela redução dos custos operacionais", para que se exercite a responsabilidade corporativa. Marketing de responsabilidade social, nesse caso, também é custo e, somente, se transformará em investimento, se agregar valor.

As relações entre trabalhadores e patrões não são parecidas com as que se verificavam nos tempos da Revolução Industrial. Mas, também a situação obtida, hoje, não parte de uma tomada de consciência por parte dos detentores dos meios de produção e sim

por um lento e penoso processo - de forma alguma linear -, que colocou trabalho e capital em uma situação tal de conflito que, chegou a certo ponto, a ameaçar a sobrevivência do próprio sistema. A responsabilidade social é a última palavra desse processo contínuo e necessário para forjar uma cooperação entre trabalho e capital.

## **CAPÍTULO IV - PROJETO PESCAR: O CASO DE EMPRESAS PARTICIPANTES EM SANTA CATARINA**

### **4.1 A Fundação Projeto Pescar e o Projeto Pescar: pescando peixes ou colhendo frutos?**

A escrita deste Capítulo é oriunda de informações colhidas principalmente por relatos orais, e do site, além de questionários, mas acima de tudo, as contribuições fundamentais foram possibilitadas pelo acesso a documentos oficiais cedidos à pesquisa. São eles: Relatório de atividades Fundação Projeto Pescar de 2006; Revista Comemorativa Projeto Pescar 30 anos (2005); Caderno para o Articulador (2006); Caderno para o Dirigente franqueado (2006); Caderno para o Voluntário (2006); Fundamentos Curriculares da iniciação profissional (2006); Unidade Projeto Pescar: estrutura e funcionamento (2006); CD de implantação do Projeto Pescar (2006). A partir destas fontes de dados pode-se estabelecer o histórico do Projeto Pescar, o seu perfil de atuação e sua concepção político-pedagógica.

A Fundação Projeto Pescar, criada em 1995, é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos. É mantida por empresas e apoiada por instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais. Alguns dos mantenedores são: AES Sul, AGCO do Brasil Com., Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Câmara de dirigentes e lojistas (CDL) de Porto Alegre, Companhia Petroquímica do Sul (COPESUL), Distribuidora de produtos de petróleo Ipiranga, Grupo Gerdau S.A., HSBC Bank Brasil S.A., UNIMED Porto Alegre, Varig S.A. Volvo Cesa S.A. e Z.F. do Brasil.

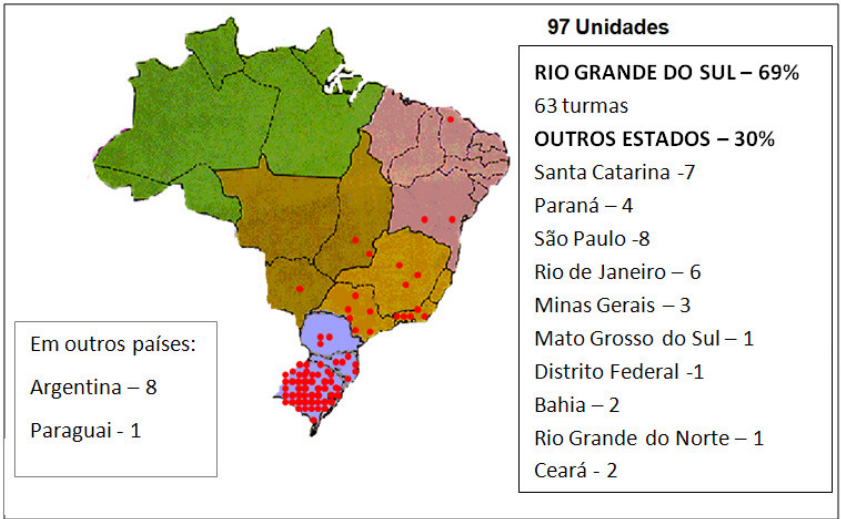
A criação da Fundação ocorreu para disseminar o modelo de franquia social desenvolvido pelo Projeto Pescar no Brasil. Sua principal atividade é sensibilizar e envolver organizações empresariais no resgate da cidadania e no preparo profissional de adolescentes de baixa renda, por meio do exercício de uma profissão, de modo a promover a inclusão social.

A experiência do Projeto Pescar é disseminada às empresas franqueadas que mantêm suas próprias unidades e encaminham os jovens formados ao mercado de trabalho.



Mais de dez mil jovens já passaram pelas Franqueadas da Rede Pescar, que hoje conta com 97 unidades, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Brasília (DF). O Projeto, também, conta com oito unidades na Argentina<sup>119</sup> e uma no Paraguai<sup>120</sup>. A expansão nacional da Rede e a ampliação da oferta de vagas são metas da Fundação Projeto Pescar. Em 2006, o número de vagas abertas nas Unidades da Rede Projeto Pescar cresceu 20,67% em relação ao ano anterior.

**FIGURA 1 – Representação da distribuição e localização das unidades do Projeto Pescar no Brasil em 2006.**



Fonte: CD de implementação do Projeto Pescar (2006).

Em Santa Catarina já foram formados 334 jovens e mais de 16 turmas realizadas. No estado são sete empresas que implementam o Projeto, Portobello (Tijucas), Frameport Madeiras (Caçador), Riffel Moto Peças (Blumenau), Sulcatarinense Mineração (Biguaçu), TDV Dental Ltda (Pomerode), Koerich Bebidas Ltda (São José) e DEINFRA (Florianópolis). Todas as empresas possuem apenas uma Unidade para o seu

<sup>119</sup> A Argentina aderiu ao Projeto em 2003 a partir do empresário Edgardo Palmero diretor do Grupo Palmero em parceria com a *Asociación Conciencia* (organização do Terceiro Setor) e *Universidad Del Salvador*. Hoje além desta empresa adotaram o projeto: a Telecom, a Telecom Sodexho Pass, Village Coca-Cola, o Clube Campos de Golfe *Las Praderas* e o Frigorífico *Gral Las Heras*. Ao total já formaram 174 jovens.

<sup>120</sup> A inserção do Paraguai no Projeto é recente (2006). Ruben E. Mijuca, presidente do Grupo Lumitecnia, de Assunção, conheceu o Projeto, quando estava a negócios no Rio Grande do Sul.

funcionamento. Tanto a Portobello quanto à TDV Dental não aparecem mais no site da Fundação Projeto Pescar como franqueadas<sup>121</sup>. A Frameport, a Portobello e a Riffel são identificadas como unidades formadoras pelo Programa Escola de Fábrica do Ministério da Educação.

**TABELA 2 – Panorama das empresas franqueadas à Fundação Projeto Pescar em SC.**

Empresa franqueadada	Local do Projeto	Ano de adesão	Turmas em andamento	Turmas concluídas	Jovens formados	Curso realizado	Participação na pesquisa
DEINFRA	Fpolis	2006	1	-----	-----	Laboratorista	SIM
Frameport	Caçador	2002	1	4	96*	Tecnologia de madeira	SIM
Koerich	São José	2005	1	1	10	Vendas	SIM
Portobello	Tijucas	2004	-----	3	33	Eletromecânica	Não realiza mais o Projeto, não quis participar
Riffel	Blumenau	2002	2	6	97	Serviços de Logística	NÃO
Sulcatarinense	Biguaçu	2003	1	2	57*	Mecânica	SIM
TDV Dental	Pomerode	?	?	?	41	Mecânica	Não houve contato

Fonte: elaborado pela autora (2008).

\* Cada turma tem aproximadamente 30 alunos.

A Fundação Projeto Pescar possui sede em Porto Alegre, doada pela Infraero (primeira organização mantenedora da Fundação, foi declarada de Utilidade Pública pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul (Registro nº 311538) e de Utilidade Pública Federal (Portaria nº 1522 de 08/11/02 Publicado no D.O.U de 11/11/02). Está organizada por um Conselho Curador, uma Diretoria Executiva, uma Gerência Geral, três núcleos funcionais – Administrativo e financeiro, de Franqueadas, de Expansão, uma Assessoria de Comunicação e um Serviço de Biblioteca. Tanto o Gerente Geral, Ézio Rezende, quanto à responsável pelo Núcleo de

<sup>121</sup> Fonte: [www.projetopescar.com.br](http://www.projetopescar.com.br). Acesso em: 11 de jan. de 2008.

Expansão da região Sul, Argentina e Paraguai foram entrevistados. A análise de suas entrevistas serão apresentadas no próximo item deste capítulo.

A Fundação tem como missão implantar, acompanhar e desenvolver, em organizações socialmente responsáveis, oportunidades de qualificação profissional, desenvolvimento pessoal e cidadania para jovens em situação de vulnerabilidade social. E, pretende ser referência, como agente de transformação social de jovens, atingindo até 2010, 50% dos estados brasileiros, e atendendo 3.000 jovens anualmente. Os valores norteadores das atividades da Fundação são: ética,<sup>122</sup> confiabilidade, comprometimento, flexibilidade, excelência e inovação.

O Projeto Pescar é uma Rede que funciona por meio do sistema de franquia social. As empresas franqueadas pela Fundação Projeto Pescar realizam formação pessoal e profissional de adolescentes de baixa renda, em suas próprias dependências, encaminhando-os, depois, ao mercado de trabalho. Além de promover a aprendizagem básica, para o exercício de uma profissão, nas mais diversas áreas da indústria (61%), do comércio (11%), da prestação de serviços (27%) e da agricultura (1%).<sup>123</sup>

O Projeto estimula os jovens a adotarem novos hábitos e atitudes de convivência e cidadania, com base em um princípio simples e de fácil operacionalização: “cada um pode ensinar aquilo que sabe fazer bem”, ou seja, é baseada na transmissão da formação de atividades realizadas pela empresa e na ação do voluntariado. Resgatando a força religiosa da palavra Pescar, o Projeto proporcionaria aos jovens além da “redenção” (que Jesus prometeu aos pescadores) como os tornaria também “pescadores de homens”, ou seja, ao se formar seriam pessoas que vão repassar a idéia e melhorar a vida de outros.

Busca-se mostrar que as empresas cidadãs, ao promoverem oportunidades de preparo profissional de adolescentes de baixa renda para o trabalho, estendem os benefícios da educação e do ensino técnico a um segmento da população excluído, e com poucas possibilidades de progresso pessoal e profissional, contribuindo para um desenvolvimento comunitário sustentado. São jovens que supostamente devem ter uma nova perspectiva de vida, porque alguém os ensinou a “pescar”.

O Projeto Pescar, que deu origem à Fundação, foi idealizado em 1976 pelo empresário gaúcho Geraldo Tollens Linck, fundador e então presidente da Linck S.A.,

---

<sup>122</sup> Embora não possuam um código de ética.

<sup>123</sup> Dados referentes a 2006. Fonte: Relatório de Atividades 2006.

revenda de máquinas e equipamentos rodoviários. Segundo o próprio empresário, o que despertou a idéia de instituir o Projeto, foi uma cena que o empresário assistiu, em que um adolescente assaltou um idoso. Segundo ele, a ação de violência o fez pensar na situação de milhares de jovens, que crescem sem oportunidades, e que os levam para a marginalidade.

O Projeto iniciou em Porto Alegre com apenas 15 jovens em uma sala de aula onde se denominava Escola Técnica Linck, e 12 anos depois passou a ser denominada Unidade Projeto Pescar Geraldo Linck, em homenagem ao fundador. Até a constituição da atual Rede de Unidades, a experiência consolidou-se e expandiu-se no país.

Para o fundador, a receita de sucesso está no entusiasmo de todos aqueles, que a ele se somaram: empresários, professores, voluntários, mantenedores e apoiadores. A franquia social, Projeto Pescar possibilitou esse crescimento. Ela foi institucionalizada em 1988, e “dirigida a empresários que não podem perder tempo, e desejam investir, de forma responsável, em uma ação de cunho social, que tenha forte impacto na comunidade”. Com o apoio de muitas empresas hoje, em torno de 100 empresas, o Projeto Pescar evoluiu para uma Rede de Escolas, cujo fortalecimento e expansão são atribuições da Fundação Projeto Pescar.

Segundo os princípios institucionalizados do Projeto Pescar, a formatação de sua proposta educativa nos moldes de franquia social, viabilizou a rápida expansão geográfica, permitiu fortalecer e qualificar as práticas pedagógicas e de gestão. Uma das vantagens para o empresário é saber que está ingressando em um Projeto de sucesso, em que o caminho já foi traçado, a chance de erro é muito pequena assim, como a perda de tempo e dinheiro ao ingressar em um Projeto com tradição. Para garantia de sucesso, a criação de uma Unidade do Projeto Pescar tem como principais objetivos:

- Auxiliar na educação e formação cultural e social de adolescentes em situação de risco social da comunidade.
- Desenvolver uma formação que tenha empregabilidade na região.
- Desenvolver uma ação social estruturada e sistematizada.
- Colaborar na transformação da condição sócio-econômica dos jovens em situação de risco social. Ceder acesso à tecnologia da Franquia Social do Projeto Pescar, a partir

de conceitos metodológicos testados, aprovados e reconhecidos, desde 1976, em termos de:

- Auxiliar na Instalação da franquia, orientando na escolha das instalações da Unidade, buscando um acordo mútuo, que beneficie as duas partes da parceria.
- Oferecer treinamento à Franqueada em termos de novos Orientadores, assim como qualificação dos Orientadores em exercício, conforme Circular de Oferta de Franquia.
- Avalizar os certificados, cedendo a logomarca da franqueada para uso no certificado de qualificação profissional, fornecido aos jovens na conclusão do curso.
- Disponibilizar a contratação de voluntários, indicados pela Franqueada, nos termos da Lei 9608/98 do voluntariado.
- Apoiar pedagogicamente por meio da oferta de materiais pedagógicos de apoio, visitas periódicas e auxílio no processo de recrutamento e seleção de Orientadores.

Já as franqueadas possuem deveres, que vão desde a oferta do curso, seleção dos docentes e alunos, bem como sua capacitação, a utilização da logomarca em seus produtos, ceder autorização para uso dos méritos decorrentes da Franquia Social, oferecer aos jovens meios, que facilitem o acesso e aproveitamento maior do Curso<sup>124</sup>, e a “doação” mensal de dinheiro à Fundação, são eles:

A contribuição contratual de supervisão e acompanhamento paga mensalmente à Fundação é destinada aos serviços de implantação e acompanhamento das Unidades. Esta contribuição poderá ser deduzida do imposto de renda a pagar em razão da Fundação Projeto Pescar ser reconhecida, como Utilidade Pública Federal. Além disso, há a possibilidade de acesso a incentivos fiscais previstos na Lei n.º 9.249-95 que indica como as empresas podem realizar doações dedutíveis do imposto de renda para entidades civis, sem fins lucrativos, e que prestam serviços à comunidade.

Nesse sentido, para deduções e isenções, as empresas criam Fundações e Institutos que propicia alguns benefícios. Além do reconhecimento como utilidade pública, as muitas podem se designar como “instituições de educação”, e recebem benefícios

---

<sup>124</sup> Os meios são: transporte e ou pagamento de auxílio para tal fim, cesta básica familiar, refeição ou lanche no local em que são realizados os cursos, indumentária, que não consista em uniforme (o uniforme é fornecido sempre gratuitamente), material escolar necessário para frequência às aulas de Educação Fundamental ou Ensino Médio, assistência médica e /ou odontológica.

fiscais. Barbosa (2004) trata das “instituições de educação” e a imunidade a impostos. Informa que é importante conhecer a distinção entre imunidade e isenção.

A imunidade é uma limitação à competência de instituir tributos, e somente pode provir de um dispositivo previsto na Constituição Federal. A imunidade não é apenas uma dispensa da cobrança de um imposto, mas uma proibição para o legislador, que não pode instituir imposto sobre fatos imunizados.

Diferentemente da isenção, onde a obrigação de pagar existe, porém a autoridade pode, por algum motivo, isentar o seu pagamento. Assim, a vantagem da imunidade tributária das instituições de educação é que consta na Constituição Federal. E interpretam-se como instituições de ensino, todas aquelas que prestam serviços educacionais, não somente no ensino formal, mas um amplo leque de atividades, que visam ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para trabalho.

Assim, as entidades sem fim lucrativos que atendam aos requisitos do art.14 do Código Tributário Nacional, e que prestam educação em sentido amplo fazem jus à imunidade tributária. Os requisitos são: não distribuir lucros, por outro lado, podem obter receitas a sua expansão e manutenção; aplicar integralmente seus recursos no Brasil, no entanto, nada o impede de importar aparelhos, livros para serem usados no Brasil, e a última é a de manter os livros de escrituração contábil em ordem e clareza, ou seja, nada mais do que publicar um balanço social. Não se trataria de liberalidade ou favor fiscal, mas de direito decorrente à Constituição.

Para ter direito a tantos benefícios, além do valor mensal pago, há o gasto mensal necessário para manter o Projeto em funcionamento. O investimento médio necessário para implantar uma Unidade do Pescar (cada unidade atende 15 a 20 adolescentes) é em média de quatro mil reais por mês. A tabela a seguir aponta os investimentos para desenvolvimento do Projeto:

**TABELA 3 – Lista de gastos mensais para desenvolvimento do Projeto Pescar.**

Itens	Valor Mensal Aproximado R\$	Valor Anual Aproximado R\$
Salário do Orientador e encargos	2.200,00	26.400,00
Café, almoço ou lanche para os jovens	700,00	8.000,00
Seguro de vida em grupo para os jovens	110,00	1.300,00
Uniforme*	100,00	1.200,00
Contribuição Contratual de Supervisão e Acompanhamento	760,00	9.120,00
Transporte**	???	???
Processo de seleção*	25,00	300,00
Evento de Formatura*	40,00	500,00
<b>Total</b>	<b>3.935,00</b>	<b>46.820,00</b>
<b>Parcerias</b>	<b>???</b>	<b>???</b>

Fonte: CD de Implementação do Projeto Pescar (2006).

\* Itens que exigem um único desembolso por ano/turma.

\*\* O item transporte só existe quando os jovens estão muito distantes da empresa.

Já, os investimentos globais iniciais serão a implantação do espaço físico e “mini-biblioteca”, o recrutamento e seleção dos Orientadores e o apoio à Formação inicial dos Orientadores e às demais atividades de qualificação – que têm cobertura, pela Fundação, de eventuais despesas com transporte, hospedagem e despesas pessoais. Há que se observar, que o custo de montagem da sala de aula, não é contabilizado como investimento. Na maioria dos casos, são aproveitados móveis e materiais já existentes na empresa.

Muitas das necessidades para o desenvolvimento do Projeto podem ser atendidas pelo estabelecimento de parcerias com clientes, fornecedores e amigos da empresa, o que reduz consideravelmente o custo mensal. As parcerias podem ser realizadas para qualificação das atividades, auto-sustentabilidade ou infra-estrutura. Em algumas empresas pesquisadas o custo chega ser apenas o da contribuição mensal, uma vez que, até mesmo os orientadores são voluntários das empresas e as parcerias estabelecidas angariam materiais e serviços, sem custos, ou com um considerável desconto. Há no Manual “Unidade Projeto Pescar: estrutura e funcionamento” (2006), um capítulo que trata exclusivamente em como estabelecer e fidelizar parcerias, quais as estratégias para isso e as vantagens que se pode conseguir.

Algumas exigências são feitas: identificação visual da Unidade com a logo do Projeto Pescar, espaços físicos obrigatórios: salas de atendimento individual, sala de aula, sala para o orientador, biblioteca, sala de informática, local para alimentação, banheiro e laboratório de aprendizagem. É indicada a formação de um Comitê multidisciplinar composto por membros da empresa, que poderão auxiliar em questões como a inclusão do jovem no mercado de trabalho, compras com desconto, comunicação e marketing, transporte, contabilidade, recursos humanos, segurança e medicina do trabalho. As vantagens são a utilização de serviços de funcionários gratuitamente nas áreas em que dominam o conhecimento.

A inauguração da Unidade é um evento comemorativo. Há prescrição de como deve ser o evento, passo a passo, como fazer o convite e quem deverá ser convidado e por quê. Nesse sentido, são convidados autoridades locais, instituições e órgãos de assistência ao jovem, fornecedores da empresa, familiares dos jovens, representantes de organizações do bairro, das escolas, voluntários e colaboradores da empresa. Tanto a inauguração como a formatura servem para divulgar, estimular, arrecadar verbas, voluntários e parcerias ao Projeto.

Após o fechamento do contrato e provimento dos requisitos de infra-estrutura é necessário definir o curso e organizar a turma. A escolha do curso deve levar em consideração as “*necessidades da comunidade e o que melhor a empresa sabe fazer*” (ARTICULADORA A). A inscrição para organizar a turma se dá por divulgação, já nas unidades pesquisadas acontece em meios de comunicação como, rádio local, Centros Comunitários, escolas etc. A divulgação é feita sempre localmente, na comunidade que abriga a empresa, para sensibilização, divulgação e conhecimento do Projeto.

As inscrições são dirigidas ao público alvo, que são jovens em situação de risco social – entendendo esta situação a partir da concepção de Kowarick (apud Manual: Unidade Projeto Pescar, 2006),<sup>125</sup> que significa todo e qualquer jovem processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de grupos sociais.

O adolescente deve ter idade de 16 a 19 anos, residente nas proximidades da empresa, que mantenha algum vínculo familiar, moradia definida e possua renda *per capita*

---

<sup>125</sup> O Manual “Unidade Projeto Pescar: estrutura e funcionamento” (2006) cita KOWARICH, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e cível. Estados Unidos, França e Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. p. 61-68, v. 18, n.º51., Janeiro de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?>



que não supere ½ salário mínimo. As exigências escolares são: estar cursando a 6ª série ou já ter concluído a Educação Básica, ainda, não tenha concluído ou esteja cursando ensino técnico ou profissionalizante e, que não possua experiências sistemáticas no mercado de trabalho. Além disso, está proibida a participação de jovens que utilizem substâncias psicoativas. O Projeto não está voltado nesse sentido, nem tem preparo para isso, mas poderia auxiliar a indicação desses jovens para tratamento médico e trazê-los, já recuperados para o Projeto.

Para participar do Projeto, o jovem deverá, ainda, passar por um processo seletivo, uma vez que, as turmas têm número restrito de alunos (mínimo 15 e máximo 25), e o recomendado às Unidades iniciantes é não ter mais do que duas turmas em andamento. O processo seletivo consta, basicamente, de uma prova pré-seletiva com os candidatos, que contemplará conhecimentos básicos em matemática, língua portuguesa e uma visita domiciliar ao jovem pré-selecionado a fim de detectar a real situação econômica de sua família<sup>126</sup>. No entanto, as Unidades utilizam além destas, também outras etapas, como: inscrição, entrevista com o jovem, teste de avaliação psicológica, prova de conhecimentos gerais, perguntas sobre a realidade dos jovens e visitas aos pais.

Os jovens meninos participantes do Projeto representam 64% em relação às meninas. A situação dos jovens selecionados é de extrema carência financeira, e de preferência, de carência afetiva. Isto pode ser observado por relato de um jovem de 16 anos que participou do Pescar. No processo de seleção, ao escrever (2005) uma redação sobre a sua vida o adolescente escreveu:

“Oi, minhas dificuldades são muitas, meus pais são separados e eles não gostam de mim só por que eu não trabalho e me mandam embora de casa e eu quero mostrar que eu posso aprender alguma coisa ainda, eu estou morando com minha avó, mas ela tem muitos problemas, é água que não tem, a luz que eles querem cortar e o gás, ficamos até sem comida e eu quero ajudar ela, os guris ficam falando que eu não ajudo em casa e fico chorando em casa, porque eu quero aprender uma profissão, esse curso ia mudar a minha vida e eu ia fazer as pazes com meus pais, e eles iriam ficar orgulhosos de mim”. Este depoimento é muito utilizado por representantes do Projeto para sensibilizar e conseguir novos adeptos, parceiros e mantenedores.

Há papéis definidos para a execução do Projeto, que são: o orientador (professor), o articulador (pessoa que faz a ponte entre empresário e orientador) e o voluntário. Todos

---

<sup>126</sup> Nesta visita é exigido que as Unidades tirem uma foto da casa para comprovar a situação da família e insira no Sistema de Informação da Fundação.

esses atores têm o seu caderno, que é um Manual de instruções<sup>127</sup> e orientações para atuar no Projeto. Além destes, há o Caderno voltado para o Dirigente Franqueado.

O dirigente franqueado é o responsável pela decisão de adoção dos Projetos. É ele quem investe na área social, e é sua atribuição comprometer-se com a execução da proposta de educação continuada apresentada pela Fundação. Espera-se que o dirigente seja um multiplicador, por sua legitimidade e capacidade de sensibilização e mobilização no meio em que atua. No “Caderno do Dirigente” apresentam-se os fundamentos do Projeto, a estrutura e os serviços, o conceito de franquia social, as vantagens e os benefícios das parcerias e as atribuições de cada integrante. Com estes conhecimentos, ele deve estabelecer formas de acompanhar e avaliar o desempenho dos jovens e o impacto social da Unidade.

Para implementação do Projeto, a Fundação exige a disponibilização pela empresa de uma pessoa, com dedicação em tempo integral, para ser o Orientador da Unidade e designação de um funcionário da organização, para ser o encarregado da Coordenação da Unidade, o articulador. Nesse sentido, as empresas ou remanejam funcionários ou contratam pessoas especificamente para o cargo em questão.

Uma das pessoas chave para o êxito do empreendimento do Projeto é o Articulador, que tem como objetivo garantir unidade de ação administrativa e pedagógica entre as diferentes unidades, respeitadas as especificidades de cada entidade franqueada e dos cursos que realizam, bem como a ação coordenada no âmbito da Unidade na empresa franqueada (CADERNO PARA O ARTICULADOR, 2006).

O papel de mediador do Articulador exige que atue pelo zelo da plena harmonia entre a política social da empresa, os voluntários que ela disponibiliza ao Projeto e as necessidades da Unidade. No “Caderno do Articular” constam informações básicas sobre o Projeto Pescar, sua estrutura e funcionamento, suporte oferecido, informações sobre as rotinas da Unidade, indicação de diferentes atividades e tarefas que o curso exige. Algumas características requeridas para a função são: sensibilidade apurada quanto a valores sociais, modo prático de agir, além do apurado conhecimento da visão da empresa e de suas políticas de responsabilidade social. Estas características podem ser questionadas quando da análise da entrevistas sobre o conceito de RSE feita no item seguinte.

---

<sup>127</sup> Todos os volumes didático-pedagógicos foram financiados pelo Programa Escola de Fábrica.

O articulador deverá tratar de questões como a estrutura física, a escolha do curso, a divulgação do curso, o suporte educacional, a estrutura de pessoal, dos benefícios dos adolescentes, harmonização dos valores da organização com o Projeto Pescar. Uma das principais funções do Articulador é aproximar dirigentes e colaboradores da Unidade e divulgar o Projeto.

Para isso, a formatura dos jovens é um momento primordial organizado pelo Articulador. *“O presidente da empresa foi convidado pelo Marlon Koerich para uma formatura, se sensibilizou com a causa. Viu que podia oferecer outro tipo de serviço em sua empresa”* (Articuladora Local). É normalmente nas formaturas o espaço de maior divulgação do Projeto e, têm-se possibilidade de adoção deste por empresários, que são convidados a participar bem como a comunidade. Assim, a escolha do Paraninfo da turma é decisiva, pois a maior parte dos dirigentes que resolve ingressar no Projeto foram paraninfos ou participaram assistindo às formaturas.

Ao orientador é exigido um perfil específico, deverá ter idade mínima de 25 anos, estar cursando ou ter Ensino Superior Completo, seu contrato de trabalho será de dedicação exclusiva ao Projeto, com carga horária de trabalho mínima de 20 horas semanais. Dentre as funções do orientador estão: a elaboração do planejamento de atividades anuais, coordenar a elaboração dos planos de aula dos voluntários, registrar as ações, trocar experiências com outras unidades, participar de qualificações, acompanhar o desenvolvimentos dos jovens, coordenar e acompanhar o trabalho dos voluntários, buscar o envolvimento com a família dos jovens. Tanto o Orientador quanto o Articulador caberá o papel de apresentar o Projeto na empresa com vistas a sensibilizar os funcionários, buscar apoio destes e ampliar a divulgação do Projeto.

Além destes papéis a empresa também poderá contar com voluntários. Todas as empresas pesquisadas possuem voluntários atuando nas mais diversas atividades. Em todo o país são quase 2.000 voluntários participando do Projeto. Outro fato interessante é o de que mesmo os funcionários que são designados e pagos se consideram voluntários<sup>128</sup> do

---

<sup>128</sup> A ONU conceitua como voluntário o sujeito que, devido ao seu interesse pessoal e ao espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, na área do bem-estar social ou de outras áreas. A Lei do Voluntariado (n.º 9.608 de 18 de fevereiro de 1998) amplia a concepção e considera o serviço voluntário como “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”.

Projeto. É como disse Jorge Gerdau Johannpeter para a Folha de S. Paulo em 2007: “o voluntariado é a chave para o desenvolvimento, utilizá-lo depende apenas da vontade de cada um” e da capacidade de exploração do empresário, uma vez que, se pode em apenas um Projeto economizar por mês 50 milhões de reais, cálculos do próprio Johannpeter (2007) para o “Parceiros Voluntários”. Amplie-se este valor no país em âmbito do Terceiro Setor...

No entanto, os argumentos para os voluntários aderirem são sentimentais. Segundo o “Caderno do Voluntário”, a ação voluntária é importante para o indivíduo, pois possibilita reflexão, crescimento pessoal e o sentimento de fazer parte de um todo maior. É, “*incluir no seu projeto de vida o projeto de vida de outras pessoas*”. É ir além da generosidade e da doação, requer comprometimento e dedicação para construir uma sociedade justa, humana e igualitária. O seu papel é de agente de transformação social e pessoal dos jovens, em que se transformam em uma segunda família. A relação com os jovens estreita-se ao ponto que “os jovens levarão um pouco do Voluntário” (Caderno para o Voluntário, 2006). O depoimento da Articuladora A mostra um pouco disso:

*O voluntário por exemplo (acredita), eu quero, eu posso, eu vou ajudar de alguma forma. Eles reconhecem o papel da empresa enquanto responsáveis sociais, que a empresa está fazendo algo diferente. [...] a participação não é só uma doação, tu sabe que funciona por que tu vê. É diferente doar um dinheiro de poder ver o resultado daquilo que tu doa, acompanhar. Ver os jovens que de fato estão se desenvolvendo, tem esse despertar da RSE pela ajuda, pela caridade. Pela questão da doação, e não pela cidadania, isso precisa ser amadurecido pela comunidade [...].*

Nesse sentido, pode-se perceber que se estabelece uma relação afetiva e de apego entre os participantes, voluntários e orientadores (situação relatada como delicada pelos Articuladores). O voluntário não pode perder de vista, que é responsável pela formação de “capital humano” e ampliação do capital social, além de um facilitador na descoberta das potencialidades do jovem. Assim, deve realizar uma avaliação sobre o seu trabalho, os jovens e o orientador também o avaliarão. O voluntário é multifuncional, pode atuar no apoio técnico-administrativo ou na qualificação dos jovens, ou seja, procura-se o que a pessoa sabe e pode fazer de melhor e aproveita-se.

Apesar de haver uma definição dos papéis, eles são, no cotidiano, redistribuídos e entrelaçados. Por exemplo, apesar da exigência de que os orientadores tenham dedicação exclusiva, são aceitos voluntários na mesma função, com dedicação do tempo que têm disponível. Mesmo sabendo que os voluntários não têm remuneração, alguns participantes

se designam como tais, em virtude das funções exercidas. Os orientadores possuem tanta responsabilidade ou mais (dependendo da Unidade) do que o Articular, mas nas Unidades pesquisadas desempenham menos funções do que possuem como atribuição. Porém, existem casos em que o Articular é voluntário e orientador também numa confusão de papéis e uma super-exploração do seu trabalho.

A rotina básica dos jovens é assistir ao curso em um período, geralmente pela manhã, e em seguida o almoço fornecido pela empresa. O curso tem duração de 10 meses, com carga horária mínima de 800 horas e máxima de 1.100 horas e o plano de curso deve estar cadastrado e atualizado pela Unidade no Sistema e Informações da Fundação.<sup>129</sup> O trabalho de formação profissional desenvolvido abrange atualmente 13 áreas de formação profissional, em 35 modalidades diferentes de cursos.

A preocupação básica dos que atuam na formação dos jovens deve assentar seu trabalho sobre as dimensões: GENTE, PROFISSIONAL e CIDADÃO. Para isso, as matrizes curriculares que sustenta os cursos são pré-definidas pela Fundação, das quais 40% são destinadas à Formação Profissional na modalidade de Cursos Básicos (ser profissional) e 60% com conteúdos relativos à Sociedade e Cidadania, Conteúdos Sócio-Afetivos (ser cidadão), Comunicação Inter e Intrapessoal (ser gente).

Neste sentido, são temas obrigatórios, trabalhados de forma interdisciplinar, constantemente revistos e aprofundados: a descoberta do eu; a família; a saúde – ações preventivas; o meio ambiente; a ecologia; a comunicação e tecnologias; o ambiente de trabalho; o empreendedorismo e o preparo profissional, na dimensão de educação profissional, de nível básico.

Para cada tema, o Manual “Unidade Projeto Pescar: estrutura e funcionamento” (2006), apresenta uma lista de subtemas que podem ser trabalhados. Quanto à distribuição de carga horária por temas é permitida uma variação de até 2% entre os temas, considerando a realidade e as necessidades do contexto da turma.

É importante destacar também que as principais competências, habilidades e atitudes esperadas do jovem ao concluir o Curso são: considerar o trabalho como valor

---

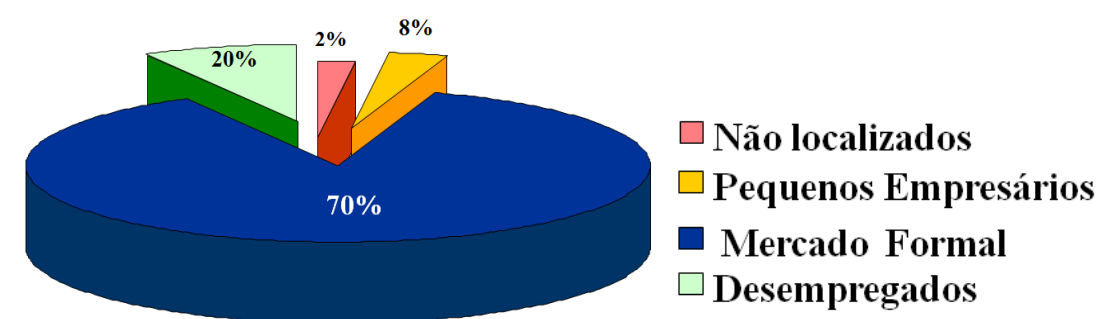
<sup>129</sup> O sistema de Informações da Fundação é um banco de dados de uso obrigatório às Unidades que visa o monitoramento das atividades. Esse sistema é acessado pelo site do Projeto Pescar em área restrita. Este sistema possui todo e qualquer tipo de informação sobre a Unidade, desde a ficha cadastral dos alunos, as avaliações, ao plano de aula do orientador (Manual Unidade Projeto Pescar: estrutura e funcionamento, 2006).

humano; enfrentar incertezas; compreender atos, fatos e contextos; trabalhar e produzir em equipe; ser democrático, ético e cidadão; aprender a aprender; ser profissional competente; resolver situações problemas; aprender fazendo, fazer aprendendo; comunicar-se e comunicar suas descobertas; desenvolver inteligências múltiplas; favorecer a auto-estima e a valorização pessoal e desenvolver o espírito de liderança.

A proposta curricular é estruturada em competências básicas identificadas como saber ser (atitudes), saber fazer (habilidades) e saber (bases conceituais). Os princípios pedagógicos são aprender a aprender, utilizar situações-problema, trabalhar e produzir em equipe, aprender fazendo, fazer aprendendo, comunicação e atuação no entorno social.

A metodologia por competências segue a apreçoada pelas Diretrizes do MEC para a Educação Profissional e propõe-se estar coetânea ao mercado de trabalho. A idéia fundamental do Projeto Pescar objetiva ir além da qualificação profissional. “É torná-lo ‘produtivo’, mais confiante e capacitado para buscar sua própria sustentabilidade financeira e a sua inclusão social. A autonomia, a liberdade de decisão, os movimentos para consolidar projetos, as iniciativas de buscar, propor, negociar, são construídas para que ele desenvolva a sua empregabilidade” (CADERNO PARA O ARTICULADOR, 2006).

**GRÁFICO 1 – Colocação dos participantes do Projeto Pescar no Brasil em 30 anos.**



Fonte: Site Fundação Projeto Pescar (2006): <http://www.projetopescar.org.br/>.

Em 2006, três empresas conseguiram obter o índice de 100% de empregabilidade. Outras oito alcançaram índices superiores a 80% (Relatório de atividades, 2006). No total, o índice de empregabilidade dos jovens é de 75%; em Santa Catarina representa 80%. No entanto, nas empresas pesquisadas, os jovens empregados pelo mercado formal eram a minoria.

Para isso, há uma série de orientações para se garantir a empregabilidade dos alunos. Além de um perfil profissional de conclusão do curso, voltado para esse objetivo, as Unidades devem garantir ações, que propiciem a empregabilidade do jovem. Dentre elas estão a orientação e a preparação do jovem para o mercado de trabalho com testes psicológicos, que identifiquem habilidade nos jovens, elaboração de currículo e simulações de entrevistas e dinâmicas de grupo. Outro mecanismo são as ações de protagonismo, que visam tornar os jovens responsáveis pelo seu desenvolvimento, exemplificam atividades de pesquisa sobre profissões, mapeamento de organizações empregadoras e conhecimento de processo de seleção da área. Para finalizar, a Unidade também deve relacionar-se com organizações empregadoras.

Para garantir a empregabilidade desse jovem, o Projeto prevê ainda, o acompanhamento do jovem egresso, por no mínimo dois anos. Esse acompanhamento serve como avaliação sobre o impacto e as transformações na vida do jovem. Ele é dividido em etapas mensais: reunião com egressos, reunião com os egressos que não estão trabalhando, verificação na empresa da situação dos que trabalham, constatação individual dos aspectos pessoais, familiares, afetivos e profissionais, reunião com familiares, visitas às residências dos jovens, avaliação e sugestões na empresa quanto ao desempenho do jovem etc.

O índice de empregabilidade é utilizado como um dos indicadores do Projeto. E, é comumente empregado como argumento de “venda” do Projeto. Além de outras características colocadas como diferenciais estratégicos do Pescar:

- Ação social de empresário para empresário: a Fundação Projeto Pescar seria diferente dos demais projetos sociais existentes;
- Credibilidade e reconhecimento: já recebeu diversos Prêmios no Brasil, tanto empresariais quanto sociais, Suporte de profissionais especializados nas áreas social e pedagógica;
- Atuação da ação Social: essa ação social repercute tanto na empresa franqueada, quanto nos colaboradores, na comunidade onde a empresa está inserida e junto à concorrência;
- Amparo legal: o Projeto está amparado pela legislação do Ministério da Educação.

- Ação Social de co-responsabilidade: a empresa não repassa recursos para outra organização executar a ação, ela própria o faz;
- Excelentes resultados obtidos pelas Unidades associadas com 1.611 vagas oferecidas em 2006;
- Ação reconhecida e simpática à comunidade e aos veículos de comunicação.

As principais vantagens são: dedução fiscal, usufruto da repercussão da credibilidade e reconhecimento que a Fundação possui, mas o lucro é a utilização dos prêmios recebidos<sup>130</sup> pela Fundação e vice e versa. Dentre os mais importantes estão a Chancela da UNESCO, Prêmio da Câmara Americana de Comércio, Troféu Fundação Abrinq, Troféu Líderes e Vencedores, Prêmio Tecnologia Social da Fundação Bradesco, 2006: III Prêmio em *Honor a La Excelência Educativa 2006* e o *Título de Doutor Honoris Causa* pelo Conselho Iberoamericano em Buenos Aires, Mérito social/2006 pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Top Ser humano e Top Cidadania pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS). Além disso, há um sentimento de co-responsabilização pelo Projeto, inclusão da logomarca e acesso à tecnologia social e educacional com *know-how* de 30 anos de sucesso.

Em 2004, o Projeto Pescar obteve o reconhecimento do MEC; sendo considerado referência às políticas públicas de inserção social de jovens (Relatório de Atividades, 2006). Em 2005, ao tornar-se instituição gestora do Projeto Escola de Fábrica, por meio do Convênio firmado com o MEC, ampliou seus benefícios possibilitando a inclusão de novas empresas. O primeiro convênio da “Escola de Fábrica” foi assinado com a Fundação Pescar e a empresa Memphis S/A Industrial (MEC, 2005). A Fundação recebe os recursos desde 2006 e tem 56 unidades beneficiadas<sup>131</sup>.

O Programa Escola de Fábrica consiste em prover uma sala de aula em cada empresa para formar jovens profissionais. Segundo o MEC<sup>132</sup>, o programa foi criado para

<sup>130</sup> A lista com os principais prêmios recebidos pela Fundação Projeto Pescar do ano 2004 a 2007 está no Anexo 5.

<sup>131</sup> Informações recebidas pelos articuladores do Projeto indicaram que no próximo ano não haverá verba advinda do projeto sendo mantidas apenas as turmas em andamento, pois supostamente o projeto será cortado e outro irá substituí-lo. Informações divulgadas pelo MEC, confirmar e indicam que em 2008, o Escola de Fábrica será incorporado ao Programa Unificado de Juventude (ProJovem) e passará a se chamar ProJovem Trabalhador. Lançado em setembro, o ProJovem reúne seis ações do governo federal voltadas para a formação social e profissional de jovens de baixa renda e escolaridade. Fonte: [http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=com\\_content&task=view&id=756](http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=com_content&task=view&id=756).

<sup>132</sup> Fonte: site do MEC: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).



possibilitar ao jovem trabalhador de baixa renda a escolarização exigida para o mercado de trabalho. Além disso, os jovens participantes do programa recebem do governo uma ajuda de custo mensal. E, este é um dos maiores atrativos tanto para os jovens quanto para as empresas, uma vez que, o MEC disponibilizou em 2005 R\$ 28 milhões, oriundos do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) em 2006, R\$ 42 milhões para investir na educação do trabalhador. Os recursos de 2007 somam R\$ 35 milhões. O valor financiado pelo MEC por instituição gestora é de R\$ 30 mil por curso (OLIVEIRA, 2006).

Oliveira (2006) alerta que o Programa Escola de Fábrica é mais uma maneira de garantir a escolarização e a qualificação de trabalhadores, sem precisar fazer nenhum investimento, utilizando recursos públicos e apoio do governo. Se as metas de escolarização, 10.000 jovens por ano, for atingida teremos um aumento na mão-de-obra qualificada, mas não necessariamente emprego, ou seja, aumento da escolaridade dos desempregados, e não a sua inclusão social.

Políticas públicas como estas demonstram a prevalência dos interesses privados em detrimento dos coletivos. Em acordo com Oliveira (2006), as empresas privadas passam a atuar em espaços, que historicamente eram exclusivos do domínio público, utilizam desses espaços, em benefício próprio como um dos meios de garantir a satisfação de suas necessidades.

Nesse sentido, têm-se a transferência de responsabilidade pública estatal para empresas particulares privadas, que, a serviço do capital, buscam a garantia de seus interesses. Ao implementar políticas particulares, colhem seus frutos e alegam garantir o cumprimento da lei por meio do que convencionaram chamar de responsabilidade social.

A aplicação dessas práticas “socialmente responsáveis” no âmbito de políticas de educação será objeto de análise a seguir.

#### **4.2 Os “cases” de sucesso com o Projeto Pescar em SC**

A seguir, tratar-se-á da análise das entrevistas, juntamente, com os documentos cedidos pelas Unidades a partir dos objetivos propostos para a pesquisa. Foram entrevistadas sete pessoas, sendo que quatro foram pessoalmente e três por meio de e-mail. Ao total foram quatro empresas e dois representantes da Fundação Projeto Pescar

participantes do estudo. A seguir, apresentar-se-á a tabela com um panorama geral dos participantes da pesquisa:

**TABELA 4 – Participantes da pesquisa, instituições de origem e tipo de contato feito.**

INSTITUIÇÕES	ENTREVISTADOS	CONTATO
Koerich <sup>133</sup> e GET participações <sup>134</sup>	Articulador A	pessoalmente
DEINFRA <sup>135</sup>	Articulador B1 Articulador B2	pessoalmente pessoalmente
Frameport <sup>136</sup>	Articulador C	via e-mail
Sulcatarinense <sup>137</sup>	Orientador D	via e-mail
Fundação Projeto Pescar	Gerente Geral Articulador Local <sup>138</sup>	via e-mail pessoalmente

Fonte: elaborado pela autora (2008).

A adoção por projetos ou ações sociais nas empresas pesquisadas deu-se por vontade e iniciativa dos proprietários ou dirigentes da empresa. No caso da opção pelo Projeto Pescar, foi o próprio dirigente, que ao conhecer o Projeto em uma formatura de alunos, decidiu desenvolvê-lo. Nesse sentido, o processo de introdução do Projeto na empresa se dá pela designação de um funcionário da empresa, ou contratação de uma pessoa para gerir o Projeto, com a criação de um setor independente.

<sup>133</sup> As Lojas Koerich surgiram em 1935, com um armazém de secos e molhados no município de São José. Atualmente é uma das grandes organizações catarinenses, com 60 lojas no setor de departamentos e atua ainda nos setores de construção, bebidas e informática. Fonte: [www.koerich.com.br](http://www.koerich.com.br).

<sup>134</sup> A GET participações cede o local para o setor administrativo do Projeto. É uma empresa de serviços em consultoria de projetos.

<sup>135</sup> O Departamento Estadual de Infra-estrutura (DEINFRA) é um órgão do governo do Estado de Santa Catarina criado pela lei complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003, resultante da fusão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina com o DEOH - Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas, órgãos estes extintos pelo atual Governo. A partir de 28/02/2005, com a aprovação da lei complementar nº 284, o DEINFRA passa a operar dentro do novo modelo de gestão governamental. Fonte: [www.deinfra.sc.gov.br](http://www.deinfra.sc.gov.br).

<sup>136</sup> Frameport foi fundada em 1979. A empresa iniciou suas atividades manufaturando componentes de madeira para construção de casas pré-fabricadas. Em 1985 iniciou a fabricação de chapas de compensados, portas venezianas e componentes para móveis. Em 1992 deu-se início à produção de móveis a partir do pinus. Administra seus próprios reflorestamentos bem como serrarias e laminadoras. Os seus produtos são exportados para diversos países. A empresa possui certificação "FSC - Conselho de Manejo Florestal" pela Smart Wood, sob nº SW-COC-360. Fonte: [www.frameport.com.br](http://www.frameport.com.br)

<sup>137</sup> A Sulcatarinense Mineração, Artefatos de Cimento, Britagem e Construções Ltda, foi fundada em 1982 e atua nas seguintes áreas: transporte urbano, rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, saneamento, barragens, loteamentos, execução de edificações prediais, pontes, viadutos e comércio de materiais de construção. Fonte: [www.sulcatarinense.com.br](http://www.sulcatarinense.com.br).

<sup>138</sup> Está locada na AEMFLO que é uma Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis, surgiu em 1984 e além de oferecer uma vasta lista de serviços, preocupa-se em promover cursos de atualização, palestras e projetos para aprimorar e modernizar a gestão e elevar os índices de competitividade das empresas associadas. Fonte: [www.aemflo.com.br](http://www.aemflo.com.br).

Das empresas entrevistadas, com exceção da Sulcatarinense, todas realizam apenas o Projeto Pescar como projeto social. A Sulcatarinense desenvolve o projeto de Educação de Jovens e Adultos por um Brasil Alfabetizado com turmas de Ensino Fundamental e turmas de Telecurso 1º Grau, e mantém um horto florestal para atender as obras da empresa e a comunidade, também promove doações de mudas para ONG's, prefeituras, escolas entre outros.

Quando questionadas sobre os objetivos dos projetos sociais empreendidos, a resposta foi unânime: “ajudar”. Todas citaram o fato que o fazem para contribuir com a sociedade, na qual a empresa está inserida. Apenas, a Articuladora Sul ampliou o conceito admitindo, que existem muitos outros objetivos; além de ajudar, como cumprir obrigações legais e melhorar a imagem da empresa.

Para o Gerente Geral, o resultado do Projeto Pescar à sociedade é a efetivação do direito de formação profissional e desenvolvimento pessoal. Conforme suas palavras:

*“O retorno está em desenvolver aspectos relacionados diretamente com a Cidadania do público alvo e proporcionar qualificação profissional e preparação para o primeiro emprego. Já que na maioria dos casos os jovens egressos do Pescar passam a representar a única renda fixa de suas famílias”.*

Esse ativismo empresarial é medido pelo índice de empregabilidade dos jovens, que segundo o Gerente Geral é possibilitado graças ao Projeto. E, é este mesmo o parâmetro para as demais empresas, sobre o retorno que dão à sociedade.

*“O resultado principal é a empregabilidade, através da qual o jovem deixa de dar seguimento ao processo de marginalização para o qual se encontrava em vulnerabilidade” (Articulador C - Frameport).*

Outras indicações foram as apresentadas pelo Orientador D da Sulcatarinense, com índice de 70% de empregabilidade de seus jovens e pela Articuladora Sul, que ao referenciarem o índice do estado de Santa Catarina em 80%, também os utilizam como indicadores de retorno social. No entanto, para a Articuladora A da empresa Koerich “o foco do Projeto na nossa unidade não necessariamente é empregá-lo, mas o resgate da cidadania dele”. E, este resultado não pode ser mensurado. Está em questão a empregabilidade e a cidadania utilizados, ambos como instrumentos para se alcançar a igualdade de oportunidades.

Estes resultados podem ser sentidos no Brasil para 10.000 jovens e, no Estado, por 334 jovens. No entanto, a parcela de jovens atendidos é muito pequena, representa 12% em relação o número de jovens inscritos em 30 anos de desenvolvimento do Projeto Pescar no

Brasil (Fonte: [www.projetopescar.com.br](http://www.projetopescar.com.br)). Na Frameport, que atende 30 jovens por turma anual, o percentual de pessoas atingidas na comunidade representa 10% da demanda inscrita. O Orientador D da Sulcatarinense informou que a empresa considera como beneficiadas, também, os funcionários participantes e os voluntários da empresa, o que no seu caso representa 75 pessoas. Já o DEINFRA possui dez pessoas envolvidas no Projeto. Todos os participantes do projeto, segundo os seus parâmetros, são voluntários.

Das empresas pesquisadas, todas possuem funcionários atuando voluntariamente no Projeto, além disso, incentivam os funcionários a praticar o voluntariado. A empresa Koerich, segundo a Articuladora A, tem como perspectiva que os jovens sejam disseminadores de ações beneméritas e que sejam voluntários. Assim, a ação de RSE acaba por se focar tanto na caridade e filantropia que beira a ação de simples voluntariado. No entanto, não parece ser esta a proposta de RSE da Fundação Projeto Pescar.

Segundo o Gerente Geral, a interpretação de Responsabilidade Social Empresarial adotada segue o mesmo de uma série de instituições como a do Instituto Ethos, que é entendida como o resultado do tipo de relação positiva, que a organização estabelece com todos os seus públicos (*stakeholders*) no curto e no longo prazo. É uma forma de conduzir os negócios, que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.

A RSE tratada se apresenta por meio de temas, que vão desde códigos de ética, práticas de boa governança, gestão e prevenção de riscos, até mecanismos de anticorrupção, respeito as mais variadas forma de diversidade, apoio às mulheres, bem como a extensão desses compromissos por toda a cadeia produtiva envolvida na relação com os fornecedores. A relação e os projetos com a comunidade ou as “benfeitorias” para o público interno constituem, apenas, um capítulo, fundamental e estratégico, pelo qual passa a RSE. (CADERNO PARA O ARTICULADOR, 2006, p. 25). No entanto, os Articuladores, apesar, de ser sua atribuição, quando questionados sobre o entendimento em torno da RSE adotado não apresentaram um consenso, ou sequer alguma opinião elaborada sobre o tema, ao ponto de uma das Unidades afirmar, que não há uma definição pré-estabelecida de RSE por parte da empresa.

As opiniões a respeito perpassam pelos mais diversos tipos de abordagem sobre RSE. Vão desde ações de filantropia, “*temos parte de responsabilidade pelo espaço no qual estamos inseridos, como empresas*” (Articulador C - Frameport) a um cumprimento

legal, “*um modelo de condução dos negócios de forma sustentável em todos os aspectos*” (Orientador D - Sulcatarinense).

Para Oliveira (1984) e Rampinelli (2006) a RSE entendida como obrigação social equivale a ações sociais já previstas em lei, como pagar impostos e cumprir medidas ambientais. A filantropia aqui relatada é entendida a partir de Melo Neto e Fróes (1999), como uma ação individualizada, dependente de caridade, da boa vontade. As concepções associadas a filantropia e a obrigação social destoam da definição adotada pela Fundação, que é a mesma do Instituto Ethos, em que indica que a RSE deve ir além da obrigação legal.

As definições de RSE procuram atender a interesses particulares das empresas. A Frameport tem uma pequena atuação no Brasil, seu mercado principal está na exportação das madeiras; já a Sulcatarinense está em um segmento do mercado de mineração e artefatos de construção extremamente poluentes e degradantes ao meio ambiente, ambas as empresas têm legislações rígidas e obrigações legais ambientais a cumprir.

Argumentos repletos de sofismas recheiam as considerações aparentemente condizentes apresentados como práticas de RSE. Um exemplo é apresentado pela Articuladora A da empresa Koerich:

*“o conceito utilizado pela Unidade é o de desenvolver o cidadão, o jovem, o foco é desenvolver a cidadania desse jovem, a gente vê isso no dia-a-dia. Além dos jovens despertarem a vontade de trabalhar, eles têm aula sobre ética, meio ambiente, cuidar do bairro, como ele pode fazer isso ou pelo menos fazer ele pensar nesse sentido”.*

A empresa estaria contribuindo para uma transformação social se estivesse formando para a cidadania, baseada no princípio de gozo, e garantia de seus direitos e não pelo recebimento de favores particularizados. A Articuladora local resume bem as opiniões estabelecidas pelas Unidades, que são interpretadas ora como “*modismo, obrigação legal, marketing social etc., os programas desenvolvidos no Brasil não se vêem como paliativo ou assistência social*”.

Apesar da constatação de que os responsáveis pelo Projeto em suas Unidades não têm conhecimento do significado de RSE adotado pelo Projeto, o Gerente Geral afirma, que há conscientização dos membros do Projeto sobre o que é Responsabilidade Social, já em relação ao público alvo, os jovens, esta consciência normalmente “acontece” no final dos cursos.

Para as empresas Koerich e DEINFRA, mesmo não tendo um eixo temático específico sobre o tema, não há como os jovens participarem de um projeto desse cunho, e não terem a dimensão do que é RSE. Outros pontos de vista de Articuladores identificam claramente, este tema na estrutura do curso. Para a Articuladora isto está presente no sentido em que, *“eles têm 60% de cidadania, com isto, aprendem valores, como ajudar o próximo e transmitem isso na sua comunidade”*. Já, para o Articulador C da Frameport, a RSE é tratada em forma de atividades de cidadania e responsabilização pelo *“Aprender a Pescar”*.

Com uma opinião contrária aos demais, o Orientador D da Sulcatarinense admite, que não há conscientização dos jovens e da comunidade, porém, sabem que a empresa vem contribuindo, em muito, para o desenvolvimento do país, com a oportunidade que a elas é dado.

Além do fato de não haver conhecimento pelas empresas participantes a respeito do significado de RSE proposto pela Fundação, as empresas pesquisadas não têm definido um código de ética. Código este que é uma condição para qualquer ação de RSE. Pois, toda ação responsável socialmente é baseada em uma ética em relação aos seus atores. Se, não há ética previamente estabelecida, não há parâmetros para se estabelecer uma relação co-responsável ou responsável. Da mesma forma, uma empresa que realiza práticas de RSE, além de ter um conceito definido, necessita divulgar à sociedade esta definição, para que suas ações tenham efetividade. Nesse sentido, também não há pesquisa ou levantamento, por parte das empresas, sobre o que a sociedade pensa sobre RSE.

No entanto, há uma pesquisa em andamento, realizada pela Fundação Pescar que trará diversas informações e levantamentos, que conterà essa indicação. Porém, têm-se no campo literário pesquisas desenvolvidas<sup>139</sup> por institutos, que apontam uma percepção de RSE limitada pela sociedade. Ações como “tratar o empregado de forma justa”, “fazer doações”, “criar empregos” e “pagar impostos” são citadas como principais ações de RSE.

Assim, a sociedade compartilha da visão de Friedman (1985), que estabelece como obrigação social da empresa ser lucrativa e, assim, gerar empregos, pagar salários justos e impostos em dia e colaborar para a melhoria da vida de seus funcionários. No

---

<sup>139</sup> Pesquisa 2005. *Responsabilidade Social das Empresas: Percepção do Consumidor Brasileiro e Pesquisa n. 6 responsabilidade social empresarial: o que o consumidor consciente espera das empresas* publicadas por AKATU e ETHOS.

entanto, estas atribuições já não são papel da empresa? O que é papel da empresa e o que é “responsabilizar-se pela sociedade”? Ou seja, ações que são condição precípua e encargo da empresa são convertidas em ativismo empresarial, em virtuosidade.

Essas pesquisas reforçam que essa é a principal percepção da sociedade brasileira, entender a definição de RSE, como o cumprimento das obrigações da empresa em relação à sociedade, ou como forma de dever assistencialista. Não há pesquisas sobre o assunto, buscando verificar, se há conscientização da sociedade sobre os conceitos e tipos de RSE existentes. As pesquisas são feitas a partir da concepção da instituição contratante. E nesse sentido, os levantamentos são induzidos e restritos a um universo.

A discussão de RSE, concentra-se mais no retorno mercadológico e na percepção do público. Os levantamentos na área são feitos pelas empresas ou institutos patrocinados por elas e vêm reforçar e legitimar os seus ideais. Assim, os dados são condicionados e generalizados, escamoteando-se as fontes. Isto fica claro ao se perceber, que “não se tem dados precisos sobre o investimento das empresas em ações de RSE” (PAOLI, 2002, p.398). Também os balanços sociais das empresas ao invés de ferramentas transparentes de gestão devem ser olhadas com criticidade, uma vez que apontam, apenas, fatos e dados positivos.

Os balanços sociais não aparentam ser uma forma confiável de aferir os investimentos no segmento social. A estratégia empreendida para levantar tais cifras buscou também o questionamento direto aos representantes das empresas. Em relação ao faturamento da Fundação, foi preciso averiguar no próprio balanço, que apontou um montante investido anualmente de um milhão de reais. Nas empresas, o investimento tem proporções menores.

Segundo a Articuladora A da empresa Koerich, “*o dinheiro gasto no Projeto representa menos de 1% do valor arrecadado pela empresa*”. Além disso, as parcerias diminuem os custos. A realidade da Frameport não destoa das demais: “*não há um percentual para gastos definidos, há um valor anual padrão, acrescido a isto as atividades extras e alguns apoios fixos para entidades nas quais a empresa acredita*”. Já na Sulcatarinense, empresa que adotou outros projetos sociais, o percentual de investimento é o menor, corresponde a cerca de 0,55% da receita líquida. No DEINFRA as Articuladoras não souberam mensurar, mas acredita-se que as mantenedoras e parcerias absorvam todo o

gasto. A Articuladora Local resume bem os gastos feitos pelas empresas com projetos sociais:

*“é o mínimo possível. O gasto obrigatório é pagar a Franquia, o restante é conseguido por parcerias. E a própria Fundação também não gasta, pois tem as mantenedoras”.*

Se as parcerias e a adoção de mantenedoras podem reduzir ou amortizar os custos, o apoio do governo facilita a economia de recursos. A Fundação tem parceria com o Governo Federal. A mais forte delas é o “Programa Escola de Fábrica”, que cede um valor considerável por curso. Além disso, as empresas recorrem aos órgãos do governo para se utilizar de instrumentos e serviços de forma gratuita. As empresas como boas administradoras que são, gastam pouco ou quase nada para obter resultados e marketing social.

Uma empresa cidadã é muito bem vista pela sociedade, conforme destacam Guimarães e Rampinelli (2006). As empresas que visam cumprir suas obrigações legais e ambientais fazem questão de informar a todos o cumprimento de que lhe é inerente. Assim, a divulgação do Projeto e a utilização da logomarca da Fundação em seus produtos é uma das condições das franqueadas.

Apesar das empresas entrevistadas afirmarem, que não divulgam suas ações sociais para o consumidor, e que não vêem como uma oportunidade de autopromoção a adoção de projetos sociais, todas elas visam ao reconhecimento através de prêmios. Todas as empresas receberam prêmios em algum âmbito, algumas pelo próprio Projeto Pescar e as Unidades que, ainda, não o são premiadas pelo Projeto pretendem concorrer em algum órgão certificador para tal. A Sulcatarinense, por exemplo, já ganhou por três anos consecutivos o prêmio da ADVB, (2004, 2005 e 2006) como Empresa Cidadã<sup>140</sup>, além do prêmio Expressão de Ecologia<sup>141</sup> de 1999. Mesmo com tantos prêmios, apesar de não terem dados sobre isso, as empresas acreditam que os consumidores não vêem relação

---

<sup>140</sup> É promovido pela ADVB e destaca os trabalhos de ação social, ambiental e cultural, desenvolvidos por empresas, fundações e associações catarinenses da iniciativa pública e privada. Os premiados são utilizados como exemplos de comprometimento com a sociedade e o meio ambiente que devem ser reconhecidos e servir de estímulo para outras organizações

<sup>141</sup> O Prêmio Expressão de Ecologia foi criado em 1993 pela Editora Expressão, um ano após a Conferência Mundial do Meio Ambiente no Rio de Janeiro - Eco 92 - quando multiplicavam-se as barreiras comerciais não-tarifárias que cobravam dos exportadores uma correta postura ambiental. Os premiados devem ser empresas com gestão ecológica exemplar.



entre compra de produtos e fator social. As empresas Koerich, de acordo com depoimento<sup>142</sup> do seu gestor, acreditam que o

mercado vê com bons olhos as empresas engajadas em uma melhoria da sociedade. Apesar de ser muito difícil mensurar este retorno, sabemos que ele existe como uma melhor posição da empresa e sua marca. A tendência é que esta percepção por parte dos consumidores aumente cada vez mais, fazendo com que o mercado consuma mais de empresas preocupadas com RSE. Agora, os benefícios gerados a uma empresa que trabalha com RSE somente são sentidos nas empresas que a tem na sua formação, sua cultura, se o fizerem por força de lei ou tendência mercadológica, não perceberão nenhuma mudança significativa no seu negócio.

Duas empresas apontam não terem condições de identificar esse retorno em função dos produtos que vendem. Como é o caso da Frameport, que argumenta o fato de vender móveis e madeiras, e, que não haveria motivos para um consumidor desse segmento ter uma preocupação social. No entanto, para a Articuladora Local, as empresas de SC teriam clara a obtenção de diferencial competitivo ao estabelecer a relação entre consumo e ação social.

Portanto, as empresas se contradizem, quando questionadas indiretamente, sobre a divulgação, que dizem não fazer, ela ocorre localmente e de forma amadora. Já, a propaganda da Fundação é feita nacionalmente e possui força comercial frente aos empresários. Os entrevistados, em geral, não acreditam que as empresas possam influenciar o consumidor a comprar seus produtos apenas pelo selo a elas creditado.

De fato, pesquisas indicam que 30% dos consumidores, já pensou em punir uma empresa, mas apenas 15% já o fez, falando mal ou deixando de comprar um produto. Considerando que a maioria dos consumidores que tomam estas atitudes são de classe média, e com escolaridade superior, o que está em questão não é se o produto que a empresa vende permite a percepção do consumidor, mas para qual público alvo está voltado o produto da empresa.

Se o benefício em empreender o social não está em angariar consumidores, de que forma, então, esta disposição altruísta e voluntária pode auxiliar a empresa? Para a Fundação, a contribuição aparece no âmbito restrito, em que o seu *know how* pode auxiliar os empresários na conquista e na manutenção dos parceiros. Segundo o Articulador C da Frameport, a vantagem é simples: “*basta o reconhecimento pela opção de partilhar da responsabilidade social com as pessoas*”.

---

<sup>142</sup> Depoimento referenciado a partir de: <http://unidadekoerich.blogspot.com>.

Nesse sentido, a articuladora B1 do DEINFRA também acredita que o fato de *“estar ajudando, fazendo algo bom para as pessoas, dando oportunidades, isso retorna de alguma forma para a empresa”*. O Orientador D da Sulcatarinense vê como uma oportunidade de benefício para ambas as partes, comunidade e empresa: *“os projetos contribuem para a formação e capacitação da própria mão-de-obra, além de contribuir junto a sociedade dando educação às pessoas da comunidade ao redor de suas dependências”*. Ou seja, capacita mão-de-obra para a empresa e para a sociedade, beneficia a comunidade e melhora o local onde a empresa está inserida.

No entanto, para as organizações Koerich, não há retorno para a empresa; o retorno é para o jovem, como coloca a Articuladora A:

para termos melhores resultados buscamos disseminá-lo ao máximo, fazer com que outras empresas o adotem. Para as empresas, o retorno não pode ser quantificado, ele se traduz em diminuição de assaltos, permanência do jovem na escola etc.

Já a perspectiva da Articuladora Local aponta para uma visão geral.

*“O retorno da empresa é como um todo, a empresa cumpre cotas obrigatórias, melhora a imagem, o empresário fica bem com a comunidade, a comunidade ganha, a marca é valorizada, o produto também e assim por diante”*.

As vantagens são inúmeras e bem observadas já por vários autores como Rampinelli (2006) e Mello Neto e Fróes (1999). Apesar de não admitirem, as vantagens da empresa cidadã são muitas. Pode-se perceber no caso do Projeto Pescar dois movimentos distintos. De um lado, a Fundação, com 30 anos de experiência, articulada e muito bem organizada de acordo com seus princípios. E de outro, as empresas, realizando o Projeto de forma extremamente amadora<sup>143</sup>, os funcionários realizando pela paixão em ajudar e os dirigentes pela visibilidade à marca.

Há duas realidades paralelas nas empresas pesquisadas. Nas Unidades em que o Projeto iniciava, com uma ou duas turmas, há um descrédito e baixa estima pelo Projeto dentro das empresas. Nestas, o Projeto é desenvolvido por setores a parte da empresa e localizados fora dela. Apenas, a minoria dos funcionários têm conhecimento do Projeto. Já, nas Unidades, onde o Projeto funciona a mais tempo, e com mais turmas realizadas, a perspectiva em relação ao Projeto é positiva, os funcionários conhecem bem o Projeto e há um maior número de voluntários envolvidos. Nestes casos, há forte divulgação da ação social e uma alta estima, que incentiva a concorrer a prêmios e divulgar para os

---

<sup>143</sup> Aqui utilizado como sentido primeiro da palavra, conforme Dicionário Aurélio: “aquele que se dedica a uma arte ou ofício por prazer, sem fazer destes um meio de vida”.

consumidores. Neste caso, não só o dirigente foi convencido, mas a instituição como um todo.

No entanto, em ambas as realidades há características em comum: a falta de uma concepção de RSE pelos Articuladores e Orientadores, a utilização maciça de parcerias como fator de redução dos gastos, desvalorização do Estado em detrimento à empresa, depreciação da educação formal, uso exacerbado de voluntários e a prática de RSE como ação assistencialista.

Essas questões são utilizadas como estratégias para operacionalizar os objetivos da empresa como “socialmente responsável”. Vejamos a questão da utilização de parcerias em proveito da amortização de gastos, e o uso exacerbado do trabalho voluntário, que no Brasil chega a 12 milhões de pessoas (PAOLI, 2002, p.408). Essas práticas denotam estratégias que desfazem o trabalho formal no Terceiro Setor e contribuem para uma “terceirização da terceirização do segmento social”, ou seja, ao invés de serem realizadas pelo Estado, as empresas assumem e repassam esta tarefa a terceiros atores sem qualquer vinculação empregatícia. Em outras palavras, Pinto et al (2006), esclarece:

[...] ao mesmo tempo em que celebram ganhos de produtividade, elas investem em programas sociais, sendo ‘parceiras’, ‘amigas’, ‘adotantes’ e dotadoras de trabalho voluntário (!) de seus funcionários e não hesitam em ‘enxugar’, ‘flexibilizar’, ‘terceirizar’, desempregando cada vez um número maior de trabalhadores que, não encontrando outra ocupação (desemprego estrutural) vão engrossar as estatísticas de pessoas ‘beneficiadas’ pelos programas sociais mantidos ‘em parceria’ com estas mesmas empresas ‘cidadãs’. Ou seja, de cidadãos trabalhadores, eles passam a ‘beneficiados pela assistência’, e seus filhos se transformam em objetos dessas ‘ações de cidadania’. [...] apresentando-os como uma nova idéia de civilidade, escamoteando seu caráter autoritário e assistencialista (p.121).

E assim, a empresa ganha o título de cidadã, responsável, pelo o quê? Por escamotear cidadania, explorar o trabalho, destituir o cidadão de seus direitos fundamentais e trabalhistas? E mesmo assim, a empresa garante, que pode realizar as tarefas do Estado melhor que este. Para isso, reforça o discurso de que o Estado está falido, de que os funcionários públicos são desqualificados, acomodados e com garantia de emprego, e desta forma, o Estado não teria condições de assumir políticas sociais para o desenvolvimento do país e para melhoria das condições sociais, mas e o capital privado tem esses interesses?

A ética anunciada pelas empresas que, não é declarada a partir de que princípios é seguida, volta-se mais para a busca de selos sociais e de uma imagem do que pela busca de

qualquer melhoria social. Assim, ao se premiar uma empresa está se acreditando na ética e na bondade de suas ações, já que não se tem garantia do seu real empenho, uma vez que não há auditorias fiscais. Além disso, o reconhecimento social é simbólico, pois não há parâmetros que possam medir e avaliar o impacto de suas ações para a sociedade.

É nesse âmbito, que se faz a RSE pelas empresas pesquisadas. Esta realidade reflete a falta de concepção da sociedade, sobre o que é RSE. Nesse sentido, aplica-se a reflexão de Cattani e Salmon (2006), ao indicarem que embora haja um forte movimento de RSE, não existe um entendimento consensual entre os atores envolvidos. O que os casos estudados indicam são práticas, que se resumem na adoção, ou na abdicação de padrões éticos questionáveis, cumprimento de deveres e obrigações sociais e ambientais, assistencialismo e filantropia desenvolvidas como políticas de RSE com um objetivo em comum: maximizar lucros, potencializar o marketing social, fidelizar clientes e o estabelecer parcerias a longo prazo. E, portanto, a prática de RSE é reduzida a ações isoladas de caridade e pretende ser um meio paliativo, diante da ausência de políticas públicas do país.

#### **4.3 A ação educativa do Projeto Pescar**

A educação como política pública é o principal foco de atuação dos empresários. O ponto em comum nas falas dos entrevistados é que a educação formal, aquela desenvolvida pela escola, e não por eles, está defasada. Há em seus discursos e este é um dos argumentos de venda da franquía social, a depreciação da educação formal e da escola, e de todo o sistema educacional. Prevalece a ênfase de que a escola não está dando conta de formar de acordo com o mercado de trabalho, que está perdendo espaço na vida dos jovens e que o Projeto Pescar pode resolver esta situação, pois está e é realizado pelas/nas empresas. A desvalorização do sistema educacional é patente pelas empresas franqueadas ao Projeto. As falas dos entrevistados dão conta disso:

*“O sistema educacional é falho [...] não podemos ter o colégio como parâmetro.”*(Orientador D – Sulcatarinense).

*“Os alunos vêm com defasagens graves da escola, temos que resgatar. Fazemos um trabalho principalmente em cima da leitura e isto temos que impor. A escola perdeu o seu papel, totalmente”* (Articuladora B2 – DEINFRA).

*“A referência dos jovens de escola é de passatempo, é de negatividade, das drogas. A escola ainda não perdeu 100%, tem 1% a perder [espaço]. A realidade com a necessidade está desalinhada, o jovem precisa de algo mais forte, algo que bata com sua realidade. A escola é um lugar chato, que ele tem que cumprir regras e ninguém cumpre nada, não há diálogo. A escola ainda não perdeu espaço porque estes jovens entendem que o papel deles é ir ao colégio, eles têm que ir e assistir à aula. Aqui, os jovens são levados a pensar de outra forma”*(Articuladora A – Koerich).

*“O relacionamento com o professor é importante, os problemas da escola são de relacionamento professor e aluno. Os professores têm muito preconceito. É dado uma cartilha ao jovem de como ele tem que seguir, ele precisa do contrário. A escola precisa encontrar um meio termo. Ele pensa: que saco tenho que fazer isso”. ”*(Articuladora A – Koerich).

Estes posicionamentos apontam que a escola não saberia de onde vem e para onde vai e seriam os empresários que estariam indicando um caminho, mas que percurso seria este? Qual a concepção de educação do Projeto Pescar? A Fundação Projeto Pescar possui uma visão formulada e pensada sobre isso. Isto é demonstrado na publicação do seu “Manual Fundamentos Curriculares da iniciação profissional” (2006). No entanto, os representantes das empresas desconhecem ou não estão familiarizadas com a concepção de educação proposta.

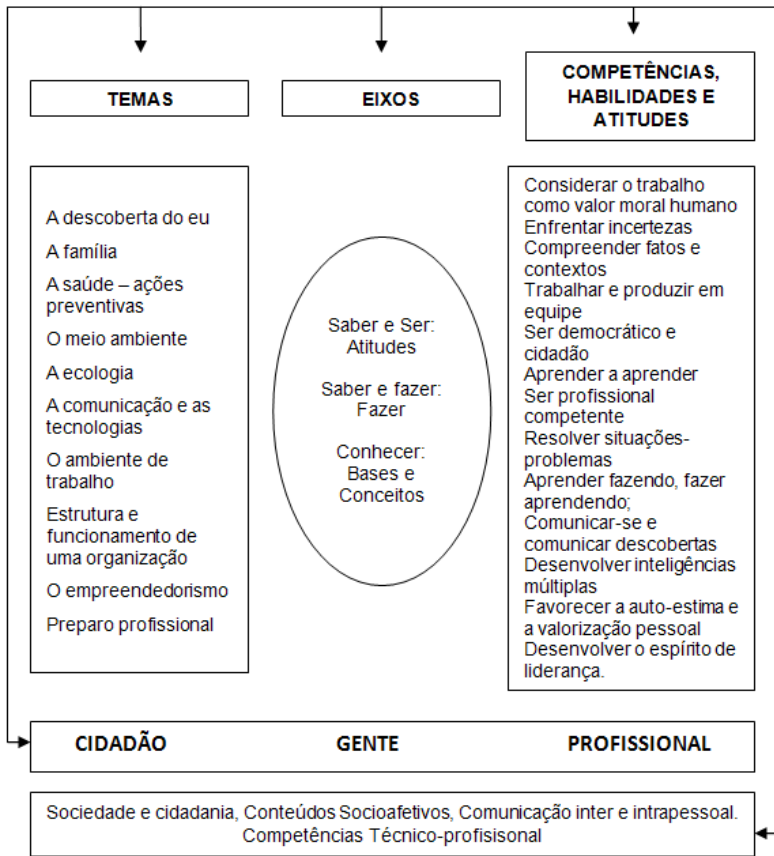
O Manual: “Fundamentos Curriculares para a Iniciação Profissional” (2006) apresenta os preceitos legais para a execução do Projeto, para a implementação de educação profissional, a proposta curricular do Projeto Pescar, a concepção educativa, a matriz curricular e a organização curricular. São exibidos órgãos e leis que regem a modalidade de educação em questão, como: a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Decreto 5154/04 e a LDBEN.

Neste documento há uma delimitação da educação profissional como determinante para a universalização do trabalho, por meio do desenvolvimento da laboralidade, sendo o principal eixo a política de igualdade. Ou seja, busca-se dar os instrumentos necessários, a empregabilidade ao jovem, para que possa se inserir e permanecer no mercado de trabalho, a partir de uma profissão que faz parte da área de

atuação da empresa, como consta na Tabela 2<sup>144</sup> já apresentada. Por exemplo, o DEINFRA, que oferece o curso de Laboratorista<sup>145</sup>, uma função que antes era exercida pelo órgão, e agora é terceirizada. Assim, todos os jovens têm grandes chances de serem contratados pelas empresas prestadoras de serviço, ou seja, exercer um trabalho, mas de forma terceirizada, precarizada.

A representação da concepção educacional do Projeto pode ser demonstrada pelo gráfico a seguir:

**GRÁFICO 2 – Representação da concepção educacional e da matriz curricular do Projeto Pescar.**



Fonte: Manual: “Fundamentos Curriculares para a Iniciação Profissional” (2006).

<sup>144</sup> TABELA 2 – panorama das empresas franqueadas à Fundação Projeto Pescar em SC.  
<sup>145</sup> Exerce a função de auxiliar de laboratório para manutenção e construção de solos e asfaltos.

A partir dos Eixos são trabalhadas as competências, habilidades e atitudes, que indicam os temas e subtemas para cada aula. Desta forma, garante-se as dimensões de cidadão, gente e profissional no aluno, que são o objetivo de formação do Projeto.

Para a concepção educativa do Projeto Pescar, a Fundação aponta ter como referência os estudos de Morin, Gardner e Perrenoud, mas não cita a partir de que obras ou idéias específicas. Além disso, usa como base as principais idéias de Geraldo T. Linck com relação ao perfil profissional de conclusão do Jovem.

Na concepção de Edgar Morin (2001), a educação é ao mesmo tempo transmissão e transição entre o novo e o antigo e abertura da mente para receber o novo. Também, o relatório de Jacques Delors, é indicado para utilização de quatro saberes fundamentais: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver que juntos propiciariam a formação de sujeitos cognitivos com competências e habilidades para enfrentar situações inesperadas, solucionar problemas inéditos, acompanhar o desenvolvimento do conhecimento e respeitar a pluralidade cultural.

Assim, o modelo de competências se encaixaria na visão de educação do Projeto, pois está centrado nas capacidades de agir, intervir e decidir em situações, que implicam domínio de competências. Ou seja, está centrado nas “qualidades pessoais” requisitadas pelas transformações do mundo, que não deseja mais “mão-de-obra”, mas “cérebro e coração na obra” (MANUAL: FUNDAMENTOS CURRICULARES PARA A INICIAÇÃO PROFISSIONAL, 2006, p.10).

O entendimento sobre o conceito de competência baseia-se na LDBEN. De acordo com o artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 04/99, entende-se por competência “a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. Para Perrenoud (2001), utilizado por esta proposta de educação, a visão de competência, que compartilha a da LDBEN, é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar uma série de situações-problema.

A palavra competência em espanhol relaciona-se a competir, lutar, e não é sem propósito, que surgiu no contexto econômico e político atual enfatizador da necessidade de competitividade. Na verdade, a palavra competência tem diversas conotações e varia de

acordo com o contexto e o país. O modelo de educação por competências está marcado por controvérsias. E, ao utilizá-lo como metodologia para a educação profissional, como indica Souza (2005), a noção de Competência perde a multidimensionalidade da noção de qualificação

A par desses aspectos, Souza (2005); Roggero (2000), Brígido (2001), ponderam que é comum alguns países tomarem emprestado o debate sobre o modelo de competências, travado no âmbito de outras nações, de forma a tentarem resolver problemas e dificuldades particulares e específicas de seus sistemas de educação, que não necessariamente, apresentam soluções relacionadas ao seu emprego. Este é o caso do Brasil e, mais especificamente, do discurso empreendido pelo Projeto Pescar, o qual descarta o trabalho da escola como válido para formar cidadãos e acredita na defasagem do ensino formal, sendo substituído pela proposta de solução do ensino por competências.

Em uma perspectiva crítica a definição de competência apresenta outras concepções. Como assinalou Deluiz (2001), a noção de competência relaciona-se com uma representação adequacionista de formação, que dá prioridade ao atendimento dos interesses e necessidades empresariais, podendo se tornar instrumentalizante e tecnicista. Há, nesta idéia, uma matriz essencialista ou funcionalista em que existe o ideal almejado, e as características que devem encaixar-se perfeitamente. Outro viés trata da noção de competências, que leva em sua forma acrítica, a uma perspectiva individualizante do processo.

A educação por competências deve preparar o sujeito para a capacidade de apreensão constante de novos conteúdos relativos ao trabalho. Assim, os eixos temáticos Ser Gente, Ser Cidadão e Ser Profissional delimitam-se em uma série de exigências comportamentais. O jovem deve Ser gente que pensa, reage, transforma-se e modifica o mundo a sua volta, Ser cidadão, ser, fazer e conviver, Ser profissional e estar apto a ingressar no mundo do trabalho. Ou seja, capacidades cognitivas para uma educação do eu como pessoa, que prega Henri Wallon (apud MANUAL: FUNDAMENTOS CURRICULARES DA INICIAÇÃO PROFISSIONAL, 2006).

Essas capacidades possibilitam a comunicação, transferibilidade e habilidade de lidar com situações diversas. Portanto, essas dimensões se exprimem em um componente claramente disciplinador, uma vez que, o sentido de “ser” contido na proposta se articula



“diretamente a padrões de comportamento, atitudes e a valores”, cuja referência é a realidade das empresas.

Observa-se, então, que a palavra competência permite diversas interpretações e, que a idéia oculta nesta proposta é a de seleção e exclusão de uma enorme faixa da população sem oportunidades de formação. No modelo das competências os conhecimentos e habilidades adquiridos no processo educacional têm uma "utilidade prática e imediata", com fins específicos a organização empresarial e a qualidade da qualificação que passam ser avaliados pelo "produto" final, ou seja, o jovem-trabalhador é instrumentalizado para atender às necessidades do processo de racionalização do sistema produtivo, neste caso da empresa.

Isto pode ser verificado na fala da Articuladora Local quando menciona que *“os jovens não conseguem [colocação no mercado] por que não têm educação, mesmo aqueles que têm qualificação, pois não têm o perfil esperado pela empresa”*. O Projeto proporciona aos jovens, além da profissão, a adequação para trabalhar: *“deixamos ele redondo para trabalhar, educados, com o foco de trabalho em uma empresa”* (Articuladora Local). Os jovens são formados para adequarem-se a realidade da empresa, e esse é o seu principal diferencial, retira-se dele o senso de transformação das estruturas sociais para uma conformação e responsabilização de que ele está na situação que deseja.

Neste modelo de educação, o currículo é organizado a partir da definição do perfil profissional de conclusão. O objetivo da formação é qualificar o cidadão “consciente” de seus direitos e responsabilidades. O perfil profissional deve levar em conta as demandas do cidadão, do mercado e da sociedade, além das condições locais e regionais. Para o Orientador D, *“o jovem deve não só dominar uma profissão, mas ser empreendedor”*, entendido aqui como o processo de fazer algo novo (criação) ou algo diferente (inovação) com o propósito de criar riqueza para o indivíduo, e agregar valor para a sociedade. Em seqüência, da definição das competências profissionais básicas, gerais e específicas, a partir da ocupação profissional a ser ministrada, já se tem as habilidades e atitudes postas pela Fundação.

Na matriz curricular do Projeto misturam-se entre as competências, habilidades e atitudes os sete saberes necessários à educação de Morin, as sete inteligências múltiplas de Gardner e algumas exigências específicas do capital. Para terem relação entre si, os temas

são flexíveis quanto a ordem didática e de carga horária, tendo um valor mínimo e máximo a ser trabalhado.

Nestes moldes, em acordo com Souza (2005), há a segmentação do sistema educacional, pragmaticamente orientado para o treinamento profissional, que reduz a qualificação distanciando-a, quer de uma verdadeira integração entre educação geral e profissional, quer das próprias demandas imediatas do setor produtivo. É nesse sentido, que Roggero (2000) apresenta o ponto chave da demanda de qualificação que estaria na formação de capacidades cognitivas as quais se diferenciariam por alto nível de generalidade, ou seja, pela fácil transferibilidade de uma tarefa para outra.

O desenvolvimento das competências é baseado na definição das estratégias de aprendizagem centradas no aluno, fazendo com que se individualize o processo formativo. A metodologia, por sua vez, deve buscar situações de aprendizagem reguladas para este propósito contextualizando o conhecimento do aluno. Desta forma, a prática pedagógica deverá ser interdisciplinar e contextualizada com construção significativa do conhecimento, organizada com situações de aprendizagem baseadas na metodologia de projetos e em situações-problema<sup>146</sup>.

A metodologia proposta busca criar e utilizar situações de aprendizagem em que o Orientador possa acompanhar e garantir o resultado do processo, assumindo o seu controle. Busca-se padronizar métodos de ensino e, através deste controle, garantir o desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes que são trabalhadas por temas.

A abordagem dos temas deve priorizar o processo de ensino-aprendizagem, a transdisciplinariedade, a interdisciplinaridade. E, o eixo de metodologia deve entender o trabalho, como valor moral humano e não como uma limitação para lazer, ou, apenas, como uma maneira de afastar o jovem da criminalidade. É necessário mostrar ao jovem que é através do trabalho, que ele poderá se munir de estratégias para enfrentar as incertezas do mundo.

Para isso, o jovem deverá dominar as habilidades, conhecimentos, valores e competências para compreender fatos e contextos; saber resolver situações-problemas

---

<sup>146</sup> De acordo com Guimarães (1980) assemelha-se muito a uma metodologia organizacional denominada Análise e solução de problemas (ASP), usada pela *Total Quality Control* (TQC), foi desenvolvida por Kepner e Tregoe (consultores EUA) nos anos de 1970, quando se divulga a abordagem do Desenvolvimento Organizacional (DO), modismo que perdurou em torno de duas décadas nas consultorias empresariais.

sozinho e em equipe, ser democrático e cidadão; ser um profissional competente que saiba “aprender a aprender” e estar preparado para assumir diferentes funções; ter capacidade de aprender fazendo, fazer aprendendo; comunicar-se e comunicar suas descobertas; desenvolver inteligências múltiplas; favorecer a auto-estima e a valorização pessoal; desenvolver o espírito de liderança, que são condições cruciais para viver na sociedade do conhecimento.

Essas especificações constam no Plano de curso e devem ser contempladas no plano de aula do orientador. Para isso, o Manual “Fundamentos Curriculares para a Iniciação Profissional” (2006) expõe uma série de estratégias pedagógicas como: aulas expositivas, visitas, trabalho em grupo, dinâmicas de grupo, pesquisa e vivências para trabalhar de forma interdisciplinar.

Para Deluiz (2001), de forma geral, as competências investigadas no processo de trabalho são transpostas de forma linear para o currículo, formulando-se as competências a serem construídas como intermináveis listas de atividades e comportamentos, limitando o saber ao desempenho específico das tarefas. Essa lógica ressalta mais uma vez que o Modelo de Educação por Competências está estritamente relacionado à ótica do mercado e limita-se à descrição de funções e tarefas dos processos produtivos.

A metodologia proposta pela Fundação prevê avaliações durante o processo do curso. Avaliar é verificar os resultados alcançados a fim de se garantir um profissional de qualidade. A avaliação deverá ser feita sob dois aspectos: o desenvolvimento do jovem ao longo do curso e da sua aprendizagem. A avaliação do desenvolvimento do jovem é relacionada às atitudes e aos comportamentos, tem caráter qualitativo e parte do entendimento de avaliação processual, que busca compreender a situação de cada jovem no decorrer do curso. Para isso, “*vemos o boletim, as notas, se o aluno falta na escola, (aqui) não há provas e notas [...]*” (Articuladora A).

A respeito da avaliação, existem outras recomendações, como realizar a avaliação durante o processo e não apenas no final do curso. A avaliação deve ter finalidades diversas e apresenta-se sob três formas: de situação, formativa e certificativa. A “avaliação de situação” é realizada com intuito de diagnóstico, de verificar o que o jovem já possui, o conhecimento que ele trás com ele. A avaliação formativa tem como objetivo monitorar o processo de aprendizagem e serve para prever reforço e correções necessárias. Já a

avaliação certificativa é a última a ser feita e analisa a qualidade do processo educacional para verificar se o resultado foi atingido.

Assim, as avaliações de situação e formativa são feitas, cada uma, uma vez no curso, uma no início e a outra no final. As avaliações formativas são feitas durante o curso. Podem ser realizadas pelo Orientador por diversos instrumentos, como portfólio: pasta com trabalhos e avaliações dos jovens; relatórios de pesquisa: resultados escritos de pesquisas; apresentação oral, testagens escritas, provas, medidor de conhecimentos dos jovens, demonstrações práticas de conhecimento adquirido e aula prática. A expressão dessas avaliações é livre.

No entanto, mensalmente, o Orientador deve realizar uma avaliação descritiva e entregá-la ao jovem e à família. Esta avaliação descritiva é realizada, com base, no comportamento e atitudes do jovem e de sua auto-avaliação. O jovem também se avalia. Auto-avaliação quinzenal é de caráter livre. Os alunos são orientados a escrever sobre o seu ponto de vista e sentimentos em relação às atividades desenvolvidas. Estas são as recomendações da Fundação, no entanto, as Unidades demonstram maior flexibilidade e as realizam de acordo com o seu trabalho. Em uma Unidade, por exemplo, a avaliação é informal, por diálogo e por resgate de exemplos dos alunos. Em outra, é formalizada como em uma escola tradicional (tão criticada), por momentos específicos de prova e atribuições de notas.

No entanto, o principal instrumento para avaliação nestes termos é a observação. O Orientador deve estar sempre ao lado do aluno, registrando suas dificuldades e conquistas. Para que a avaliação possa ser consolidada, os instrumentos são essenciais, pois viabilizam a realização da mensuração. Estes devem ser diversificados, cuidadosamente elaborados, que demonstrem aos Orientadores o que conseguiram ensinar, e aos alunos o que conseguiram aprender. A mensuração é um fator importante do processo de avaliação, em que os aspectos qualitativos deveriam prevalecer sobre os quantitativos. A relação de equilíbrio entre os dois aspectos irá caracterizar o valor intrínseco do ato avaliativo, influenciando seu resultado.

Nos parâmetros de avaliação propostos, é necessário ter o controle do processo, que nem sempre representa o resultado dele. A avaliação reflete o processo de gestão de trabalho, com indicadores de eficiência e eficácia para que possa se garantir o resultado

final. Como se nos dois momentos, de formação e de trabalho, se pudesse ter o controle total sobre o processo, e garantir certa qualidade no processo.

Para garantir o produto final, mensuram-se em índices de eficácia e eficiência as avaliações realizadas. Para expressão desse processo a Fundação não utiliza o estilo de expressão de resultados por quantidade, mas cada Unidade pode escolher como fará este registro. A maioria das Unidades utiliza notas. Têm-se como filosofia, que não há aluno reprovado, pois mesmo o aluno que não atingir aprovação recebe um atestado de participação<sup>147</sup>.

A Fundação acredita que profissionais de qualidade são determinantes para o desenvolvimento do país, e o Projeto Pescar pode garantir isso por meio da formação profissional feita pelas empresas. Ou seja, utiliza as premissas da TCH, em que o aumento de capital intelectual relaciona-se diretamente com o aumento de renda para justificar, que o sucesso das organizações depende da “qualidade” das pessoas, que fazem parte dela, da formação adquirida.

Além disso, constata-se, também, que a gestão do trabalho é focada em competências, por este motivo precisa-se dispor de trabalhadores flexíveis para lidar com as mudanças no processo produtivo, enfrentar imprevistos e com cognições passíveis de serem transferidas de uma função à outra. Desta forma, requer-se do trabalhador polivalência e constante atualização de suas competências, o que lhe daria a medida correta de sua “empregabilidade”. E, quem melhor para realizar esta formação do que a própria empresa, *locus* de atuação do trabalhador?

Assim, a atenção se desloca do ensino para o processo de aprendizagem. A prática pedagógica valoriza mais a experiência do que o conhecimento científico elaborado. Os conteúdos são re-significados e atualizados de acordo com os seus padrões, assimilados de forma crítica e mobilizados para aplicações em situações concretas de trabalho. Esta é uma percepção instrumentalizante de educação, fundamentada no desenvolvimento cognitivo e comportamental do jovem.

---

<sup>147</sup> Esta tem sido uma alternativa muito utilizada pelas escolas particulares para não evidenciar a reprovação do aluno, o que acaba por encobrir o seu real desempenho e dificulta a aprendizagem do aluno pelo erro e a sua intenção de reversão da reprovação. Assim, o aluno poderá sair satisfeito e a Fundação não se compromete com o seu selo de qualidade ao certificá-lo.

Se, para a Fundação, a visão de educação possui um entendimento em comum a todos, para as Unidades a palavra “Educação” possui diversas interpretações, apesar das capacitações e encontros, que a Fundação realiza e não há um consenso. Além disso, nenhuma das Unidades possui um pedagogo. Os entrevistados alegam que a assessoria da Fundação supriria esta necessidade.

Para o Articulador C da Frameport, a definição de educação está voltada “*para o ‘aprender a aprender’, para o ‘pescar’, despertando iniciativas e contribuindo para a sustentabilidade do aluno*”, esta noção é a que mais se aproxima da concepção da Fundação. Segundo a Articuladora B2 do DEINFRA, o entendimento é voltado para a educação tradicional e conteúdista. Na sua visão o curso é dividido em parte prática e teórica, como se fossem duas dimensões, que pudessem ser separadas, estanques. O desencontro de idéias é latente. Isto se destacou na fala de um dos entrevistados ao justificar que a noção de educação é voltada para a grade curricular e para a empregabilidade e que portanto não há preocupação estrita com uma concepção de educação e que esta não está posta.

Portanto, as concepções de educação são as mais diversas e pessoais possíveis. Evidencia-se, que não há entendimento sobre a percepção da concepção de educação apreendida pela Fundação. Apesar da proposta curricular basear-se na educação por competências, esta não foi citada por nenhum dos entrevistados, e todos implementam uma metodologia muito mais parecida com a educação tradicional do que com a de competências, e tem muitas dificuldades em garantir a interdisciplinaridade proposta pela estrutura do curso.

Diante disto, é preocupante o tipo de formação que estes jovens estão sendo orientados. Em que princípios se baseiam? Qual posição teórica poderia representar o desenvolvimento integral do ser humano ou se aproximar dela? A tradicionalista/comportamentalista ou a funcionalista/comportamentalista/tecnicista, ou a cognitivista/comportamentalista, que é a adotada pela Fundação? A adesão consciente ou inconsciente aos ditames do capital? O fato é que independentemente do viés educacional e da ecletismo teórico, estes jovens estão sendo preparados para serem conformados à sociedade, responsabilizados pela sua empregabilidade e cidadãos limitados por uma falsa democracia.

A proposta de educação, aqui exposta, é resultado de intenções de mudanças na educação como um todo. A desvalorização apontada pelos entrevistados da instituição escola, de como se esta não fosse capaz de desenvolver trabalhadores capacitados para o mundo do trabalho, pretende tomar a educação para si, com fins e valores a serviço privados. A formação profissional como meio de ascensão social tende desenvolver nos jovens trabalhadores, a fantasiosa importância indispensável da educação como fator de garantia de ingresso e permanência no mundo do trabalho.

O Projeto Pescar no que se refere à educação apresenta várias outras inconsistências, além da garantia de resolução das desigualdades sociais, apenas pela qualificação profissional. Uma das principais é a contradição presente na formação do jovem cidadão. Se cidadão é o sujeito que exerce o gozo dos direitos civis e políticos, ou desempenha seus deveres para com este, como um cidadão pode ser formado/construído na contradição de sua constituição, como um ser marginalizado pelas políticas sociais? Ou seja, que tipo de cidadão pode-se formar, quando o entendimento de cidadania, que se tem é baseado na dependência da caridade e da filantropia das empresas? E, se sua própria formação, como esse tipo de cidadão, é a tentativa de afirmação de que o Estado não garante os seus direitos e deveres?

Nesse sentido, o Projeto pretende “pescar” o adolescente, tornando-o um cidadão e ensinando-o a Pescar como forma de proporcionar a sua formação profissional. No entanto, pode-se concluir que o Projeto não atinge a função do “Pescar”, em nenhum dos âmbitos pretendidos. O jovem, ao invés de cidadão, torna-se dependente de políticas públicas e sem cobrar por elas aguardará a iniciativa dos órgãos responsáveis. Já, no sentido da formação profissional, pode-se afirmar que o jovem é moldado ao mercado de trabalho, mas a formação dada não atinge uma qualificação profissional, pois é restrita a uma ocupação, e de longe pode garantir o seu acesso a condições melhores de vida.

## CONCLUSÃO

Um estudo proposto a investigar a educação no campo da administração depara-se com grande desafio: pesquisar os objetivos da empresa ao assumir programas de cunho educativo pelo viés da Responsabilidade Social. Isto aparentava à academia estudar sobre assuntos os quais já se discutiam há muito tempo, no entanto, em áreas diferentes. Mas, a junção, o encontro desses campos de conhecimento, ao mesmo tempo, representou o fio condutor e a problemática em questão.

A pesquisa proporcionou vislumbrar que não há concordância quanto ao conceito de RSE entre os empresários, entre os consumidores, e entre os participantes do Projeto Pescar. O conceito de RSE é polissêmico propiciando diversas interpretações. Assim, as ações de RSE são paliativas e se resumem, predominantemente, a meras ações de filantropia, caridade, assistencialismo, obrigação social e legal.

A RSE brasileira pretendida pelos empresários é contraditória, pois se faz dentro das condições do capitalismo e em um contexto em que não se tem, de fato, políticas públicas uma vez que são precárias e insuficientes. No entanto, se as ações sociais empreendidas, pelo empresariado levassem em conta o papel que a empresa assume e se buscasse a conscientização dos participantes para o desenvolvimento de sua cidadania, teríamos uma RSE compatível com uma política social que dispensariam ações sociais empreendidas como esmola. Nesse sentido, ela poderia ser um instrumento de cobrança do Estado quanto ao desenvolvimento de políticas públicas. No entanto, a RSE empreendida é utilizada para obter lucro e diferencial competitivo à empresa ensejando um marketing institucional vantajoso.

Desta forma, o *slogan* de “empresa socialmente responsável” possibilitaria fortalecimento e fidelidade à marca e ao produto, valorização da empresa na sociedade e no mercado, retorno publicitário, isenções em tributação, maior empenho e motivação dos funcionários e ganhos sociais. “Não se está diante do cínico discurso duma solidariedade pura e desinteressada, mas de um bom negócio” (ALMEIDA, 2003, p.144).

Assim, o conceito de RSE poderia ser substituído por outro, que colocasse a empresa socialmente responsável no capitalismo como aquela que utiliza o marketing



social para agregar valor aos seus produtos e à sua imagem vislumbrando somente o lucro, e buscando garantir diferencial competitivo.

Nesse sentido, as ações de RSE não são políticas sociais, mas uma reedição de uma espécie de “mecenato”<sup>148</sup>, que tem como princípio o patrocínio da cultura como resgate de pessoas em situação social de risco, atendendo a interesses particulares. Com o capital privado, patrocinam projetos a serviço próprio e a seu propósito, não levando em conta o coletivo. Se, antes os principais mecenas foram os Médici<sup>149</sup>, o imperador D. Pedro II<sup>150</sup> e Assis Chateaubriand<sup>151</sup>, estes deram lugar à versão reformulada do mecenato às empresas. Atualmente destacam-se Roberto Marinho<sup>152</sup> e José Hermírio de Moraes<sup>153</sup>.

A RSE faz parte da estratégia de reestruturação do capital, da crise oriunda da década de 1970, e serve como mecanismo de manutenção ideológica do capitalismo. A RSE, a exemplo do que ocorria como o mecenato, é mais um instrumento de dominação e

---

<sup>148</sup> Mecenato é um termo que indica o incentivo e patrocínio de artistas e literatos, e mais amplamente, de atividades artísticas e culturais. O termo deriva do nome de Caio Mecenat (68 a.C. - 8 a.C.), um influente conselheiro de Otávio Augusto que formou um círculo de intelectuais e poetas, sustentando sua produção artística. O termo “mecenat”, nos países de línguas neolatinas, indica uma pessoa dotada de poder ou dinheiro que fomenta concretamente a produção de certos literatos e artistas. Num sentido mais amplo, fala-se de mecenato para designar o incentivo financeiro de atividades culturais, como exposições de arte, feiras de livros, peças de teatro, produções cinematográficas, restauro de obras de arte e monumentos.

<sup>149</sup> Poderosa família de banqueiros e comerciantes que governou a cidade de Florença durante o período compreendido entre 1434 e 1737.

<sup>150</sup> Dom Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo, (1825-1891) foi o segundo e último Imperador do Brasil de fato. Durante seu reinado (1841-1889) introduziram-se invenções, apoiou-se a cultura, foi aberta a primeira estrada de rodagem, tivemos primeira locomotiva a vapor, foi instalado o cabo submarino; inaugurado o telefone, instituído o selo postal e obteve-se a Abolição da escravidão.

<sup>151</sup> Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968) foi um jornalista, empreendedor e político brasileiro. Foi um dos homens mais influentes do Brasil nas décadas de 1940 e 50 em vários campos da sociedade brasileira. Foi dono de um império jornalístico – os Diários e Emissoras Associadas – e chegou a reunir mais de cem jornais, revistas, estações de rádio e de TV. Pioneiro na transmissão de televisão brasileira, cria a TV Tupi em 1950. Fundou o Museu de Arte de São Paulo em 1947 e assumiu a cadeira 37 da ABL- Academia Brasileira de Letras no lugar de Getúlio Vargas.

<sup>152</sup> Tinha predileção por comprar trabalhos de artistas de sua geração, em sua coleção possuía 240 pinturas, esculturas, desenhos, monotípias e aquarelas de um universo de 1.342 obras reunidas desde os anos 30. "Patrocionou" os maiores eventos culturais: Rodin (mais de 600.000 visitantes), Monet (mais de um milhão de visitantes), Picasso (500.000 visitantes), Camille Claudel (600.000 visitantes). Além de incentivar, ajuda a promover também grandes exposições de arte brasileira emprestando obras de seus acervos. Sob sua liderança, as instituições culturais brasileiras obtiveram, dos poderes públicos e do mecenato privado, o apoio financeiro necessário à reestruturação de suas infra-estruturas, favorecendo a vinda de exposições de nível internacional. Além do incentivo e apoio cultural promoveu diversos projetos e campanhas como Amigos da Escola, Canal Futura, Globo Ciência etc.

<sup>153</sup> Foi um dos empresários que mais contribuiu para o cenário cultural e musical de São Paulo nas últimas décadas. Através do Grupo Votorantim, do qual era presidente, patrocinava as atividades de algumas das principais promotoras de concertos da cidade. Era também um dos únicos empresários a transitar livremente por entidades com filosofias díspares como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

manutenção do sistema capitalista que descaracteriza o conceito de cidadania e torna os indivíduos dependentes de caridade, cidadãos relegados a uma cidadania forjada.

As ações de RSE “retiram da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade” (PAOLI, 2002, p.390) e a convertem em disposição altruísta voluntária em nome de uma virtuosidade empresarial.

A delimitação do Terceiro Setor ocorre como um espaço neutro e isento de contradições, em que o empresário e o Estado podem transitar, desresponsabilizando-se pelos problemas sociais. Deslumbrados com as possibilidades de se tornarem uma organização qualificante, os empresários encontraram no Terceiro Setor a oportunidade necessária para realizar a educação desejada, gozando de incentivos e vantagens para esse fim.

O empresariado assumiu a RSE como prática intrínseca de suas preocupações, no entanto, não se trata de corrigir as imperfeições do Estado, mas de suprir as ausências do Estado pela promoção do mercado, suposto auto-regulador. Isto é, estabelecer a superioridade das preferências individuais como forma de escolhas sociais. A RSE facilitou a retirada do papel do Estado, e não é somente uma consequência da diminuição do papel deste para com o âmbito social. Além disso, a RSE desqualificou o Estado, desmantelando as políticas públicas e transformando os direitos conquistados historicamente, em meros favores, desta forma, impedindo o desenvolvimento da cidadania.

Apresentar a ineficiência do Estado e eficiência das empresas na resolução de problemas sociais é uma forma de promover e acentuar a diminuição do poder de intervenção do Estado e buscar afirmação de poder social. Está em jogo uma disputa de poder pela regulamentação social.

Essa disputa está fortemente marcada pela insistente adesão do empresário à educação e, talvez, seja a escola, instituição formal, que apresente, ainda, algum tipo de resistência. Mesmo assim, a escola convocada a atender aos desígnios do mercado passou cada vez mais a adotar os padrões de reprodução capitalista, não só nos seus objetivos de formação, como na sua administração e princípios. Por sua vez, as empresas percebendo o potencial investimento em educação e adoção de parcerias com escolas, tornaram-se “organizações aprendentes” visando a competitividade. Nesse movimento, parafraseando

Trevisan<sup>154</sup> (1999), as empresas estão cada vez mais se tornando escolas, e estas se tornando cada vez mais empresas. Este movimento ocorreu nos últimos 50 anos, em que o empresariado registrou uma grande mudança de postura em relação à educação, de “isso não tem nada a ver conosco” passando para “educação é nossa meta número um”.

A relação educação e trabalho sempre houve, mas, agora o empresário resolveu assumir a educação formal. Quando existiu escassez de mão-de-obra qualificada ouviu-se falar nas empresas em: treinamento, adestramento, instrução, capacitação e qualificação dos profissionais. Hoje, fala-se em educação. E isto não é uma mera troca de palavras. O empresariado desqualificou o movimento de formação profissional para uma qualificação profissional prescrita, fazendo esta perder sua dimensão social, tornando-se funcionalista. Para além da qualificação do trabalhador, hoje, o interesse do empresário é assumir a educação geral e a escola formal.

A partir de uma visão determinista e simplista da realidade, a educação tem sido alvo de críticas, apontada como fator determinante do desenvolvimento, como se houvesse uma mera substituição de um modelo de produção por outro. Os empresários passaram de uma posição de combate à dualidade e à segmentação do sistema à sua defesa, deixando ironicamente suas posições tradicionais, que clamavam por educação geral e qualificação flexível e polivalente. Estas propostas não parecem estar fora do lugar. Elas indicam tendências internacionais, que se apresentam como ideologia educativa derivada de exigências do processo produtivo. “Politicamente pode parecer irônico: em curto espaço de tempo vemos bandeiras do movimento dos trabalhadores, como a escola única e a qualificação geral, passarem às mãos das empresas em particular e do capital em geral” (PAIVA, 1990, p. 107). Ou seja, os empresários se apropriaram de propostas da esquerda<sup>155</sup> e as utilizaram como integrantes de seu discurso.

---

<sup>154</sup> Pronunciado em entrevista para Álvaro Almeida na Revista ISTOÉ. ALMEIDA, Álvaro. Éramos sete. **Revista ISTOÉ**, São Paulo, n. 1551, p. 100-101, 23 jun., 1999

<sup>155</sup> A esquerda aqui é entendida como a busca política pela igualdade e tem no governo o papel-chave na promoção dessa meta. A esquerda sempre representou o reconhecimento dos direitos sociais ao lado dos direitos humanos de liberdade e doutrinas e movimentos não homogêneos. Assim, a esquerda acredita que a maior parte das desigualdades é social e, enquanto tal, eliminável; a direita acha que a maior parte delas é natural e portanto ineliminável. Este conceito é baseado em Norberto Bobbio (1995) no seu livro *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, onde traz os conceitos históricos do posicionamento político em direita e esquerda que tem sido mal utilizado. Os dois termos constituem uma antítese e estão locados em um contexto histórico e estão ligados à busca de igualdade e de liberdade. A esquerda sempre representou o reconhecimento dos direitos sociais ao lado dos direitos humanos de liberdade e doutrinas e movimentos não homogêneos.

Para os empresários ‘esclarecidos’<sup>156</sup>, a situação educacional brasileira impede que o país participe da economia internacional e acreditam que o conhecimento deve ser amplamente divulgado. Assim, Silva (2005), aponta que os empresários procuram difundir por todos os setores sociais, a idéia de que a educação brasileira é deficiente, responsabilizando-a tanto pelo fraco desenvolvimento econômico, como pela pobreza da população, bem como pela incapacidade de suas empresas produzirem com a qualidade exigida pelo mercado mundial, em virtude da baixa escolaridade de grande parte dos trabalhadores. Para tanto, a educação deve ser uma política orientada para a competitividade.

A informação é amplamente divulgada e manipulada pelo empresário ‘esclarecido’ que se aproxima ora de bruxos da administração, ora de “gurus” da auto-ajuda. No âmbito da educação, a Teoria do Capital Humano é o discurso empreendido para justificar a inserção do empresariado em ações educativas. Para os empresários ‘esclarecidos’, a educação também é vista como forma de governar e de administrar segundo seus propósitos.

Todavia, apesar de manifestações entusiásticas à formação geral, ao desenvolvimento de capacidades intelectuais etc. Ferretti (1995) alerta que é necessário não se enganar. Por conseguinte, a motivação básica que orienta a preocupação dos empresários para com a educação está na contribuição que esta possa oferecer em formar um novo tipo de trabalhador, com uma formação específica, necessário para a consecução do objetivo principal: o aumento da produtividade num contexto de acirrada disputa econômica internacional na qual o conhecimento é fator fundamental.

A valorização da educação pelo empresariado não indica uma postura do trabalhador como homem e cidadão, apesar do discurso de defesa da “educação para todos”. Para Ferretti (1995), entre uma educação voltada para o ensino técnico de caráter estrito, complementada por uma formação profissional, orientada para o adestramento

---

<sup>156</sup> “Esclarecido” é tomado aqui de empréstimo à histórica figura do “déspota esclarecido”. O despotismo esclarecido foi uma forma de governo que se instalou em alguns Estados absolutistas europeus no século XVIII inspirado pelo racionalismo iluminista. Os déspotas esclarecidos limitaram o poder da Igreja Católica, reduziram os privilégios da aristocracia e do clero, centralizaram o poder, favoreceram o progresso econômico e estimularam as artes e as ciências. Explicavam seu poder absoluto não pela "origem divina", mas como resultado de necessidades sociais. Para corrigir as desigualdades entre os homens achavam necessário mudar a sociedade, dando a todos liberdade de expressão e culto, e proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras. Tudo isto, porém, no interior de um quadro de pouca discussão ou democracia quase inexistentes!

compatível com o trabalho rotineiro, e uma proposição que visa a formação do trabalhador polivalente e que deve ser capaz de desenvolver suas capacidades intelectuais para adequar-se a um tipo de trabalho desafiador e demandante de criatividade, não há dúvida que estamos diante de um ganho para os trabalhadores tanto quanto de uma conveniência para o capital.

Bueno e Pelandré (2006) ressaltaram a visão dos empresários a respeito da escola e a validade desta dentro da empresa. Para os empresários, a escola teria a função de instrumentalizar os trabalhadores, ou seja, proporcionar o domínio da leitura e escrita, além de noções essenciais em matemática e conceder o certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Médio. Já, a escola/empresa contribuiria para a formação do trabalhador capaz de enquadrar-se nas exigências da empresa, e capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento de suas funções dentro da empresa. Ou seja, a preparação profissional ficaria a cargo de quem “melhor entende”, dos empresários, pois são eles que detêm os conhecimentos das necessidades qualificacionais exigidas pelo capital.

A concepção de educação do empresariado reflete os ditames capitalistas, já amplamente divulgados e utilizados na educação profissional formal do país, a educação por competências. Esta proposta pedagógica visa garantir os interesses e necessidades do mercado de trabalho, individualizando a formação profissional e responsabilizando o sujeito pela sua medida de empregabilidade, desconsiderando as condições históricas vividas. No caso estudado, apesar da Fundação possuir uma concepção de educação, as Unidades não possuíam essa visão clara e, além disso, não continham em seu quadro funcional pedagogos que pudessem auxiliar no projeto educativo. Isto denotou uma tentativa declarada do empresariado em acreditar que poderiam fazer educação de “qualidade” sem o auxílio de especialistas em educação.

A educação empreendida pelos empresários visa atender a interesses imediatos e ideológicos, e não a uma formação omnilateral do ser humano. A preocupação das empresas com a qualificação dos trabalhadores está voltada para o mundo empresarial, por uma concepção utilitarista, pragmática e instrumental. Essa preocupação é utilizada como estratégia mercantil, resultado das características do contexto de reestruturação. Ou seja, vislumbrando sempre o sucesso dos negócios, em produzir lucratividade, quanto mais

adequado fosse o trabalhador à empresa melhor seria para empresas atingir os seus resultados. Nesse sentido, as demandas de qualificação da categoria empresarial não visam a formação enquanto processo social e histórico.

É a partir dos princípios capitalistas que o empresário ‘esclarecido’ gerencia a sua empresa e a educação que seguem os mesmos parâmetros. Mas afinal qual a intenção em promover o ‘esclarecimento’?

A empresa, no intuito de assumir a função da escola e do Estado, está de forma direta, garantindo a certificação do trabalhador. Essa certificação contribuiu para que a empresa conquiste o “selo” de qualidade de produtos e/ou serviços. O discurso da Qualidade Total pelo empresariado permite o reconhecimento da empresa e a torna competitiva no mercado.

Conforme foi visto, com os jovens, a escola dentro da empresa também pode ser um meio de controle sobre o processo de formação, garantir a certificação dos trabalhadores sob o perfil estabelecido, com pequeno prejuízo de desistências ou desmotivação dos alunos, além do monitoramento do desenvolvimento do trabalho, principalmente dos docentes. É uma estratégia que visa à eficácia do processo pedagógico.

Os empresários “assumiriam” a instrução dos funcionários por vislumbrar que esta adoção possibilitaria grande agilidade e alto nível de adequação ou aderência dos programas educativos às demandas do setor produtivo. Desta forma, poderiam garantir uma mão-de-obra qualificada. Ao assumir a educação da comunidade na qual estão inseridos asseguram os trabalhadores qualificados para suas necessidades e melhoram a convivência com a comunidade.

A educação na empresa proporciona a capacidade de estar em processo contínuo de mudança, adaptando-se ou antecipando-se nas condições ambientais internas e externas como fatores de competitividade. A organização aprendente poderá superar as “deficiências de aprendizagem” que a torna lenta frente aos desafios apresentados à empresa (BIANCHETTI, 2008). Ou seja, possibilita o desenvolvimento de soluções e tecnologias com maior rapidez e com custos menores.

Já a educação incorporada pela empresa também serve para identificar, difundir e aperfeiçoar as competências essenciais para o sucesso de uma organização, procurando as

condições favoráveis de inovação para um melhor ambiente interno e externo e com melhores resultados para o negócio.

A preocupação com a formação educacional de alta qualidade se faz por imposição capitalista, tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação capitalista, quanto novas formas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial para adequação dos produtos e serviços oferecidos. Entretanto, a maneira como é organizada e desenvolvida a educação na empresa, não avalia a atuação da escola, e nesse sentido, há uma reprodução da mesma escola a qual criticam.

No entanto, para Ferretti (1995), houve alguns avanços. A proposta empresarial pôde não só preparar o trabalhador para o desempenho técnico mais competente, como também desenvolveu uma visão mais ampla, sobre si, e sobre a sociedade, ainda, que limitada. O processo de escolarização na escola/empresa, mesmo com as limitações em relação à produção do conhecimento pelos trabalhadores e as condições deficitárias de aplicação dos métodos e estratégias didático-pedagógicas, para Bueno e Pelandré (2006), ainda é uma forma de o trabalhador diminuir as chances de ser excluído do mercado de trabalho e também continua sendo um espaço de acesso ao conhecimento.

Manter as condições de competitividade é investir em educação, insumo básico do crescimento. No entanto, tornou-se problemático se pensar em educação guiada pelo critério de aplicabilidade. A escola não tem e não deve ter muito a ver com o aplicável imediatamente. Ela é muito mais uma instituição de socialização, de criação de valores, de conhecimentos e também do ócio, do lúdico. (FRIGOTTO, 1997, p. 118)

A visão que identifica os objetivos da produção aos da educação geral é equivocada, porque os interesses em jogo não são da mesma natureza. É errôneo entender que a educação deva adaptar-se às demandas da produção, fornecendo-lhes os recursos humanos de que necessita e, em segundo lugar, também, é falacioso “conceber as necessidades da produção como pertencentes a uma estrutura produtiva homogênea, sem contradições, igual para toda a população do país” (FERRETTI, 2002, p.116). Uma educação que se coloque nessa perspectiva, assume um forte caráter instrumental, ainda que se justifique, ir além da instrumentalidade, pela cidadania.

A educação proposta pelos empresários é uma “pedagogia do capital”. De acordo com Bianchetti (2008), nesta concepção há uma *customização* dos princípios e práticas

pedagógicas, em que os empresários buscam pragmática e utilitariamente por todos os meios, satisfazer o cliente a fim de atingir a competitividade almejada. Esta proposta de educação acaba por subsumir a dimensão do cidadão ao consumidor. No entanto, há que se ter claro também que a proposta não é a de pensar a educação separada do mundo do trabalho e das relações sociais, pois assim teríamos, ainda, uma formação somente para a elite. Porém, Bianchetti (2008, p.12) reforça que, “em nome da necessidade de ter presentes os elementos do mundo da produção, não pode haver uma simples redução, um aligeiramento nos aspectos relacionados a outras ordens – éticos, morais, históricos, sociais – em relação aos quais a escola não pode perder de vista”.

Cabe pensar em uma educação que, embora desenvolvida em um contexto neoliberal, que contribua para superação dos interesses do capital. Segundo Ferretti (1995), uma educação dessa natureza não poderia colocar apenas a preparação para o trabalho, mas também pelo trabalho, tendo por horizonte o desenvolvimento omnilateral do sujeito que é seu objeto. No entanto, é necessário repensar-se nas mãos de quem está a educação, pois essa educação é implantada sob a ideologia do capital e estará a seu serviço mesmo que de forma velada.

De maneira geral, a educação passou a ser o meio para o fim desejado. Como coloca Turmina (2005), o capital necessita mudar para manter a situação inalterada. A empresa mudou a sua imagem para “socialmente responsável” e passou a educar em seu favor, para na verdade manter o capital hegemônico. Entretanto, a educação é extremamente necessária ao sistema capitalista monopolista, dentro e fora da empresa, pois é o principal instrumento pedagógico do empresário ‘esclarecido’, que a administra em seu favor, ou seja, do capital.

No que depender dos oráculos da educação, que são ora os economistas, ora os administradores (FERNANDEZ ENGUITA, 1989), a escola ficará à reboque do mercado de trabalho, e será uma organização flexível, em permanente inovação respondendo tanto aos desejos muito diferenciados e variáveis das empresas, quanto às necessidades diversas dos indivíduos.

No entanto, segundo Ferretti (1995), os educadores consideram que a educação deve visar a fins mais amplos do que a preparação de crianças e jovens para o desempenho



de atividades de caráter eminentemente econômico, como sugere a expressão “educação para o trabalho”.

De acordo com Silva (2005), sob a bandeira da Responsabilidade Social, as empresas tomaram para si a função de oferecer Educação Básica, adotando escolas, implantando universidades corporativas, criando mutirões em prol de educação para todos. Elas têm difundido em todo o país, o que chama de necessidade de assumir a responsabilidade pela educação como um gesto de contribuição com a formação da sociedade atual e futura. Neste caso, a dimensão educativa foi reduzida à mera condição de formação moral. Não se trata, nem de educação para e nem pelo trabalho, entendido na sua acepção plena.

A situação em que se encontram, atualmente, a educação e as empresas é paradoxal. Enquanto, as instituições de ensino tendem a se tornarem organizações mais profissionais, as empresas rumam no sentido de transformarem-se em gestoras do conhecimento. E, nesta perspectiva, uma questão preocupante se impõe: quais serão os papéis de cada uma?

No entanto, o interesse pela educação demonstrado pelas empresas foi influenciado pelo desenvolvimento da tecnologia e do capital, pela competitividade, que demandam uma qualificação, não mais no posto de trabalho ou nos bancos escolares, mas uma escolarização realizada durante a trajetória de vida do indivíduo.

Nesse sentido, a educação desenvolvida pelo meio empresarial tem um importante papel de conformação e alienação. Ela vinculou a educação aos objetivos específicos do mercado e a utilizou como meio de transmissão das idéias as quais instituem os ideais do livre mercado e da livre iniciativa. Assim, os objetivos de educação passaram a ser os empresariais voltados à competitividade a qualquer preço e elevação do nível de instrução do trabalhador como garantia dessa realização.

Nesses termos, a formação profissional pode ser rediscutida para que se possibilite uma educação omnilateral do ser humano na sua totalidade, assim, construindo uma educação transformadora e libertadora.

## REFERÊNCIAS

AEMFLO. Disponível em: <http://www.aemflo.com.br>. Acesso em: 07 de jan. de 2008.

AKATU. **Pesquisa 2005: Responsabilidade Social das Empresas:** Percepção do Consumidor Brasileiro. Publicada por AKATU e ETHOS. Disponível em [www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br). Acesso em: 19 de set. de 2005.

AKATU; ETHOS. **Pesquisa n. 6 responsabilidade social empresarial: o que o consumidor consciente espera das empresas.** Publicada por AKATU e ETHOS. Disponível em: [www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br). Acesso em: 19 de set. de 2005.

ALBIERO, C. E. **Responsabilidade Social:** Perspectivas e métodos. São José, SC: CSDS, 09 de jun. de 2006. (Palestra)

ALMEIDA, P. P. **Trabalho, serviço e serviços:** Contributos para a sociologia do trabalho. Porto, Portugal: Afrontamento, 2005. (Coleção Biblioteca das Ciências Sociais)

ALMEIDA, A. Éramos sete. **Revista ISTOÉ**, São Paulo, n. 1551, p. 100-101, 23 jun., 1999.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.** Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1980.

ALVES, G. **Trabalho e Globalização.** Disponível em: <http://www.revistaautor.com.br/index.php>. Acesso em: 13 de dez. de 2006.

ANDRÉ, M. E. D. A. e LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho.** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho.** Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005b.

ARAÚJO, E. T. de. **Estão “Assassinando” o Marketing Social? Uma Reflexão Sobre a Aplicabilidade deste Conceito no Brasil** (2001). Disponível em: [www.socialtec.org.br](http://www.socialtec.org.br). Acesso em: 23 de mai. de 2006.

ARMSTRONG G.; KOTLER, P. **Princípios de Marketing.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ASHLEY, P. A. (Org). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios.** São Paulo: Saraiva, 2003.

AZAMBUJA, G. **A responsabilidade social: uma “filantropia” que a ajuda a vender.** (2005) Disponível em: [http://www.comunicacaoempresarial.com.br/rev\\_artigos2GermanoAzambuja.htm](http://www.comunicacaoempresarial.com.br/rev_artigos2GermanoAzambuja.htm). Acesso em: 03 de set. 2007.

BAIENSE, E. W. **Responsabilidade Social e Ambiental**. In: III Encontro Catarinense de Professores de Ciências. Chapecó, SC: UNOCHAPECÓ, 06 de dez. de 2004. Disponível em: <http://www.crcsc.org.br/artigo/>. Acesso em: 19 de set. de 2005.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em: [www.balancosocial.org.br](http://www.balancosocial.org.br). Acesso em: 14 de ago. de 2005.

BAPTISTA, R. D. G. S.. A construção simbólica do terceiro setor. In: PIMENTA, Solange Maria (Org.). **Terceiro Setor**: dilemas e polêmicas. Saraiva: São Paulo, 2006.

BARBOSA, Maria N. L. As “instituições de educação” e a imunidade a impostos. In: SZAZI, Eduardo (Org.) **Terceiro Setor**. São Paulo: Peirópolis, 2004. (temas polêmicos 1).

BETTO, Frei. Pós-modernidade e novos paradigmas. **Revista Reflexão**. Ethos: São Paulo. Ano 1. nov de 2000.

BIANCHETTI, L. As novas tecnologias e o devassamento do espaço-tempo do saber-tácito dos trabalhadores. In: AUED, Bernadete W. (Org.). **Educação para o (des)emprego**. (Ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento) Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da chave de fenda ao laptop**. Tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Florianópolis e Petrópolis: Ed.UFSC e Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os empresários e a busca de uma pedagogia *customizada***. Florianópolis, UFSC/PPGE, 2008. Mimeo.

BIANCHETTI, L. e PALANGANA, I. C. Sobre a relação histórica entre escola e Sistema produtivo: desafios qualificacionais. **Boletim Técnico do SENAC**. São Paulo: Ed. SENAC. v. 26, n. 2. maio/ago de 2000.

BIANCHETTI, L. e QUARTIERO, E. M. (Orgs.). **Educação corporativa**. Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. São Paulo: Cortez, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação corporativa. In: CATTANI, A. D. e HOLZMANN, L. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

**BÍBLIA SAGRADA**. Petrópolis Vozes; Santuário, 1982. 1563p.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 04/99**.

BRASIL. **Lei do voluntariado** n.º 9.608 de 18 de fev. de 1998.

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESCIANI, L. P. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. **São Paulo em Perspectiva**. v.11, n.1, p. 88-97, jan./mar.1997.

BRÍGIDO, Raimundo V. Certificação e Normalização de Competências: Origens, Conceitos e Práticas. In: **Boletim técnico do SENAC**. v. 27 - N 1 - Janeiro / Abril, 2001.

BUENO, V. F. e PELANDRÉ, N. L. Os empresários e as exigências de letramento dos trabalhadores. BIANCHETTI, L. e QUARTIERO, E. M. (Orgs.). **Educação corporativa**. Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. São Paulo: Cortez, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

CASALI, A. et al. **Empregabilidade e educação** (Novos caminhos no mundo do trabalho). 1. ed. São Paulo: EDUC, 1997.

CATTANI, A. D. **Autonomia e Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.) **A outra Economia**. Porto Alegre, RS: Veraz, 2003.

\_\_\_\_\_.(Org.). Teoria do capital humano. In: ----- . **Trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. p. 35-39.

\_\_\_\_\_. Teoria do Capital humano. In: **Trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. Vozes, 1997. p.35-39. Disponibilizado em [www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto\\_link.asp?](http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?). Acesso em: 19 de mai. de 2004.

CATTANI, A. D; SALMON, A. Responsabilidade Social das empresas. In: CATTANI, A. D. e HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

CHAUÍ, M. de S. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Educação: Rio de Janeiro. Set-Dez, 2003a. nº. 24. p.5-15

\_\_\_\_\_. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003b.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CIAVATTA, M. Mediações do mundo do trabalho? A fotografia como fonte histórica. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HSTEDBR, 2002. (Coleção contemporânea).

CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <http://www.officemarketing.com.br/educacao/>. Acesso em: 09 de set. de 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 05 de mai. de 2007.

CRUZ, D. da. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. **A formação do ‘total trabalhador Sadia’: um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores da Sadia S.A**. Florianópolis, 2000. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: elementos teórico-metodológico para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 4. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989. p.21-52.

DALSASSO, H. **A Era das Instituições como Agentes do Desenvolvimento** (2006). Disponível em [http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=356&Itemid=102](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=356&Itemid=102). Acesso em: 27 de fev. de 2008.

DEINFRA. Disponível em: <http://www.deinfra.sc.gov.br>. Acesso em: 07 de jan. de 2008.

DELUIZ, D. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro. v. 27, n. 3. Set./dez. de 2001.

DINIZ, E. (Org.) **Empresários e modernização econômica**: Brasil Anos 90. Florianópolis: Ed. da UFSC, IDACON, 1993.

DREIFUSS, R. A. **1964. A conquista do Estado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A internacional capitalista**: Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

\_\_\_\_\_. **Transformações**: Matrizes do Século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DRUCKER, P. **O conceito de corporação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. **Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo: Thomson Learning, 1993.

DUARTE, N. O lema “aprender a aprender” nos ideários educacionais contemporâneos. In: ----- **Vigotski e o “aprender a aprender”**. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiniana. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

EBOLI, M. **Educação Corporativa no Brasil**: mitos e verdades. São Paulo: Gente, 2004.

FERNANDEZ ENGUITA, M. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 129.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 339p. (Educação: teoria e crítica)

ETHOS; CENPEC. **O que as empresas podem fazer pela educação**. São Paulo: Instituto ETHOS, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERRETTI, C. J. Educação para o trabalho. In: FERNANDES, Reynaldo (Org.). **O trabalho no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995.

\_\_\_\_\_. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HSTEDBR, 2002. (Coleção contemporânea).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAMEPORT MADEIRAS. Disponível em: <http://www.frameport.com.br>. Acesso em: 07 de jan. de 2008.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIGOTTO, G. A escola como ambiente de aprendizagem. In: CASALI, A. et al. **Empregabilidade e educação** (Novos caminhos no mundo do trabalho). 1. ed. São Paulo: EDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Caderno para o Articulador**. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2006. (Coleção Projeto Pescar; v. 2).

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Caderno para o Dirigente franqueado**. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2006. (Coleção Projeto Pescar; v. 1).

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Caderno para o Voluntário**. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2006. (Coleção Projeto Pescar; v. 3).

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **CD de implantação do Projeto Pescar**. 2006.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Disponível em:** <http://www.projetopescar.org.br/>. Acesso em: 12 de set. de 2007.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Fundamentos Curriculares da iniciação profissional**. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2006. (Coleção Projeto Pescar; v. 4).

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Relatório de atividades Fundação Projeto Pescar**. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2006.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Revista Comemorativa Projeto Pescar 30 anos**. 2005. Material de divulgação.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Unidade Projeto Pescar: estrutura e funcionamento**. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2006. (Coleção Projeto Pescar; v. 5).

GENTILI, P. A. A.; Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HSTEDBR, 2002. (Coleção contemporânea).

GENTILI, P. A. A. e SILVA, T. T. da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Visões críticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIDDENS, A. ***The Third Way***. Londres: *Polity Press*, 1998.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. Parte IV, tópico1: Americanismo e fordismo, p.375-413.

GUIMARÃES, V. N. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Tecnológico. **Novas tecnologias de produção de base microeletrônica e democracia industrial : estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina**. 1995. 62 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Tecnológico. **Avaliação e diagnóstico de um sistema de treinamento empresarial**. Florianópolis, 1978. 252 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

GUIMARÃES, V. N. e RAMPINELLI, G. Responsabilidade Social Corporativa: desvelando intencionalidades. In: PIMENTA, S. M. (Org.). **Terceiro Setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

GURGEL, C. **A gerência do pensamento**. Gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

IANNI, O. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

\_\_\_\_\_. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. v.8, n.1. jan/mar 1994. p.02-12.

\_\_\_\_\_. **Sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IBGE; IPEA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil (2002)**. 2. ed. n. 4. Publicada pelo IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm>. Acesso em: 12 de fev. de 2006.

INSTITUTO AKATU. **Pesquisa 20005: Responsabilidade Social das Empresas, Percepção do consumidor**. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/media/Publicacoes/PESQUISA2005.pdf>. Acesso em: 29 de jan. de 2007.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em: 29 de ago. de 2005.

INSTITUTO ETHOS. Projeto de Lei nº 1305/2003. Disponível em: [www.uniethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/projeto\\_lei.ppt#256,2](http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/projeto_lei.ppt#256,2). Acesso em: 15 de set. de 2005.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/asocial>. Acesso em: 20 de ago. de 2005.

\_\_\_\_\_. Pesquisa: A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil (2006). Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em: abr. de 2008.

JOHANNPETER, J. G. Prosperidade econômica e voluntariado. **Folha de São Paulo**, 9 de dez. de 2007. B.f. 7.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2001.

KARKOTLI, G. R. **Responsabilidade Social Empresarial**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

KLEIN, N. **Sem logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KOERICH, Marlon. **Depoimento ao blog**. Disponível em: <http://unidadekhoerich.blogspot.com/>. Acesso em: 07 de jan. de 2008.

KOERICH. Disponível em: <http://www.koerich.com.br>. Acesso em: 07 de jan. de 2008.

KOTLER, P. **Marketing de A a Z**: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

KOWARICH, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e cível. Estados Unidos, França e Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51. São Paulo, jan. de 2003. P. 61-68. Disponível e: <HTTP://www.scielo.br/scielo.php?>

KUENZER, A. Z. Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. **Boletim Técnico do SENAC**. São Paulo: Ed. SENAC. v. 25, n. 2.. Maio/agosto 1999. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/index.asp>. Acesso em: out. de 2005.

\_\_\_\_\_. **Ensino de 2º grau**. O trabalho como principio educativo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L; SAVIANI, D. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina, Paraná: Planta, 2003.

LISBOA, A. de M. Empresa Cidadã. In: CATTANI, A. D (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre, RS: Veraz, 2003.

LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L; SAVIANI, D. (Orgs.).**Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea).

LUNA, S. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21-34.

MARTINS, V. A. Contabilidade Social: da Origem à Prática Atual. **IOB- Informações Objetivas**. Ano XXXIII. 4. Semana. n. 12. mar. de 1999.

MARX, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Global, 1977.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à critica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_.**O Capital**: crítica da economia política. Livro1 - O processo de produção do capital. 22 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 1984.



MASSELI, C. G. C. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Sócio-Econômico. **Empresa cidadã: os programas sociais e o nível de comprometimento dos empregados um estudo de caso na Cerâmica Portobello.** Florianópolis, 2000. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

MATTAR, H. Os novos desafios da responsabilidade social. **Revista Reflexão.** São Paulo: Instituto Ethos. V. 2. n. 5. jul de 2001. Disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br). Acesso em: 20 de ago. de 2005.

MEC. **Programa Escola de Fábrica.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=com\\_content&task=view&id=756](http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=com_content&task=view&id=756). Acesso em: 07 de jan. de 2008.

MEIRA, P. R. **Em que posso ajudar? A Responsabilidade Social no Varejo Brasileiro.** Socialtec, disponível em: <http://www.socialtec.org.br/artigos/temas.htm#responsabilidade>. Acesso em: 31 de ago. de 2005.

MEISTER, J. C. **A Educação Corporativa:** a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas. São Paulo: Makron Books, 1999.

MELO NETO, F. P. de e FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial:** a administração do terceiro setor. Qualitymark: Rio de Janeiro, 1999.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MICKLETHWAIT, J. e WOOLDRIDGE, A. **Os bruxos da administração:** como entender a babel dos gurus empresariais. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MONTANA, P. J. e CHARNOV, B. H. **Administração.** São Paulo: Saraiva, 1998.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2001.

NETO, Enéas Arrais. **Mundialização e crise do capital – a relação dialética entre essência e fenômeno na constituição real do mundo do trabalho.** Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0458.pdf>. Acesso em: 29 de mai. de 2008.

OFFE, C. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação e Sociedade.** São Paulo, CEDES. n. 35. 1990. p. 9-57.

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (Orgs.) **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A economia brasileira: crítica a razão dualista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, J. A. de. Responsabilidade Social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas.** Rio de Janeiro. v. 24, n. 4, outubro/dezembro, 1984. p. 203-210.

OLIVEIRA, N. de. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Quando a empresa assume a escola : um estudo de caso no setor de comércio varejista de Santa Catarina.** Florianópolis, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

OLIVEIRA, R. A teoria do Capital humano e a Educação Profissional. In: **Boletim Técnico do Senac.** v. 27, n.º 1. São Paulo: Ed. SENAC, jan/abr de 2001. Disponível em: [www.senac.br/informativo/BTS/271/boltec271c.htm](http://www.senac.br/informativo/BTS/271/boltec271c.htm). Acesso em: 24 de maio de 2004.

ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 07 de jan. de 2008.

OTANI, N. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Administração. **A educação corporativa como estratégia competitiva: a universidade da Caixa Econômica Federal.** Florianópolis, 2005. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

PAIVA, V. Produção e qualificação para o trabalho. In: FRANCO, M. L.; ZIBAS, D. (Org.s). **Final do século.** Desafios da educação na América Latina. São Paulo: Cortez, 1990.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia.** Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.375-418.

PARO, V. H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João et al; (Org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola.** São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, L. C. B. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil:** para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PFEIFER, M. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. **Responsabilidade social das empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal?.** Florianópolis, 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

PICCOLI, G. S. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. **A educação corporativa em uma empresa de serviços estudo de caso: impacto de uma universidade corporativa em uma central de atendimento a clientes - call center.** Florianópolis, 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

PIMENTA, S. M. (Org.). **Terceiro Setor:** dilemas e polêmicas. Saraiva: São Paulo, 2006.

PINTO, J.B. M.; GUEDES, M. A.; BARROS, V. A. de B. Trabalho voluntário, solidariedade e política: um estudo com os agentes da Pastoral Carcerária de Belo Horizonte. In: PIMENTA, S. M. (Org.). **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. Saraiva: São Paulo, 2006. (p.117 – 135).

PROCON. Disponível em: <http://www.procon.sp.gov.br/>. Acesso em: 19 de set. de 2005.

RAMPINELLI, G. de C B. **La Responsabilidad Social como Herramienta de la Mercadotecnia Institucional: La Realidad Brasileña**. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências de Administração, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2006.

REVISTA ISTO É. As 500 melhores empresas do Brasil. **Revista Isto é Dinheiro**. São Paulo: Editora Três, n. 419ª, set. de 2005. p.118-120.

**REVISTA PRIMEIRO PLANO**, Florianópolis: Editora Primeiro Plano. Set.2006.

ROGGERO, R. Breve Reflexão sobre as Relações entre Novas Demandas de Qualificação e formação profissional no movimento do capitalismo contemporâneo. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, maio/ago. de 2000. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/index.asp>. Acesso em: out. de 2005.

ROSSI, W. **Capitalismo e educação**. São Paulo: Moraes, 1980.

SAVTCHENKO, P. **Que é trabalho?** Moscou: Progresso, 1987.

SENGE, P. **A quinta disciplina: caderno de campo**. Estratégias para construir uma organização que aprende. São Paulo: Qualitimark, 2000.

\_\_\_\_\_. **Escolas que aprendem: um guia da Quinta disciplina para educadores, pais e todos que se interessam por educação**. Porto Alegre: ArTmed; São Paulo: Bookman, 2005.

SILVA FILHO, H. de F. P. O empresariado e a educação. In: FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SILVA, A. Fraternidade: nunca, na história da humanidade, foram tão boas as relações entre capital e trabalho. Mas no Brasil há ainda um longo caminho a percorrer. **Revista Exame**. São Paulo, n. 5, ed.656, p. 56. 1998.

SILVA, M. T. J. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Propostas de reformulação da educação profissional do SENAI e SENAC para o século XXI**. Florianópolis, 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação.

SILVA, M. D. da. **Política para o Merchandising Social - Sistematização de Projeto. Rede Globo** (1997). Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos>. Acesso em: 10 de jun. de 2005.

SILVA, T. T. da. No outro lado do currículo oculto: o trabalho. In: -----, **O que produz e reproduz em educação**. Ensaios de Sociologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, p. 137-183.

SOUZA, D. B. de. A escola como empresa: sinonímia do pragmatismo e tecnicismo. In: BIANCHETTI, L. e QUARTIERO, E. M. (Orgs.). **Educação corporativa**. Mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. São Paulo: Cortez, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. Disponível em: <http://www.sulcatarinense.com.br>. Acesso em: 07 de jan. de 2008.

TOFLER, A. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOLDO, M. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Administração. **Selos sociais e responsabilidade social corporativa : um estudo de caso em Criciúma, SC**. Florianópolis, 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

TRAGTENBERG, M. A escola como uma organização complexa. In: GARCIA, W. E. (Org.). **Educação Brasileira contemporânea**: organização e funcionamento. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

TREVISAN, A. M. **A Empresa e seu Papel Social**. Filantropia, disponível em: [www.filantropia.org/artigos/antoninho\\_marmo\\_trevisan.htm](http://www.filantropia.org/artigos/antoninho_marmo_trevisan.htm). Acesso em: 01 de set. de 2005.

TREVISAN, N. V. e LAMEIRA, L. ,J. C. R. Formação do educador para pedagogia nas empresas. In: **Cadernos de Educação Especial**. . v.1.n.19. Santa Maria, RS: UFSM, 2002.

TURMINA, A. C. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Educação. **Mudar para manter: a auto-ajuda como a nova pedagogia do capital**. Florianópolis, 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

UNIVERSIA. **Prêmio Santander Banespa de Ciência e Inovação**. Disponível em: [www.universia.com.br/santandereducacao/cienciaeinovacao/ciencia](http://www.universia.com.br/santandereducacao/cienciaeinovacao/ciencia). Acesso: em 29 de ago. de 2005.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução de João Dell’Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, Maria C. Iniciativa privada e espírito público (2007). Revista Valor Econômico – SP. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=2267](http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=2267). Acesso em: abr. de 2008.

WHITAKER, F. **Fórum social mundial: origens e objetivos**. (2004) Disponível em: [http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem\\_fsm\\_por](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem_fsm_por). Acesso em: 27 de fev. de 2008.

WISSMANN, M. A. **Uma proposta para elaboração do balanço social**. Florianópolis, 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina.

## **ANEXOS**

Anexo 1 Questionário enviado ao Gerente Geral da Fundação Projeto Pescar

Anexo 2 Questionário aplicado com responsável pelo Projeto Pescar nas empresas

Anexo 3 Tabela 1 - Evolução do conceito de responsabilidade social

Anexo 4 Obrigações da Franqueadora e Franqueada – Projeto Pescar

Anexo 5 Lista dos principais prêmios recebidos pela Fundação Projeto Pescar de 2004 a 2007

**ANEXO 1: Roteiro do Questionário**

Este questionário foi formulado para a Pesquisa de Mestrado pela UFSC com o intuito de possibilitar a articulação do retrato de RSE na literatura com a opinião dos participantes para uma fundamentação teórica concisa da dissertação.

1. Que resultados demonstra o projeto desenvolvidos pelas empresas parceiras?

\_\_\_\_\_

2. Qual a importância do projeto Pescar para as comunidades que estão inseridos?

\_\_\_\_\_

3. De que forma a sociedade como um todo se beneficia?

\_\_\_\_\_

4. Qual o conceito da Fundação Projeto Pescar sobre Responsabilidade Social?

\_\_\_\_\_

5. Há conscientização dos participantes dos projetos sobre o que é Responsabilidade Social?

\_\_\_\_\_

6. A fundação possui ou divulga um código de Ética?

( ) Sim Como este é divulgado?\_\_\_\_\_ ( ) Não

7. Quanto a fundação investe em projetos sociais por ano? De onde vêm os recursos?

\_\_\_\_\_

8. Há incentivo do governo? ( ) Sim ( ) Não

9. A Fundação já ganhou algum prêmio na área social?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não

10. A Fundação divulga suas ações sociais?

( ) Sim Em que abrangência?\_\_\_\_\_

( ) Não

11. Tem dados/levantamento ou pesquisa sobre o resultado direto dos projetos desenvolvidos para a sociedade?

( ) Sim Qual (is)? \_\_\_\_\_

( ) Não

12. Em que medida o projeto Pescar pode auxiliar a empresa parceira?

\_\_\_\_\_

13. Há um levantamento sobre o percentual de alunos formados por empresas parceiras e seu investimento?

( ) Sim Qual empresa tem maior abrangência de ação? \_\_\_\_\_

( ) Não



## ANEXO 2: Roteiro de questionário para empresas

### Roteiro de questionário para empresas

1. Quais são os projetos e ações sociais desenvolvidos pela empresa? Qual o objetivo dos projetos sociais desenvolvidos?
2. Que resultados demonstraram os projetos? Houve retorno para a comunidade? Atingiu os objetivos propostos?
3. Qual a porcentagem de pessoas atingidas?
4. Qual o conceito da empresa de Responsabilidade Social Empresarial?
5. Há conscientização dos participantes dos projetos sobre o que é Responsabilidade Social? De que tipo?
6. A empresa possui um código de Ética? Como este é divulgado?
7. Qual o conceito de educação do projeto educativo Pescar e como este é implementado em sua metodologia?
8. A empresa possui funcionários voluntários em projetos sociais? Qual porcentagem representam?
9. A empresa já realizou alguma pesquisa sobre a visão/conceito de Responsabilidade Social dos seus funcionários, consumidores e acionistas? Há confluência entre as visões/conceitos?
10. Em relação ao faturamento da empresa, qual o percentual é investido em projetos sociais por ano? De onde vêm os recursos?
11. Há incentivo do governo?
12. A empresa já ganhou algum prêmio na área social, qual?
13. Quem decide e como funciona a escolha de Projetos sociais? Quem os elabora?
14. A empresa pode observar retorno nos consumidores em virtude de sua ação social?
15. A empresa divulga suas ações sociais? Como e em que abrangência?
16. De que forma estes projetos podem auxiliar a empresa?

ANEXO 3 – Tabela 1 -Evolução do conceito de responsabilidade social<sup>157</sup>.

DÉCADA	ANO	ATIVIDADE/MARCO
Séc. XVII	?	- Nova Inglaterra (EUA, antes da Independência), Leis para abertura de empresas verificavam o atendimento dos interesses da sociedade em primeiro plano.
Séc. XIX	1844	- Inglaterra, Lei de 1844 que permitiu um intervalo para refeições no horário de trabalho.
	1890	- Inglaterra, Lei de maio de 1890 diminuía jornada de trabalho para oito horas por dia.  - Nos EUA, Lei Sherman Antitruste, que tentou instaurar uma relação de confiança nas empresas para garantir o processo de democracia.
Séc. XX	1900	- Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916) publicam trabalhos referenciando sobre o papel social da empresa.
1920	1929	- Constituição de Weimar (Alemanha); inaugura-se a idéia de “função social da propriedade”.
1940	1942	- Inglaterra; Manifesto dos operários Ingleses.
	1948	- Elaboração da Declaração dos Direitos Humanos.
1960	1960	- Nos EUA surgem movimentos pela RSE influenciados pela Guerra do Vietnã.
	1965	- Publicação da Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas (ADCE), onde aparece a expressão RSE.
	1968	- França, Movimento de Maio.  - Paris, Conferência sobre a Biosfera.
1970	1970	- Clube de Roma, estuda a “insustentabilidade” do modelo de produção.
	1971	- Pela UNESCO, lançamento do Programa ambiental: “O homem e a Biosfera”.
	1972	- Resolução n. 1721 do Conselho Econômico Social da ONU. Iniciam estudos sobre o papel e os efeitos das multinacionais nos países

<sup>157</sup> Este quadro foi elaborado com fins didáticos. Não representa o histórico da responsabilidade social empresarial, mas o contexto que envolveu a “evolução” do conceito no âmbito social. Na sua montagem considerou-se a realidade como uma essência em movimento, em que cada ação é resultado de momentos históricos. Assim, estabelecer fronteiras entre o que se pode identificar como conquistas sociais, trabalhistas, pressões sociais, filantropia, é uma distinção temerária e segmentadora da compreensão histórica.

		emergentes e discute-se a criação de código de conduta dirigido às transnacionais. - SINGER/SA publica o primeiro Balanço Social no mundo. - Conferência de Estocolmo.
	<b>1972 - 1976</b>	- EUA, Europa e América Latina discutem modelos de Balanço social. - Publica-se “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-Econômica” de Alberto A. Rodrigues.
	<b>1976</b>	- Fundações como FIDES <sup>158</sup> e ADCE estudam a RSE.
	<b>1977</b>	- Na França, surge a Lei n. 77.769/77 determinando a publicação do balanço social.
	<b>1978</b>	- No Brasil, a FIDES apresenta uma proposta de balanço social.
<b>1980</b>	<b>1983</b>	- EUA, confere a empresas o Prêmio ECO.
	<b>1984</b>	- Brasil: a Nitrofertil (BA) cria o primeiro balanço social no país.
	<b>1985</b>	- Em Portugal, a Lei n. 141/85 torna obrigatória apresentação de balanço social para empresas com mais de 100 funcionários.
	<b>19861994</b>	- Europa, Japão e EUA criam <i>The Caux Round Table</i> , uma mesa redonda para lideranças econômicas.
	<b>1989</b>	- Criação do GIFE <sup>159</sup> .
<b>1990</b>	<b>1992</b>	- ECO 92 cria a Agenda 21 - AS 14000, Norma de Gestão Ambiental em virtude da ECO/92.
	<b>1993</b>	- ISO 1400 <sup>160</sup> Ambiental. - Ação da Cidadania contra a fome por Herbert de Souza (1935-1997)
	<b>1996</b>	- SAI cria a Norma AA1000 <sup>161</sup> .
	<b>1997</b>	- Herbert de Souza e Ibase promovem eventos e discutem o Balanço Social.

<sup>158</sup> A FIDES, Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, instituída em 21 de novembro de 1986, é uma entidade privada de caráter educativo e cultural, sem fins lucrativos, visando a humanização das empresas e a sua integração com a sociedade, com base nos princípios éticos envolvidos nas relações entre empresa e seus diferentes públicos internos e externos.

<sup>159</sup> Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE): é uma associação que visa aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do “bem comum”.

<sup>160</sup> Avalia Sistema de Gestão Ambiental implementado pela empresa.

<sup>161</sup> AA 1000 é uma norma para prestação de contas para assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- GRI (<i>Global Reporting Initiative</i>) surge como um movimento internacional pela adoção e uniformização dos relatórios socioambientais publicados pelas empresas.</li> <li>- AS 8000<sup>162</sup> é criada como norma de certificação para verificar as condições de trabalho.</li> <li>- É criado o Protocolo de Kyoto.</li> </ul>
	<b>1997-1998</b>	- No Brasil, criam-se leis municipais e estaduais incentivando a publicação do Balanço social.
	<b>1998</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manifestações contra a exploração de trabalho infantil promovidas em denúncia à Nike.</li> <li>- Criação do Instituto Ethos de responsabilidade Social.</li> </ul>
	<b>1999</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lançamento do Selo “Empresa Cidadã” pela Câmara Municipal de São Paulo.</li> <li>- 1ª Confêrencia Internacional do Instituto Ethos.</li> <li>- Nos EUA, a <i>Dow Jones Index</i>, define a sustentabilidade com critérios econômicos de acordo com questões econômicas, sociais e ambientais.</li> </ul>
<b>Anos 2000</b>	<b>2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeiros indicadores de RSE são publicados pelo Ethos.</li> <li>- A ONU, por meio do <i>Global Compact</i>, desenvolve nove princípios da Declaração dos direitos humanos, do trabalho e do meio ambiente.</li> <li>- Cria-se a Cúpula do Milênio.</li> <li>- Norma ISO 9000:200<sup>163</sup></li> </ul>
	<b>2001</b>	- Surgem os primeiros Guias para elaboração de Balanço Social anual e implantação de programas de RSE.
	<b>2004</b>	- Criação da ISO 26000 <sup>164</sup> com a Norma ABNT NBR 16001 <sup>165</sup> de RSE.

Fonte: elaborado pela autora com base em WISSMAN (2002) e ALBIERO (2006).

<sup>162</sup> AS 8000 é um certificado que atesta o Sistema de Responsabilidade Social avaliado em relação às normas de melhores práticas.

<sup>163</sup> São princípios para a Gestão da Qualidade.

<sup>164</sup> Estabelece um padrão internacional para implementação de um sistema de gestão e certificação de empresas quanto ao quesito responsabilidade social.

<sup>165</sup> Esta norma trata de requisitos mínimos para um sistema da gestão da responsabilidade social.

#### ANEXO 4 - Obrigações da Franqueadora e Franqueada – Projeto Pescar

- Ceder acesso à tecnologia da Franquia Social do Projeto Pescar, a partir de conceitos metodológicos testados, aprovados e reconhecidos, desde 1976, em termos de:
  - a) Novas metodologias e técnicas à disposição da franqueada.
  - b) Acesso a informações da Fundação referente a demandas pedagógicas.
  - c) Direito de uso e da logomarca Fundação Projeto Pescar de acordo com seu *Manual de Aplicação de Marca*.
  - d) Apoio pedagógico constante.
  - e) Suporte técnico direto ou por meio eletrônico, ligado à área pedagógico-social.
  - f) Inclusão da empresa na publicidade institucional nos materiais promocionais da Fundação tais como: folders, banners, internet, Pescar News, (jornal interno) e eventos.
- Auxiliar na Instalação da franquia, orientando na escolha das instalações da Unidade, buscando um acordo mútuo que beneficie as duas partes da parceria.
- Oferecer treinamento à Franqueada em termos de novos Orientadores, assim como qualificação dos Orientadores em exercício, conforme Circular de Oferta de Franquia.
- Avalizar os certificados, cedendo a logomarca da franqueada para uso no certificado de qualificação profissional, fornecido aos jovens na conclusão do curso.
- Disponibilizar a contratação de voluntários, indicados pela Franqueada, nos termos da Lei 9608/98do voluntariado.
- Apoiar pedagogicamente por meio de:
  - a) Oferta de cadernos de campo para implantação e desenvolvimento da franquia;
  - b) Repasses periódicos de materiais pedagógicos de apoio;
  - c) Visitas periódicas para acompanhamento, com o objetivo de avaliar métodos e processos da franqueada;
  - d) Assessoramento direto ou por meio eletrônico ou por meio de materiais diversos.
  - e) Auxiliar no processo de recrutamento e seleção de Orientadores.
- Possuir local simples, porém adequado, com uma estrutura física dentro dos padrões estabelecidos pela Fundação.

- Manter o jovem selecionado, enquanto participante, distante de qualquer agente insalubre ou perigoso.
- Manter, no mínimo, um Orientador de sua responsabilidade exclusiva, que tenha perfil apropriado, de acordo com o estabelecido no Caderno de Campo (Empresa).
- Estimular e dar condições para o aperfeiçoamento constante do Orientador, especialmente por meio dos eventos oferecidos pela Fundação para este fim.
- Manter e aperfeiçoar permanentemente a proposta dos Cursos de Educação Profissional, de nível Básico – Cursos livres.
- Realizar processos transparentes de recrutamento e de seleção dos Participantes, seguindo os critérios estabelecidos pela Fundação.
- Realizar ao término de cada curso um evento para entrega dos certificados aos formandos, de acordo com orientações fornecidas pela Fundação;
- Utilizar, obrigatoriamente, em todo o material de divulgação, a logomarca da Fundação, conforme orientação do “*Manual de Aplicação da Marca*”.
- Fornecer à Fundação, sempre que solicitado, informações sobre as atividades desenvolvidas na unidade franqueada, assim como relatórios de conclusão de curso.
- Repassar, mensalmente para a Fundação Projeto Pescar, o valor equivalente a dois (2) salários mínimos, mensais, por Unidade, a título de doação.
- Indicar e encaminhar Orientador, para participar de *Curso de Formação de Novos Orientadores para a Rede Projeto Pescar*, até quarenta e cinco (45) dias após a data da assinatura do presente termo.
- Auxiliar na divulgação da Franquia Social ora contratada em áreas de sua influência, tornando-se agente multiplicador.
- Comunicar, de imediato, à Fundação, as fiscalizações realizadas em sua unidade por qualquer agente público (municipal, estadual ou federal), repassando o resultado das mesmas, estando vedado à franqueada tomar medidas que venham a prejudicar os objetivos visados.
- Transferir à Fundação dados e informações relativas aos concluintes, e aos egressos de Cursos, no período de um (1) ano após conclusão.
- Autorizar à Fundação o uso dos méritos decorrentes da Franquia Social ora contratada.

- No encerramento das atividades da Unidade, informar à Fundação por escrito, com um mínimo de noventa (90) dias de antecedência, devolvendo a essa todos os registros, materiais, doações e documentos cedidos em decorrência do presente contrato, resguardado o direito de conclusão do curso dos jovens em formação.
- Oferecer, obrigatoriamente, Seguro de Vida em Grupo aos jovens selecionados e, facultativamente, em consonância com suas necessidades externadas na análise sócio-econômica realizada, meios que facilitem o acesso e aproveitamento maior do Curso, quais sejam:
  - a) Transporte e ou pagamento de auxílio para tal fim;
  - b) Cesta básica familiar;
  - c) Refeição ou lanche no local em que são realizados os cursos;
  - d) Indumentária, que não consista em uniforme (o uniforme é fornecido sempre gratuitamente);
  - e) Material escolar necessário para frequência às aulas de Educação Fundamental ou Ensino Médio;
  - f) Assistência médica e /ou odontológica.

**ANEXO 5 - Lista dos principais prêmios recebidos pela Fundação Projeto Pescar de 2004 a 2007**

<b>ENTIDADES</b>	<b>PRÊMIOS</b>
Federasul e Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul	Prêmio Líderes & Vencedores 2007
Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul	Prêmio Responsabilidade Social 2006
Conselho Ibero Americano	III Premio Ibero Americano A La Excelencia Educativa 2006
Rádio Farroupilha	Atitude Social 2005
UNITV - TV Universidadade	Troféu Destaque UNITV - Categoria Destaque Especial 2005
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS	Medalha Cidade de Porto Alegre - 2005
Câmaras Americanas de Comércio Brasil - Estados Unidos.	Prêmio ECO o Categoria Educação - 1991
Fundação ABRINq pelos Direitos da Criança.	Prêmio Criança - 1994
Rotary International	A idéia que Criou o Projeto Pescar - 1994.
Associação Brasileira de Recursos Humanos do RGS.	Top Ser Humano - 1995.
PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais.	PNBE de Cidadania - 1995.
Banco Bamerindus S.A.	Gente que Faz o Idealização do Projeto Pescar - 1996.
Câmara Municipal de Porto Alegre -RGS.	Título Honorífico de Cidadão Emérito - Ao Sr. Geraldo Tollens Linck pela criação do Projeto Pescar - 1997
UNESCO - (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).	Chancela - 1998



FEDERASUL	Prêmio Líderes e Vencedores - Prêmio Especial. Edição - 1998.
UNESCO - (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).	Prêmio Direitos Humanos no Rio Grande do Sul - In Memoriam Sr. Geraldo Tollens Linck - Fundação Projeto Pescar - 1998.
Farrapos Promoções	Troféu Laçador - Categoria Melhor Empresa 1998
Detran - RGS	Estrada da Vida, Seta para seguir em Frente - Parceria com a Fundação Projeto Pescar - 1998
Prêmio Jornal do Comércio	Prêmio Líderes e Vencedores - Categoria Ação Social - Edição 1998
Banco Mundial e da Fundação Getúlio Vargas	Uma ação de destaque nacional a ser seguida na publicação do livro Parcerias e Pobreza: Soluções locais na construção de relações sócio-econômicas / Orgs. Ilka Camarotti, Peter Spink - Rio de Janeiro: Editora FGV 2000. 152p.
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/FEDERASUL	Reconhecimento ao Sr. Geraldo Tollens Linck como "O pescador de vidas" na publicação do livro Éticas: Histórias de líderes e vencedores - Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Federasul: Editora Edelbra Indústria Gráfica e Editora Ltda - 2000 160p.
Fundação Banco do Brasil	Prêmio Tecnologia Social - 1ª Edição - 2001
DRT/RS	Destaque em Educação Profissional Juvenil - 2002
Kanitz & Associados	Bem Eficiente 2004